

PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE

**Perspectivas e experiências
a partir da Amazônia**

Organizadores

Antonio Sardinha

Ana Cristina de Paula Maués Soares

Francisca de Paula de Oliveira



PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE

**Perspectivas e experiências
a partir da Amazônia**

Copyright © 2019, Organizadores

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira

Vice-Reitora: Prof.ª Dr.ª Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitora de Planejamento: Msc. Luciana Santos Ayres da Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof.ª Dr.ª Elda Gomes Araújo

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.ª Dr.ª Amanda Alves Fecury

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Dr. João Batista Gomes de Oliveira

Pró-Reitor de Cooperações e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Antonio Sabino da Silva Neto

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Antonio Sabino da Silva Neto, Ana Flávia de Albuquerque, Ana Rita Pinheiro Barcessat, Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, Daize Fernanda Wagner, Danielle Costa Guimarães, Elizabeth Machado Barbosa, Elza Caroline Alves Muller, Janielle da Silva Melo da Cunha, João Paulo da Conceição Alves, João Wilson Savino de Carvalho, Jose Walter Cárdenas Sotil, Norma Iracema de Barros Ferreira, Pâmela Nunes Sá, Rodrigo Reis Lastra Cid, Romualdo Rodrigues Palhano, Rosivaldo Gomes, Tiago Luedy Silva e Tiago Silva da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S244p

Pesquisa em gênero e sexualidade: perspectivas e experiências a partir da Amazônia / Antonio Carlos Sardinha, Ana Cristina de Paula Maués Soares e Francisca de Paula de Oliveira (Org.s) – Macapá : UNIFAP , 2019.
424 p.

ISBN: 978-85-5476-067-0

1. Gênero . 2. Diversidade. 3. Direitos sociais. I. Antonio Carlos Sardinha . II. Ana Cristina de Paula Maués Soares . III. Francisca de Paula de Oliveira . IV. Fundação Universidade Federal do Amapá. V. Título.

CDD: 305



Editora da Universidade Federal do Amapá

www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419



Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão dos organizadores. É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte. As imagens, ilustrações, opiniões, idéias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores dos capítulos.

PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE

**Perspectivas e experiências
a partir da Amazônia**

Organizadores

Antonio Carlos Sardinha

Ana Cristina de Paula Maués Soares

Francisca de Paula de Oliveira



Sumário

- 11** **Apresentação**
Antonio Sardinha
Ana Cristina de Paula Maués Soares
Francisca de Paula de Oliveira
- 21** **A teoria crítica feminista: o projeto teórico de Fraser e Benhabib**
Dilnéia Rochana Tavares do Couto
Ana Carolina Magalhães Gonzaga
- 37** **Gênero: uma categoria pós-moderna de análise a ser revista**
Victor André Pinheiro Cantuário
- 50** **Entre a Ciência de Deus e a Ciência dos Homens: a inserção de práticas médicas no partejar tradicional a partir dos cursos de capacitação voltados para Parteiras Tradicionais do Amapá**
Raysa Martins do Nascimento
- 74** **Mulheres e Pesca no Amapá**
Marineide Pereira de Almeida
Ana Cristina de Paula Maués Soares
- 88** **Análise das relações de gênero no âmbito da Polícia Militar do Amapá a partir de relatos das mulheres policiais**
Silvana Kelly de Moraes da Silva

- 104** O Perfil das Vítimas de Violência Doméstica contra a Mulher na Cidade de Macapá: análise entre os anos 2012 a 2017
Ivaneide Valadares Corrêa dos Santos
Maria Telma Almeida do Nascimento Silva
Ana Cristina de Paula Maués Soares
- 119** A Violência de Gênero na Fronteira Franco-Brasileira: A Transversalidade da Prostituição e o Tráfico de Mulheres para fins de Exploração Sexual
Brenda Farias da Silva
Dábila de Cássia Brito de Miranda
- 143** *Herland*: um diálogo entre filosofia da natureza e gênero
Débora Aymoré
- 177** Conceição Evaristo: Escrivências como um combate ao silenciamento da mulher
Juliana Pimenta Attie
- 197** “*The Brazilian Mulata*”: racismo e sexismo na cultura brasileira
Lívia Verena Cunha do Rosário

- 215** Apontamentos para uma proposta pedagógica subversiva e decolonial em Judith Butler
Miquelly Pastana Tito Sanches
Rômulo Cambraia Ribeiro
Alexandre Adalberto Pereira
- 251** Desigualdades raciais no contexto das políticas públicas: discussões emergentes
Ademar Alves dos Santos
- 274** As diferenças sociais no campo das Artes Cênicas: Discursos e contrariedades
Sophia Padilha Menezes
Joan Pujol Tarrés
Mércia Rejane Rangel Batista
- 300** Corpo, gênero e sexualidade: apontamentos a partir da produção do conhecimento no campo da Educação Física
Cássia Hack
Demilto Yamaguchi da Pureza
Andreza Estevam Noronha
- 321** A memória escolar de travestis e transexuais: relatos e apontamentos de pesquisa
Rômulo Cambraia Ribeiro
Antonio Carlos Sardinha

338 As relações familiares de adolescentes homossexuais: uma abordagem compreensiva

Nely Dayse Santos da Mata

Maria Cristina Pinto de Jesus

Miriam Aparecida Barbosa Merighi

367 Gênero e Diversidade Sexual: concepções de profissionais da educação de uma instituição de ensino superior privada de Macapá-AP

Alan Jones Nogueira da Costa

Maria das Graças Teles Martins

Relato de Experiência

392 Falando sobre HIV, PREP, PEP, Cisgeneridade e Prevenção Combinada

Cássio Péres Fernandes

405 Interscionalidade e protagonismo acadêmico: histórico da atuação do Coletivo Colorir na Universidade do Estado Amapá

Bruno José Bezerra Ribeiro

Davi Oliveira da Silva

Ediane Marinho Ferreira

Apresentação

Este livro reúne os trabalhos apresentados na I Mostra Científica de Estudos em Gênero e Sexualidade que aconteceu durante o III Encontro da Juventude LGBT/Norte (ENJUV), promovida pelo curso de Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas (PCULT)/UNIFAP, Universidade Estadual do Amapá (UEAP), Instituto Federal do Amapá (IFAP), Faculdade Estácio SEAMA, Instituto Macapaense do Melhor Ensino Superior (IMMES) e Faculdade APOENA, realizada em Macapá-AP, nos dias 18 a 21 de abril de 2018.

A obra também reúne artigos de pesquisadores convidados que apresentam leituras e contribuições sistematizadas de investigações a partir da periferia como lugar específico para pensar a produção de estudos em gênero e sexualidade que envolvem muitos colaboradores deste livro. O olhar sobre as dimensões socioculturais e políticas que perpassam a construção de identidades, demanda por direitos e políticas públicas fortalecem a proposta de dar visibilidade e criar canais de trocas entre redes e grupos de pesquisa que observam pelas bordas os fenômenos sociais perpassados pelas questões de gênero e sexualidade.

Abre o presente livro o trabalho de Dilnéia Rochana Tavares do Couto e Ana Carolina Magalhães Gonzaga, "*A Teoria Crítica Feminista: o projeto teórico de Fraser e Benhabib*", enfocando os estudos de Fraser e Benhabib, com vista a compreender a importância da produção das autoras para a chamada Teoria Crítica. Salientando que a Teoria Crítica tem seu percurso analítico ancorado no diagnóstico crítico da sociedade de Adorno e Horkheimer, aprimorado pelo pensamento contemporâneo de Jürgen Habermas.

Seguindo no debate contemporâneo, Victor André Pinheiro Cantuário procura analisar, em *“Gênero: uma categoria pós-moderna de análise a ser revista”*, o conceito “gênero” a partir das considerações formuladas pela historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1986, 2010) e as críticas ao referido conceito feitas por Joan Hoff (1994) e por Judith Butler (1999/2017). De acordo com Hoff e Butler há uma impossibilidade de sustentar gênero como categoria referencial da distinção binária de sexo anatômico/biológico.

Raysa Martins do Nascimento apresenta o artigo *“Entre a Ciência de Deus e a Ciência dos Homens: a inserção de práticas médicas no partejar tradicional a partir dos cursos de capacitação voltados para Parteiras Tradicionais do Amapá”*, com reflexões em torno das práticas das parteiras tradicionais aliadas às práticas médicas, aprendidas por estas, nos cursos oferecidos pelo programa de capacitação das Parteiras Tradicionais do Amapá, realizado pelo Governo do Estado, Governo Federal, Rede Cegonha e Rede SARA. Ao longo do levantamento bibliográfico acerca do tema e trabalho de campo de caráter etnográfico, demonstrou-se a valorização dos conhecimentos tradicionais das parteiras sobre o partejar pelos profissionais da área da saúde e estabelecendo o diálogo entre conhecimento tradicional e científico.

O artigo *“Mulheres e Pesca no Amapá”*, de Marineide Pereira de Almeida e Ana Cristina de Paula Maués Soares, desvenda o papel da mulher na pesca baseando-se na experiência de mulheres oriundas de quatro áreas pesqueiras do Estado do Amapá: Amapá, Calçoene, Igarapé da Fortaleza e Distrito Industrial de Santana. Na pesca artesanal, o homem aparece como o principal responsável pela maioria das tarefas consideradas “nobres” ou de destaque nas sociedades haliêuticas, prevalecendo nos referidos espaços a lógica patriarcal

responsável pela forte divisão sexual do trabalho, que tende inferiorizar a figura feminina e valorizar a figura masculina.

No artigo de Silvana Kelly de Moraes da Silva, intitulado *“Análise das relações de gênero no âmbito da Polícia Militar do Amapá a partir de relatos das mulheres policiais”*, são destacados aspectos das relações de gênero no ambiente organizacional da Polícia Militar do Estado do Amapá (PMAP), a partir de experiências relatadas pelas mulheres policiais. A pesquisadora relata que a instituição policial foi por muito tempo fechada à presença feminina, aspecto que contribuiu sobremaneira para que as atividades policiais fossem associadas ao sexo masculino.

A análise de Ivaneide Valadares Corrêa dos Santos, Maria Telma Almeida do Nascimento Silva e Ana Cristina de Paula Maués Soares, intitulada *“O Perfil das Vítimas de Violência Doméstica contra a Mulher na Cidade de Macapá: análise entre os anos 2012 a 2017”*, apresenta uma abordagem sobre violência contra a mulher, procurando desvendar quem são as mulheres que sofrem violência em Macapá. Esta violência, que acontece predominantemente nos âmbitos domésticos, e apresenta alto índice na realidade local, teve como metodologia a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, bem como técnica de levantamento documental.

Na mesma perspectiva de abordagem, o artigo *“A Violência de Gênero na Fronteira Franco-Brasileira: A Transversalidade da Prostituição e o Tráfico de Mulheres para fins de Exploração Sexual”*, de Brenda Farias da Silva e Dábila de Cássia Brito de Miranda, desvenda dois tipos de violência de gênero: a prostituição e o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, baseando-se em experiências de mulheres presentes na fronteira Franco-Brasileira, entre os municípios de Oiapoque (Amapá) e Saint-Georges (Guiana Francesa). O artigo reflete que a violência de gênero na fronteira Franco-Brasileira

possui diversas dimensões, especialmente por haver uma forte influência dos garimpos ilegais da região.

Na discussão de Débora Aymoré, intitulada *“Herland: um diálogo entre filosofia da natureza e gênero”*, foi utilizada como fonte de pesquisa a obra literária. O artigo trata da ficção de uma comunidade formada apenas por mulheres que mantém relação harmônica com a natureza, presente na obra literária de Charlotte Perkins Gilman. A pesquisadora realiza uma interpretação filosófica do conteúdo literário apresentado por Gilman, desenvolvendo uma postura crítica diante dos impactos negativos da ciência e da tecnologia, que conflitam com a manutenção do ambiente saudável necessário para a preservação da espécie humana.

Na mesma perspectiva de observar as questões envolvendo gênero e literatura, a pesquisadora Juliana Pimenta Attie procura analisar, em *“Conceição Evaristo: Escrivências como um combate ao silenciamento da mulher”*, como a produção literária dá voz aos sujeitos silenciados na sociedade patriarcal, em especial, à mulher negra e pobre. O artigo enfoca a questão de representatividade da mulher tanto na literatura como na teoria, destacando as considerações de Constância Lima Duarte e Heloísa Buarque de Hollanda, além dos atuais desenvolvimentos dos feminismos negros no Brasil, com base no pensamento de Djamila Ribeiro.

O artigo de Livia Verena Cunha do Rosário, *“The Brazilian Mulata: racismo e sexismo na cultura brasileira”*, apresenta uma abordagem sobre os estereótipos acerca da mulher brasileira tida como a “mulata exportação”. A autora demonstra que a exploração do corpo feminino negro é exaltado no carnaval, mas invisibilizado no cotidiano da sociedade brasileira. Os corpos das mulatas carregam marcas de um corpo suscetível à satisfação sexual dos seus antigos ou seus novos senhores.

Os autores Miquelly Pastana Tito Sanches, Rômulo Cambraia Ribeiro e Alexandre Adalberto Pereira, discutem, em *"Apontamentos para uma proposta pedagógica subversiva e decolonial em Judith Butler"*, aspectos de uma perspectiva decolonial presente na obra 'Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade'. A proposta foi de um estudo de cunho bibliográfico que percorre os sentidos culturais do conceito de gênero e de decolonialidade de modo a estabelecer um vínculo entre esses dois movimentos teóricos e as implicações para refletir sobre processos educativos.

O trabalho de Ademar Alves dos Santos, com o título *"Desigualdades raciais no contexto das políticas públicas: discussões emergentes"*, traz uma discussão importante sobre o acesso de políticas públicas para um segmento secularmente marginalizado e excluído dos serviços básicos da sociedade. O estudo sobre políticas públicas denuncia o estado de abandono em que vivem crianças, jovens e adultos negros na sociedade contemporânea, mesmo com as conquistas importantes no âmbito educacional, a população negra ainda precisa avançar muito na garantia de direitos, principalmente na área da saúde e do trabalho.

Em *"As diferenças sociais no campo das Artes Cênicas: Discursos e contrariedades"*, Sophia Padilha Menezes, Joan Pujol Tarrés e Mércia Rejane Rangel Batista fazem uma análise das relações de gênero e da sexualidade no campo das artes cênicas. No campo de pesquisa se fez uso da técnica do discurso, bem como dos conceitos *Habitus*, Capital Cultural e Capital Simbólico pensadas pelo sociólogo contemporâneo Pierre Bourdieu.

Dando continuidade ao debate sobre gênero e sexualidade, a produção de Cássia Hack, Demilto Yamaguchi da Pu-

reza e Andreza Estevam Noronha, com o tema *“Corpo, gênero e sexualidade: apontamentos a partir da produção do conhecimento no campo da Educação Física”*, apresentam levantamento da produção acadêmica de 4 periódicos indexados e consolidados na área da Educação Física, em que foi detectado uma baixa produção na referida temática, com apenas 26 artigos. A Educação Física vem se mostrando arredia às pesquisas envolvendo corpo, gênero e sexualidade, sendo necessário repensar a forma tradicional de fazer Ciência nessa área do conhecimento.

Rômulo Cambraia Ribeiro e Antônio Carlos Sardinha apresentam *“A memória escolar de travestis e transexuais: relatos e apontamentos de pesquisa”*, resultado de pesquisa realizada com a proposta de levantar as memórias e experiências escolares de travestis e transexuais.

O artigo de Nely Dayse Santos da Mata, Maria Cristina Pinto de Jesus e Miriam Aparecida Barbosa Merighi, tendo como título *“As relações familiares de adolescentes homossexuais: uma abordagem compreensiva”*, destaca a relevância em discutir a homossexualidade na adolescência, pois abre oportunidades e caminhos para a compreensão da diversidade da sexualidade humana, considerando sua interface com as questões que envolvem a saúde física, a mental e a socialização dos jovens.

O trabalho denominado *“Gênero e diversidade sexual: concepções de profissionais da educação de uma instituição de ensino superior privada em Macapá-AP”*, de autoria de Alan Jones Nogueira da Costa e Maria da Graças Teles Martins, defendem a ideia da universidade com o espaço de construção e desconstrução dos processos educativos de formação de sujeitos e futuros profissionais. Assim, os professores universitários devem acompanhar os debates

dos temas contemporâneos, especialmente na área gênero e diversidade sexual. Contudo, o estudo revelou desafios de compreensão das especificidades dessa agenda por parte dos professores que atuam na formação de profissionais no ensino superior.

A abertura para apresentação de reflexões sobre práticas e experiências tem o relato de Cássio Péres Fernandes, denominado *“Falando sobre HIV, PREP, PEP, Cisgeneridade e Prevenção Combinada”*. O trabalho trata da trajetória acadêmica e pessoal do pesquisador em meio à temática HIV/AIDS, utilizando como método a autoetnografia.

No artigo *“Interscionalidade e protagonismo acadêmico: histórico de atuação de Coletivo Colorir na Universidade do Estado Amapá”*, Bruno José Bezerra Ribeiro, Davi Oliveira da Silva e Ediane Marinho Ferreira refletem a atuação do Coletivo Colorir, grupo de discentes da Universidade do Estado do Amapá, que assume um papel de protagonista na discussão das pautas identitárias e interseccionais do movimento feminista e do movimento negro.

A construção dessa obra coletiva traduz um esforço de diálogo permanente entre professores pesquisadores, ativistas de movimentos sociais e demais atores sociais. Além disso, o livro é fruto de uma primeira experiência interinstitucional de articulação, reflexão e difusão de conhecimento do campo de estudos em gênero e sexualidade entre grupos de pesquisa e instituições de ensino superior do estado do Amapá.

É importante destacar que na Amazônia, especificamente no Amapá, existe produção científica ainda incipiente envolvendo o campo de estudos em gênero e sexualidade.

De um modo geral, a provocação colocada aos pesquisadores que estão situados nas bordas, observando e bus-

cando compreender realidades e/ou lugares periféricos, com lógicas, dinâmicas e processos socioculturais e econômicos característicos é essa busca por pensar a própria natureza e escopo do conhecimento científico.

O desafio é instituir processos de produção do saber que dialoguem com os sujeitos em um processo criativo de observar as realidades, a partir das especificidades que se materializam em um tempo e lugar característico, sobretudo quando observamos a periferia desde a periferia.

Na Região Amazônica, percebe-se um quadro de mudanças com significativa reorganização das atividades tradicionais. A região é submetida à pressão de diversas naturezas, advindas de sociedades complexas – acentuada pela globalização, sua revolução nos meios de comunicação e reestruturação produtiva – provocando com isso rupturas, reposicionamentos e afetações de toda ordem quando observamos a constituição dos processos socioculturais. Esse movimento permanente de resignificação, envolvendo atores e instituições na tarefa de produção da realidade social, demanda observar, dentre tantos aspectos, as dimensões que envolvem a produção da diferença e da desigualdade, a partir de marcadores como gênero e sexualidade, raça/etnia em territórios distintos que configuram a sociedade local/regional.

Esse é o movimento que procuramos acionar com a publicação na proposta de ampliar a percepção desde às bordas sobre o território plural e diverso que é a Amazônia, não perdendo de vista a necessidade de diálogo com outros pesquisadores que estão se debruçando em torno das relações de gênero, da construção de sentidos sobre corpos, desejos e identidades realizadas às margens de territórios teórico/metodológicos e epistemicamente seguros.

O livro, como obra inacabada, torna-se ponto de partida para compreensão desses processos de tessitura da experiência, a partir das bordas, tendo os marcadores sociais de gênero e sexualidade como fios que permitem tecer leituras que nos provoquem a observar as realidades desde o lado de cá.

Boa leitura!

Antonio Carlos Sardinha
Ana Cristina de Paula Maués Soares
Francisca de Paula de Oliveira
(organizadores)

A teoria crítica feminista: o projeto teórico de Fraser e Benhabib

Prof.^a Dr.^a Dilnéia Rochana Tavares do Couto (UEAP)¹

Ana Carolina Magalhães Gonzaga (UNB)²

Resumo: A Teoria Crítica tem seu percurso analítico ancorado no diagnóstico crítico da sociedade, um trabalho que surge das mãos de Adorno e Horkheimer e ganha novo desenho no pensamento de Jürgen Habermas. Da trajetória traçada por Habermas emanam as análises críticas de Nancy Fraser e Seyla Benhabib que empreendem um estudo interpretativo que se presta ao diagnóstico crítico das sociedades a partir do viés de pensamento feminista. Este trabalho insere-se neste debate com vistas a apresentar o projeto analítico crítico, por uma parte, de Fraser que delimita sua crítica no déficit habermasiano no que tange as influências geradas pelo mundo da vida na esfera pública, em termos de demandas políticas. Por outra parte, no olhar de Benhabib ao fazer uma análise do ponto de vista da construção da identidade do feminino e a importância integradora entre a dimensão concreta dos sujeitos e a dimensão universal do discurso. Em suma, trata-se de apresentar os estudos de Fraser e Benhabib, com vistas a compreender a importância de tais críticas para o âmbito da teoria crítica.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Feminismo; Fraser; Benhabib.

Introdução

A Teoria Crítica Feminista ancora-se no projeto teórico de um diagnóstico de realidade, enquanto dimensão metodológica, o qual está amplamente ancorado em em-

¹ Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade do Estado do Amapá. Email: dilneia.couto@ueap.edu.br .

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília. Email: amagalhaesgonzaga@gmail.com.

preender um estudo analítico capaz de superar o que Fraser e Benhabib chamarão de défcil no projeto teórico desenvolvido por Jürgen Habermas. Neste sentido, Fraser afirma sua vinculação ao projeto teórico normativo habermasiano apontando o conceito de “âmbito público”, originalmente formulado, segundo Fraser, em *Mudança estrutural da esfera pública* como ponto de partida para a crítica das democracias atualmente existentes.

Segundo Fraser, o conceito de “âmbito público” desenvolvido por Habermas é um recurso normativo capaz de clarificar o lugar que ocupam seus componentes constitutivos, isto é, define-a e, permite separá-lo de outros âmbitos formadores dos estados democráticos. Trata-se, portanto, de um referencial teórico desde o qual partir quando abordamos o tema “esfera pública”. No entanto, sua trajetória teórica está assentada na crítica ao modelo habermasiano de esfera pública, centrando seus esforços especialmente em justificar a importância da incorporação de parâmetros substantivos de justiça à categoria de esfera pública. Um projeto ancorado numa perspectiva política feminista desde a qual busca retratar as dificuldades teóricas encontradas na proposta de Habermas.

Por sua parte, Seyla Benhabib, em seu projeto crítico, afirma um papel preponderante para a filosofia moral na formulação de critérios normativos sem os quais o próprio exercício crítico ficaria debilitado. Estes critérios são, por sua vez, justificados e explicitados em sua versão da ética do discurso no quadro de seu universalismo interativo. Para Benhabib trata-se especificamente de superar a tensão entre norma e utopia, para isso enfoca no modo como o diagnóstico crítico normativo é realizado na proposta do universalismo interativo, com isso delimitando e analisando a importância e os limites desse momento normativo para uma teoria crítica ao

combinar a formulação de critérios reflexivos com a orientação para a transformação social.

1. Para Uma Teoria Crítica da Justiça: o pensamento crítico de Nancy Fraser

No primeiro parágrafo do conhecido artigo "*O que é crítico na teoria crítica?*" (1987) Fraser posiciona-se afirmando que não encontrou até então uma definição de teoria crítica que superasse aquela oferecida por Marx. Tal definição sustenta que o papel da teoria crítica seria o de "auto-esclarecimento das lutas e desejos de uma época", isto é fomentar uma teoria social que fosse capaz de descortinar os aspectos problemáticos políticos que tomam centro das demandas sociais na arena pública.

Com isso, dois aspectos importantes da perspectiva teórica assumida por Fraser apresentam-se como destacáveis para este estudo, e são: em primeiro lugar, a teoria crítica toma um caráter eminentemente político dado que sua função seria de criar programas de pesquisa e situar sua estrutura conceitual voltada às lutas políticas contestatórias mais significativas de sua época. Em segundo lugar, "a atividade crítica mostra-se essencialmente ligada a uma compreensão agregadora de todas as lutas políticas encampadas num determinado momento histórico." (SILVA, 2008, p. 209).

Ao situar ditos aspectos observa-se na proposta de Fraser uma verdadeira preocupação por relacionar a Teoria Crítica ao que ela considera ponto de partida para construção de arcabouços teóricos sustentáveis e críticos, tal ponto de partida situa-se na função desenvolvida pela Teoria Social. Isto é, teoria social e teoria crítica seriam correlatas, no sentido de que não seria possível fazer teoria crítica sem os sustentáculos analítico-reconstrutivos da teoria social.

Ao tomar partido de uma Teoria Crítica que entende ganhar corpo quando é capaz de analisar criticamente o *status quo* a partir de elementos pré-teóricos (analíticos) que sejam constitutivos da consequente associação conceitual, Fraser torna-se uma interlocutora crítica especialmente dos trabalhos de Habermas, Young e Honneth. Para este trabalho, resume-se o escopo de abordagem ao núcleo da crítica de Fraser ao trabalho de Habermas, o qual tem seu ponto de partida na concepção de esfera pública por ele apresentada em *"Mudança Estrutural da Esfera Pública"* (1994).

Segundo Fraser (1993, p. 119), "no final de transformação estrutural ficamos sem uma concepção do âmbito público suficientemente diferenciada da concepção burguesa capaz de cobrir as necessidades da teoria crítica atual". Neste sentido, Fraser atenta para a importância da superação do formalismo habermasiano com vistas a alcançar uma resolução plausível para os problemas práticos de desigualdade entre os participantes do discurso. Sendo assim, situa na redistribuição dos recursos o elemento nuclear dos processos de construção de políticas capazes de superar a desigualdade entre os participantes no discurso.

A argumentação de Fraser fixa-se no nível de uma teoria social crítica de corte feminista, tornando a categoria do gênero seu ponto de referência e o vínculo argumentativo em que se sustenta a interlocução crítica que se propõe a desenvolver frente ao projeto habermasiano. Por sua vez, as críticas ao conceito de esfera pública se justificariam com base numa suposta idealização do modelo de esfera pública por parte de Habermas.

Partindo então de uma "concepção historiográfica revisionista" Fraser identifica quatro aspectos fundamentais que permitiriam defender que a concepção de esfera pública proposta por Habermas está apoiada em uma visão idealiza-

da “masculinista burguesa” específica do âmbito público. Os quatro aspectos que a autora destaca são:

1. A suposição de que os interlocutores no âmbito público são capazes de colocar “entre parênteses” as diferenças de status e deliberar “como se” fossem socialmente iguais.
2. A idealização de que uma multiplicidade de públicos em competição está necessariamente mais distante e não mais próximo de uma verdadeira democracia e que um âmbito público único seja sempre preferível a um nexo de múltiplos públicos.
3. A demarcação de que os discursos nos âmbitos públicos devem restringir-se a deliberação sobre o bem comum e que a aparição de interesses privados e assuntos privados são sempre indesejáveis.
4. A alegação de que um âmbito público em função exige uma aguda separação entre a sociedade civil e o estado (FRASER, 1993, p. 34).

Em relação ao primeiro aspecto levantado por Fraser a crítica recai, portanto, sobre a própria formulação do procedimento discursivo promovida por Habermas. Uma formulação que coloca o peso da igualdade normativa em um “como se”, isto é, na suposição normativa de uma igualdade de participação que garantiria os direitos iguais de participação para todos os afetados. Agora bem, Fraser aponta uma espécie de maquiagem formal que vem sendo parte historicamente dos processos deliberativos e que denotam que a igualdade é realmente e exclusivamente formal entre os participantes. Por isso, considera a tarefa de denunciar as formas de exclusão na participação discursiva, seguindo os defensores do modelo de democracia liberal, como núcleo da resolução dos problemas de igualdade substantiva de participação.

Sobre o segundo ponto Fraser afirma que Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública* sustenta uma perspectiva unificadora do âmbito da publicidade que o permite afirmar que os discursos públicos legítimos próprios de sociedades democráticas avançadas são aqueles capazes de confluir todas as vozes para uma esfera institucionalizada única e formalmente organizada em função da deliberação pública de corte universalista. Para Fraser encontram-se duas vias de análise estrutural que lhe permitem concluir que a multiplicidade de públicos seja preferível a um público unificado e estratificado, tal e como considera que foi idealizado por Habermas. Por uma parte, aponta que em “sociedades estratificadas” a existência de “contra-públicos” permite a denúncia de formas de dominação sustentadas pelos públicos institucionalmente legitimados. Por outra parte, no caso das “sociedades igualitárias multiculturais” a pluralidade de públicos oferece a possibilidade de desenvolver uma arena discursiva mais igualitária em função da ampla variedade de demandas que surgem dos públicos que a conformam.

No que se trata do terceiro ponto o argumento de Fraser segue na seguinte direção: “levantar as restrições formais no âmbito público não é suficiente para assegurar sua inclusão na prática.” (FRASER, 1993, p. 52). Ao abordar esta questão a teórica feminista põe em tela de juízo a definição dada por Habermas de “interesse público” e “bem comum”, apontando que esclarecer o conteúdo desses conceitos seja essencial para clarificar a concepção de deliberação que aparece como *ethos* da esfera pública em Habermas. Sob este prisma surge como medida urgente a definição de aspectos tais como “público”, “privado” e “bem comum”. Em suma, os fatores constitutivos dos referidos âmbitos necessitariam ser reconsiderados, pois as problemáticas práticas identificam que o modelo não é capaz de responder às exigências mí-

nimas de inclusão, princípio formalmente inserido, porém faticamente não contemplado.

No quarto e último aspecto levantado por Fraser é destacada a necessidade de buscar-se “uma concepção pós-burguesa que nos permita imaginar um papel maior para os âmbitos públicos que o de simplesmente formadores autônomos de opinião, separados das autoritárias tomadas de decisão.” (FRASER, 1993, p. 56). Tal apreciação remonta a uma crítica bastante recorrente ao modelo de Habermas que parece alocar o espaço público da formação da opinião e da vontade em um lugar pouco significativo e, por assim dizer, de restritas possibilidades efetivas de ação.

Isto é, o resguardo da esfera pública informal a um espaço em que a solidariedade seria seu corpus formador mostra-se essencialmente problemático quando a abordagem é de corte filosófico político feminista. Isto se explicita na abordagem de Fraser quando é capaz de analiticamente identificar que os papéis assumidos tanto pelo mundo da vida como pelo sistema não são tão sistematicamente diversos como parece apontar Habermas. Senão que nas sociedades pluralistas atuais a inter-relação de ambas apresenta-se sob a forma de *inputs* e *outputs* que mostram a profunda vinculação das esferas de reprodução social e reprodução simbólica o que garantiria a manutenção de uma estrutura social “androcêntrica” e “ideológica” a qual teria passado sem a apreciação necessária por Habermas.

Portanto, ao situar a crítica de Fraser em relação ao modelo habermasiano de esfera pública é possível observar que haveria um déficit de compreensão em uma concepção de esfera pública que se ocupe unicamente da reconstrução dos procedimentos formais que permitam a igualdade de participação entre todos os interessados no discurso. Posto que, não é capaz de vislumbrar e, portanto, incluir aqueles as-

pectos substantivos de justiça que seriam o ponto de partida para uma teoria social crítica comprometida com denunciar e superar situações efetivas de exclusão. Em suma, trata-se de ter em conta os elementos redistributivos que emanam da esfera social e política e são, para a autora, o ponto de partida de uma teoria crítica da justiça.

2. O “universalismo interativo”: a perspectiva crítica de Seyla Benhabib

Para Seyla Benhabib, apesar de seus conflitos, a mediação entre o universal e o particular é base para o desenvolvimento de um universalismo sensível ao contexto particular (individual) e um contexto de uma democracia deliberativa. Em *“Critique, Norm and Utopia”* (1986) e *“Situating the Self”* (1992), Benhabib preocupa-se especialmente com a crescente crítica feita à possibilidade de universalismo pelos comunitaristas, feministas e pós-modernistas.

Na tentativa de adequar o universalismo às críticas que a ele são feitas, Benhabib busca, na teoria comunicativa de Habermas e na concepção de julgamento político de Arendt, elementos para desenvolver sua própria noção de universalismo, a do universalismo interativo. A partir desse conceito, para a autora, é possível pensar a maneira pela qual as normas e valores considerados universais proporcionam o reconhecimento da diversidade entre os indivíduos, ao mesmo tempo em que são mantidos por esse mesmo reconhecimento.

Em *Critique, Norm and Utopia* (1986), um dos principais pontos levantados por Benhabib é a crítica à filosofia do sujeito, alegando que apesar das inovações apresentadas por Habermas, este não teria conseguido se desvincular totalmente da teoria do sujeito em sua teoria da ética comunicativa. Se-

gundo Benhabib (1986, p. 393), haveria duas pressuposições hegelianas, relacionadas à teoria do sujeito presentes tanto nos primeiros estudos da Escola de Frankfurt, como na teoria de Habermas. Em primeiro lugar, a história é vista como o desenvolvimento de um sujeito singular que é externalizando no processo histórico. Em segundo lugar, a emancipação estaria relacionada à reapropriação da herança desse sujeito. Ao mesmo tempo, no entanto, Benhabib tem por objetivo defender a autonomia do sujeito racional, mas para ela, esse seria um sujeito constituído intersubjetivamente e com diferentes histórias.

Ela retoma a ideia de crítica, para rever a relação entre crise e crítica (BENHABIB, 1986). Sua principal alegação é a de que a base da crítica é feita através de um diagnóstico de crise, que aponta para duas direções: norma e utopia. Concordeando com Habermas, ela alega que a crítica deve incluir um elemento diagnóstico-explicativo e outro utópico, enquanto o primeiro representa o observador, o segundo representaria o agente.

Uma das principais críticas de Benhabib à Escola de Frankfurt é justamente o fato de esta ter focado no diagnóstico em detrimento do elemento utópico, principalmente em *Dialética do Esclarecimento* (1944), escrita por Adorno e Horkheimer. Para a autora, Habermas foi responsável por dar novo vigor à Teoria Crítica pelo fato de colocar a razão comunicativa, como uma alternativa para a razão instrumental, através de um modelo ideal de discurso.

Ainda assim, Benhabib apresenta ressalvas no que se refere à teoria de Habermas. Ela se mostra receosa com algumas características de Habermas, que são notadamente kantianas, excessos racionalistas, como argumentos transcendentes (1986, p. 306), procedimentalismo (*ibidem*, p. 288) e compromissos universal-igualitários (*ibidem*, p. 306).

Além disso, defende que Habermas deixa a um lado questões como necessidades e solidariedade em detrimentos de direitos (ibidem, p. 39). O cerne de sua crítica à Habermas relaciona-se com o fato de que ele ignoraria diferenças naturais e socioculturais. Ela rejeita a possibilidade do outro generalizado que em Habermas representa a filosofia do sujeito. Por sua vez, ela pretende apresentar também a noção de outro concreto, que aparece em Carol Gilligan³. Nesse sentido, o outro concreto diz respeito a todo e qualquer ser racional, como um indivíduo com uma história concreta, identidade e constituição afetiva e emocional (1992, p. 341). A noção de Benhabib de outro concreto é baseada em uma norma de “reciprocidade complementar”.

Ela alerta que para o fato de que a interação humana normalmente ocorre em um ambiente privado e não-institucional e por isso é necessário levar em conta a necessidade de normas de solidariedade, amor e cuidado para o desenvolvimento de uma teoria moral universalista. Esse outro concreto é identificado com uma perspectiva feminista em muitas reflexões contemporâneas.

A inserção da visão do outro concreto é um elemento epistemológico que permite à autora o desenvolvimento de uma teoria moral universal que pode ser aplicada à questão das mulheres como categoria e grupo excluído. Essa teoria, a que Benhabib dá o nome de universalismo interativo é teoricamente desenvolvida a partir do trabalho de três autores: Gilligan, Habermas e Arendt.

Em um primeiro momento, e em menor intensidade, há a influência da ética do cuidado desenvolvida em Gilligan

³ GILLIGAN, Carol. In *a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1982.

para propor a distinção crítica entre o outro generalizado e o outro concreto como exposto anteriormente. Em um segundo momento, há uma combinação da assimilação crítica da ética do discurso em Habermas com o trabalho de Arendt sobre ação política e julgamento.

Uma vez que as questões morais só podem ser respondidas após um processo discursivo de formação da opinião, segundo a ética do discurso presente na ideia de democracia deliberativa, Benhabib preocupa-se com a forma como se dá tal discurso. Em *Critique, Norm and Utopia* (1986) retoma o desenvolvimento da Teoria Crítica a partir da análise de Kant, feita por Hegel. Apesar de apontar limites das análises realizadas por essa escola de pensamento, Benhabib reafirma sua dimensão normativa e utópica (BENHABIB, 1986, p. 5), tomando como base a ética comunicativa desenvolvida por Habermas. Em seu projeto de universalismo interativo, Benhabib (1986, 1992) adere de forma crítica à reformulação do universalismo kantiano presente em Habermas em três pontos.

Os pontos de acordo com Habermas são, em primeiro lugar, o discurso prático que no autor implica um conteúdo substantivo e normativo, a necessidade de respeito mútuo universal por todas as pessoas em diálogo e em reciprocidade igualitária. Tanto o respeito como a reciprocidade estão presentes na teoria da ética do discurso. Um segundo ponto, é o fato de que o universalismo interativo concorda com Habermas em sua concepção de espaço público caracterizado por ser um espaço discursivo de participação. Em terceiro lugar, concorda com a reformulação de imperativos universalistas que se afastam do elemento monológico presente em Kant, no sentido da existência de uma deliberação situada socialmente que promove discursos práticos (BENHABIB, 1992).

Apesar de concordar com os elementos citados, Benhabib elabora seu modelo de universalismo interativo a

partir da crítica da ética discursiva, colocando em questão os seguintes temas: conteúdo normativo, as fronteiras do espaço público e a natureza interativa dos indivíduos em discursos práticos.

O universalismo interativo supõe então, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de “pontos de vista morais”, o ideal moral da “reversibilidade de posições”, isto é, o esforço de se colocar na posição do outro, e ainda a superação de uma noção de “outro generalizado”, em prol da consciencialização de que o outro é concreto.

Benhabib define o “ponto de vista do outro generalizado” como aquele que parte do pressuposto de que “cada indivíduo é uma pessoa moral dotada dos mesmos direitos morais que nós”, “uma pessoa moral que também é um ser racional e que age capaz de um sentido de justiça ou de formular uma visão do bem, bem como de se comprometer numa ação que conduza ao mesmo” (BENHABIB, 1992, p. 6). Por seu turno, o “ponto de vista do outro concreto” é aquele que nos “permite ver todas as pessoas morais como indivíduos únicos, com uma determinada história de vida, com determinadas disposições e dotes, assim como com determinadas necessidades e limitações” (BENHABIB, 1992, p. 10).

Este “outro” pode ser o estrangeiro, ou a estrangeira – questões às quais Benhabib se dedica numa obra intitulada, precisamente, *“The Rights of Other: Aliens, Residents and Citizens”* (2004) –, podem ser, em geral, as mulheres, distanciadas do espaço público e relegadas para o privado durante séculos. A questão do espaço público e do espaço privado aparece também na reflexão de Benhabib, ligada, mais uma vez, à exclusão das mulheres do espaço público de debate. Este não é só um espaço físico, por oposição ao espaço familiar: é, também, e, sobretudo, relativo à esfera dos assuntos de interesse público, passíveis de análise à luz

da razão, por oposição, aos assuntos “do foro privado”, no qual nem o Estado moderno, nem os mecanismos económicos “deverão” interferir.

O que se pode pensar é: como Seyla Benhabib advoga a possibilidade de uma perspectiva universalista, sem a perspectiva do “outro generalizado”? E como é possível uma perspectiva do outro concreto que não constitua um estilhaçamento da identidade moral e do “eu que decide” convivendo com diversas perspectivas, tantas quantos os seres humanos?

A resposta da autora está no próprio papel que ela atribui à distinção entre o “eu generalizado” e o “eu concreto”: esse papel não é “prescritivo, mas sim crítico” (BENHABIB, 1992, p. 164). Benhabib não prescreve uma teoria moral consonante com o ponto de vista do eu concreto: este se constitui como instância crítica de uma perspectiva universalista cega, isto é, alheia ao concreto, mais, que o invisibiliza, que o substitui por uma ideia abstrata de sujeito racional.

O universalismo interativo compreende-se, pois, como uma teoria moral que nos permite “reconhecer a dignidade do outro generalizado através do reconhecimento da identidade moral do outro concreto” (BENHABIB, 1992, p. 164), mais precisamente ainda: “todo o outro generalizado é também um outro concreto” (BENHABIB, 1992, p. 165).

Considerações finais

Considerando a proposta de identificar as contribuições de Fraser e Benhabib para uma teoria crítica de corte feminista, pode-se observar que ambas as filósofas estão comprometidas com a manutenção da metodologia crítica própria da Teoria Crítica, qual seja: o diagnóstico de realida-

de entendido como a via analítico-histórica desde a qual os projetos emancipatórios sociais podem ser extraídos e suscitados enquanto compreensão de déficits que perturbam o desenvolvido do projeto de formação de pensamento autônomo e, por isso, emancipado.

Neste sentido, os projetos teóricos tanto de Fraser como de Benhabib encontram-se comprometidos com este processo metodológico, o que o fazem a partir da análise crítica do pensamento de Jürgen Habermas à luz de teorias complementares e, também, da própria análise do contexto moral e político em que se inserem suas críticas. Se, por uma parte, Fraser, está preocupada por trazer à luz a “miopia” habermasiana em torno às questões que perpassam as esferas pública e privada familiar e mostrar a importância por tê-las em consideração a hora de desenvolver uma teoria política que seja capaz de abarcar os diversos âmbitos da justiça; por outra parte, Benhabib está preocupada com denunciar o excessivo apelo ao caráter normativo do discurso que Habermas atribui aos sujeitos, deixando em segundo plano os aspectos preponderantes que demarcam a identidade que conforma os falantes dos discursos públicos.

Trata-se de descortinar, em ambos os projetos reconstruídos neste texto, a ausência do âmbito particular como lugar de formação tanto da linguagem moral dos sujeitos, como dos valores que irão compor as demandas políticas que conformam o lugar de cidadãos que ocupam na esfera pública. Tudo isso, permite observar que as demandas do feminino estão estrutural e teoricamente identificadas na periferia dos discursos, no âmbito da informalidade, o que assevera a dificuldade que estas mulheres tem de ser compreendidas enquanto sujeitos competentes linguisticamente para formar parte dos espaços de debate, para ocupar lugares na esfera política, para empreender liderança na

esfera empresarial, etc. Em suma, Fraser e Benhabib denunciam as dificuldades que mulheres vivenciam de serem protagonistas no processo de transformação e reprodução de um novo modelo de discurso na esfera moral e política, pois em seu diagnóstico crítico atestam com clareza o quanto tais lugares estão normativamente estruturados e, linguisticamente definidos.

Referências

BENHABIB, Seyla. **Situating the Self: Gender, Community and Post-modernism in Contemporary Ethics**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BENHABIB, Seyla. **Critique, norm and utopia: A Study of the Foundations of Critical Theory**. New York, Columbia University Press, 1986. 455 p.

BENHABIB, Seyla. **The Rights of Others: Aliens, Residents, and Citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism: From State Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. Verso: Nova York, 2013.

FRASER, Nancy. "Reframing Justice in a Globalizing World." In: **Scales of Justice. Reimagining Political Space in a Globalizing World**. Columbia University Press, Nova York, 2010.

FRASER, NANCY. "Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente". In: **Debate Feminista**, México. Março, 1993, pp. 23-58

FRASER, NANCY. "Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero." In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coords.). **Feminismo como crítica da Modernidade**. Editora Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 1987, pp. 38-65.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidad y Validez**. Madrid: Trotta, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Historia y Critica de la Opinión Pública. La Transformación estructural de la vida pública**. Barcelona: Gustavo Gil, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Vs. 1 e 2. Madrid: Taurus, 1987.

LUBENOW, Jorge Adriano. (2010) “As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à Filosofia Política de Jürgen Habermas”. **Revista Veritas**, Porto Alegre. V. 55, nº 1, Jan – Abril, p. 121-134.

REPA, Luiz. (2008). “Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de Teoria Crítica.” In: NOBRE, Marcos (Org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. Papirus: Campinas, pp. 161-182.

SILVA, Felipe Gonçalves. (2008). “Iris Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib. Uma disputa entre modelos críticos.” In: NOBRE, Marcos (Org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. Papirus: Campinas, pp. 199-226.

Gênero: uma categoria pós-moderna de análise a ser revista

Victor André Pinheiro Cantuário¹

Resumo: O objetivo do presente artigo é dissertar sobre o conceito “gênero” a partir das considerações formuladas pela historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1986, 2010) e a seguir as críticas da igualmente historiadora Joan Hoff (1994) a respeito da maneira como a primeira adota a perspectiva de teorias pós-modernas para construir seus argumentos sobre o conceito aqui tratado, trazendo a contribuição de Judith Butler (1999/2017) para o debate no que concerne à impossibilidade de se poder sustentar gênero como categoria referencial da distinção binária de sexo anatômico/biológico. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta produção centra-se no aspecto qualitativo da pesquisa acadêmica, procedendo-se à consulta de textos, principalmente artigos, dispostos em periódicos *on-line* e material impresso, portanto com a finalidade de se construir um quadro teórico de referência, em conformidade com Demo (1985) para quem esta é uma forma adequada de procedimento que permite ao pesquisador transitar coerentemente pelos contextos resultantes de sua fundamentação teórica. Das várias conclusões extraídas a que mais se sobressai é a concordância com os argumentos de Hoff por se compreender que a autora constrói forte exposição ao apontar os elementos mais delicados do clássico artigo de Scott, **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica, informando o leitor da não historicidade e falta de criticidade presentes nas teorias que ora serviram de suporte para a defesa feita por Scott.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Pós-modernidade; Categoria de Análise.

¹ Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor da Universidade Federal do Amapá. **Email:** ve.cantuario@gmail.com

Introdução

A segunda metade do século XX testemunhou, em contexto global, o despontar de movimentos sociais² cujo objetivo principal foi fazer oposição a estruturas sociopolíticas rígidas que precisavam urgentemente serem modificadas, entre esses podem ser citados os movimentos pela declaração de independência de países africanos colonizados em sua maior parte pela França ou Inglaterra, que vinham se configurando desde o pós-guerra³, e os movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos da América, tendo seu caminho sido aberto pela decisão do caso *Brown v. Board of Education*.⁴

A década de 1960 foi palco da segunda onda do feminismo que tomou conta da América do Norte e logo chegou a outros países nos anos seguintes, principalmente caracterizada pela reação ao sexismo e ao papel que a mulher ocupava na sociedade, comumente representado na figura

² Richard Miskolci (2013, p. 21) comenta: “Os três principais ‘novos’ movimentos sociais foram o movimento pelos direitos civis da população negra no Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda e o então chamado movimento homossexual. Eles são chamados de novos movimentos sociais porque teriam surgido depois do conhecido movimento operário ou trabalhador, e porque trouxeram ao espaço público demandas que iam além das de redistribuição econômica”.

³ David Birmingham (1995) menciona que a independência das colônias europeias na Ásia serviu de ponto de referência para as colônias africanas, e ambos os eventos auxiliaram na luta por direitos civis na América do Norte.

⁴ Detalhes sobre os precedentes, desenvolvimento e consequências do Movimento dos direitos civis nos Estados Unidos podem ser vistos em livro organizado por Jill Karson (2005).

da “dona de casa”⁵, daí havendo a necessidade de se rever as relações sociais existentes entre homens e mulheres e quais aspectos ou traços distinguiam um do outro, dando impulso à busca de um conceito que melhor se adequasse às demandas das feministas desse período, vendo-se no “gênero” uma possibilidade condizente com o que se buscava na ocasião.

Em razão da importância que o conceito adquiriu no contexto mencionado, uma certa “euforia” tomou conta de pensadores que se debruçaram sobre temáticas advindas de questões envolvendo principalmente as mulheres, a seguir, identidade, sexo e desejo, resultando, posteriormente, em alguma suspeita quanto às possibilidades do uso de “gênero” para abarcar uma série de temas correlatos ou mesmo se referir às questões que o conceito originalmente veio tentar responder, visto a ampliação de seu campo semântico em um curto espaço de tempo, possivelmente pelo sentimento de euforia acima pontuado.

Propõe-se como problema norteador deste estudo discutir a adesão a gênero como categoria de análise histórica a partir da visão de Joan Wallach Scott, seus argumentos em defesa do uso do conceito, as significações que adquiriu a partir de então e, em seguida, a crítica de Joan Hoff ao aspecto pós-moderno e pós-estrutural dado àquele bem como as limitações e os desvios identificados em seu uso, estruturando-se o artigo em primeiramente expor a perspectiva de

⁵ Carla Bassanezi (2004) dá maiores esclarecimentos sobre a maneira como as mulheres eram vistas e viam a si mesmas durante a década de 1950, no contexto social brasileiro, e o reforço da imagem da dona de casa, ressaltando a forte influência estrangeira, motivada pelo fim da II Guerra Mundial, e das revistas femininas nacionais para a propagação deste estereótipo, que seria duramente criticado na década seguinte.

Scott e após as críticas de Hoff, ambas permeadas pelos pronunciamentos de Judith Butler⁶ – importante voz da geração influenciada pela segunda onda do feminismo e pensadora da teoria queer.

1. Gênero: do conceito à crítica

O problema inicial levantado por Joan Scott está associado à abrangência do uso do termo “gênero” para atender a uma série de designações, desde a diferenciação, mais comum até então, de sexos, masculino/feminino, estritamente em nível gramatical, até a diferenciação de indivíduos, homem/mulher, a partir de traços anatômicos/biológicos⁷, o que em seu estudo sobre o conceito, disposto no hoje clássico artigo *Gender: a useful category of historical analysis*, publicado há 31 anos na *American Historical Review*, conheceu sua primeira modificação quando utilizado pelas feministas norte-americanas da década de 1970 para se referir à mulher em si, constituindo-se em conceito-referência desse momento em diante e figurando, constata a historiadora, em títulos de artigos e livros em substituição ao termo mulher. O contexto histórico e cultural da época aponta que a necessida-

⁶ É necessário esclarecer que apesar de costumeiramente ser associada ao pós-estruturalismo, não é esse de fato o caso, e Sara Salih (2002, p. 6) manifesta sua compreensão sobre o tópico: “Butler não é freudiana nem foucaultiana, marxista, feminista ou pós-estruturalista, em vez disso, podemos dizer que ela compartilha afinidades com essas teorias e seus projetos políticos, não se identificando com algum deles em sentido restrito, mas abrindo uma variedade de paradigmas teóricos onde quer que pareça mais apropriado em várias e, às vezes, inesperadas combinações.”

⁷ Para mais detalhes de tentativas de classificações do sexo e tipos sexuais, recomenda-se Penna (2010), capítulo *Conceitos e diferenças*.

de de tal modificação se deveu, em parte, à ausência de um campo conceitual que pudesse dar adequada compreensão das desigualdades existentes entre homens e mulheres, além da tentativa de desconstruir a fixa e imutável representação binária de gênero (SCOTT, 1986).

No momento em que Scott publicou seu artigo a respeito do gênero como categoria histórica de análise, a cena acadêmica norte-americana sofria em suas bases epistemológicas, ocorrendo uma relevante transição de paradigmas científicos para literários como expressão mais direta da crise que se testemunhava cujas bases de orientação estariam na maciça adesão ao pensamento pós-estruturalista francês, em especial de Michel Foucault e Jacques Derrida (SCOTT, 1986; MEYEROWITZ, 2008).⁸

Após uma série de considerações, Scott propõe sua definição de gênero na sequência de dois argumentos inter-relacionados, para a autora, “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos, e [da mesma forma] gênero é uma maneira primária de dar significado a relações de poder” (SCOTT, 1986, p. 1067). O poder a respeito do qual Scott dá relato é o mesmo presente na filosofia de Michel Foucault que ao pensá-lo pretende compreendê-lo não como uma força essencialmente negativa ou concentrado em um ente, mas a partir da existência de regimes de poder estabelecidos por meio de “técnicas e procedimentos que circulam em toda sociedade [...] em nível micro e macro [...] de modo

⁸ Note-se que em diversos momentos de sua atividade pública, Foucault fez questão de comentar que não se identificava com caracterizações ou rótulos, disto ressalte-se que a identificação de pensador pós-estruturalista é uma opção das autoras citadas. Para maiores detalhes sobre esse debate, Dreyfus e Rabinow (2013).

contínuo, produzindo reduzidas lacunas onde poderiam se desenvolver atitudes de resistência ou de desobediência” (SAMPAIO, 2011, p. 223).

O que há por detrás desses apontamentos é o entendimento claro de gênero, em uma visão profundamente histórica – posicionamento defendido pela autora desde as primeiras linhas de seu artigo –, não poder ser vinculado a interpretações reducionistas e muito menos defendido de maneira universal e descontextualizada, correndo-se o risco, se se proceder desta maneira, de reproduzir os equívocos mais comuns ao utilizá-lo, equívocos esses já mencionados. Apesar disso, e mesmo considerando seu caráter histórico, “o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos” (BUTLER, 2017, p. 21), isto, pode-se presumir, estaria relacionado à própria instabilidade interna do conceito⁹, a qual demanda mutabilidade em vez de fixidez, às variações a que esteve sujeito consoante o viés teórico que se lhe apropriou, e, derivado, mas não dependente destas, às escolas de pensamento ou áreas de conhecimento nas quais adentrou e foi incorporado a vocabulários específicos.

Passadas mais de duas décadas da publicação de seu artigo, Scott propõe uma revisão, em 2010, trazendo à luz outras questões que o tempo e o uso permitiram fazer sobre o

⁹ Os motivos de instabilidade do conceito “gênero” aqui podem ser reforçados ao se fazer saber que o feminismo não é um movimento único, mas composto de variações e conceituações que irão cada uma ao seu turno e de acordo com sua visão teórica e de mundo utilizá-lo e interpretá-lo à sua maneira, como não poderia deixar de ser. Algumas das vertentes que se pode mencionar são: feminismo liberal, feminismo radical, feminismo marxista/socialista, feminismo multiétnico, feminismo existencialista, feminismo multicultural, ecofeminismo, feminismo pós-moderno e teoria queer (LORBER, 1997).

conceito tratado no artigo de 1986. Assim, sob o título *Gender: still a useful category of analysis*, a historiadora norte-americana identifica uma complicada falta de criticidade existente na utilização de gênero como conceito guarda-chuva e tornando-se “apenas mais um termo comumente compreendido no vocabulário feminista” (SCOTT, 2010, p. 10). Desgastando-se tanto pelos usos inadequados quanto pelos desvios conceituais operados por quem propositalmente persista ainda em reproduzir os efeitos negativos decorrentes de tal ato.

Por outro lado, Scott apresenta sustentação teórica e situacional – neste último caso, descreve eventos, como a IV Convenção Mundial sobre a Mulher, realizada no ano de 1995, em Pequim, China, vinculados às polêmicas envolvendo a defesa da permanência das diferenças tradicionais entre homens/mulheres, o sexo biológico – como garantia de que a despeito de sua “vulgarização”, gênero ainda mantém vitalidade conceitual e nesse ponto Scott dá um passo adiante ao concluir que de fato “não apenas não há diferenças entre sexo e gênero, mas o gênero é a chave para o sexo” (SCOTT, 2010, p. 13), contrariando a ideia comum, em um regime de heterossexualidade compulsória¹⁰, da divisão sexual masculino/feminino apoiada no pressuposto de que na biologia, e, por extensão, na anatomia, reside a chave para esta diferença (BUTLER, 2017).

Contudo, a historiadora Joanne Meyerowitz (2008) explica que a euforia de teóricos tanto norte-americanos quanto europeus com as possibilidades vislumbradas e os limites passíveis de serem rompidos ao se tomar gênero como conceito autoexplicativo não encontrou adeptos e consenso

¹⁰ O conceito figura no artigo de Adrienne Rich, *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*, Signs, vol. 5, no. 4, Women: Sex and Sexuality (SUMMER, 1980), pp. 631-660.

em todas as áreas. Uma das várias críticas que recaiu sobre o conceito adveio da igualmente historiadora norte-americana Joan Hoff que, em seu artigo *Gender as a postmodern category of paralysis*, entende ser desnecessário atribuir novas definições a gênero, reinventá-lo, como diz, com uso de “jargão linguístico”, em expressão sua, porque em suma isso não recorta “a análise acadêmica das realidades que as mulheres enfrentam em suas vidas cotidianas” (HOFF, 1994, p. 150), isto é, há diversos outros aspectos que fogem da discussão quando a atenção se concentra exclusivamente na querela gênero *versus* sexo, e um desses aspectos estaria, por exemplo, na justificada preocupação de mulheres negras com o estabelecimento de uma “prática hegemônica nos altos círculos acadêmicos”, incorrendo estes ainda que não propositadamente em práticas racistas por apoiarem-se em metodologias desconstrucionistas “ao sugerir que raça¹¹, como gênero, é um conceito discursivamente construído” (idem, p. 162), quando, na verdade, aquele é construído histórica e socialmente, e não devem os dois conceitos, conforme advertência de Butler (1999, p. xvi), “ser tratados como simples analogias”, pois seus campos semânticos e de análise possuem particularidades que o outro não necessariamente compartilha.

Como se nota, a suposta unanimidade gozada pelo conceito aqui explorado não passa no teste da crítica, pois da elementar oposição que aparentemente solucionou, masculino/feminino-homem/mulher, outras oposições derivadas desta ou advindas de relações tecidas alhures, quando o conceito adentra no vocabulário das ciências sociais e de variadas áreas de conhecimento, surgem tornando complexa a sua apropriação ou inserção em discussões que tenham

¹¹ Justifique-se a tradução da palavra “raça” em razão de seu uso corrente na língua inglesa.

consciente ou inconscientemente por objetivo utilizá-lo a fim de dirimir problemas clássicos no campo ao qual esteja migrando.

Outros perigos apontados pelas críticas de Hoff estão relacionados aos modos como teorias pós-modernas, entre as quais teorias pós-estruturalistas francesas, tendenciam o uso da categoria de análise gênero a fim de “reduzir as experiências das mulheres, lutando para definir a si mesmas e pretendendo melhorar suas vidas em contextos históricos particulares, a partir de meras narrativas subjetivas” (HOFF, 2010, p. 150). De fato, em um olhar mais detido, a impressão extraída dos apontamentos de Hoff é que o pós-estruturalismo “apagou a mulher como categoria de análise”, deixando de lado uma parcela que ainda ou sequer teve sua história escrita ou divulgada (MEYEROWITZ, 2008, p. 1348). De tal modo que se sobressai o cuidado de Judith Butler (2017, p. 28) ao questionar definições de gênero que pretendam compreender este como sendo “uma interpretação cultural do sexo”, findando por ser inevitável que se pergunte “como e onde ocorre [ess]a construção de gênero?”, havendo por detrás da pergunta de Butler uma preocupação maior em pensar que agente(s) estaria(m) implicado(s) na construção desta e não daquela visão de gênero, e se a construção a que se chegou seria fixa, um referencial imutável, ou passível de transformação.

O saldo da análise de Scott e da contra-análise de Hoff apresentado aponta diretamente para o fato de que há, em geral, tamanha incompreensão na defesa, desatenta e desinformada, da categoria de análise gênero como advinda positivamente do uso pós-moderno feito não apenas por feministas como por teóricos ou historiadores da mulher porque se trata de um conceito forte, necessariamente histórico e, por consequência, político, o que não se observa nas

variadas ramificações que o pensamento pós-moderno produz, conclui Hoff (2010), sendo este mais afeito à análise do momento, ao que ocorre enquanto se observa, conservando seu viés objetivo e desprezando as instâncias anteriores e posteriores, cuja inclusão no trato do problema possibilitaria visão mais abrangente, mas não superficial, para se ater à pura descrição, não manifestando nem executando movimentos com interesse de ir além.

Considerações finais

Palavras, assim como ideias, assim como pessoas, têm história. Essa é a explicação desenvolvida por Joan Scott para desconstruir entendimento, vulgar, de gênero como conceito fixo e imutável, cuja visão era amplamente divulgada e socialmente compartilhada antes do início da segunda onda do feminismo, por volta da década de 1960, pois, ora, se a história progride dinamicamente, em movimentos sucessivos e dialeticamente postos, isto é, não em constante harmonia, mas em constante discordância ou oposição, tudo que ela contém há de inevitavelmente avançar, esse foi o mote defendido por teorias marxistas da história para opor as forças da natureza àquelas sob as quais o homem vive e nas quais produz e reproduz suas ações na vida real (SAES, 1994).

O porém às proposições feitas por Scott relaciona-se ao entendimento de que a pós-modernidade possibilitou reflexões mais acuradas e novas perspectivas para antigos problemas – e o problema masculino/feminino se inscreve nessa tradição – porque grande parte das teorias resultantes da maior corrente pós-moderna, de vertente europeia, são teorias objetificantes as quais têm menor apreço pelo agente

histórico ou pelo ser em suas dimensões, atendo-se principalmente nos aspectos mais externos e estruturais das coisas e dos fenômenos e é nesse ponto principal que reside a crítica da historiadora norte-americana Joan Hoff.

Vê-se que diante das modificações já sofridas pelo conceito estudado, frequente em campanhas pró-tolerância, em pesquisas acadêmicas, nos discursos de políticos, da sociedade civil, de segmentos LGBT, é inviável sustentar gênero como simples categoria de análise pós-moderna ou pós-estruturalista, o que incorreria em grave problema de uso e avaliação deste, causando esse comportamento o desgaste do termo e a indevida desconstrução de seu significado, em um procedimento que estaria contrariando todo o esforço recente envidado em sua justificação, reconhecimento e consolidação, sendo a escritura de grande parte da obra de Judith Butler exatamente dedicada a um duplo movimento: por um lado, apresentar base referencial consistente na divulgação e adequado esclarecimento do tema e de temáticas correlatas como a teoria queer; e por outro, desenvolver críticas fundamentais à persistência de concepções deterministas as quais defendem aspectos biológicos ou anatômicos para atribuir identidade e, principalmente, definir sexualidades de sujeitos que não se sentem aí contemplados.

De certo que a despeito de alguma incoerência permanente, o presente artigo tencionou centrar esforços em apresentar polêmica estabelecida entre dois expoentes de estudos históricos norte-americanos no tocante à questão da categoria de análise “gênero” e suas percepções sobre a maneira como este poderia ser lido e interpretado sem que reste espaço para dubiedades, visto a visão de cada pensadora alinhar-se justamente em consonância com os argumentos postos em foco na escritura de seus artigos.

Referências

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004, p. 607-639.

BIRMINGHAM, David. **The decolonization of Africa**. London: UCL Press, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1999.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1985.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**, 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

HOFF, Joan. **Gender as a postmodern category of paralysis**. *Women's History Review*, Volume 3, Number 2, 1994. pp. 149-168. Disponível em: <<http://acratosmarseille.free.fr/hoffParalysis.pdf>>. Acessado em: 16 fev. 2018.

KARSON, Jill (ed.). **The civil rights movement**. Farmington Hills, MI: Thomson Gale, 2005.

LORBER, Judith. **The variety of feminisms and their contributions to gender equality**. Oldenburg University, november, 1997. Disponível em: <<http://oops.uni-oldenburg.de/1269/1/ur97.pdf>>. Acessado em: 25 mar. 2018.

MEYEROWITZ, Joanne. **A history of "Gender"**. *The American Historical Review*, Vol. 113, No. 5 (Dec., 2008), pp. 1346-1356. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30223445>>. Acessado em: 18 fev. 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. – 2. ed. rev. e ampl., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2013. – (Série Cadernos da Diversidade, 6).

PENNA, Iana Soares de Oliveira Penna. **Dignidade da pessoa humana e direito à identidade na redesignação sexual**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica – PUC, Rio de Janeiro, 2010.

SAES, Décio. **Marxismo e história**. Crítica Marxista, São Paulo: Brasiliense, v. 1, n. 1, 1994, p. 39-59. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo286Artigo1.3.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler**. New York: Routledge, 2002.

SAMPAIO, Simone Sobral. **A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault**. Ensaio. R. Kátal., Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 222-229, jul./dez., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n2/09.pdf>>. Acessado em: 25 mar. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender**: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, Vol. 113, No. 5 (Dec., 1986), pp. 1053-1075. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1864376>>. Acessado em: 15 jan. 2018.

_____. **Gender**: still a useful category of analysis? *Diogenes*, Volume 57, issue 1, pp. 7-14, First Published October 26, 2010. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com.ez7.periodicos.capes.gov.br/doi/abs/10.1177/0392192110369316>>. Acessado em: 15 jan. 2018.

Entre a Ciência de Deus e a Ciência dos Homens: a inserção de práticas médicas no partejar tradicional a partir dos cursos de capacitação voltados para Parteiras Tradicionais do Amapá¹

Raysa Martins do Nascimento²

Resumo: Este artigo trata sobre as Parteiras Tradicionais do estado do Amapá. O período temporal da pesquisa foi 2014 a 2018, houve levantamento bibliográfico acerca do tema e trabalho de campo de caráter etnográfico, os dados apresentados aqui são das pesquisas de iniciação científica (2014/2015) e da pesquisa do mestrado (2016/2018). O artigo visa apresentar uma discussão em torno das práticas das parteiras tradicionais aliadas as práticas médicas, aprendidas por estas nos cursos oferecidos pelo programa de capacitação das parteiras tradicionais do Amapá, realizado pelo Governo do Estado, Governo Federal, Rede Cegonha e Rede SARAH. Objetiva-se entender como tais cursos inserem práticas médicas no campo do partejar tradicional, como as práticas são recepcionadas pelas parteiras e se estas fazem uso dos novos conhecimentos aprendidos nos cursos. Procuo demonstrar que a valorização dos conhecimentos tradicionais das parteiras sobre o partejar pelos profissionais que atuam na capacitação, ajuda no momento da assimilação de novas sugestões dadas pela equipe de saúde, reconfigurando a cena do parto com artefatos para a proteção da parteira e mulher atendida, apontando assim para uma possibilidade de diálogo entre conhecimento tradicional e científico.

Palavras-chave: Parteiras Tradicionais; Cursos de Capacitação; Qualificação; Partejar; Saberes.

¹ As discussões empenhadas nesse artigo foram resultados da pesquisa de iniciação científica sobre práticas médicas no partejar tradicional e da pesquisa do mestrado sobre as práticas de parteiras tradicionais.

² Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Email: ysa.n@hotmail.com

Introdução

As Parteiras Tradicionais, interlocutoras principais desse estudo, despertaram crescente interesse do poder público, organizações nacionais e internacionais, movimentos sociais organizados, assim como da academia, nas últimas décadas. A aparição dessas agentes nas discussões e iniciativas do poder público datam da década de 1940, quando a então Fundação de Serviços Especiais de Saúde Pública, posteriormente renomeada de Fundação Nacional de Saúde (FNS), iniciou os cursos de treinamento voltados para parteiras tradicionais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (TORNQUIST, 2004; FLEISCHER, 2007; BRASIL, 2011), com o intuito de capacitar as mulheres que são responsáveis pelo auxílio de comunidades distantes, onde o Sistema único de saúde (SUS) não alcança.

A partir da década de 50 do século passado, agências internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Organização Mundial de Saúde (OMS) passaram a trabalhar para orientar as autoridades de diversos países a aproveitar os serviços dessas mulheres. Os cursos recomendados, são uma das tantas estratégias para diminuição de mortalidade tanto neonatal, quanto materna (BRASIL, 2011).

Os movimentos sociais também participaram das discussões sobre as parteiras tradicionais, sobre o empoderamento da mulher, seu corpo e o tratamento da mãe e da criança nas unidades de saúde. Resultando de suas atuações o surgimento de ONGs como o Instituto Partejar e o Grupo Curumim: Gestaçã e Parto, ambas de Pernambuco, datadas de 1989, que contam com um conjunto de profissionais de saúde, terapeutas e educadores favoráveis a humanização do parto e nascimento. Essas instituições foram terceirizadas

para promoção de palestras sobre formas alternativas de partos menos intervencionistas em unidades de saúde, bairros periféricos e grupos de mulheres. Posteriormente, especializaram-se na capacitação de parteiras tradicionais.

O trabalho das parteiras engloba uma gama de atividades que ultrapassa a prática de assistir um parto (FLEISCHER, 2006; 2007). Elas são conselheiras dentro de suas comunidades, realizam massagens e *puxações*³, recomendam e preparam remédios caseiros para o tratamento de cólicas, tosse, gases e dores em geral, para a comunidade como um todo. No que se refere ao atendimento às grávidas, costumam acompanhar todo o período de gestação, cuidando do bem-estar da mulher, verificando se a gestação transcorre sem grandes problemas e cuidando da mãe e da criança após o nascimento. Segundo dados oficiais, na Região Norte do país as parteiras tradicionais são responsáveis por 5,8% dos nascimentos (BRASIL, 2011).

Sabendo da importância dessas mulheres, principalmente nas áreas onde o sistema de saúde não alcança, os cursos de capacitação surgem como uma alternativa para cobrir essas ausências. Argumentava-se que “há uma ideia geral de que as parteiras têm utilidade provisória enquanto a hospitalização não for universalmente democratizada.” (PARRA, citada por FLEISCHER, 2007, p. 245). No entanto, sabe-se que as parteiras tradicionais existem para além das localidades longínquas, sua presença e atuação é documentada também em áreas urbanas ainda hoje.

³ *Puxações* são os nomes atribuídos pelas parteiras tradicionais no Amapá e Pará as massagens feitas na barriga da gestante com o intuito de colocar o feto na posição correta, ou seja, na posição cefálica. No entanto, pode ser denominado de puxação também massagens musculares feitas por elas na comunidade, para aliviar dores e distensões musculares (BARROSO, 2001; FLEISCHER, 2007; NASCIMENTO, 2016).

A partir disso, esse artigo busca analisar como as práticas médicas são inseridas no cotidiano das parteiras tradicionais? Como os agentes de saúde repassam esses conhecimentos nos cursos para as parteiras tradicionais? Como essas novas informações são recebidas por elas? Quais percepções têm sobre os conteúdos repassados? Além do uso que fazem desses novos saberes no partejar tradicional e as reverberações em seus discursos.

Essa análise será possível através dos dados coletados por meio da pesquisa de caráter etnográfico, realizada no município de Santana/AP, entre 2016 até 2018. Além dos dados coletados entre 2014 e 2015, na Comunidade Quilombola de São José da Ilha Redonda e na área urbana de Macapá-AP. Foram efetuadas entrevistas semiestruturadas, transcrição das entrevistas e acompanhamento das oficinas e cursos ofertados pelo Governo do Estado junto de outros órgãos públicos e privados. É importante pontuar que todas as parteiras com as quais tive contato haviam participado dos cursos de capacitação em algum momento de sua vida.

1. Cursos de capacitação para parteiras: capacitar ou qualificar?

É importante fazer uma breve linha do tempo sobre o percurso até a elaboração e implementação do Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais no Brasil. A atual Fundação Nacional de Saúde já atuava com cursos de treinamento em 1943, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 1960, no Pará, vários municípios promoveram ações voltadas para o parto assistido por parteiras. Em Recife, no ano de 1964, foi criado o Programa de Parteiras Leigas. No Ceará, em 1975, o professor Galba de Araújo, implementou o Programa

de Atenção Primária de Saúde, onde a parteira era componente central e ativa no processo. No ano de 1984, surgiu o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM), dentre as medidas do programa, estava a melhoria da qualidade do parto domiciliar efetuado por parteiras tradicionais. Em 1985, como resultado das ações que estavam ocorrendo pelo Brasil, foi criado um documento denominado "*Diretrizes para atuação da parteira tradicional*". Conversas entre Ministério da Saúde, ONGs, Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, Unicef e movimentos sociais, em 1991, colaboraram para elaboração do Programa Nacional de Parteiras Tradicionais, que nesse primeiro momento visava o aproveitamento das parteiras, oferecendo melhores condições de trabalho e promovendo cursos de capacitação e reciclagem.

Em 1994, a Coordenação Materno-infantil propôs uma série de diretrizes para assistência ao parto com parteiras tradicionais. Em 2000, com a elaboração do Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais, o Ministério da Saúde retoma as responsabilidades para execução do projeto que propõe como missão norteadora "sensibilizar gestores e profissionais de saúde para que reconheçam as parteiras como parceiras na atenção à saúde da comunidade e desenvolvam ações para valorizar, apoiar, qualificar e articular o seu trabalho ao SUS." (BRASIL, 2011, p. 11), sendo assim, o programa tinha como desafio articular os saberes científicos aos tradicionais para produção de novos conhecimentos.

No Amapá, estado onde a pesquisa foi efetuada, em 1995, o Governo do Estado do Amapá (GEA), sob o mandato de João Alberto Capiberibe (PSB-AP), implementou o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), onde uma das metas do programa consistia na execução do projeto '*Resgate e Valorização das Parteiras Tradicionais do Amapá*'.

O projeto promoveu capacitação para parteiras tradicionais, distribuiu “Kit Parteira”⁴ para as participantes, além de incluí-las no Programa Família Cidadã, do governo estadual, com isso, passaram a receber um valor de meio salário mínimo por mês, a partir de 2002⁵.

No primeiro momento do projeto, entre 1995 e 2000, a ONG CAIS do parto foi contratada para promoção dos cursos de capacitação, e alguns apoiadores se manifestaram, como relata Janete Capiberibe, primeira dama e deputada estadual na época da implementação do projeto, em entrevista ela conta:

Graças ao ineditismo de um governo diferente, veio até nós o UNICEF e vieram Danielle Mitterand, Angelika Lobsak, deputada do Parlamento Europeu, entre outras. Descobrimos que já existia um trabalho realizado pela organização não-governamental Cais do Parto, de Pernambuco e contratamos seus serviços para o projeto, inicialmente com os custos para o governo do Amapá e apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho. Esta busca de parceria foi proposital, a partir do momento em que o poder público federal participa do financiamento, passa a considerar a profissão de parteira, ainda que informalmente, sem os velhos estigmas (JUCÁ e MOULIN, 2002, p. 22-23).

Após, somaram-se ao projeto o Ministério da Saúde, que contratou outra ONG pernambucana, o Grupo Curu-

⁴ O kit é distribuído nos cursos de capacitação, dentre os objetos que fazem parte do kit estão: bacia; tesoura; algodão; álcool; balança; gorro; avental; entre outros objetos para serem utilizados durante trabalho de parto.

⁵ Em 2015, com a troca de governo do PSB para o PDT, as parteiras tradicionais deixaram de receber o auxílio.

mim, para promoção dos cursos de capacitação, assim como para elaboração do plano de ação coletiva entre os diversos atores inseridos na implementação e execução do projeto. No decorrer dos anos, outras parcerias surgiram, como o programa Rede Cegonha, do Governo Federal, além de instituições privadas.

Em 1998, o estado sediou o I Encontro Internacional de Parteiras Tradicionais do Amapá, no mesmo ano, o projeto “Parteiras Tradicionais do Amapá” ganhou o prêmio Paulo Freire, pela proposta do projeto, em valorizar as parteiras tradicionais e pelos bons números que o estado alcançou à época “[...]. Reduz-se a mortalidade infantil e a morbimortalidade materna e perinatal. O índice de cesarianas do Amapá passou a ser um dos menores do Brasil – de 14% em 1255 nascimentos.” (JUCÁ e MOULIN, 2002, p. 14).

A partir da explanação, podemos acompanhar o percurso das políticas voltadas para parteiras tradicionais, em todos os pontos fala-se sobre capacitar essas mulheres através desses cursos, no entanto, em conversa com a presidenta da Rede Estadual de Parteiras do Amapá, ela utiliza como confronto, o termo qualificação, “[...], a gente queria curso de qualificação, não pra ensinar fazer o parto, o parto a gente sabe fazer, mas como se prevenir das doenças... a gente queria mais assim, umas orientações né? Como usar luva, como esterilizar o material, que antes as parteiras não tinha nada disso, né?”. Quando questionada por mim, ela explicou que utiliza o termo qualificar por considerar problemática a ideia de capacitar mulheres que já possuem o conhecimento sobre o partejar.

Pelos relatos das parteiras com as quais dialoguei no decorrer dos anos de pesquisa, os cursos, anteriormente, eram no sentido de ensiná-las a partejar, inclusive questio-

nando e deslegitimando uma prática efetuada por quase a totalidade das parteiras da região, a *puxação*. Vale pontuar que o registro mais antigo que me apresentaram de cursos que fizeram no estado, data de 1979, o curso era destinado à parteiras leigas e foi promovido por um hospital privado. Com isso, constata-se que muito antes da implementação do PDSA, em 1995, já havia uma mobilização para uso de mão de obra das parteiras. No entanto, com a volta das discussões sobre o parto humanizado, muito foi modificado nos cursos de capacitação, que hoje atuam mais no sentido de trocar experiências entre parteiras e profissionais de saúde.

Todas as mulheres parteiras que entrevistei pontuaram que seus conhecimentos são frutos de “*dom divino*”, de uma “*inteligência*” que já nasceu com elas, um dos termos usados para explicar esse conhecimento é que trata-se de “*uma ciência de Deus*”. Assim, elas teriam a capacidade e legitimidade para atuar nos partos, uma vez que o partejar é um conhecimento que atravessa gerações e que há mais de séculos vem sendo efetuada entre mulheres, ou seja, elas já possuem a capacitação para atuação no parto, por isso qualificar é o conceito reivindicado por elas para a denominação dos cursos.

2. Conflitos entre os saberes tradicionais e científicos

Pelo trabalho desenvolvido por parteiras ser uma “atividade que acompanha a história da própria humanidade e, particularmente, a história da mulher.” (BESSA, 1999, p. 251), vejo a necessidade de uma reconstrução sobre os caminhos trilhados por parteiras tradicionais até os dias de hoje, para melhor compreensão, contextualização e localização dessas mulheres na história. Costa (2002), cita Êxodos para apresen-

tar uma primeira referência histórica feita às atrizes denominadas de parteiras tradicionais. A autora ainda supõe “que o ato de partejar, e a parteira como sujeito dessa ação, estejam intimamente ligados aos primórdios da história da saúde, medicina e enfermagem.” (p. 24). Na Grécia Antiga, mulheres que se dedicavam ao partejar eram nomeadas de maieutas, e gozavam de prestígio entre a comunidade, no entanto, essa visão de mundo é desfeita durante a idade média.

A caça às bruxas, foi uma das estratégias da Igreja e do Estado para eliminar as mulheres das práticas médicas e para tomarem todo controle sobre o corpo feminino. Uma vez que as soluções dadas por médicos na época para as doenças e todos os males que acometiam a população geralmente eram voltadas para questões de ordem moral, as doenças eram justificadas pelos pecados cometidos, voltados principalmente para questões sobre a sexualidade. No entanto, as ditas bruxas não se conformavam com tais explicações “as bruxas eram pessoas empíricas: confiavam mais em seus sentidos do que na fé ou na doutrina; acreditavam na experimentação, e na relação entre causa e efeito.” (EHRENREICH e ENGLISH, 1973, p. 18).

O movimento foi muito intenso e destrutivo principalmente para as mulheres. Os números estimados de execuções variam, em algumas cidades havia uma média de seiscentas execuções ao ano, duas ao dia. Outros pontuam que o número mínimo de mulheres queimadas é de cem mil, há ainda a estimativa do número total, chegando a milhões de execuções, sendo que as mulheres constituíam 85% dos executados que foram acusados de bruxaria (EHRENREICH e ENGLISH, 1973; MURARO, 1995).

Muraro (1995), pontua que desde a antiguidade as mulheres eram parteiras e curandeiras populares, elas detinham

um saber que era repassado por gerações, na Idade Média seus saberes se intensificam e aprofundam-se. Nessa época, as mulheres pobres e camponesas não tinham como cuidar da saúde, isso só era possível através de outras mulheres, da mesma classe social e da comunidade “[..]. Eram as parteiras que viajavam de casa em casa, de aldeia em aldeia, e as médicas populares para todas as doenças.” (1995, p. 14). Discussões interessantes sobre o período de caça às bruxas e a organização delas nesse período, encontram-se nos relatos de Ehrenreich e English (1973):

De fato, existem depoimentos de que as mulheres acusadas de serem bruxas efetivamente se reuniam em pequenos grupos a nível local e que estes grupos se juntavam em multidões de centenas ou mesmo milhares de pessoas quando havia alguma festividade. Alguns autores têm levantado a hipótese de que estas reuniões talvez fossem atos de cultos pagãos. Sem dúvida, esses encontros também ofereciam uma oportunidade de trocar conhecimentos sobre ervas medicinais e transmitir notícias. Temos poucos dados sobre a importância política das organizações das bruxas, mas é difícil imaginar que não tiveram alguma relação com as rebeliões camponesas da época. Qualquer organização camponesa, pelo simples fato de ser uma organização, atraía dissidentes, melhorava o contato entre aldeias e estabelecia um espírito de solidariedade e autonomia entre os camponeses (1973, p. 14-15).

As autoras são muito perspicazes ao pontuar que nesse período da história, as mulheres parteiras e curandeiras estavam travando uma luta política. Primeiro, uma luta entre os sexos, pois estavam deslegitimando o saber feminino e impondo o saber masculino como hegemônico. Segundo, uma luta de classes, uma vez que essas mulheres estavam in-

seridas nas classes menos favorecidas, entre os camponeses, seus saberes emergiam então da cultura popular “a prática médica dessas mulheres tem continuado prosperando até nossos dias no seio dos movimentos de rebelião das classes mais pobres contra as autoridades estabelecidas.” (1973, p. 5). Nessa época, parteiras e curandeiras eram um perigo para o monopólio do saber, mas os inquisidores não conseguiram extinguir todas essas mulheres, que até hoje atuam em suas comunidades, no entanto, o período de caça às bruxas conseguiu abalar a confiabilidade dessas agentes, transformando suas práticas em atividades suspeitas (VIEIRA, 2002).

No contexto do Brasil Colônia não foi diferente, Del Priore (2012) apresenta vários registros de perseguições e processos que mulheres sofreram no período. Ainda, apresenta as diversas técnicas de cura empregadas, que registradas no período colonial, se aproximam e algumas vezes se igualam as técnicas ainda hoje executadas como: oração à Santa Margarida; *puxações*; produção de remédios, e etc. “Mesmo sem querer, a medicina proporcionou, paralelamente ao seu desenvolvimento, um território de resistência para o saber-fazer feminino em relação à própria anatomia da mulher.” (DEL PRIORE, 2012, p. 113).

As consequências dessa subversão e troca feita entre as mulheres, sobrevive ainda hoje, e é importante frisar que isso foi uma oportunidade para que mulheres de locais e culturas diversas preservassem seus saberes, eram índias, negras, mulatas e brancas que através da solidariedade e disposição de socorrer outras mulheres, esquecidas e invisibilizadas pela colônia, fizeram de seus conhecimentos populares uma saída para doenças até então sem solução diante da medicina da época “os reclamos aflitos advindos do parto dificultoso acionavam a vizinhança, os laços de familismo e comadrio.” (DEL PRIORE, 1995, p. 255).

Por muito tempo o partejar foi uma prática eminentemente feminina, no entanto, a partir do século XIX a atividade foi sendo incorporada pela medicina, isso se deu a partir da criação das escolas de medicina no Brasil (BRENES, 1991; BESSA, 1999; MOTT, 1999). Na Europa o processo de incorporação dos saberes se deu ainda nos séculos XVII e XVIII. Com a inauguração das escolas de medicina no Rio de Janeiro e Bahia, em 1808, o processo se estendeu ao Brasil. Aires (2006) comprova que essa inserção de técnicas é uma tendência em nossa sociedade capitalista e higienista moderna, que valoriza a ciência hegemônica em detrimento da tradicional.

A apropriação dos conhecimentos das mulheres pela medicina na época do Brasil Império, ocorreu de forma lenta, uma vez que havia resistência das parturientes em buscar atendimento obstétrico com médicos homens, dessa forma, nas escolas de medicina não havia procura e conseqüentemente os médicos não conseguiam exercer a prática obstétrica, tendo apenas os conhecimentos teóricos sobre tal atividade. Isso é visto nos vários casos de imprudência médica nos partos realizados por homens formados nas faculdades médicas do período (MOTT, 1999; BRENES, 1991).

Somente em 1832 é que as mulheres puderam adentrar as faculdades médicas no Brasil. No entanto, a imagem da parteira já havia sido colocado a prova e sido descredibilizada, e os médicos conseguiram através dos seus discursos sobre sexualidade feminina convencer que “a mulher um ser frágil e inconstante, a quem somente os médicos poderiam orientar, por serem os únicos que as conheciam.[...].” (BRENES, 1991, p. 145).

Enquanto as parteiras acreditavam que sua função era assistir o parto, esperar a natureza se manifestar, e aparar a criança – conseguindo inclusive,

através de rezas e rituais, o auxílio banfazejo de santas e santos do panteão católico e das demais forças sobrenaturais –, os médicos acreditavam que seu dever era fazer o parto, agindo como ‘sentinelas avançadas’, prontos para intervir sempre que o organismo se afastasse daquilo que consideravam fisiológico. Daí as parteiras serem ridicularizadas, consideradas supersticiosas, chamadas de ignorantes, e seu saber sobre o parto, desqualificado. (MOTT, 1999, p. 9).

Ainda hoje, há por parte de alguns mais conservadores, preconceito com relação aos conhecimentos e atendimentos efetuados pelas parteiras tradicionais, que são taxadas como “macumbeiras”, acusadas de terem “parte com o diabo”, entre outras concepções erradas sobre seus saberes pela forma como são executados, combinados a rezas, gestos e uma série de rituais seguidos por elas. Também alguns profissionais de saúde não as veem com bons olhos, principalmente pela utilização da *puxação* como prática predominante nos atendimentos, julgando-as erradas.

A partir do exposto, é evidente que as mulheres tiveram papel de destaque na construção dos saberes em torno do parto e nascimento, no entanto, no momento em que os homens se inserem no campo do parto esse saber feminino é deslegitimado, a ciência médica ganha espaço e as parteiras tem suas práticas e técnicas desqualificadas. Como pontua Carneiro da Cunha (2007), para que haja um diálogo entre os saberes empíricos e científicos ou como está sendo colocado aqui, entre a ciência de Deus e dos Homens, é preciso compreender que as duas formas de conhecimento são maneiras de entender e agir no mundo e que estão abertos para construção. Uma alternativa que a autora pontua para a discussão empreendida aqui:

[...] é achar os meios institucionais adequados para, a um só tempo, preservar a vitalidade da produção do conhecimento tradicional, reconhecer e valorizar suas contribuições para o conhecimento científico e fazer participar as populações que o originaram nos benefícios que podem decorrer de seus conhecimentos. [...]. (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 84)

Os saberes das parteiras tradicionais são validados através do *dom*, é ele, segundo as parteiras, o responsável pelos conhecimentos que possuem sobre as práticas e técnicas que desenvolvem, elas atuam como transmissoras e na atenção às pessoas que recorrem aos seus atendimentos através desse saber (SILVA, 2005; FLEISCHER, 2007; CARDOSO e NASCIMENTO, 2017). Para alcançar o patamar de parteiras é necessário que tenham características que definem uma mulher de *dom* e sigam um caminho que compreende a *curiosidade*, *necessidade* e finalmente a construção enquanto *parteira de verdade*. (NASCIMENTO, 2018). A apreensão desse saber foge as formas de aprendizagem da ciência institucionalizada. Dessa forma, é importante entender como as parteiras tradicionais estão recebendo as práticas médicas e qual seus discursos sobre tais incorporações.

3. Reconfiguração do partejar tradicional

Os cursos de capacitação acompanhados por mim, segundo os profissionais de saúde atuantes, estavam acompanhando as novas recomendações do ministério da saúde, de 2013. Denominados de “troca de saberes”, os conhecimentos repassados eram sobre o parto humanizado, a utilização dos kits, formas de identificar deficiências em recém nascidos⁶

⁶ Curso oferecido pela Rede de hospitais Sara Kubitschek.

e os procedimentos para acompanhamento das mulheres gestantes por parteiras. Houve troca de experiências entre parteiras e profissionais de saúde, que comparavam suas técnicas institucionalizadas com as atividades executadas por parteiras, mostrando a similaridade entre os dois tipos de atendimentos. Ambos os lados tiveram espaço de fala e em nenhum momento das atividades houve uma sobreposição de um saber sobre outro.

Essas mulheres que antes utilizavam apenas tesoura e azeite, agora contam com álcool, algodão, luvas, entre outros materiais básicos para a execução de um parto, material adquirido através do Kit Parteira distribuído pelo governo do estado. A equipe de saúde também explicava a importância de fazer uso desses materiais e como usá-los. Quando perguntadas, as parteiras afirmaram fazer uso e exibiam tudo que ganharam nos cursos, como forma de legitimar sua posição como parteira qualificada e legitimada pelo estado. Elas também possuem muito apreço pelos certificados e materiais didáticos disponibilizados nos cursos, sempre que tinham oportunidade, apresentavam todas as comprovações de participação nas diversas atividades promovidas.

Quando perguntei a Rosa⁷ se havia diferenças no conteúdo passado nos cursos e os seus saberes tradicionais, respondeu:

É diferente, porque eles querem fazer assim, como 'seje' no hospital, com todas as formalidades que tem de hospitais. E nós somos diferentes né? Assim, num tem tudo que um hospital oferece, né? Até por que mesmo eles não oferecem pra nós o material como as parteiras de hospital" (ROSA, 2015).

⁷ Serão utilizados nomes de flores em substituição aos nomes reais das parteiras.

Questiono também se houve mudanças em sua atuação, depois da participação nos cursos, ela informou que percebeu mudança apenas pela inserção de materiais que “antigamente num tinha, era um cordão, amarrava o umbigo e tudo bem, hoje em dia já tem o atracadador da corda umbilical né? Os curativos também é diferente.”. Na forma de cuidar da gestante e do bebê afirmou continuar sendo a mesma do “interior”. Ainda assim, quando perguntei se percebia diferenças entre parto hospitalar e domiciliar, ponderou:

Na hora de ter o bebê, o médico ele bota logo a mão ali pra ajudar a puxar, nós esperamos com paciência né? Pra não machucar a mulher. Nós tratamos da barriga, pra não deixar a barriga ficar grandona, tratamos dela dando remédio pra evacuar todo sangue que tiver lá dentro, faz massagem na barriga com carinho, médico não faz com carinho não, mete logo a mão, você sai com o buxão de lá enorme, é diferente eu acho (ROSA, 2015).

Todas as parteiras entrevistadas afirmaram não ter ocorrido mudanças em sua forma de atuação no partejar, mesmo fazendo observações das diferenças que consideram existir entre o parto hospitalar e parto domiciliar, suas técnicas, segundo elas, não foram afetadas por essas diferenças. Atualmente os cursos estão sendo voltados para técnicas relacionadas ao parto humanizado. As informações contidas nesses novos cursos são de total conhecimento das parteiras, mas que as operam da maneira tradicional, como por exemplo, permitir que o marido assista ao parto; dar algo para gestante ingerir enquanto está em trabalho de parto; permitir que a parturiente escolha a posição que deseja parir; isso aponta para uma modificação das técnicas médicas em decorrência do movimento de humanização

do parto e nascimento, uma espécie de volta ao tradicional, mas acrescentado a essa cena outros agentes, como a doula e enfermeira obstétrica.

Essa volta ao tradicional não deixa de ser uma forma de reconhecimento e validação às práticas e saberes das parteiras, uma vez que eram criticadas pelo trabalho e pela forma que executavam o partejar e seus saberes milenares, como ultrapassado e errado, que agora retornam ao cenário médico sendo valorizadas pelo discurso da humanização do parto e nascimento. No entanto, é importante pontuar que o parto humanizado é composto por profissionais de saúde que possuem reconhecimento da profissão, coisa ainda não estendida a parteira tradicional, o que mostra como a falta de um diploma validado pela ciência hegemônica afeta essas mulheres, mesmo a história apontando elas como construtoras das práticas empregadas no parto e nascimento.

Como já pontuado anteriormente, os cursos atuais estão sendo direcionados para técnicas humanizadas, no entanto, algumas mulheres modificaram suas formas de atuação devido não só aos cursos oferecidos pelo programa trabalhando com parteiras tradicionais, mas também, quando buscavam cursos mais específicos na área de saúde, Violeta, por exemplo, resolveu fazer curso de enfermagem e após afirmou não atuar mais com a *puxação*:

Eu não gosto, depois que eu passei... eu também tenho curso de enfermeira. Depois que eu passei a estudar na Madre Tereza eu vi que muitas coisas a gente não pode fazer. Por exemplo, tem a placenta né? Ainda vou puxar de mal jeito e a placenta descola... olha aí, uma placenta descolada é uma coisa muito ruim, Deus defenda! Então aí não, agora não, não faço mais isso (VIOLETA, 2017).

Em contrapartida, as parteiras que tem acesso apenas aos cursos oferecidos pelo governo estadual e federal, afirmaram não modificar suas técnicas de partejar, continuando suas atuações com produção de remédios caseiros, *puxação* e pós-parto.

Lá (no interior), vinham atrás da gente pra puxar, pra ver como era que estava e aqui (cidade) não, não gostam que fique puxando, por causa de que faz mal (discurso médico), não sei, no interior é porque não tem mesmo. Como somo só nós as parteiras, aí tem que tá puxando. Eu sei que eu, quando era gestante, a parteira era quase toda semana, a parteira tava me puxando, porque meu filho, eu teve uma de pés, só vivia de “revestres”⁸, aí eu passava ruim e a parteira puxava minha barriga e assim as outras, **fico achando assim, que é melhor ficar puxando, pra endireitar, vê se tá direito.** [grifo meu]. (MARGARIDA, 2016).

No que diz respeito aos partos, as parteiras afirmaram que sua prática não mudou, pelas experiências que tiveram após os cursos de capacitação. Na cidade é rara a procura pelo parto com a parteira, essas mulheres são procuradas para fazer o acompanhamento, fazer remédios caseiros e *puxações*, no entanto, na hora do parto as mulheres, em sua maioria, escolhem ir para maternidade. Dessa forma, a investigação sobre as mudanças no momento do parto ficam nebulosas quanto a utilização de novas técnicas. No que toca ao uso do kit parteira, elas afirmaram fazer uso da luva, touca, tesoura, algodão e prendedor de umbigo nesse momento, apontando assim para uma utilização de aparatos e não necessaria-

⁸ Termo usado no Amapá para denominar algo ou alguém que não se encontra no lugar exato. Nesse caso, o feto não ficava na posição cefálica, a posição mais saudável para o parto normal.

mente em uma mudança de prática do parto. Essas mulheres usam da resistência para preservar seu saber tradicional, são poucas as modificações percebidas, elas compreendem basicamente ao uso dos acessórios para os atendimentos. No que toca as práticas e saberes, elas continuam atuando com seus conhecimentos milenares, chamando a outra de comadre e prestando atendimento quando solicitadas.

Uma questão importante a ser debatida envolvendo os cursos é sobre a legitimidade e empoderamento que trazem às parteiras. Elas possuem papel significativo na comunidade onde atuam, não só como médicas, mas como mediadoras de conflitos, tendo assim grande influência e respeito nas comunidades. Isso foi também percebido por Fleischer (2007), onde discorre sobre a disputa entre parteiras por reconhecimento, legitimidade, autoridade e prestígio na comunidade. A pesquisadora percebe que os cursos de capacitação são grandes aliados nessa disputa por autoridade. Os aparatos médicos, camisas e diplomas advindos dos cursos são elementos que ressaltam seu status de parteira reconhecida e qualificada. O *dom*, outro elemento importante nessa disputa de legitimação é sempre incorporado ao discurso dessas mulheres. Como externado por elas, advém de poderes divinos, não sendo necessário estudo formal para executar a prática do partejar. O *dom*, aliado a prática, experiências com partos bem sucedidos e cursos de capacitação, são um conjunto de legitimação das parteiras como mulheres com autoridade e status reconhecido por toda a comunidade.

Para elas, tudo que é passado nos cursos é válido e importante, consideram o curso um grande ganho de reconhecimento para sua atividade de parteira, segundo Jasmim “é bom pra gente e pra gestante, que vai saber que estamos qualificadas e ficar mais segura, é muito bom sempre aprender um pouco mais!”. Nunca questionaram os conhecimentos

repassados ali, e muitas vezes em suas falas se orgulham de “tudo que a gente vê ali a gente já fazia, então não é pra ensinar nós a fazer né? só que agora tem todos os equipamentos do kit, que a gente precisa usar, coisa que no interior não tinha não, por isso eu acho muito importante.”. Dessa forma, percebe-se uma boa abertura sobre os novos conhecimentos que adquirem nos cursos, que são assimilados e vistos como positivos para seus atendimentos futuros.

Quando conversávamos elas citavam os inúmeros encontros que participaram, me apresentaram seus diplomas, todos muito bem preservados, expunham com orgulho seus kits e sua carteirinha de parteira. Falavam enquanto agentes de saúde devidamente reconhecidas e possuíam, até 2015, uma remuneração para as atividades que desenvolviam na comunidade.

O reconhecimento e valorização da atividade de tais mulheres, afeta profundamente a percepção que elas possuem do que é ser parteira, devolve à elas uma autoestima e orgulho por exercer tal ofício. No entanto, com a finalização do recebimento desse benefício e com a ausência de cursos, a partir de 2016, a atividade delas ficou profundamente afetada, uma vez que, não há manutenção nem investimento dos governos para se continuar trabalhando com a qualificação e preservação do conhecimento tradicional das parteiras do Amapá.

Considerações finais

No decorrer do tempo houve incentivos e algumas políticas voltadas para as parteiras tradicionais no Brasil. No caso do Amapá, as políticas voltadas para parteiras tradicionais são definidas de acordo com o governo que se encontra no po-

der. É relevante pontuar que existiram políticas de governo para essas mulheres, que inclusive foram muito bem vistas por elas e pelos de fora, principalmente por sua repercussão positiva, no entanto, políticas de Estado, que assegurariam à essas mulheres mesmo com a troca dos governantes seus direitos, não foram implementadas. Dessa forma, pontua-se a necessidade de implementação de políticas de Estado para que elas não dependam da posse de determinado partido político para terem seus direitos assegurados.

Um segundo ponto é que o cenário de parto e nascimento é uma construção feminina, isso ficou comprovado pela história oficial, onde a troca entre mulheres possibilitou a criação de práticas e saberes perpassados entre as gerações, mas que com a ascensão da ciência médica/obstétrica o campo foi sendo dominado pelos homens e os saberes femininos foram descredibilizados pela ciência hegemônica. No entanto, com a volta da humanização do parto essas práticas e técnicas estão sendo revisitadas e consideradas pela ciência médica atualmente. E isso é o que possibilita um diálogo saudável entre os profissionais de saúde que atuam nos cursos de capacitação e as parteiras tradicionais.

Infere-se que os cursos atuais, com as técnicas de humanização do parto e nascimento conseguem alcançar as parteiras de forma eficaz por não descredibilizar seus saberes que há muito eram criticados pela medicina obstétrica. E a forma de repasse, através de uma troca de saberes e experiências possibilita que as parteiras se sintam parte do processo, pontuando assim a importância de reconhecer o saber tradicional e sua colaboração para as construções do saber científico, esse diálogo e respeito entre a ciência de Deus e a ciência dos Homens é o que conflui no sucesso dos cursos oferecidos.

As informações recebidas e os conteúdos repassados, por fazerem parte de uma realidade conhecida pelas parteiras, possibilita que compreendam mais facilmente a utilização e importância dos novos aparatos materiais inseridos pelo kit, que não prega uma mudança nas práticas efetuadas por elas, uma vez que aparecem contribuindo para segurança da saúde da gestante, do bebê e da parteira tradicional.

Todas consideram os cursos de fundamental importância e buscam participar o máximo possível, por considerarem os saberes repassados, mas também por perceberem o curso como um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, como uma das formas de legitimação do seu ofício enquanto parteira perante a sociedade e o estado. Em seus discursos, os cursos oferecidos se apresentam como aval oficial do poder público sobre suas atuações enquanto parteiras, dessa forma, são ferramentas de empoderamento e autoestima para as parteiras tradicionais do Amapá. Por fim, fica evidente que o que possibilita esse diálogo sobre a reconfiguração do parto na atualidade é o reconhecimento do potencial das duas ciências para o partejar, de forma respeitosa e sem uma se sobrepor a outra.

Referências

AIRES, M. J. **Técnica e tecnologia do parto**: a produção e apropriação do conhecimento tecnológico por parteiras tradicionais. Dissertação [Mestrado em Tecnologia]. Curitiba, UTFP, 2006.

BESSA, Lucineide. Condições de trabalho de parteiras tradicionais: algumas características no contexto domiciliar rural. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 1999. p. 251-254.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais**: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares/Mi-

nistério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRENES C. História da parturição no Brasil Século XIX. Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, 991. 7 (2):135-149.

CARDOSO, Marcus & NASCIMENTO, Raysa. The dom for the craft and the gift from god: ethnographic explorations among the traditional midwives of Santana. **Vibrant**, 2017, v.14, n.2. p.23-38.

COSTA, L. H. R. **Memórias de parteiras**: entrelaçando gênero e história de uma prática feminina do cuidar. Dissertação [Mestrado em Enfermagem]. Florianópolis, UFSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico**. Conferência realizada na Reunião da SBPC em Belém, Pará. REVISTA USP, São Paulo, n.75, p. 76-84, 2007.

DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

EHRENREICH, B. ENGLISH, D. **Bruxas, Parteiras e Enfermeiras**: uma história das curandeiras. 1973. 54p.

FLEISCHER, Soraya. Puxando barrigas para puxar assunto: a massagem abdominal como uma fonte de saber e significados entre parteiras marajoaras. **Revista de humanidades**, v. 07, p. 239-272, Natal, 2006.

FLEISCHER, Soraya. **Parteira, buchudas e aperreios**: Uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará. Dissertação [Doutorado em Antropologia Social]. Porto Alegre, UFRGS, 2007.

JUCÁ, Luiza. MOULIN, Nilson (Orgs.). **Parindo um mundo novo**: Janete Capiberibe e as parteiras do Amapá. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTT, Maria Lucia Barros. **A parteira ignorante**: um erro de diagnóstico médico? In: Estudos Feministas, vol. 7, no 1 e 2. IFCS/UF RJ e CFH/UFSC, 1999.

MURARO, Rose Marie. Introdução. In: Kramer, H. Sprenger, J. **Malleus Maleficarum**: o martelo das feiticeiras. Editora Rosa dos Tempos, 1995.

NASCIMENTO, Raysa. **Mãos Mágicas**: a prática do partejar a partir da experiência de parteiras tradicionais de Santana-AP. p. 113. Dissertação [Mestrado em Antropologia]. Recife – PE, 2018.

SILVA, Alzira Nogueira da. **“Pegando vida nas mãos”**: um olha etnográfico sobre saberes e práticas das parteiras tradicionais nos circuitos do Amapá em mudanças. Dissertação [Mestrado em Sociologia]. Fortaleza, UFC, 2005.

TORNQUIST, Carmen Susana. **Parto e poder**. O movimento pela humanização do parto no Brasil. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Florianópolis: UFSC, 2004.

VIEIRA, E. M. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

Mulheres e Pesca no Amapá

Marineide Pereira de Almeida¹

Ana Cristina de Paula Maués Soares²

Resumo: Esta pesquisa tem o objetivo de investigar como se efetiva a divisão sexual do trabalho na atividade da pesca artesanal no Amapá. Para tal propósito recorreu-se a um levantamento de fontes documentais oriundas de alguns órgãos ligados ao setor da pesca, dentre outras fontes secundárias. Concomitante ao levantamento das fontes documentais foram também realizadas pesquisas de campo nos municípios do Amapá, Calçoene, Distrito de Santana e Igarapé da Fortaleza. Os resultados revelaram que a pesca artesanal é para o Estado do Amapá, uma das principais fontes alimentícia e produtiva, abastecendo também Estados vizinhos como Pará, ainda como resultado da pesquisa, percebeu-se que no mundo da pesca artesanal existe uma valorização da figura masculina, em que o homem aparece como o principal responsável pela maioria das tarefas, fruto da lógica patriarcal que promove uma forte divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: Pesca; Mulher; Dominação.

Introdução

A pesquisa tem como ponto de partida investigar como se efetiva a divisão sexual do trabalho na atividade da pesca artesanal no espaço amapaense. Tomam-se por base as quatro áreas em que a pesca é uma das principais atividades produtivas: Amapá, Calçoene, Igarapé da Fortaleza e Distrito Industrial de Santana como espaços de condução do estudo.

¹ Professora da Universidade Estadual do Amapá. Email: mpaueap@hotmail.com

² Professora da Universidade Federal do Amapá. Email: crisgepem@bol.com.br

Pretende-se tratar tais questões a partir do prisma da gestão das cooperativas e dos laços sociais em que baseiam essas atividades, de acordo com as novas atribuições relativas ao papel social e de gênero. Esse tema é pertinente em estudos sobre áreas costeiras nas quais residem populações tradicionais³ que vivem do extrativismo da pesca e da agricultura de pequena escala, especialmente em áreas cujos recursos naturais ainda permanecem sob grau relativamente baixo de pressão antrópica, seja de origem econômica, seja pela própria pressão demográfica, como ocorre no Estado do Amapá.

Os dados foram coletados através do levantamento de fontes documentais oriundas de alguns órgãos ligados ao setor⁴ da pesca, dentre outras fontes secundárias. Levantados entre as lideranças do setor pesqueiro das principais localidades de pesca do Estado do Amapá. A técnica adotada foi a aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas centrando o olhar nas modalidades de pesca⁵. A amostra foi de dezoito informantes (sendo nove homens e nove mulheres).

Este trabalho está estruturado em quatro itens: O primeiro é esta introdução; o segundo aborda alguns elementos

³ Estudar as populações tradicionais da Amazônia nos remete a traçar um diálogo com alguns autores que vem estruturando um debate a respeito de tal conceito, e nesse processo percebe-se a existência de uma ambiguidade e da divergência entre eles no que concerne a definição precisa do mesmo, podemos citar alguns: Furtado, (1994); Diegues, (1997); Carneiro (2001), dentre outros.

⁴ Departamento de Desenvolvimento da Pesca – PESCAP; Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS; Instituto Brasileiro da Amazônia – IBAMA; Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca do Estado do Amapá – SEAP/PR/AP

⁵ As três modalidades de pesca são: rede, espinhel e pequeno porte.

que me permita compreender o setor pesqueiro no Amapá; o terceiro tópica fará uma breve discussão sobre a divisão sexual do trabalho, apresentando em que modalidades de pesca as mulheres estão mais presentes e o quarto se estabelece as considerações finais.

1. Alguns Elementos sobre o setor pesqueiro do Amapá

Os estudos e pesquisas desenvolvidos no Brasil sobre a pesca artesanal apontam ser a atividade mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte da população, em particular as que habitam as margens dos rios, mangues, lagos, praias e ressacas. Segundo fontes científicas, mesmo em períodos remotos, em torno de oito mil anos, época em que a região era explorada pela população indígena, os peixes já se constituíam em recursos naturais importantes a alimentação local (MEGGERS, 1977).

Com o processo de acelerado desenvolvimento nos Estados do Amazonas em decorrência da criação da Zona Franca e no Pará, o crescimento demográfico de Belém que culminou na construção da rodovia Belém – Brasília, o setor da pesca foi muito afetado deixando de ser somente atividade de subsistência e que pouco a pouco vai perdendo esse caráter transformando-se em característica empresarial. Esse novo modelo reflete diretamente no modo de trabalho antes visto numa lógica individual (pescador/a) e gradativamente vai se transformando num trabalhador embarcado, desta feita passando a trabalhar com membros mais especializados (MEGGERS, 1977).

Prossegue a autora a “nova” situação nas quais os Estados do Amazonas e do Pará entraram refletiu diretamente na dinâmica dos outros Estados que também tem a pesca como umas das atividades produtivas locais. Dentre eles encontra-se o Estado do Amapá, *locus* deste estudo. Daí buscar compreender porque ainda hoje – início do século XXI – o setor pesqueiro no Amapá traz consigo ranços dessa lógica de desenvolvimento oriundas dos Estados do Amazonas e principalmente do Pará.

Na tentativa de fazer um estudo mais detalhado da situação atual da pesca artesanal no Amapá, é importante centrar um breve um olhar para o século passado, mais precisamente nos meados da década de 70, quando foram tomadas algumas medidas políticas com intuito de fortalecimento da pesca marítima da Costa Norte deste Estado, considerada área de grande potencial pesqueiro (AP/PA/AM), tal decisão teve iniciativa da classe política paraense mobilizando e incentivando a comunidade pesqueira empreendedora a investir nessa região. Como medida “estruturou o Estado com uma grande base de apoio a pesca: infraestrutura de fios e portos como a liberação de créditos”, segundo dados, oriundo do Diagnóstico e Estabelecimento de Política Pública do Amapá (DEPPA⁶, 2008).

Os laudos técnicos apontam os reflexos dessa iniciativa, afirmam que foram importantes para o setor pesqueiro, tanto que na década de 80 a produção pesqueira nos três Estados alcançou o posto de maior produtor de pescado nacional, permanecendo por outros anos e só em 2002 perdeu o posto para Santa Catarina, mantendo-se em segundo lugar e para surpresa maior, em 2006, o Estado do Pará recupera o

⁶ DEPPA – Diagnóstico e Estabelecimento de Política Pública do Amapá.

posto de maior produtor brasileiro de pescado. Entretanto, a captura é feita na área marítima da Costa do Amapá.

É visível que a pesca artesanal no Estado do Amapá tornou-se também espaço produtivo de pescadores do Pará não por descaso dos pescadores amapaenses, mas pela ausência de interesse dos órgãos governamentais ligado ao setor, abrindo brechas para retirada de recursos pesqueiros sem grande problema, uma vez que o recurso faz parte dos bens de uso público por estar presente na costa brasileira.

O potencial pesqueiro do Estado do Amapá abriga em seu habitat extensos e variados ambientes aquáticos. A pesca extrativista enfrenta dentre outros fatores grandes limitações, sobretudo pelo desconhecimento de informações e novas tecnologias. Afora as informações sobre a produção que é contraditória, não existem estudos que registrem a evolução dos desembarques por espécies e o aumento do esforço pesqueiro. Pouco se conhece a respeito da atual situação da exploração dos estoques pesqueiros e se existe perigo de sobre pesca para as espécies.

O diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre comunidades pesqueiras no Estado do Amapá, realizado em 2008, aponta consideráveis mudanças no setor pesqueiro, mudanças essas que veem afetando diretamente as atividades tradicionais anteriormente realizadas por pescadores e seus familiares, como também revela uma realidade nada favorável para a atividade pesqueira da Costa Norte do Estado do Amapá.

Este diagnóstico afirma que a situação antes de abundância na Costa Amapaense com elevada produtividade primária que favorecia a ocorrência de várias espécies de peixes e crustáceos, formando recursos pesqueiros impor-

tantes para a pesca artesanal e a pesca industrial do litoral norte atlântico, hoje se encontra ameaçada pela exploração sem controle adequado, de acesso livre, que visa sempre usufruir do recurso. Ao longo dos anos, essa atividade vem se restringindo somente ao aspecto econômico, privilegiando o lucro fácil e incentivando métodos e práticas predatórias de captura, nocivos e ecologia da região, como mencionado anteriormente (CEDRS, 2008).

O diagnóstico do setor pesqueiro prossegue afirmando sobre a importância de reforçar que a atividade extrativista pesqueira tradicional do Amapá, de natureza fundamentalmente artesanal, mostra-se atualmente pouco competitiva com a praticada, na costa amapaense, por barcos de outros Estados da Federação e até mesmo de outras bandeiras. São embarcações em grande número, com alto poder de captura e impacto ambiental, que representam grande ameaça à sustentabilidade da atividade pesqueira, já que a exploração econômica desordenada e o uso sustentável dos recursos entram em crise, sempre que o objetivo de lucro em curto prazo se sobrepõe a estas considerações relativas à conservação e passa a ser o objetivo final (CEDRS, 2008).

Tal situação abre o acesso a evasão de divisas, a medida que a comercialização é praticada por terceiros (pescadores de outros Estados), embora o Estado do Amapá apresente vantagens comparativas no que tange a comercialização, especialmente para a Europa, em decorrência da localização geográfica estratégica, contudo, isso não é levado em consideração (CEDRS, 2008).

Essas são algumas informações importantes para compreensão da pesca no Amapá, no tópico seguinte serão tratadas as atividades ocupadas por homens e mulheres na pesca artesanal.

2. Lugar da Mulher na pesca artesanal

No contexto atual, as mulheres pescadoras do mundo inteiro desenvolvem direta ou indiretamente tarefas ou ações na pesca artesanal. As pescadoras italianas desempenham atividades laborais em suas comunidades, mas seus papéis têm sido constantemente desvalorizados. No Chile, as pescadoras artesanais lutam em prol da aquisição de área para gestão e exploração pesqueira. Na Europa segundo a resolução do parlamento europeu (2004/2263/INI), adotada em 15 de dezembro de 2005, foram assegurados maiores reconhecimento legal e social do trabalho das mulheres no setor pesqueiro. Na Índia, as mulheres que atuam no setor do processamento do pescado estão enfrentando sérios problemas de saúde (MANESCHY, SIQUEIRA e ÁLVARES, 2012).

No Brasil a realidade das mulheres no setor pesqueiro não foge à descrita pelos outros países. Na região amazônica, mais precisamente para o Estado do Amapá, a situação é mais séria, onde é visível a falta de investimento público. Cabe desse modo, discorrer como é desenvolvido a divisão sexual do trabalho no espaço da pesca artesanal.

A atividade produtiva da pesca artesanal faz uso de toda a mão-de-obra familiar, direta ou indireta. As mulheres exercem papel importante para manutenção do grupo, recorrendo a variados mecanismos de trabalho, associando tarefas de roça, pesca e coleta de mariscos, além dos trabalhos realizados no espaço doméstico. Elas também atuam em igrejas e estão presentes na associação comunitária, sendo pouco valorizada.

A divisão do trabalho por meio da atividade produtiva, na pesca artesanal evidencia uma diferenciação acentuada entre os sexos, destacando a atuação masculina feita geral-

mente no mar. Entretanto, quando se passa as diferentes pescarias e etapas do trabalho, a situação admite outras nuances e abre espaço para a mulher (ainda que de maneira tímida).

Os dados de campo revelaram que a mulher assume no mundo da pesca artesanal a função de coadjuvante nas várias modalidades de pesca, principalmente na de rede, pesca realizada no mar. O depoimento do pescador de 46 anos (morador de Calçoene) é bastante interessante, pois aponta uma forte divisão de trabalho entre os sexos, embora, existem algumas situações em que essa dinâmica ganha outra lógica, afirma ele que: *"a minha mulher e eu saia para pescar juntos logo depois que casamos, ela ia comigo para pescar tubarão, hoje não vai mais porque agora temo um filho adotivo e ela fica nos serviços da casa e cuidado do menino, mas quando ele tiver maior vamos todos de novo"*.

Ainda na função de coadjuvante na pesca de rede, as mulheres também assumem o papel pontual na confecção e no conserto de redes. As mulheres desenvolvem as referidas tarefas, mas não são as responsáveis diretas, praticam tais funções quando há necessidade, não havendo o outro sexo para realização de tais atividade. É importante ressaltar que durante a pesquisa de campo não foi observado nenhuma mulher desenvolvendo atividades relacionadas a esses tipos apetrechos de pesca.

É importante considerar que a área da pesca artesanal é um espaço de "invisibilidade", ou "pouca visibilidade" da mulher. Isso ocorre pelo fato de que na região amazônica ainda predomina a lógica patriarcal, dominação tradicional que dividiu o mundo em duas metades, de um lado, o espaço público, traduzido pela rua e pelo mar, tido como lugar exclusivo dos homens; do outro, o espaço privado, simboli-

zado pelo lar e maternidade, espaço destinado às mulheres (ALVARES, 1994).

A idéia do espaço da pesca, como lugar masculino, continua dominando o imaginário amazônico e amapaense, exigindo muito atenção do/a pesquisador/a, no momento apreender\captar os discursos e as manifestações da relações sociais de gênero vivenciadas nas atividades pesqueiras.

As relações sociais de gênero – que ocorrem tanto no âmbito privado quanto na esfera pública da pesca – são responsáveis pelas assimetrias existentes nos lugares ocupados por homens e mulheres (SCOTT, 1993).

A/O pesquisador/a precisa ter sensibilidade para captar a lógica das relações de gênero, como construções sociais estabelecidas ao longo da história da humanidade e internalizada por ambos os sexos. Assim, nos discursos dos homens pescadores e de algumas mulheres também pescadoras, nem sempre a figura feminina se reconhecem ou são reconhecidas como membros atuante da atividade de pesca, seja pela regularidade das tarefas ou até mesmo pela naturalização e hábito da prática (MOTTA-MAUÉS, 1992).

Quanto a pesca de espinhel, o status feminino é um pouco melhor, mas ainda secundário. Neste caso, a mulher diz participar, porém afirma que está diretamente junto com o marido na lida diária, isto é, quando o marido não tem outra pessoa (homem) que possa fazer essa pesca é com ela que ele conta. Essa declaração é confirmada por um pescador do município de Calçoene (marido da presidente da cooperativa dos/as pescadores/as de Calçoene). Outro destaque importante é que a participação da mulher na pesca do espinhel é mais pontual na despesca, no transporte, no cuidado e na comercialização.

O reconhecimento da maior presença feminina no mundo da pesca amapaense, acontece na pesca de marisco (pesca de pequeno porte) e segundo os pescadores/as entrevistados esse tipo de pesca é pouco realizado pelos homens em virtude da pouca expressão desse tipo de modalidade no Amapá.

Na atividade da pesca artesanal, há de fato uma divisão bem elaborada, que define as tarefas de cada sexo. As comunidades rurais da Amazônia, as construções culturais relativas aos padrões de homens e mulheres são permeadas por aspectos de ordem simbólica que impõem proibições e interdições. Isto é um aspecto que também chama atenção nos estudos sobre mulher e relações de gênero, principalmente nessas populações tradicionais. Trata-se de fato de que a mulher na pesca representa “perigo”, tanto em terra quanto no mar, aos pescadores.

Em terra causa “panema⁷”, no mar, o perigo pode estar ligado à captura, atividade considerada de risco por excelência. Por isto a mulher é em muitas ocasiões afastada da atividade de forma parcial ou total (dependendo do contexto em que está inserida). Ou ainda, sua atividade é vista somente como apoio à pesca propriamente dita. Adentrando um olhar mais acirrado em campo, é possível perceber que o afastamento ou ausência da mulher na manutenção das embarcações e na confecção e conserto de redes pode ter explicações mais plausíveis do ponto de vista local e não simplesmente interesse da mulher.

⁷ Panema – quando a mulher está grávida é potencialmente transmissora de “panema”, que atinge diretamente as pessoas (no caso, os homens), tornando-as incapazes de desenvolver uma atividade produtiva (pesca ou roça). Sobre isso, visualizar a obra de Motta-Maués, M. A. “Trabalhadeiras” e “Camarados”: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: EDUFPA, 1992, pag. 184.

Outro aspecto é que existe um percentual muito grande de pescadores que não tem residência fixa no Estado do Amapá, fixam residências em seus barcos, em virtude de serem oriundos do Estado do Pará, fato este que modifica a participação da família (consequentemente da mulher) na pesca e portanto na postura analítica e investigativa. Mas de todo modo cabe adentrar nessa linha de raciocínio de Pierre Bourdieu no que tange o simbolismo e imaginário popular.

Bourdieu (2002), em “A dominação masculina”, traça um gráfico em que apresenta a divisória dos corpos masculinos e femininos destacando que:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2002, p. 20).

A citação nos remete a perceber como se constrói esse mundo mítico que se constitui algo natural e lógico, tanto assim que o “perigo”, a “panema”, aparece em variadas situações como explicação plausível para determinadas práticas. Segundo a presidente da cooperativa CALÇOPESCA “(...) quando a mulher tá no período do sangramento, não deve frequentar o rio e nem praia (as mães deles não gosta de mulher adoentada), a mulher pode ficar doente e ainda pode trazer panema para o pescador”.

É possível, nesse caso, concordar com Bourdieu quando diz que os mitos conformam um “programa social de percepção” cujas raízes estão na relação de dominação dos homens sobre as mulheres. De fato, estas crenças contribuem no sentido e descaracterizar o trabalho feminino. Como visto no depoimento acima, o estado de natureza da mulher pode trazer “perigo” e “panema”, tanto para ela quanto para o pescador. Outro aspecto enfatizado no depoimento é a fragilidade que a mulher representa, principalmente em determinados períodos. Além disso, é apontada uma entidade feminina que não “aceita” a mulher nos igarapés, o que revela mais uma face da construção cultural referente à condição feminina, como condição a ser “controlada”.

Considerações finais

As considerações do presente trabalho revelaram, que desde o período de constituição territorial, os pescadores artesanais amapaenses tiveram que enfrentar vários entraves advindos de outros Estados (Amazonas, Pará e Santa Catarina) em decorrência da falta de empenho das instâncias governamental local que pudesse assegurar os direitos os pescadores.

A pesca artesanal é para o Estado uma das principais fontes alimentícia e produtiva, abastecendo o Estado do Amapá como os Estados vizinhos, no caso o Pará. Os pescadores artesanais fazem uso da pesca principalmente na Costa Marítima do Amapá.

Os dados ainda apontam que nessa atividade ainda prevalece o uso da dinâmica familiar no sentido de garantir a sustentação deste núcleo. Embora seja o homem que apareça como o principal responsável pela maioria das tarefas, seja

por eles mesmos, por alguns técnicos, alguns pesquisadores/as e principalmente pelas mulheres que mesmo atuando com seus maridos nas lides pesqueiras dificilmente se ver enxerga no mesmo nível.

Situação que merece melhor aprofundamento tanto que algumas teóricas feministas vêm chamando atenção para a necessidade de fazer uso de várias técnicas em campo no sentido de poder comparar se o discurso valida a prática de fato.

Referências

ALVARES, M. L. M. Educação e insubmissão feminina no Pará. In: D'INCAO, M. A. et. al. (Orgs.) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARNEIRO, Conceição. Populações tradicionais, sustentabilidade e reordenação social na Amazônia. In: COSTA, Maria José (Org.). **Sociologia na Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001. p.141 à 164.

CEDRS – **Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Diagnóstico e Estabelecimento de Políticas Públicas, 2008-2003. Macapá/AP, 2008.

DEPPA – **Diagnóstico e Estabelecimento de Política Pública do Amapá**. Macapá/AP, 2008.

DIEGUES, A. C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. In: Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras. São Paulo: NUPAUB/USP, 1997.

FURTADO, L. **Comunidades tradicionais sobrevivências e preservação ambiental**. In: Amazônia e a crise da modernização. Belém, 1994.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE. Históricos das cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/histori>

cos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=160050>. Acesso em: 10 nov. 2010.

MANESCHY, C; SIQUEIRA, D e ALVARES, M. L. **Pescadoras: Subordinação de gênero e empoderamento**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/07.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2013.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.

MOTTA-MAUES, Maria Angélica. **“Trabalhadeiras” e “Camaradas”: relações de gênero, simbolismo e ritualização. Numa comunidade amazônica**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA. 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, pg.5-22, jul/dez., 1993.

Análise das relações de gênero no âmbito da Polícia Militar do Amapá a partir de relatos das mulheres policiais

Silvana Kelly de Moraes da Silva¹

Resumo: Esse artigo reflete as relações de gênero no ambiente organizacional da Polícia Militar do Estado do Amapá (PMAP) a partir de experiências relatadas pelas mulheres policiais. A escolha pela instituição militar ocorreu em virtude desta ser um espaço constituído hegemonicamente por profissionais do sexo masculino. Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa consistiram em entrevistas semiestruturadas realizadas ao longo do segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015 com 20 mulheres policiais (sujeitos centrais) de todas as patentes, uma vez que por meio dos relatos destas, seria possível compreender como se processam as relações entre mulheres e homens na corporação. A pesquisa conclui que, o fato da instituição policial ter sido por muito tempo fechada à presença feminina, isto contribuiu sobremaneira para que as atividades policiais fossem associadas ao sexo masculino, fazendo com que as resistências, estereótipos e preconceitos em relação ao trabalho das mulheres, persistam. Além disso, a atuação das mulheres também permanece marcada pela nítida divisão sexual do trabalho, pois geralmente elas são destinadas as atividades administrativas e os homens as atividades operacionais. Nota-se ainda, especialmente sobre as mulheres que atuam no policiamento operacional, que são elas que mais frequentemente percebem a resistência de muitos policiais masculinos. A pesquisa teve como suporte teórico e conceitual, no que tange o trabalho policial feminino, autoras como Oliveira (2012), Neves (2008), Calazans (2003) e Listgarten (2002); para questões de gênero Louro (2014), Fonseca (2000) e Scott (1990).

Palavras-chave: Polícia Militar; Mulheres Policiais; Relações de Gênero.

¹ Professora da Universidade Federal do Amapá. Email: silvanakelly@bol.com.br

Introdução

As transformações de ordem econômica e social, a expansão da escolaridade e os novos valores relativos ao papel da mulher na sociedade têm incidido também na esfera do trabalho – espaços antigamente reservados aos homens – e o desenvolvimento de uma carreira profissional não são mais exclusividades deles. Com isso, as mulheres têm se inserido nas mais diversas áreas, como por exemplo, nas Forças Armadas e na Segurança Pública federal e estadual, trabalhando com a missão de proteger a coletividade (NEVES, 2008). No entanto, as atividades militares sempre estiveram associadas à atuação dos homens, os quais por muito tempo dominaram absolutos os quartéis, ajudando assim, a propagar a imagem desses espaços como redutos de soldados, sobretudo, fortes e prontos para o combate.

No que concerne à organização policial, esta ainda encontra no imaginário popular a figura do homem como sendo aquele que é, física e emocionalmente mais adequado do que mulher para as atividades policiais. Em virtude destas concepções decorrentes da cultura patriarcal hegemônica na sociedade brasileira, e mantidas pelas instituições policiais, é que a incorporação e atuação das mulheres na PM continuam sendo alvos de preconceitos.

Dessa maneira, a presente pesquisa buscou analisar como se processam as relações entre mulheres e homens no âmbito da Polícia Militar do Estado do Amapá/ PMAP. A escolha pela instituição policial ocorreu, sobretudo, pelas especificidades do ambiente militar, como por exemplo, o uso de armas; e também porque enquanto espaço de atuação profissional espera-se que esses espaços reflitam as mudanças sociais que se apresentam no campo das questões de gênero.

1. As relações de gênero na PMAP a partir de relatos das mulheres policiais

Durante a pesquisa de campo realizada com mulheres policiais selecionadas entre o Comando Geral e seis Batalhões específicos da PMAP, observou-se nas falas das entrevistadas que o fato das atividades policiais permanecerem como áreas ocupadas, sobretudo, por homens, isto contribui para os casos de discriminação em relação à presença da mulher. Essa associação das atividades com uma determinada mão de obra está baseada em um sistema simbólico conferido às diferenças entre os sexos (FONSECA, 2000). Tais diferenças constituíram-se em identidades sociais masculinas e femininas que enquadraram as mulheres à aspectos naturalizantes e de menor valor em relação aos homens, além da esfera doméstica como sendo o seu “verdadeiro” universo (LOURO, 2014).

A fala da policial abaixo, sobre a época que realizou Curso de Formação Soldado Policial Militar (CFSD/PM) feminino, ilustra muito bem a análise de Louro (2014) quando a entrevistada menciona um policial que se refere ao “lugar ideal” (esfera doméstica) para a mulher.

Muito desumano, muito, muito, muito humilhante, muito doloroso, sabe? É um monte de coisa... entrei com tanta garra por causa dos meus filhos que eu precisava criar, que tudo eu fazia pelos meus filhos, mas se eu pudesse, se você perguntasse pra mim [...] na formação? Se eu sairia? Eu sairia, eu não seria policial, porque é muito difícil! É muito difícil! O meu curso de formação de soldado foi muito difícil! [...] Tudo é muito ruim, nossa! A vontade deles [instrutores homens] era que as mulheres desistissem, eles diziam claramente isso pra nós: “Você não é daqui! Você não serve pra ser policial! Você serve pra

tá lavando louça lá na sua casa, vá ser outra coisa!”. Com certeza a discriminação no meu curso foi horrível! (PRAÇA 1).

Várias policiais expuseram que cotidianamente em seu ambiente de trabalho são alvos de brincadeiras de caráter machista, embora outras não vejam tais brincadeiras dessa forma. Entretanto, certas expressões, brincadeiras e situações experimentadas pelas mulheres, apesar da aparente jocosidade, suscitam mais do que simples brincadeiras, como relatou essa policial, “eles [policiais masculinos] fazem às vezes umas piadinhas, uns comentários assim para fragilizar a mulher [...] ‘Ah, vai dirigir, tu, tem certeza?’” (PRAÇA 3). Atitudes como estas reforçam os estereótipos de gênero e mantêm a mulher em posição de inferioridade em relação ao homem. Outro exemplo abaixo demonstra que as piadas e os comentários preconceituosos parecem ser comumente praticados por muitos policiais a fim de constranger a mulher.

Eu fui tirar serviço com um Cabo na época, ele, quase 2 metros de altura, me colocaram pra ir com ele tirar serviço [...] e mais outro [policial]. Eu percebi que quando me chamaram pra compor essa guarnição dele, ele fez uma cara assim tipo: “Não gostei!”. Fui normal, tiramos serviço, aí certo momento lá do serviço [...] ele fez um comentário do tipo que: “Não achava certo ter policial feminino na Polícia e muito menos com aquela altura”. Aí advinha, eu disse [...] “Que aquela frase dele se resumisse aquele momento porque ele não estava falando com uma pessoa leiga e que eu conhecia a legislação militar e ele estava me constrangendo. Não queira me pagar nenhuma indenização!”. Olhando pra ele, eu, 1 metro e 50 e pouco, e ele quase 2. Aí qual foi a saída dele: “A gente não pode nem brincar com vocês” eu disse: “Não pode mesmo!” (PRAÇA 2).

A fala demonstra que a policial foi constrangida com um comentário sexista emitido por seu colega de trabalho, no entanto, ela recorreu a uma atitude incisiva para que o policial percebesse que aquele não era um comentário adequado. As brincadeiras, piadas, comentários, fazem parte do cotidiano das pessoas, no entanto, não é fácil desvelar o verdadeiro sentido das mensagens ocultas no discurso, uma vez que vários elementos corporais e o tom da voz daquele que as emite, também contribuem para que o sentido literal das palavras se perca atrás das múltiplas interpretações do emissor. Além disso, “o humor para ser compreendido, deve ser situado num contexto de prática e valores” (FONSECA, 1992, p. 324).

Por isso certas situações vistas como de humor no ambiente de trabalho devem ser alvo de reflexão, principalmente quando o ambiente e o trabalho do qual se fala ainda estão comumente associados à atuação de mulheres ou de homens. Fonseca (1992) também acredita que cada sexo tem uma relação específica em relação ao humor que é praticado. Infere-se que esta situação também tenha uma estreita relação com as imagens socialmente atribuídas as mulheres e homens com base no modo como se constituíram e se constituem suas relações.

Na visão de Louro (2014) a distinção sexual ainda tem sido usada para justificar as desigualdades sociais entre mulheres e homens. A autora acredita que não são propriamente as características sexuais os fatores determinantes dessa desigualdade, mas o modelo de representação ou a valorização dessas características, pois aquilo que é dito e pensado sobre elas é que vai efetivamente contribuir para a construção acerca do que é feminino ou masculino em uma determinada sociedade em um dado momento histórico. Assim, para se compreender o lugar e as relações de mulheres e homens

em uma determinada sociedade, o importante não é observar exatamente seus sexos, mas tudo aquilo que socialmente foi construído a respeito deles.

Segundo Scott (1990) o uso do termo gênero se tornou uma maneira de indicar as construções sociais, ou seja, as construções de caráter social a respeito das ideias sobre os papéis próprios às mulheres e aos homens, e vem sendo amplamente utilizado na tentativa de transpor o determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual. O gênero faz referência às origens sociais das identidades subjetivas de mulheres e homens, ele é, portanto, uma categoria social atribuída a um corpo sexuado. Ainda de acordo com a autora, as relações entre as pessoas de diferentes sexos são consideradas uma forma de relação social, construída sob a égide do poder e marcada pela desigualdade. Dessa forma, pensar as relações de gênero é pensar como a sociedade organiza a diferença sexual.

A distinção por meio do gênero não nega a biologia, ela enfatiza a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas, não no sentido de papéis femininos e masculinos como no sexo, mas na significação de gênero como um fator constituinte da identidade dos sujeitos, considerando que as identidades são plurais, múltiplas e não permanentes. Assim, da mesma forma que a identidade do sujeito está associada a elementos como etnia, classe, nacionalidade entre outros, o gênero seria mais um fator constituinte dessa identidade (LOURO, 2014).

É a partir da identificação social e histórica dos sujeitos como femininos ou masculinos que eles constroem suas identidades de gênero. No entanto, é importante ressaltar que as identidades dos sujeitos não dadas e acabadas em um determinado momento, como no nascimento, adolescência

ou maturidade, elas estão sempre se constituindo, porque são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. Por isso, é possível pensar nas identidades de gênero de modo semelhante, ou seja, sempre se construindo e se transformando (LOURO, 2014).

Bourdieu (2007), considera que as estratégias de poder que envolvem as relações de gênero, se constituem por uma diferenciação entre os sexos que delimita comportamentos e condutas e por sua vez é delimitada por eles. Ainda de acordo com o autor, este processo se constitui em uma forma de violência simbólica, nomeada por ele de dominação masculina. Dessa forma, essa relação de dominação entre os gêneros é consequência, sobretudo, de um trabalho incessante cuja perpetuação ocorre na família, em instâncias como a Escola, a Igreja, as instituições e o Estado, espaços onde se elaboram e se impõem os princípios da dominação.

Remetendo esta análise para o espaço organizacional, este também se tornou um lugar para os conflitos resultantes dessa suposta relação de dominação. Na instituição policial que permanece composta majoritariamente pelo sexo masculino, as práticas e os discursos de mulheres e homens tendem a refletir essa predominância masculina, além de comparações como por exemplo esta: “Tem muita policial que parece um homem”, comparação que é feita não somente pelos homens, mas por muitas mulheres, pois consideram que é necessário adotar alguns comportamentos considerados tipicamente masculinos, como uma forma de se impor e de se sobressair na atividade policial, principalmente no policiamento executado na rua. Listgarten (2002) acredita que muitas mulheres adotam determinados tipos de comportamentos na tentativa de alcançar o perfil ideal de policial, o qual ainda é fortemente associado à masculinidade.

No entanto, mulheres que adotam determinados comportamentos não estão restritas ao ambiente profissional, a irreversível autonomia conquistada por elas modificou suas relações com os homens, e não são poucas as mulheres que tem oscilado, entre regredir às figuras femininas disponíveis, associadas à fragilidade e a dependência do homem, e assim inibir sua autonomia, “ou apelar para figuras de homens e se masculinizar – como se autonomia e vida pública não pudessem ser vividas em um corpo de fêmea” (ROLNIK, 1998, p. 71).

A suposta fragilidade emocional e, sobretudo, física, atribuída às mulheres, é uma questão inerente a todo e qualquer comentário feito tanto pelos policiais femininos quanto pelos masculinos quando se trata da atuação efetiva das mulheres na atividade policial, não obstante algumas mulheres e homens acreditam que essa questão da fragilidade física é relativa e que pode ser substituída por meio do preparo técnico. A seguir o relato de uma policial que disse ter conversado com uma psicóloga que trabalhou na PMAP por um determinado período e que a mesma também observou em vários policiais o receio que eles tinham em trabalhar com uma mulher.

Já ouvi depoimentos também de algumas policiais, inclusive até de uma psicóloga [...] ela mesma um dia conversando comigo disse: **“Eu trabalhei muito pra mudar essa visão da mulher frágil”** [psicóloga] (grifo nosso). Porque ela disse que uma época ela escutou [de um policial masculino] assim: **“Ah, é mais uma preocupação no serviço tá com uma mulher!”** (grifo nosso) [...] Mas a gente percebe que alguns ficam receosos, principalmente se tu é pequena, se tu é mulher, de te assumir naquela

guarnição², mas têm uns não, não tão nem aí, são bens companheiros e te acolhem bem e tal, mas tu percebe naquela maneira de falar que não tá bem aceito assim pra alguns, né? (PRAÇA 2).

Esta fala exemplifica o discurso aparentemente dominante, o qual se refere a “compleição física da mulher” que por ser diferente em relação à do homem, supostamente não permite que ela tenha a mesma destreza ou habilidade que ele para determinados tipos de ocorrências. Inclusive a fala de uma Oficial é contundente nesse sentido, no entanto, esta enfatiza a questão da formação profissional que é a mesma para mulheres e homens, portanto, ambos estão aptos para o mesmo tipo de serviço.

Teve um graduado que chegou pra mim e pediu que fosse trocada uma PF [policial feminina] da

² Guarnição é o nome atribuído à equipe que atua no policiamento ostensivo, este que é realizado a pé ou na viatura. A equipe que atua na viatura é composta por no mínimo três policiais, porém não é obrigatória a presença de uma policial entre os três. Na guarnição um dos policiais exerce a função de comandante da equipe (que tenha no mínimo a graduação de sargento ou cabo), função que segundo as entrevistadas independe do sexo. Outros procedimentos relativos aos policiais que atuam no serviço de Rádio Patrulhamento Motorizado estão expressos no documento intitulado *Doutrina para o Serviço de Rádio Patrulha*, conforme a Instrução Normativa 01/2007. É importante destacar que o documento ao se referir à composição da guarnição utiliza uma nomenclatura que entendo ser excludente porque remete apenas a presença do sexo masculino na equipe, caracterizada da seguinte forma: **1º Homem** (Comandante da Guarnição); **2º Homem** (Motorista) e **3º Homem** (Segurança, Patrulheiro) (grifos meus), cada um com atribuições específicas, contudo as mulheres também podem atuar nestas equipes. De acordo com Nonato Júnior apud Silva (2011) a nomenclatura é excludente quando privilegia um dos gêneros, e o importante é dar acesso aos dois gêneros em igualdades de condições.

guarnição dele. Eu perguntei: “Mas por que você quer que seja trocada?” “Não, porque ela é muito pequena, ela muita baixinha, ela não vai dar conta, sabe como é que é? E se for uma ocorrência na ponte, e aí ela é o terceiro-homem, aí já viu”. Tipo assim, que ela não ia dar conta do recado [...] [Em seguida a resposta da Oficial] “Não, negativo, eu não vou tirar ninguém da viatura, até porque ela pode não ter estatura elevada, mas ela foi preparada para estar nesse serviço”. Eu também disse assim: “Você me corrija se eu estiver errada, mas eu não consigo vislumbrar onde é que ela falhou, onde é que ela pode falhar, se ela foi treinada tanto quanto você pra estar nesse local, não consigo ver, me desculpe, mas eu não consigo ver e não vou tirá-la”. E não foi uma vez não [que um homem solicitou a troca de uma policial], foram várias vezes, e não foi só ele não (OFICIAL 1).

A iniciativa demonstrada pelo policial ao solicitar que sua superiora retirasse da guarnição uma colega de trabalho, denota assim como outras demonstrações de resistência a que as mulheres são cotidianamente submetidas por parte dos seus colegas homens, é que a incorporação delas na PM passou a ser vista como uma possível ameaça à hegemonia masculina de poder na organização, pois as mulheres passaram a disputar com os homens posições na estrutura do campo de poder da Polícia (BOURDIEU, 2007). Dessa forma muitos homens utilizam, sobretudo, à condição física da mulher, como justificativa para tentar reafirmar a supremacia masculina.

Algumas mulheres também reconhecem que há certo cuidado de alguns policiais em relação a elas, principalmente nas ocorrências consideradas por ambos como mais perigosas ou que exijam atenção redobrada, no entanto, al-

gumas policiais creditam a este tipo de atitude “um cuidado de companheiro” que é feito em prol da equipe e não veem como uma forma de discriminação. Calazans (2003) atribui a estes tipos de cuidados como “discriminação inversa” como sendo mais um recurso dos homens para discriminar as mulheres.

No entanto, é importante ressaltar que a **discriminação inversa em seu sentido literal significa uma medida de ação positiva** (grifo nosso) cuja finalidade é a obtenção da igualdade entre mulheres e homens com base na eliminação das desigualdades reais. Nela não há restrição de direitos ou negação de direitos básicos ao contrário da discriminação tradicional. Ela se caracteriza por meio da aplicação de cotas ou de tratamento preferencial cuja tendência é favorecer o acesso a determinados postos e posições de um segmento da população (VALLE, 1997).

Ao utilizar o conceito de discriminação inversa, pretende-se dizer que a postura adotada por alguns homens em relação às mulheres, embora pareça positiva e até mesmo favorável às policiais, no sentido de eximi-las ou protegê-las de determinadas situações, na verdade, em alguns casos se está alijando-as de suas funções em detrimento de um suposto cuidado. No entanto, muitas mulheres tendem a considerar esta atitude simplesmente normal sem que haja necessidade de questioná-la, principalmente nas ocorrências em que a policial é comandada. O trecho abaixo expressa essa questão.

[Havia cuidado] principalmente quando a ocorrência era em área de ponte que a gente tem que entrar e a situação das pontes na maioria das vezes não são bonitinhas, tem falhas e você tem que correr ali com arma na mão e tu não sabes por onde tu tá pisando, tu vai correndo, né? Em alguns casos

quando eu trabalhei na rua que eu era patrulheira o comandante da viatura disse: “Não, fica aqui, olha a viatura que o motorista vai lá!” Então o motorista assumiu o meu lugar de patrulheira, por quê? Não sei, entendeu? Não sei se ele não tinha confiança em mim, né? De entrar numa área de ponte com ele, só nós dois, um homem e uma mulher. É o que eu te falo, **eles dizem que uma mulher na viatura é como se tivesse menos um homem** (grifo nosso) (PRAÇA 4).

A frase grifada na fala acima foi pronunciada de forma muito parecida em outras entrevistas e estava sempre associada à suposta fragilidade física das mulheres. A fragilidade também parece ser um atributo que não condiz com a imagem e a identidade de um “verdadeiro policial” seja este do sexo masculino ou feminino, e esta visão em grande medida, se mantém até hoje. Como a mulher é supostamente mais frágil, ela é quem tem que se superar para mostrar que pode ser um verdadeiro policial, assim como o homem.

Nesse sentido, a instituição policial enquanto instância de poder procura “manter viva a ‘hegemonia da masculinidade’ construída histórica e socialmente” (OLIVEIRA, 2012, p.183), a qual fez dela o espaço dos homens fortes, corajosos etc. Porém, com a inserção da mulher na PM, “a instituição procura manter viva também a ‘identidade feminina’ de sexo frágil – como se fosse uma identidade típica e natural das mulheres, quando, na verdade, trata-se de uma construção social” (OLIVEIRA, 2012, p. 183-184).

Por isso, infere-se que os mesmos homens que consideram as mulheres como frágeis e supostamente as protegem de determinadas situações, são os que estão contribuindo para que elas continuem sendo subjugadas. Não obstante, há mulheres que de fato se consideram física-

mente mais frágeis, no entanto, afirmam receber a mesma formação teórica e prática nas quais não existe nenhuma diferenciação por sexo, portanto, estão igualmente preparadas para o trabalho policial.

Contudo, mesmo a teoria sendo um fator de suma importância na formação do policial, o fazer cotidiano se mostra o aspecto que em grande medida regula e determina os comportamentos e as práticas na relação entre mulheres e homens na PMAP, sobretudo, nas interações vivenciadas nas atividades ostensivas. Dessa forma, embora as instituições possuam leis e discursos que as regulamentam, são exatamente as práticas cotidianas e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que devem ser alvo de atenção constante porque passam a vigorar como se fossem naturais (LOURO, 2014).

Considerações finais

A pesquisa concluiu que o fato da instituição policial ter sido por muito tempo fechada à presença feminina isto contribuiu em grande medida para que as atividades policiais fossem associadas ao sexo masculino fazendo com que as resistências, estereótipos e preconceitos em relação ao trabalho das mulheres, tanto por parte dos colegas masculinos quanto da própria sociedade, persistam. Além disso, a atuação das mulheres ainda permanece marcada pela nítida divisão sexual do trabalho, pois constatou-se que elas tendem a ser destinadas as atividades-meio (atividades administrativas) e os homens as atividades operacionais.

Também de acordo com a investigação de campo, nota-se que embora as mulheres estejam presentes em todas as áreas e atividades na PMAP, e que supostamente a ques-

tão de gênero não seja um critério e também não interfira diretamente na distribuição das atividades entre mulheres e homens, o contingente feminino parece estar localizado, sobretudo, nas atividades-meio ou em atividades que tenham um caráter voltado para a área social, a exemplo do número significativo de mulheres na Divisão de Ação Social (DAS).

Percebe-se também, em particular, sobre as mulheres que atuam no policiamento operacional, que são elas que percebem mais frequentemente a resistência de muitos homens policiais em atuar com elas. Contudo, nota-se que individualmente muitas policiais tentam combater tais práticas, enquanto outras acabam adotando posturas consideradas como masculinas para poder se impor e assim se sobressair na profissão. De modo geral, as entrevistadas disseram que na corporação inexistente política com recorte de gênero, seja para o atendimento das policiais ou destas em relação ao público externo.

Mas como todas as mulheres inseridas em espaços ainda compostos em sua maioria por homens, são muitos os obstáculos enfrentados para o pleno exercício profissional. Apesar disso, as práticas que naturalizam e que contribuem para que as resistências de muitos homens em relação ao trabalho das mulheres se perpetuem, devem ser questionadas e combatidas, caso contrário, as mulheres permaneceram sempre subjugadas. Em se tratando das instituições militares, certamente que uma mudança de mentalidade que leve a mulher a ser vista de fato, como uma policial, independente da sua condição física ou das suas habilidades supostamente naturais, não é um processo fácil, até mesmo porque as próprias construções sociais de gênero perpassam por outras instituições que ainda reforçam a ideia de que mulheres e homens possuem seus papéis definidos na sociedade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kouchner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Tradução de: La domination masculine.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na brigada militar do Rio Grande do Sul. 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2940/000379254.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

FONSECA, Claudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 310-330.

FONSECA, Tania Maria Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LISTGARTEN, Sílvia Caroline. **Diagnóstico identitário da policial militar feminina na Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: CSAP, 2002. (Série Monografias Premiadas, 2).

LOURO, Guacira Lopes Louro. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NEVES, Genivaldo Silva das. **A presença da policial feminina com características afro-descendentes na Polícia Militar da Bahia**. 2008. 97f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia (UFBA); Salvador, 2008. Disponível em: <www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_genivaldoneves.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2013.

OLIVEIRA, Laudicéia Soares de. **“Teto de Vidro” relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar**. 2012. 222f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia (UFBA); Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7823/1/Tese%20Céia.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

ROLNIK, Suely. Machos e fêmeas. In: LINS, Daniel. (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.16, n° 2, 1990. p. 5-22.

VALLE, Alejandra Manzano. A discriminação inversa em razão do sexo. **Revista do CAAP (Centro Acadêmico Afonso Pena)** [online], p.25-40, 1997, Disponível em: <<http://www2.direito.ufmg.br/revistadoacaap/index.php/revista/article/view/225/224>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

O Perfil das Vítimas de violência Doméstica contra a Mulher na Cidade de Macapá: análise entre os anos 2012 a 2017

*Ivaneide Valadares Corrêa dos Santos*¹

*Maria Telma Almeida do Nascimento Silva*²

*Ana Cristina de Paula Maués Soares*³

Resumo: Esta pesquisa teve o objetivo de mostrar quem são as mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá, traçando o perfil mediano dessas mulheres. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, além da técnica de levantamento documental. Os resultados revelaram os danos que a violência doméstica causa as mulheres no âmbito familiar e as consequências que essa violência deixa nas vítimas, abalando o seu psicológico, o emocional e a auto-estima. As mulheres que sofreram violência possuem o ensino médio completo, elas são católicas e vivem em união estável, além da média de dois a quatro filhos e com renda pessoal, não dependendo financeiramente de seu companheiro. O companheiro, na maioria das vezes, é o principal responsável pela violência, trazendo conflitos e instabilidade no meio familiar.

Palavras-chave: Violência; Gênero; Poder.

1. Introdução

Este artigo tem como proposta discutir o tema da violência contra a mulher, cuja principal motivação foi traçar o

¹ Aluna do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email: **santosivaneide.78@gmail.com**

² Aluna do Curso Extensão da UNIMULHER da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email: **telmanascimento40@gmail.com**

³ Professora da Universidade Federal do Amapá. Email: **crisgepem@bol.com.br**

perfil das mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá. Então, pergunta-se: quem são as mulheres vítima de violência doméstica na realidade local?

No sentido de realizar a investigação, a metodologia foi dividida em pesquisa de campo, mapeando o número de mulheres vítimas da violência doméstica em Macapá nos anos 2012 a 2017. Esse levantamento foi feito na Delegacia de crime contra a mulher – DCCM, e no Centro de atendimento a mulher e a família – CAMUF. O referido levantamento também permitiu detectar o contexto sócio econômico e a trajetória de vida das mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá.

Este trabalho foi estruturado em três itens: O primeiro discute a violência contra a mulher atrelada às relações de gênero, poder e violência doméstica; o item II aborda o perfil das mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá e III em que estabelece as considerações finais.

2. Poder, Gênero e Violência doméstica contra a Mulher

Os estudos sobre violência doméstica contra a mulher exigem a contribuição de vários conceitos da Sociologia e da Antropologia tais como: patriarcado, poder, gênero e violência.

Esta opção exige a presença de autores que trabalhem a concepção de Poder, como Michel Foucault (1984, p. 19), que afirma que o poder está em toda parte e exercido em meio de relações dinâmicas e desiguais, pautado em grandes esquemas de dominação. O autor salienta que o poder é relacional, devido – *“que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em*

posição de exterioridade em relação ao poder". O poder está ligado a uma multiplicidade de pontos de resistência, que são concomitantemente alvo e apoio, ressaltando que as resistências devem ser sempre plurais.

A perceptiva de poder de Foucault será a base para discussão de gênero de Scott (1993), que afirma que gênero é uma categoria de análise relacional, útil na compreensão das relações de poder, organização política e sujeito social. Para Scott, gênero diz respeito a relações sociais entre homens e mulheres, culturalmente construídas e estabelecidas a partir de diferenças anatômicas entre os sexos, que definem e instituem o masculino e feminino de maneira hierárquica na sociedade.

A conexão entre poder, gênero e violência é realizada por Saffioti (2001), ao apresenta a violência de gênero como sendo algo terrível e abominável na sociedade, a forma de como é tratada a mulher sendo a mesma exposta como um objeto pelo homem, porém tudo isso é cultural e hierarquizada, a cultura do patriarcado, no entanto é aceita pela sociedade para corrigir atos que não são bem vistos por homens e mulheres tradicionais, haja vista que existem muitas mulheres também reproduzem a lógica machistas na sociedade.

A violência contra a mulher está diretamente ligada à dominação do macho sobre a fêmea, a forma de como as mulheres são tratadas na sociedade, que ainda são patriarcais. O patriarcado é um tipo de dominação tradicionalmente legítima, caracterizando-o como um sistema de normas regido pela tradição, tendo sua essência na piedade pessoal do pai e seu microrganismo existente na autoridade do chefe da comunidade doméstica, o marido. (WEBER, 1999). Assim, o

patriarcado significa poder dos homens, poder dos machos e poder dos senhores.

No contexto da violência contra mulher é importante salientar que a sociedade patriarcal construiu ao longo dos tempos valores que determinam o papel que cada pessoa exerce no meio social, um deles eram atribuídos aos homens como provedor do sustento das famílias, onde só o mesmo podia trabalhar fora de casa e a mulher era educada para ser esposa, mãe e dona de casa, sendo concebida como um “bem” ou uma “propriedade” do homem. No entanto, é importante ressaltar que houveram mudanças quanto aos espaços ocupados pelas mulheres, com o surgimento do capitalismo e do pós segunda guerra mundial, as mulheres passam a entrar no mercado de trabalho que antes só tinha lugar para os homens, mas continuam às responsáveis pelo lar, espaço reprodução de violência, continuando vítimas de violência conjugal (PROBST e RAMOS, 2003).

A violência doméstica contra mulher é toda forma de preconceito, coação que ocorre entre homem e mulher onde prevalece a virilidade masculina e a submissão feminina. Embora haja mudanças sociais é explícita a violência de gênero a subjugação da mulher tanto no âmbito doméstico, público e privado persiste a forma violenta de poder do homem sobre a mulher por meio de violência física, violência sexual e violência psicológica que intimida submete quem não segue os padrões impostos por uma sociedade machista, autoritária e opressora.

A violência doméstica e familiar é uma questão histórica e cultural anunciada que ainda hoje infelizmente faz parte da realidade de muitas mulheres nos lares do Brasil e de Macapá, este último espaço de nossa pesquisa, que será tratada no tópico seguinte.

3. Falam os Dados

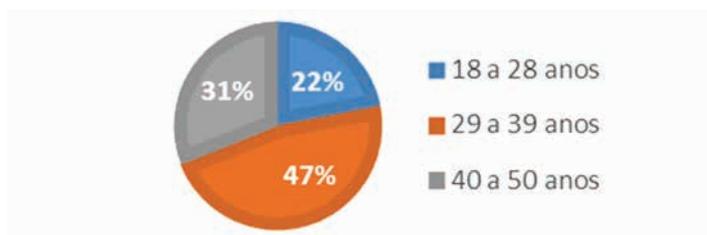
1.1 O perfil dos sujeitos da pesquisa

O presente item tem por objetivo traçar o perfil de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá. Sendo assim levantou-se dados referentes a trajetória pessoal com os seguintes aspectos: Idade, Cor, Religião, Naturalidade, Escolaridade, Estado Civil, Profissão, Situação Profissional e Quantidade de filhos.

Para a obtenção dos dados utilizou-se a técnica de levantamento documental na Delegacia de crime contra a mulher – DCCM, e no CAMUF. Com base na coleta de dados constatou-se que no perfil das mulheres vítimas de violência doméstica predominam mulheres que vivem em união estável, na faixa etária de 29 a 39 anos, tendo 02 a 04 filhos.

Quanto a religião observou-se que à maioria se considera católica, entretanto houve um aumento nos casos de violência doméstica entre as mulheres evangélicas. A maior parte das vítimas cursou o ensino médio.

Gráfico 1: Faixa etária

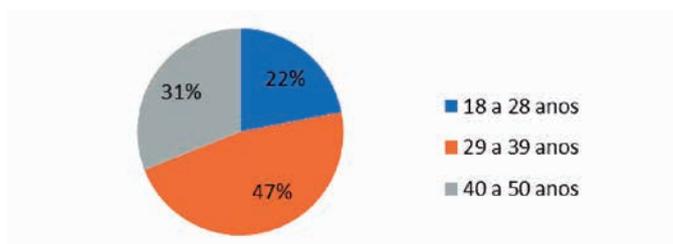


Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

Dados da pesquisa de campo demonstram que 47% das mulheres que sofrem violência estão na faixa etária de 29 a 39

anos; entre 40 a 50 anos 31% e na faixa etária de 18 a 28 anos é de 22%. Então, podemos observar que as vítimas são mulheres adultas, não são idosas e nem jovens, mas com rotinas semelhantes sempre ligada à família e aos afazeres domésticos.

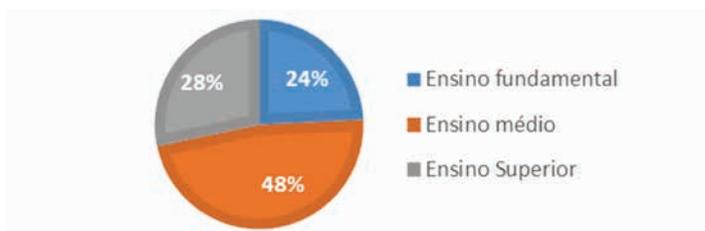
Gráfico 2: Naturalidade



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

Com o propósito de identificar o município de nascimento das mulheres vítimas de violência doméstica, observou-se que 73% são de Macapá; 14% do Afuá e 13% de Belém, descrito no gráfico 2.

Gráfico 3: Escolaridade



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

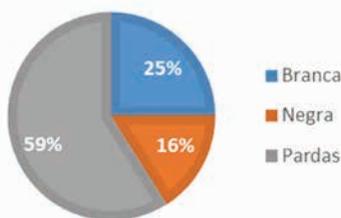
Constata-se que parte considerável são de mulheres macapaenses, porém existem muitas mulheres oriundas das cidades de Afuá e Belém, que deixam seu local de origem em

busca de melhores condições financeiras, juntamente com seus companheiros.

Ao analisar o gráfico 3, constata-se um número expressivo de vítimas que possuem o ensino médio – cerca de 48%; ensino fundamental 24% e ensino superior 28%.

Esse índice mostra que 48% das vítimas possuem apenas o ensino médio, ou seja, uma escolaridade mediana, isso mostra que as mulheres estão se inserindo na área educacional, melhorando o seu nível de instrução onde cerca de 28% concluíram o ensino superior.

Gráfico 4: Cor



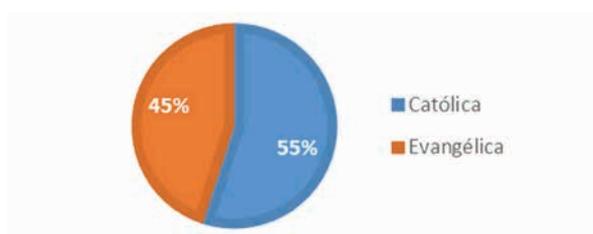
Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

A pesquisa mostra que as vítimas de violência doméstica em Macapá são 59% pardas; 25% brancas e 16% são negras. Como refere-se o gráfico 4.

Os dados da pesquisa revelam que 55% das vítimas são católicas e 45% evangélicas, como descrito no gráfico 5.

Outro aspecto importante é a religião, os dados mostram que cerca de 55% são católicas, isso revela uma predominância de mulheres que se consideram católicas, entretanto há um alto crescimento de mulheres evangélicas que sofrem violência doméstica e que aceitam tal violência pela submissão ao parceiro.

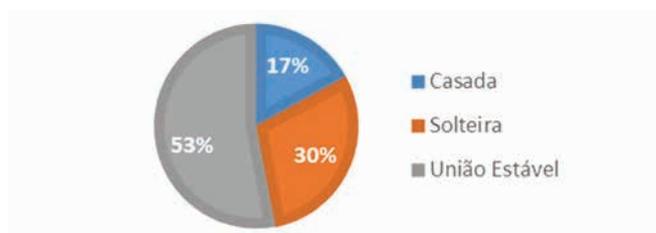
Gráfico 5: Religião



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

A pesquisa mostra que o estado civil das vítimas de violência doméstica são 17% casadas; solteiras 30% e união estável 53%. Como relatado no gráfico 6.

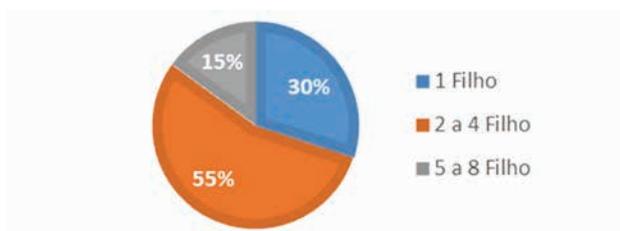
Gráficos 6: Estado civil



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

Ao referimos ao estado civil, as mulheres vítimas de violência doméstica, 53% vivem em união estável. Historicamente o homem era o provedor da família e a mulher era educada para ser esposa, mãe e dona de casa diante disso, o espaço familiar que representa para essas vítimas sinônimos de amor e aconchego, e diante dessa violência sofrida do dia a dia transforma-se em grande sofrimento com insultos, agressões.

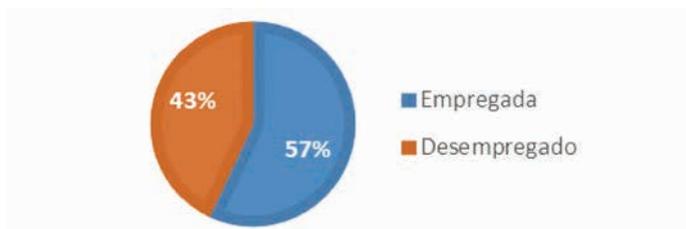
Gráfico 7: Número de filhos



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

Os dados da pesquisa mostram que 30% das mulheres vítimas de violência doméstica tem 1 filho; 55% tem de 2 a 4 filhos e 15% tem de 5 a 8 filhos, dados presentes no gráfico 7.

Gráfico 8: Situação profissional



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

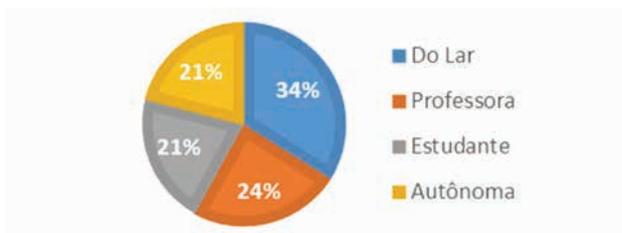
No gráfico 8 estão o percentual da situação profissional das vítimas de violência doméstica em Macapá. 57% são empregadas e 43% desempregadas.

Podemos observar que a situação profissional de 57% são de mulheres empregadas⁴, ou seja, esses dados revelam

⁴ Optamos por agrupar no item empregadas, as vítimas que possuem alguma renda provenientes de atividades realizadas dentro ou fora de casa. Essa renda pode se ganha de maneira formal ou informal.

que a maioria das mulheres vítimas de violência doméstica em Macapá possuem sua própria renda, sendo autônoma ou não. Dessa forma, elas não dependem financeiramente de seus companheiros, pelo menos não totalmente. No entanto, essa situação gera conflito no ambiente familiar, pois a partir do momento que a mulher se empodera e começa a tomar conta da sua própria vida, a sociedade machista e patriarcal resolve praticar violência contra mulher dentro do seu próprio lar e mesmo que ela trabalhe e tenha uma renda estável, essas mulheres ainda se submetem há condições de inferioridade. Esta inferioridade é sustentada pela lógica patriarcal em que há *“uma forte banalização da violência de forma que há uma tolerância e até um certo incentivo da sociedade para que os homens possam exercer sua virilidade baseada na força/dominação com fulcro na organização social de gênero.* (SAFFIOTI, 2004, p. 74)

Gráfico 9: Profissão



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

Quanto a Profissão, observou-se que 34% das vítimas são “do Lar” e vivem em função da Família; 24% são professoras; 21% estudantes e 21% são autônomas, como informado no gráfico 9.

No contexto socioeconômico, os dados revelam que a maioria das vítimas de violência doméstica em Macapá é de

34% são “do lar” e vivem em função da família, nesse sentido as vítimas trabalham em casa o que torna ainda mais agravante esse quadro de esposa subordinada, portanto há uma dependência econômica muito grande, vários são os motivos pelo qual essa mulher continuam em uma relação abusiva, entre eles são: o medo de represálias, a preocupação com os filhos e a perda do suporte financeiro.

Dessa forma, essas mulheres ainda sofrem violência doméstica por seu agressor achar que tem o poder de pai, marido e chefe de família. Poder, que em algumas situações são delegados pelas próprias mulheres, que imensas nesse contexto de dominação e violência delegam nas mãos de seus maridos esse poder (SAFFIOTI, 2004).

Situação que refleti a necessidade de desconstruir essa relação de poder desigual, que não é natural mas sim uma construção social, que naturaliza a submissão de um gênero sobre outro.

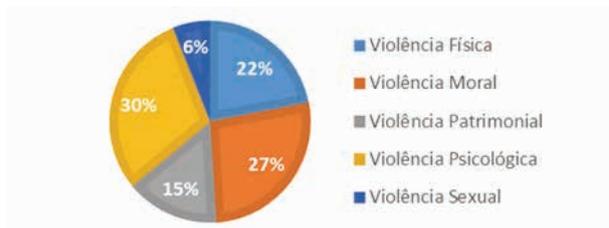
2.2 Tipos de violência, o agressor e os motivos da violência

O presente tópico irá abordar os tipos de violência contra as mulheres, nas quais os dados revelam cerca de 22% gerada pela Violência Física; 27% pela Violência Moral; 15% pela Violência Patrimonial; 30% foi Violência Psicológica e 6% foi Violência Sexual, conforme no gráfico 11.

Contextualizando a violência, os dados revelam que a maioria das vítimas de violência doméstica em Macapá, 30% são de violência psicológica, isso significa dizer que as mulheres estão mais atenta para essa violência, e consequentemente denunciando ainda mais a mesma. Portanto a violência psicológica fica difícil de se identificar pôr a mesma está enraizada no dia a dia dessas vítimas, porém, é uma

violência que se camufla passando despercebidas por muitas mulheres que sofrem violência doméstica.

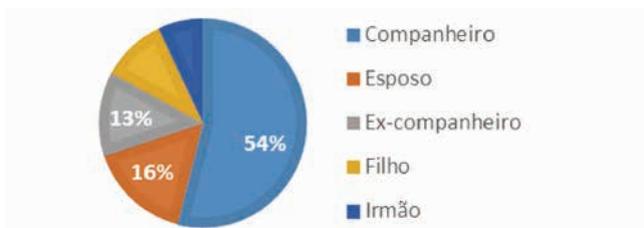
Gráfico 11: Tipo de violência



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

Ao contrário do que se imagina, não basta apenas a mulher ser agredida fisicamente para estar em uma relação violenta porém algumas palavras também feri e machucam a autoestima, a identidade e ao desenvolvimento dessas mulheres, portanto, abalando assim sua saúde psicológica deixando-as acometida por graves doenças levando até a morte.

Gráfico 12: Quem praticou a violência



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

No gráfico 12, as informações estão acerca de quem praticou a violência, mostrando-se que 54% ocorreram por seus Companheiros; 16% Esposos; 13% ex companheiros; 10% Filhos; 7% Irmãos.

Os dados mostram que 54% de quem praticou a violência doméstica contra a mulher ocorreram por seus companheiros sendo assim, toda essa situação demonstra uma questão cultural e uma forte presença da lógica patriarcal na sociedade macapaense, onde o companheiro manda e a mulher simplesmente obedecem (contudo, algumas mulheres sofrem violência por se recusaram a cumprirem fielmente os papéis de gênero que lhe foram destinados).

As relações de poder sempre acontecem do homem sobre a mulher, portanto, impondo o mesmo o seu poder através da violência. Diante desse fato temos a construção da masculinidade que é dita como nobreza e da dominação masculina e de acordo com Bourdeiu (2002), a incorporação da superioridade masculina e da dominação masculina está intrinsecamente ancorada no nosso inconsciente que não percebemos enquanto dominação.

Michel Foucault (1984, p. 19), afirma que o poder está em toda a parte e é exercido em meio das relações dinâmicas e desiguais pautado em um grande esquema de dominação.

Gráfico 13: Motivo alegado



Fonte: Pesquisa de campo realizada nov/2017

No gráfico 13, os motivos alegados para que houvessem a violência doméstica foram 8% por sentimento de ciú-

me; 42% conflito familiar; 14% comportamento agressivo; 12% por descontrole; 16% efeito de álcool e outros 8% por separação. O conflito familiar tem o maior percentual devido a incompatibilidade de gênio e a intolerância. Não há diálogo, a ideia de que a esposa lhe pertence, sendo submissa a ele, gerando assim, conflitos entre ambos e aumentando o quadro de violência ainda mais no âmbito social.

Essa são as informações importante na construção do perfil das mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá-AP.

Considerações finais

Este artigo revela que as mulheres vítimas de violência doméstica em Macapá sofrem com a violência psicológica e conflito familiar. Elas são pardas com idade entre 29 a 39 anos e são macapaenses, católicas, mas com grande crescimento de mulheres evangélicas, vivem em união estável, tem filhos, moram na periferia e trabalham formal ou informalmente, não dependem financeiramente do companheiro.

Ao longo da história, as mulheres avançaram bastante no tempo e espaço, em que garantiram em termos de realidade brasileira, conquistas importantes como: o surgimento da Delegacia de Crime Contra a Mulher / DCCM e das Secretárias Especiais de Políticas Públicas para as Mulheres, ambas em âmbito nacional; na realidade macapaense houve a criação do Centro de Atendimento à Mulher e da Família CAMUF.

Estas políticas refletem mudanças na condição feminina, contudo, essas mudanças são lentas e gradativas, pois no imaginaria social do Brasil, ainda há a presença do machismo e lógica patriarcal que machuca e mata muitas mulheres.

Sendo assim, torna-se necessário que a sociedade civil se organize no sentido de ampliar e reformular as políticas públicas voltadas para mulheres, principalmente as que atuam no combate à violência contra a mulher.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

PROBST, E.R.; RAMOS P. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Revista Leonardo Pós, Blumenau, Disponível em:<<http://WWW.Posuniassselvi.com.br/materias/artigo.htm#rev2/>>. Acesso em: 01 abr. 2017, 09:33

SAFFIOTI, Heleieth. 1 .B. **Contribuições feminista para estudo da violência de gênero**. Cad.pag, campinas,n.16, P.115-136 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/sciello.php?Script=sciartttxtpid=5010483332001000100007&lng=en&nr m=iso>>. Acesso em; 23 de nov. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: **uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: DABAT, Christine e AVILA, Maria Betânia, 1992.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB. 1999.

A Violência de Gênero na Fronteira Franco-Brasileira: A Transversalidade da Prostituição e o Tráfico de Mulheres para fins de Exploração Sexual

Brenda Farias da Silva¹

Dábila de Cássia Brito de Miranda²

Resumo: A violência de gênero é pautada no fato de a vítima pertencer ao sexo feminino. Esta pode se apresentar de diversas maneiras na sociedade patriarcal: como violência física, psicológica, abusos sexuais, etc. Além disso, essas violências ocorrem de maneira generalizada, não distinguindo etnia, classe social, religião ou país – até porque a violência contra a mulher não possui fronteiras ou nacionalidades. Levando em consideração este cenário, este artigo visa abordar dois tipos de violência de gênero: a prostituição e o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A temática proposta é analisada no contexto da fronteira Franco-Brasileira, entre os municípios de Oiapoque (Amapá) e Saint-Georges (Guiana Francesa). Nosso objetivo é fazer um panorama do tráfico de mulheres e da prostituição como violência de gênero na fronteira em questão. Para tanto, utilizamos de pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo – este realizado em dois momentos: em dezembro de 2017 e maio de 2018. A partir da pesquisa realizada, foi possível compreender que a violência de gênero na fronteira Franco-Brasileira possui diversas dimensões, especialmente por haver uma forte influência dos garimpos ilegais da região.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Prostituição; Tráfico de Mulheres; Fronteira Franco-Brasileira.

¹ Mestranda em Estudos de Fronteira na Universidade Federal do Amapá. Email: brenda_fds@live.com ,

² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Amapá. Email: dabilabrito@gmail.com

Introdução

A violência de gênero³ se caracteriza por ser uma violência pautada na vítima pertencer ao sexo feminino. Esta se apresenta de diversas maneiras dentro da sociedade patriarcal, não distinguindo etnia, cultura ou classe social (MIRANDA, 2018).

Para exemplificar a violência de gênero presente na sociedade atual temos os abusos sexuais no seio familiar, praticados por pais ou pessoas próximas a família. A mutilação genital, violência doméstica, pornografia, prostituição e o tráfico de mulheres também são consideradas violências de gênero.

Essa violência se perpetua como arma do patriarcado para manter as mulheres em condições de subserviência e, está estruturada na sociedade que corrobora para a manutenção desse *status quo*. Há uma legitimação da violência contra a mulher através dos setores da sociedade como o estado, a política e a relações culturais (VARELA, 2005).

Além disso, essas violências ocorrem de maneira global, não distinguindo etnia, classe social, religião ou país – até porque a violência contra a mulher não possui fronteiras ou nacionalidades. Diante desse cenário este trabalho visa tratar sobre duas violências de gênero específicas: a prostituição e o tráfico de mulheres.

Como foco desta pesquisa temos a fronteira Franco-Brasileira, devido toda sua especificidade e pela região fazer parte das rotas internacionais de tráfico humano e da forte exploração sexual para prostituição – municípios de São Jorge do Oiapoque (faz parte da Coletividade Ultramarina Francesa, Guiana Francesa) e Oiapoque, respectivamente.

³ Utilizamos violência de gênero, nesse estudo, como o conjunto de dimensões de violência contra a mulher.

O município de Oiapoque está localizado no extremo norte do estado do Amapá – Brasil, cerca de 600 km de distância da capital Macapá. Sendo uma das cidades da fronteira amazônica, esta região apresenta grandes recursos naturais, pouca presença estatal e um fluxo intenso de pessoas e mercadorias.

Assim, este trabalho buscou elaborar um panorama sobre as violências de gênero presentes na fronteira franco-brasileira para fins de exploração sexual, através de uma pesquisa de campo com entrevistas junto a autoridades brasileiras que atuam na região das guianas, além de autoridades da Guiana Francesa.

Além disso, foram entrevistadas profissionais do sexo em Oiapoque, agentes de segurança pública e ONGs que auxiliam mulheres em situação de violência, prostituição e tráfico. Essas entrevistas aconteceram durante o ano de 2017 e o primeiro semestre de 2018 no município de Oiapoque e Guiana Francesa.

O tráfico de mulheres e a prostituição são temáticas muito relevantes no cenário internacional. Pesquisas e programas de enfrentamento vêm sendo elaboradas como respostas por diversos países e organizações internacionais, exatamente por atingir milhares de mulheres, crianças e adolescentes no mundo todo e acarretar diversos outros problemas de ordem econômica e social.

1. A violência de gênero

Ao tratar sobre violência de gênero, é relevante compreender que gênero faz parte de uma construção social referente aos sexos. “Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade

biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino” (LOURO, 1996, p. 9).

Segundo Glaucira Louro (1996), partimos dessa construção social sobre os gêneros, os papéis de gênero na sociedade, como e quais características são consideradas femininas e masculinas. Essa construção se mantém através de uma relação de poder, no qual a mulher possui um papel subalterno e o homem um papel dominante.

Essa dominação masculina permeia todos os setores das sociedades contemporâneas, suas leis, suas culturas, religiões, formas de governo, intrinsecamente pautados nessa relação de poder dos homens sobre as mulheres. Assim o domínio masculino se tornou universal através do sistema patriarcal que se encontra há séculos na sociedade (TERAZAKI, 2007, p. 10).

A violência de gênero passa a ter grande relevância por ser uma das maiores formas de poder contra as mulheres, como já está estruturada na sociedade a condição de subordinação da mulher perante os homens é a raiz da violência contra a mulher.

A violência é a arma por excelência do patriarcado. Nem a religião, nem a educação, nem as leis, nem os costumes, nem nenhum outro mecanismo havia conseguido a submissão histórica das mulheres se tudo isso não houvesse sido reforçado com a violência. A violência exercida contra as mulheres pelo fato de o serem é uma violência instrumental, que tem por objetivo seu controle. Não é uma violência passional, nem sentimental, nem genética, nem natural. A violência de gênero é a máxima expressão do poder que os homens têm ou pretendem manter sobre as mulheres (VARELA, 2005, p. 251).

A violência de gênero é considerada um problema global, por atingir milhares de mulheres no mundo todo afetando diretamente os direitos humanos das mulheres. De forma indireta, há perdas significativas nas economias dos países pelos custos da violência que incluem maiores gastos com remédios e com o sistema de saúde, a queda na produtividade, a falta das mulheres ao trabalho, a redução de salário e, em último caso, a perda de emprego (TAVARES, 2012).

A violência contra a mulher provoca um aumento substancial de gastos com cuidados de saúde pública, que vão desde a necessidade de atendimento hospitalar às vítimas, passando por consultas psiquiátricas, psicológicas e medicação. Em geral, mulheres agredidas físicas e sexualmente utilizam os serviços de saúde com frequência, ainda que em grande parte das vezes os casos não sejam reportados como violência baseada em gênero (TAVARES, 2012, p. 1).

Sendo assim, a busca pelo enfrentamento das violências de gênero está vinculada também a economia dos países no mundo e aos direitos humanos de modo geral. Importante ressaltar as políticas globais contra violências de gênero específicas como a prostituição através de leis claras em determinados países, tratando a prostituição como um crime, punindo seus clientes, através de multas e auxiliando as mulheres que desejam sair deste ofício.

O tráfico de pessoas possui ligação direta com a prostituição. No mundo todo existem organizações internacionais, políticas governamentais e ONGs voltadas a denúncia e combate desse tipo de crime. É importante ressaltar que atualmente o tráfico de pessoas é uma das atividades ilícitas mais lucrativas no mundo, abaixo, apenas, do narcotráfico e falsificação (JUSTO, 2016).

Por isso, se faz pertinente políticas conjuntas para combater a violência de gênero, principalmente a exploração sexual, que atingem mulheres de forma impactante, ocasionando serias violações aos direitos humanos das mulheres.

a. A prostituição feminina

A prostituição é conhecida no âmbito popular como ofício “mais antigo no mundo” e se perpetua ao longo dos anos por diversos fatores, um deles que podemos elencar é devido as grandes desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade. A naturalização da prostituição mantém essa exploração sobre os corpos femininos ao longo da história, e no Brasil atinge principalmente as mulheres negras, com baixo nível socioeconômico (FIGUEIREDO; PEIXOTO, 2010).

Essas mulheres que em muitos casos não tiveram oportunidades para estudar, não possuem qualificação profissional, aceitam adentrar a vida do meretrício para fugir da miséria. Além disso, o dia a dia nesse ofício expõe a profissional do sexo a enxurrada de humilhações, abusos sexuais, violências físicas, prisões e doenças.

Com isso, as consequências têm elevados custos psicológicos e físicos, as profissionais do sexo sofrem com gravidez indesejada, abortos, experiências graves pós-traumáticas e estresse. Muitas ainda fazem uso de drogas e álcool frequentemente e suas taxas de suicídio são elevadas (TERAZAKI, 2007).

De acordo com Vlachovd e Biason (2005), frequentemente as prostitutas sofrem maus tratados por parte das autoridades policiais. Essas mulheres estão sujeitas a prisões arbitrárias, agressões físicas e assédio sexual. Não raro, policiais fazem parte do mercado da prostituição, recebem suborno ou porcentagens das transações realizadas.

Pelo caráter marginalizado que a prática da prostituição possui, muitas violências que as profissionais passam não são relatadas pelos governos, que não computa essas demandas e em muitos casos não estão preparados para um atendimento mais humanitário para com essa profissional.

Atualmente existe uma série de organizações que estudam a prática do meretrício, no intuito de elaborar políticas globais de enfrentamento das violências contra mulheres e crianças nessa atividade. Um estudo que podemos apontar foi elaborado pela fundação francesa Scelles sobre a exploração sexual, mais de 40 milhões de pessoas no mundo se prostituem atualmente, a grande maioria (75%) são mulheres com idades entre 13 e 25 anos (BBC BRASIL, 2012).

Outro ponto que podemos elucidar desse relatório é referente ao tráfico de mulheres para a exploração sexual. O número de mulheres vítimas do tráfico humano com esse intuito vem aumentando, no entanto, o relatório não revela em números. Além de que, conforme o relatório “essas vítimas são originárias de comunidades pobres do norte do Brasil, como Amazonas, Pará, Roraima e Amapá.” (BBC BRASIL, 2012, online).

Com isso, além das violências de gênero sofridas no dia a dia da prostituição, essas mulheres correm riscos ainda maiores com o impacto do tráfico em suas vidas. Situações muito mais insalubres e degradantes, vendidas como mercadorias, com sua liberdade vetada, sem nenhum tipo de auxílio.

b. O tráfico de mulheres para exploração sexual

O tráfico internacional de pessoas sempre esteve presente na construção das civilizações. Contudo, a concepção contemporânea de tráfico humano tem por base um fenô-

meno chamado “tráfico de escravas brancas” – do inglês *White Slave Trade* –, que apresenta várias semelhanças com a concepção que temos hoje sobre tráfico de seres humanos (VENSON; PEDRO, 2013).

O termo “tráfico de escravas brancas” aparece pela primeira vez em um texto de 1839, derivado da expressão francesa *Traite des Blanches* – relacionada a *Traite des Noirs*, expressão utilizada para denominar o comércio de escravos negros. O tráfico de escravas brancas se referia então às mulheres europeias levadas por redes internacionais aos Estados Unidos da América e colônias europeias para se prostituir (DOEZEMA, 2000).

Jo Doezema define o tráfico de escravas brancas como “a busca, por força, engano ou através do uso de drogas de uma mulher ou menina (branca) contra a própria vontade, para a prostituição” (2000, p. 25). Annuska Derks (2000) aponta que esta forma de tráfico também estaria relacionada às ondas migratórias da época, onde foi identificada uma demanda cada vez maior para serviços sexuais entre os migrantes, em sua maioria do sexo masculino.

Durante muitos anos a comunidade compreendia que o tráfico de escravas brancas era então um ato criminoso – muito mais por significar uma quebra nos padrões conservadores da sociedade e colocar em risco a vida de mulheres “respeitáveis”, do que pelo ato de coagir uma mulher a se prostituir (DERKS, 2000).

Com o passar do tempo, o cenário internacional passou a se modificar e assim também se modificou a compreensão do tráfico humano. Não foi até o fim da Segunda Guerra Mundial que o tráfico internacional de pessoas perdeu o aspecto racial e passou incorporar diversos aspectos. A definição de tráfico de pessoas vigente atualmente foi

concebida no Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças – também conhecido como o Protocolo de Palermo –, um acordo celebrado na Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (CTOC), que entrou em vigor em 25 de dezembro de 2003. O Protocolo de Palermo é o primeiro instrumento global, juridicamente vinculado, sobre o tráfico de pessoas (UNODC, 2012).

O protocolo define o tráfico de pessoas como:

(a) [...] o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, trabalho forçado ou serviços, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;

(b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas para a exploração descrito na alínea (a) do presente artigo deve ser irrelevante onde qualquer um dos meios referidos na alínea (a) têm sido utilizados;

(c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados “tráfico de pessoas” mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos na alínea (a) do presente artigo;

(d) “Criança”, qualquer pessoa com menos de dezoito anos de idade (CTOC, 2003 p. 3).

A partir de então, o tráfico humano passou ser compreendido em diversas dimensões, admitindo o tráfico para fins de exploração sexual, exploração laboral, remoção de órgãos, dentre outros. Ainda assim, a prática do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual era – e ainda é – a com maior alcance no cenário internacional – seguida pelo tráfico de pessoas para exploração laboral (UNODC, 2012).

Esse cenário mostra que mesmo com o crescimento das demais modalidades de tráfico humano, a exploração sexual da mulher ainda é um dos mercados mais rentáveis – o que também evidencia quanto a violência de gênero está enraizada nas mais diversas práticas.

2. Prostituição e tráfico de mulheres nas fronteiras amazônicas

Faz-se relevante tratar como as redes de exploração sexual e prostituição se relacionam com o tráfico e aparecem em grande parte nas fronteiras. A prostituição nas fronteiras amazônicas traz consigo características próprias da região.

Ao tratarmos sobre violência na fronteira, geralmente ganham destaque os problemas associados ao tráfico de drogas e ao contrabando como principais crimes a serem enfrentados (MONTEIRO, AMARAL, 2016). Nessa perspectiva, os casos de violência de gênero passam a ter um papel secundário nas políticas de segurança pública.

De modo geral as fronteiras amazônicas possuem uma fiscalização estatutária ineficiente, devido às dimensões geográficas da própria região, com um gigantesco potencial de recursos naturais, desenvolveu-se uma rede de explorações desses recursos, em especial a exploração de madeira e extração de minérios.

No território amazônico existem grandes regiões de garimpo, no interior das matas fechadas, em situações insalubres e que impossibilitam o acesso contínuo. Assim, as profissionais do sexo são as poucas mulheres que adentram esse território, indo em grupos ou sozinhas através de agenciadores. Essas mulheres adentram as regiões, mesmo com altos riscos de saúde e doenças, por necessidade, o que as deixa vulnerável para diversas violências como o tráfico de pessoas.

De acordo com a pesquisa ENAFRON – Diagnóstico sobre o Tráfico de Pessoas na Área de Fronteira, realizada pela Secretaria Nacional de Justiça em parceria com o Ministério da Justiça em 2012, as fronteiras dos estados do Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Amazonas registram casos de tráfico humano. A maior incidência nas fronteiras amazônicas é o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: mulheres, crianças e adolescentes são os mais atingidos nessa região. Existem registros também de casos voltados para o trabalho escravo em usinas hidroelétricas na região amazônica.

Segundo a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF), o Brasil possui ao todo 131 rotas internacionais de tráfico de pessoas, a maior parte delas encontram-se concentradas nas regiões Nordeste (35 rotas) e Norte (31 rotas), e em sua maioria essas rotas seguem para os países da região do Planalto das Guianas. Com efeito, foram identificadas cinco rotas de saída do Brasil para o Suriname, colocando-o entre os países com mais rotas internacionais de destino do tráfico humano originário do Brasil (LEAL e LEAL, 2002).

A pesquisa ENAFRON aponta ainda que uma das principais portas de entrada para o tráfico de pessoas no Estado

do Acre é o comércio sexual no Peru e na Bolívia, onde não há proteção para os trabalhadores do sexo.

Quanto ao estado do Amapá, a maior causa do tráfico humano são mulheres que emigram para a Guiana Francesa buscando condições de vida mais elevadas por meio de casamento com estrangeiros ou para trabalharem como profissionais do sexo. Muitas vezes essas mulheres acabam sendo traficadas para os garimpos pelos maridos ou intermediadores, para serem sexualmente exploradas – prostituição forçada. Apesar de casos registrados, ainda há dificuldade para a identificação e caracterização do tráfico humano para as autoridades amapaenses.

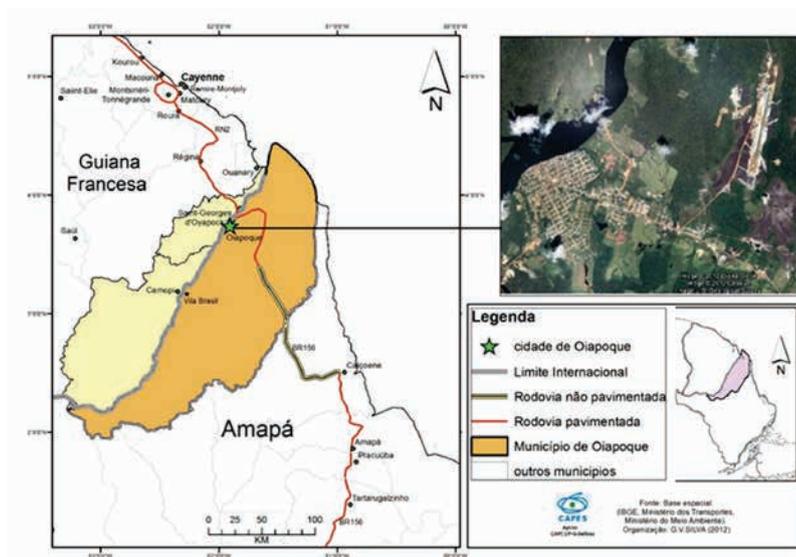
Os estados de Roraima e do Pará registam um grande fluxo de mulheres com destino ao Suriname e à Guiana Francesa, especificamente para áreas de garimpo. Contudo, não há registros que possam identificar se essas mulheres são traficadas ou trabalham como profissionais do sexo por vontade própria, o que mais uma vez aponta para a deficiência de fiscalização que possa ajudar a identificar os casos de tráfico de pessoas nessas fronteiras mais sensíveis.

A atividade do meretrício também é característica das fronteiras amazônicas e muitas vezes está diretamente relacionada com o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Pimentel e Oliveira (2007), apontam que, no caso da fronteira com a Venezuela, a rota do tráfico humano segue a rodovia Troncal 10, que inicia em Santa Elena de Uairén (cidade fronteira com o Brasil) e também foi identificada como a mesma rota utilizada por mulheres que migram para a Venezuela para trabalhar como profissionais do sexo. Há diversos clubes noturnos que são conhecidos como locais de atuação da rede de tráfico de mulheres, a região é cercada de garimpos.

3. O tráfico de mulheres e a prostituição na fronteira franco-brasileira

Oiapoque é uma cidade situada no extremo norte do estado do Amapá, que faz fronteira direta com São Jorge de Oiapoque, cidade pertencente a Guiana Francesa (uma coletividade ultramarina da França). Essa fronteira possui uma relação descentralizada da cooperação Brasil-França. Assim, há uma perspectiva da fronteira não somente como área limite, mas de interação (SILVA, 2012).

Mapa 1: Localização do Município de Oiapoque



Elaboração: G.V. Silva, 2012.

Na cidade de Oiapoque, a economia se mantém através da pesca, da agricultura, comércio de produtos alimentícios, além da prostituição que influencia diretamente na economia. A atividade do meretrício se mantém na região

há alguns anos por diversos fatores, mas o que mais agrega valor para essa perpetuação é a dinâmica econômica por conta dos garimpos da região que possibilita três unidades monetárias funcionando de forma acessível: o ouro, euro, real (SILVA, 2012).

Dentro de Oiapoque há uma rede de lugares que possibilita a atividade do meretrício e esses estabelecimentos ganham direta e indiretamente. São hotéis, pousadas, boates, bares e restaurantes que se beneficiam da entrada de clientes vindos de todo o platô das Guianas para o mercado do sexo.

Franceses, ingleses, holandeses e guianenses que diariamente atravessam para o lado brasileiro, cruzam a fronteira de carro pela ponte binacional, que liga os dois países, ou através de Catraias (espécies de barcos de menor porte que circulam entre os dois lados da fronteira constantemente, pelo rio Oiapoque).

Sobre a vivência das profissionais do sexo, foi realizado um trabalho de campo, no primeiro semestre de 2018, onde foram obtidos esclarecimentos sobre esse panorama das atividades do meretrício em Oiapoque. Respeitando o critério de inclusão a amostra dessa pesquisa estava estabelecida nos critérios sobre idade de 21 anos ou mais, mulheres que desempenham a atividade de profissional do sexo e que assinaram o termo de consentimento esclarecido concordando em participar da pesquisa. Considerando esses critérios, apenas as entrevistas realizadas com três mulheres foram incluídas.

Além disso, foram realizadas entrevistas em novembro de 2017 com moradores da cidade de Oiapoque, sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. O critério estabelecido foi concordância com o termo de consentimento esclarecido e pessoas maiores de 21 anos. Por conta do

critério de inclusão, consideramos para esta pesquisa apenas as entrevistas realizadas com um morador e ex-garimpeiro e um *catraiero* (como são chamados os pilotos das catraias que realizam a travessia no rio Oiapoque).

É importante ressaltar que pela dificuldade em entrevistar essas profissionais, vamos nos deter a dados qualitativos referentes as violências de gênero sofridas no âmbito da prostituição, coletados através de entrevistas semiestruturadas, e, através dos relatos de três profissionais do sexo, explicar como a prostituição, sendo uma violência de gênero, se apresenta em Oiapoque.

As entrevistadas, aqui representadas como Aline, 21 anos; Bianca, 22 anos; e Carol, 30 anos* (nomes fictícios), retratam que ir se prostituir em Oiapoque é uma maneira de manter o anonimato dessa atividade para a família, devido a distância da cidade de Oiapoque com a capital do Estado. Aproximadamente 600km separam as cidades, a viagem para o município é longa, cerca de dez ou doze horas, por conta de parte da estrada não ser pavimentada, constantes pontes e ladeiras.

As profissionais do sexo, Bianca*, 22 anos; e Carol*, 30 anos, por uma série de questões morais, relatam ser manicures ou cozinheiras para família, no intuito de esconder o verdadeiro ofício que realizam em Oiapoque.

Outro ponto que levam essas mulheres irem para o município é a dinâmica monetária, como os clientes em sua maioria tem origem estrangeira, os programas são pagos em euro, ouro ou real.

Sobre as violências presentes na atividade da prostituição: *“Os homens que vêm aqui costumam beber e usar drogas, e por estarem pagando pelo sexo eles acreditam que podem agir de qualquer forma”* (Aline*, 21 anos). Foram retratados casos

constantes de humilhações e xingamentos, durante a prática do programa ou até mesmo depois de ocorrido, considerando essa prática como violência psicológica.

Outra violência que se apresenta é a violência sexual. Os clientes costumam forçar as profissionais a realizarem práticas que elas não querem como: sexo anal, oral, amarrar, algemar. Uma das entrevistadas relata que: *“já aconteceu de um velho querer me forçar a fazer sexo anal, no meio do programa, aí não deixei e ele saiu com raiva”* (Bianca*, 22 anos).

Por fim, elas também retrataram casos de violência física, pelos clientes e em alguns casos pelas esposas dos clientes, por ciúmes das profissionais do sexo.

Ao decorrer das entrevistas, as profissionais do sexo contam as suas experiências atuando na região de garimpo: elas costumam atravessar a fronteira de Oiapoque para Guiana Francesa, através de catraias. Geralmente, vão até os garimpos por necessidade financeira, visando um lucro maior, mas também são agenciadas por donos de prostíbulos dentro do garimpo.

As profissionais do sexo revelam como vivem dentro dos garimpos: *“A gente vai de catraia, é bom conhecer alguém lá, o dono do cabaré por exemplo, se não a gente fica em umas tendas, feitas com paus e lonas”* (Bianca*, 22 anos).

Por conta disso, elas revelam ser importante conhecer os donos dos “cabarés”, para ter onde ficar. Nesses cabarés elas precisam fazer os seus clientes consumirem um valor específico em gramas de ouro, já que dentro do garimpo as trocas monetárias acontecem através do ouro.

Sobre o pagamento do programa, algumas retratam que varia de acordo com o valor da grama do ouro (cerca de 32 a 40 euros por grama) e, a partir desse valor, elas estipulam o pagamento. Uma das entrevistadas, aponta *“eles con-*

tratam a gente, tantas gramas por tantos dias, às vezes a gente só dorme junto, às vezes só bebe no cabaré, às vezes transa, vai pouca mulher pra lá, aí só tem a gente” (Bianca*, 22 anos). Com isso os valores dos programas variam de acordo com esses “contratos”.

Nos garimpos, existe um número reduzido de mulheres, isso se dá pelo fato da dificuldade em alcançar essas regiões, o que leva a uma grande concentração de homens, que trabalham na exploração do ouro. A organização dos garimpos então é marcada por uma dominação de uma figura masculina, para tanto existe “o dono do garimpo”, este que mantém o controle no garimpo, com as pessoas que entram e que saem, recebe uma parte dos minérios obtidos, gerencia o local.

No caso da prostituição, é o “dono do garimpo” que permite a entrada das profissionais do sexo, em alguns casos ele escolhe qual será a mulher que ele vai manter como fixa, e assim protegê-la. De acordo com um entrevistado morador de Oiapoque e ex-garimpeiro, revela *“se ele tiver interesse já cola com ela, então ela já fica protegida porque se ela ficar a Deus dará aí meu amigo ela vai ter que enfrentar todo o tipo de assédio”*. O que reforça que a violência de gênero é uma constante para as profissionais do sexo e elas se vêm obrigadas a buscar mecanismos para se proteger nos garimpos.

O mesmo morador revela ainda, uma situação extrema de violência contra mulher:

[...] eu trabalhei com uma pessoa aqui que o cidadão queria estar com ela e o marido dela estava no barranco totalmente isolado, lá no barranco né... E é assim: hora do café, todo mundo vai tomar café, toma o café e sai para o barranco, se o barranco tem água eles ligam a bomba e quando é a hora que estamos chegando a água já vai secando [...].

Um cidadão estava tão sedento por uma mulher e levou-a para o mato fez o que bem entendeu, enfiou um pedaço de raiz nas partes dela e foi para o barranco.

A violência em questão ocorreu com uma mulher casada que trabalhava no garimpo, auxiliando o marido. Com isso podemos colocar em destaque a questão complicada e vulnerável é a condição das mulheres nessas regiões garimpeiras. Independentemente de ser profissional do sexo ou não, a violência sexual pode ocorrer, e se agrava pela escassez do aparato estatal na região e a forte dominação masculina.

No caso das profissionais do sexo, é possível perceber que existe uma crença de que as mesmas são obrigadas a servir ao homem, que paga pelo serviço. Essas mulheres estão mais suscetíveis a violências por ser uma atividade marginalizada, que põem a mulher em riscos físicos e emocionais.

A vivência dentro dos garimpos é bastante precária, de modo geral são locais com mínima infraestrutura e diversas carências, riscos a saúde, nenhuma presença estatal. As profissionais do sexo se sujeitam a isso por necessidade, revelam ficar mais tempo que o estipulado, de seis meses a um ano. E sobre os casos de violência dentro desse ambiente, elas não têm como denunciar, se submetendo e aceitando mesmo em situações degradantes.

Referente a isso é importante ressaltar que toda essa configuração se mantém na ilegalidade, os garimpos estão de forma clandestina em outro país e se encontram em regiões afastadas, causando uma maior aceitação das profissionais do sexo em sofrer violências, pois temem pela sua segurança ou acabarem sendo presas na Guiana Francesa.

Em paralelo aos casos de violência sofridos por mulheres que se prostituem por vontade própria, também foi pos-

sível identificar na pesquisa de campo a presença do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual na região.

Segundo um dos entrevistados (morador da cidade de Oiapoque, que costumava trabalhar em garimpos clandestinos na região), muitas jovens do Maranhão, Pará e Macapá são levadas para trabalharem nos garimpos. A maioria dessas mulheres tem ciência que trabalharão como profissionais do sexo. Contudo, ao chegarem nos garimpos, têm suas liberdades limitadas: são proibidas de sair, passam a contrair dívidas com o dono do garimpo (referente à alimentação, estadia, transporte, etc.) e são obrigadas a trabalhar para pagar essas dívidas – prostituição forçada. O entrevistado disse ainda que uma parcela da população do município de Oiapoque tem conhecimento do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, porém têm medo de falar sobre o assunto.

O entrevistado que trabalha como *catraiero*, relatou que durante muito tempo ouviu relatos de mulheres que haviam ido para o garimpo com a promessa de trabalhar na cozinha, mas chegando lá foram forçadas a trabalhar como profissionais do sexo e tiveram também suas liberdades limitadas. Segundo ele, muitas delas acabam por se acostumar com a situação e depois de um longo período, passam a ter liberdade para ir até o município de Oiapoque e depois voltar para os garimpos.

Essa situação demonstra a transversalidade entre as duas atividades, estando, muitas vezes, correlacionadas. Durante a pesquisa de campo realizada, foi possível identificar através das entrevistas que há casos de mulheres traficadas que acabaram por exercer livremente atividades como profissionais do sexo e, direta ou indiretamente, também se tornaram aliciadoras – ganhando comissões com cada jovem mulher levada para os garimpos.

Considerações finais

A violência de gênero pode se dar de diversas formas e ocorrer em diferentes situações. Ao se tratar do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, essa violência se dá de maneira física e psicológica: a partir do momento em que uma mulher é forçada a se prostituir, tolhida de sua liberdade e se vê presa em situações como a de uma dívida inacabável.

Ao se tratar do exercício da prostituição por vontade própria, essa violência também ocorre a partir do momento em que as mulheres são submetidas a situações aonde se vêm forçadas a atos que não concordaram, sofrem ameaças, são humilhadas, xingadas, espancadas e até mesmo roubadas pelos clientes ou por outros que explorem seu trabalho.

No que diz respeito à questão fronteiriça, esse cenário é muito mais agravado: as fronteiras são, historicamente, lugares mais afastados dos grandes centros de poder e esse distanciamento provoca uma marginalização dos municípios localizados nessas regiões. Essa marginalização deixa espaço para que diversas práticas ocorram, e também permite a incidência de crimes transnacionais.

A prostituição também se tornou uma atividade típica das regiões fronteiriças, tanto pela facilidade em transitar entre países, quanto no que diz respeito à possibilidade de obter mais lucros por conta das diferenças econômicas dos países fronteiriços. Nas fronteiras amazônicas essa é uma realidade ainda mais latente: por serem regiões permeadas de garimpos, há uma grande presença masculina, que demanda serviços sexuais periodicamente, estimulando a ida de profissionais do sexo para trabalhar tanto nas cidades fronteiriças, quanto nos garimpos.

Essa realidade se cruza diretamente com o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A necessidade dos

serviços sexuais no garimpo regularmente acaba incentivando a ação de aliciadores de mulheres. Ainda que as profissionais do sexo passem períodos trabalhando nos garimpos, sua presença não é constante, o que dá margem para que mulheres traficadas entrem em cena para suprir as necessidades sexuais dos trabalhadores, e ao serem traficadas já se tornam vítimas da violência de gênero.

Esse cenário é comprovado no município de Oiapoque, onde há tanto a atividade do meretrício por vontade própria, quanto o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Independente da forma com que essa mulher exerce o trabalho de profissional do sexo, ela está sujeita a violência de gênero em diversos aspectos, mas sempre sendo vista como propriedade daquele que paga pelo serviço – seja ele o proprietário do garimpo que submete a mulher traficada à prostituição forçada, ou o cliente da profissional do sexo.

É importante destacar ainda o papel que os garimpos exercem na fronteira franco-brasileira. A presença dos garimpos ilegais estimula a ida de profissionais do sexo para essa região e, por sua vez, acaba por estimular o tráfico de mulheres para suprir a necessidade dos trabalhadores dos garimpos – considerando que as profissionais do sexo possuem liberdade para se locomover, logo, não ficam nos garimpos por tempo indeterminado.

Referências

CONVENÇÃO CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL (CTOC). **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças**. Nova Iorque, 2003. Disponível em: <http://www.nao-estas-a-venda.sef.pt/docs/protocolo_palermo.pdf> Acesso em 05 de julho de 2014.

DERKS, Annuska. From White Slaves to Trafficking Survivors Notes on the Trafficking Debate. In: Conference on Migration and Development, 2000, Princeton University. **The Center for enter for Migration and Development Working Paper Series**. [S.l.: s.n.], 2000. n.p. Disponível em: <<https://walnet.org/csis/papers/CMD-0002M.PDF>>. Acesso em 17 de outubro de 2018.

DOEZEMA, Jo. Loose Women or Lost Women? The re-emergence of the myth of 'white slavery' in contemporary discourses of 'trafficking in women'. International Studies Convention Washington, DC, February 16-20, 1999 **Gender Issues**, Vol. 18, no. 1, Winter 2000, pp. 23-50. Acessado 19 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://walnet.org/csis/papers/doezema-loose.html#myth>> Acesso em 02 de novembro de 2018.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). **Global Report on Trafficking in Persons**. 2012. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/Global_Report_on_TIP.pdf>. Acesso em 04 de julho de 2014.

FERNANDES, Daniela. Mais de 40 milhões se prostituem no mundo. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120118_prostituicao_df_is>. Acesso em: 09 out. 2018

FIGUEIREDO, Regina; PEIXOTO, Marcelo. Profissionais do sexo e vulnerabilidade. Boletim do Instituto de Saúde, São Paulo, v. 12, n. 2, p.196-201, ago. 2010. Semestral. Disponível em: <<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/recomendacaoLuisEduardo.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

JUSTO, Marcelo. As cinco atividades do crime organizado que rendem mais dinheiro no mundo. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160331_atividades_crime_organizado_fn>. Acesso em: 01 abr. 16.

LEAL, Maria Lúcia & LEAL, Maria de Fátima P. (orgs). **Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF)**. Relatório Nacional – Brasil. Brasília: CECRI, 2002. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/Pestraf_2002.pdf> Acesso em 23 de maio de 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-18.

MIRANDA, Dábila de Cássia Brito de. **A Violência de Gênero na Fronteira Franco-Brasileira**. 2018. 30 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego; AMARAL, Pedro Aguiar Tinoco do. A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na Faixa de Fronteira: em Busca da Visibilidade. **Perspectiva Geográfica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 15, p.143-151, jul. 2016. ninanInsecureWorld.pdf>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.

PIMENTEL, Geiza A.; OLIVEIRA, Rafael da Silva (2007). Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial na fronteira Brasil-Venezuela: o caso da BR-174. In: Maria Lúcia Pinto Leal; Maria de Fátima Pinto Leal; R enata Maria Coimbra Libório. (org.). **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, p. 59-73.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa ENAFRON – Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: < http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisa_-enafron_202x266mm_1710_19h00_web.pdf> Acesso em 30 de setembro de 2018.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; PORTO, Jadson Luís Rebelo. Interações espaciais entre territórios periféricos no norte da América do Sul. **Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura**, Curitiba, n. 1, p.52-74, 12 dez. 2012. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/viewFile/297/262>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

TAVARES, Rebeca. **O alto custo da violência de gênero na economia**. 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/o-alto-custo-da-violencia-de-genero-na-economia-por-rebeca-tavares-correio-braziliense-28112012/>>. Acesso em: 09 out. 2018.

TERAZAKI, Alessandra Yuli. **Uma Questão De Gênero Nas Relações Internacionais**. 2007. 100 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Unilasalle – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/graduacao/relacoes_internacionais/2007/ayterazaki.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Barcelona: Ediciones B, 2005.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Tráfico de pessoas: uma história do conceito. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 61-83, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/03.pdf>>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

VLACHOVD, Marie; BIASON, Lea. **Women in an insecure world: violence against women: facts, figures and analysis**. Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2005. Disponível em: <www.femdat.ch/C18/Common/Lists/EqualityPublications/Attachments/40/OrderformWome>

***Herland*: um diálogo entre filosofia da natureza e gênero**

Débora Aymoré¹

Resumo: *Herland* (1898), obra literária de Charlotte Perkins Gilman, apresenta uma ficção em que uma comunidade formada apenas por mulheres mantém relação harmônica com a natureza, considerando seu modo de produção vinculado ao plantio e à colheita, seus hábitos alimentares e mesmo as interações sociais que estabelecem entre si. Embora por muito tempo em isolamento devido às condições geográficas, este agrupamento ecologicamente correto é inesperadamente visitado por aventureiros do sexo masculino. A partir desta interação, valores sociais tais como o androcentrismo e o controle da natureza são colocados em questão. Debra B. Shaw (2000) descreve que Gilman vislumbrava que as mulheres evoluiriam para o patamar civilizacional exposto em *Herland* assim que conquistassem a autonomia econômica em relação aos homens (cf. SHAW, 2000, p. 13). Em período de intensa discussão sobre a teoria evolucionista desenvolvida pelo naturalista Charles Darwin (1809-1882), Gilman destoa das temáticas de aventura e romance, introduzindo o amor materno como valor fundamental, capaz de alterar, inclusive, os rumos do futuro. Em que pese os problemas ecológicos enfrentados cotidianamente pelas civilizações tecnologicamente orientadas até certo ponto enfraquecerem a força retórica de *Herland*, da perspectiva da filosofia da natureza ela permanece como obra enriquecedora, na medida em que apresenta um valor alternativo ao controle, considerado hegemônico desde a adoção do projeto baconiano (FRANKLIN, 1999; LACEY, 2005, 2008, 2010). Conseqüentemente, realizamos uma interpretação filosófica do conteúdo literário apresentado por Gilman, desenvolvendo uma postura crítica diante dos impactos negativos da ciência e da tecnologia, que conflitam com a manutenção do ambiente saudável necessário para a preservação da espécie humana.

¹ Professora da Universidade do Estado do Amapá – UEAP. Doutora em Filosofia (USP/SP), Pós-doutoranda (USP/SP). Email: debora.aymore@ueap.edu.br; deboraaymore@gmail.com

Palavras-Chave: *Herland*; Filosofia da Natureza; Controle da Natureza; Amor Materno.

Introdução

Embora tradicionalmente possamos considerar que existem fronteiras nítidas entre as humanidades, tal como no caso dos limites disciplinares que traçamos entre a Filosofia, a História e a Literatura, e mesmo entre a Filosofia e as ciências, o desafio deste trabalho é permanecer entre filosofia e literatura, tornando tais fronteiras permeáveis, bem como utilizar parte do conhecimento científico, particularmente aquele desenvolvido pela biologia e pela antropologia médica.

A ficção objeto de análise filosófica é a obra *Herland* e nossa justificativa para tal abordagem interdisciplinar baseia-se na possibilidade de enriquecimento das perspectivas de futuro, investigando uma alternativa às formas habituais de pensamento e de ação. Deste modo, a partir da constatação de que o ser humano está, consciente ou inconscientemente, engajado em processos culturais de autodeterminação e de construção de interações sociais, sejam estas interações visando à dominação ou à colaboração, a literatura pode fornecer conteúdo capaz de nos fazer vislumbrar mundos possíveis, mesmo que tais alternativas, diante da realidade, não estejam ao alcance imediato. Como seres dotados de imaginação, podemos conceber cenários diversos e realizar ações com base no exercício prático da reflexão, aproximando-nos, mesmo que parcialmente, dos cenários alternativos vislumbrados.

Especificamente no caso da obra *Herland*, Gilman aborda o modo como os seres humanos se relacionam com a natureza e como os homens interagem com as mulheres.

Seríamos nós donos e senhores dos animais, dos vegetais e dos minerais, de tal modo os consideramos como recursos, valiosos apenas do ponto de vista do atendimento das nossas necessidades? Além disso, o valor do controle da natureza estaria hierarquicamente acima dos valores de bem-estar, de florescimento humano ou de responsabilidade? Estes são alguns questionamentos que emergem quando lemos tal obra literária, na medida em que somos paulatinamente convidados a conhecer uma comunidade fictícia formada somente por mulheres (as *herlanders*) que são obrigadas, devido ao isolamento geográfico, a sobreviver contando consigo mesmas e com o ambiente ao seu redor.

Antes de os aventureiros Terry O. Nicholson, Jeff Margrave e Vandyck Jennings alcançarem esta terra formada apenas mulheres e crianças, todas elas meninas, os três homens especulam sobre aquilo que encontrariam depois das enormes montanhas: Terry, popular com as mulheres mesmo em condições de concorrência com outros homens, acreditava que encontraria um balneário onde exercitar suas habilidades de sedução; Jeff, possuidor de uma alma sensível (talvez até mesmo romântica), acreditava que encontraria um jardim, com bebês, canários e flores. O narrador da história, Vandyck, mais inclinado à sociologia e às ciências, acreditava que lá encontraria um matriarcado, no qual os homens seriam menos evoluídos e realizariam visitas anuais para fins de reprodução e de manutenção da espécie. Porém, Terry assevera que nada se deve esperar em termos de invenções e progresso, explicitando sua expectativa de que tudo seria extremamente primitivo, sem ordem ou organização, pois as mulheres sempre brigam entre si (cf. GILMAN, 1981, p. 28-29).

Nota-se que os três personagens masculinos a que somos apresentados no início da trama representam diferentes perspectivas sobre o feminino. Ora ressaltadas pela expres-

são de sua sexualidade ou capacidade reprodutiva, ora como ícones da santidade. A perspectiva mais objetiva, e que se mostrará posteriormente mais próxima à realidade encontrada, será a de Vandyck, visto que o próprio personagem declara adotar um meio termo entre Terry, que visualizava nas mulheres a realização de sua própria autossatisfação, e Jeff, que colocava as mulheres em pedestal, valorizando-as por determinadas virtudes que as santificariam, tal como o exercício de autossacrifício representado pela maternidade. O narrador Terry, no entanto, pretende ser científico, supondo objetivamente como seria uma sociedade composta por mulheres, assumindo, no entanto, a necessidade irresoluta da interação com homens para fins de consumação da reprodução sexuada (cf. GILMAN, 1981, p. 30 e 33).

Ao chegarem, os aventureiros pousam próximo de um pomar, considerando prudente caminhar entre as árvores para uma aproximação gradual. Percebem que tais árvores eram frutíferas e, portanto, fornecedoras tanto de alimento quanto de madeira para construções. Neste momento, encontram três *herlanders*, Celis, Alima e Ellanor, que se mostram curiosas, divertindo-se com a chegada dos visitantes (cf. GILMAN, 1981, p. 38). Na cidade tudo era belo, ordenado, limpo, com edificações, palácios, parques e praças abertos, onde são recebidos por outras mulheres (cf. GILMAN, 1981, p. 42-43). Terry mal consegue disfarçar sua desaprovação, pois as mulheres não eram tão jovens quanto sua imaginação esperava. A seu turno, Vandyck destaca que nas “[...] discussões e especulações, sempre havíamos inconscientemente assumido que todas as mulheres, fossem quem fossem, teriam que ser jovens. Creio que a maioria dos homens pensa assim” (GILMAN, 1981, p. 44).

Juventude, satisfação sexual e naturalização da maternidade, tais elementos pareciam estar, de fato, no imaginário

não refletido daqueles homens. Não obstante, as mulheres que encontraram eram atléticas e capazes de se defender, tanto que elas os aprisionam sem uso de violência, imobilizando-os (cf. GILMAN, 1981, p. 46-47). Ao acordarem no dia seguinte os aventureiros percebem que as mulheres não lhes fizeram mal algum e que, além disso, a partir deste confinamento iniciam processo de educação com base nos ensinamentos daquela sociedade de mulheres (cf. GILMAN, 1981, p. 52).

A partir desta descrição do primeiro contato dos homens com a cidade das *herlanders* podemos supor que a obra *Herland* ao mesmo tempo em que realiza a defesa da autonomia feminina em relação ao sexo oposto, sugerindo que a dominação de gênero não seria natural e sim culturalmente constituída; e, de modo mais amplo, conduz à reflexão sobre o modelo civilizacional baseado no controle da natureza, tornando a interação harmônica como mais relevante que o exercício do suposto direito de propriedade ou de dominação sobre a natureza e sobre as mulheres (cf. SHIVA, 1997, p. 37).

Deste modo, nossa abordagem que inter-relaciona Filosofia e Literatura pode ser compreendida como uma busca de perspectivas alternativas às relações de poder que são exercidas hegemonicamente, por um lado, pelo ser humano em relação à natureza e, por outro lado, pelo gênero masculino sobre o feminino. Aliás, se considerarmos que a natureza foi representada no Ocidente como feminina, o controle é, portanto, sobre o feminino, esteja ele representado na mulher ou na natureza.²

² "Identificada com Deus pelos estóicos, a natureza será muitas vezes concebida, a partir do século I. a. C., como uma deusa, que se pode invocar, como faz Plínio: "Salve, Natureza, Mãe de todas as coisas". Mais

1. O projeto baconiano e o controle da natureza

Antes de retomarmos a narrativa de *Herland*, é necessário explicitar nossa perspectiva filosófica de análise. Reconhecidamente herdeira do projeto baconiano, a relação do homem com a natureza estabelecida a partir do desenvolvimento da ciência moderna recebe dupla influência: por um lado, a natureza pertence ao homem, pois é a ele entregue, face à descrição Bíblica do ato de criação;³ por outro lado,

tarde, a partir do século II, passa-se a compor hinos à Natureza. Me-somedes, um liberto do imperador Adriano, compõe um que começa assim:

Princípio e origem de todas as coisas,
Mãe antiga do mundo,
Noite, luz e silêncio.

Algum tempo depois, aparece a invocação de Marco Aurélio:
Para mim, tudo é fruto do que se produzem tuas estações, ó Natureza.
De ti, em ti, por ti, são todas as coisas.

Citemos igualmente os primeiros versos do hino órfico à natureza, que pode ser datado, aproximadamente, do século II de nossa era:

Ó Natureza, deusa mãe de todas as coisas, mãe de mil astúcias,
Celeste antiga divindade fecunda, rainha
Que doma tudo e jamais é domada,
Que tudo governa e vê" (HADOT, 2006, p. 46-47).

³ "Deus disse: 'Que a terra produza seres vivos, segundo suas espécies, reses, répteis e toda espécie de animais terrestres'. E assim aconteceu. Deus fez os animais da terra conforme suas espécies, os domésticos segundo sua espécie e todas as espécies de répteis terrestres. Deus viu que isso era bom, e disse: 'Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, e que ele domine sobre os peixes do mar, sobre os pássaros do céu, sobre o gado, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que nela rastejam'. Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus, criou o homem e a mulher. Deus abençoou-os e disse a eles: 'Sede férteis, multiplicai-vos, enchei a terra e subjulgai. Dominai sobre os peixes do mar, sobre os pássaros do céu e sobre to-

para conhecê-la é necessário nomear as entidades que a compõe, pois, neste caso, o conhecimento obtido pela razão converte-se em poder sobre as coisas.⁴ Assim, ao reconhecer os padrões de funcionamento dos fenômenos, o homem será capaz de controlar a natureza tornando previsíveis e manipuláveis seus fenômenos.

O controle da natureza resulta, então, da fusão entre fundamentos religiosos, considerando a natureza como herança que o homem recebe, conforme a descrição do *Gênesis*, e fundamentos cognitivos vinculados especialmente ao desenvolvimento da filosofia e do mecanicismo a partir do século XVII. Com o desenvolvimento do método experimental, a familiaridade com que se exerce o poder passa a prescindir de justificativa teológica.⁵ O conhecimento da

dos os animais que se movem na terra'. E Deus disse: 'Aqui está, dou a vós todas as plantas que estão sobre a terra e as sementes que elas carregam, e todas as árvores frutíferas – isso será vosso alimento. E a todos os animais da terra, a todos os passados do céu, a tudo o que se move sobre a terra, tendo em si um sopro de vida, dou o verde como alimento'" (GÊNESIS, 2008, p. 12-13).

⁴ "O Eterno disse: 'Não é bom que o homem fique só. Farei, para ele, uma ajudante que lhe seja idêntica'. O Eterno formou da terra todos os animais dos campos e todas as aves do céu, e os fez vir até o homem, para ver como o homem chamava-lhes, a fim de que todo o ser vivo levasse o nome dado pelo homem. E o homem deu nome a todos os animais domésticos, aos pássaros do céu e a todos os animais dos campos, mas nenhum deles era idêntico ao homem" (GÊNESIS, 2008, p. 14).

⁵ Especificamente quanto à relação entre homens e animais, segundo Gary L. Francione será apenas a partir do século XIX que o ser humano passará a refletir acerca de obrigações morais em relação aos animais, pois estes eram considerados como coisas. Desde o século XVII, especialmente no pensamento de René Descartes (1596-1650), animais não possuem alma, sendo um dos indícios o fato de não utilizarem linguagem. Mesmo no século XVIII, com o reconhecimento de que os

natureza é parte do exercício do poder, pois, ao conhecer, o homem é capaz de governar, submeter à sua vontade, dominar, fazendo com que os fenômenos naturais atuem em favor, e não contra, os objetivos traçados. Porém, para que se possa exercer o *poder-fazer* é necessário desvelar as redes de causalidade nem sempre explícitas nos fenômenos.

Desde Heráclito de Éfeso (século V a.C.) atribuímos à natureza a capacidade de ocultar, ideia esta que subjaz ao aforismo: “A Natureza ama ocultar-se” (HADOT, 2006, p. 21), supondo, a partir desta expressão, uma relação entre a aparência visível, o fenômeno, e o que se esconde, ou invisível, tal como no caso do que posteriormente seria reconhecido como as relações de causalidade.

Este ocultar-se ocorre, primeiramente, por meio dos próprios sentidos, pois eles nos fornecem o espetáculo que, simultaneamente, oculta a natureza, que jaz para além da aparência (cf. HADOT, 2006, p. 54). Esta ideia de segredo da natureza surge tardiamente, no século I antes da nossa era, e é reforçada a partir do século XVII devido ao uso do método experimental próprio da revolução mecanicista (cf. HADOT, 2006, p. 51-52). Em tais períodos históricos reforça-se a consideração de que o segredo precisa ser desvelado, porém, se toda revelação também oculta, justifica-se a necessidade do método devido à dificuldade do empreendimento. A primeira dificuldade está, portanto, no próprio intelecto humano. No Proêmio ao *Novo órgão*, Francis Bacon (1561-1626) afirma em terceira pessoa que ele

animais são capazes de sofrimento, Immanuel Kant (1724-1804), no entanto, nega nossas obrigações morais, tendo em vista que os animais seriam meios para a realização de fins humanos. Deveríamos, segundo a justificativa kantiana, evitar tratar de modo cruel os animais, pois isso brutaliza nossas próprias interações com outros seres humanos (cf. FRANCIONE, 2015, p. 50-51).

percebeu que o intelecto humano é a fonte de seus próprios problemas e não faz uso racional e adequado dos auxílios muito reais que estão em poder do homem; a consequência disso é a ignorância profunda e em várias camadas a respeito da natureza e, como resultado dessa ignorância, inúmeras privações. Ele, portanto, julgou que deveria empreender todos os esforços para encontrar uma maneira pela qual a relação entre a mente e a natureza pudesse ser totalmente restaurada ou, pelo menos, melhorada de forma considerável (BACON, 2014, p. 17).

O intelecto humano institui-se como poder, pois, sem o exercício deste aliado ao conhecimento, têm-se como consequência a ignorância e também a privação. A obra de Bacon prenuncia algo que contemporaneamente consideramos praticamente inquestionável que é a mediação da ciência e da tecnologia para o alcance do bem-estar humano.⁶ Porém, será que esta associação nos proporcionou somente benefícios ou também malefícios?

Dentre os benefícios poderíamos considerar a aceleração da produção. Bruno Jarroson ressalta que as revoluções

⁶ Descartes também reconhece como objetivo do conhecimento o bem-estar humano, embora a considere não apenas do ponto de vista produtivo, de transformação da natureza por meio da ciência e da técnica para o benefício humano, como também o aprimoramento humano, tendo em vista a necessidade de uma racionalidade imperfeita visar à perfeição. Pois, “Se fôssemos apenas dotados de corpo viveríamos como os demais seres vivos (perseguido ou buscando apenas a sobrevivência física individual). Porém, o fato é que somos seres compostos (de corpo e alma) e essa condição confere à vida humana uma característica singular, somos seres sociais ou morais e que desejam a felicidade. Nesse sentido, o homem é para si mesmo um problema e uma tarefa” (CHITOLINA, 2014, p. 150-151).

industriais seriam aplicações na economia do paradigma mecanicista desenvolvido a partir do século XVII. Na primeira revolução industrial, que ocorre na Inglaterra entre 1750 e 1880, três potencialidades estavam por serem exploradas: primeiro, minimizar o sofrimento potencializando o bem-estar; segundo, quantificar a realidade, tornando possível reproduzir determinados processos através da produção; e, terceiro, padronizar a concepção de tempo (cf. JARROSSON, 1998, p. 77). Controladas estas três variáveis, ou seja, potencializando o bem-estar, quantificando a realidade e padronizando o tempo, a produção poderia livrar os seres humanos, mesmo que parcialmente, do jugo da natureza. Reforçando esta ideia, Bacon afirmara que: “O objetivo verdadeiro e legítimo das ciências é oferecer à vida humana novas descobertas e recursos” (BACON, 2014, p. 77).

Mas, no Proêmio de Bacon encontra-se explícita a justificativa para aquele projeto devido ao pouco progresso que observa ter sido atingido até então pelo conhecimento humano, embora paralelamente elogie o potencial transformativo de certos instrumentos, tais como a bússola. Pois, segundo Bacon, se as doutrinas

[...] estivessem conectadas ao ventre da natureza e por ela fossem alimentadas, então o que acontece já há dois mil anos não seria o caso: as ciências estão estagnadas sobre seus próprios pés e permanecem praticamente no mesmo estágio; não fizeram progressos notáveis; [...] Vemos uma evolução oposta nas artes mecânicas, que têm seu fundamento na natureza e na luz dos experimentos (BACON, 2014, p. 73).

As artes mecânicas baseavam-se também na interação com a natureza, mesmo que sua metodologia não empregasse o rigor e sistematicidade exigidos por Bacon pela apli-

cação sistemática do método experimental. Assim, mesmo que o benefício social possa abarcar a possibilidade ou não de prover nossas necessidades e, portanto, evitar situações de privação, Bacon afirma que nós pouco conhecíamos sobre esta mesma natureza que, em suma, é base de sustentação para os seres humanos.

Se supusermos certas vantagens adaptativas, a espécie humana é favorecida pelo desenvolvimento do conhecimento e da inteligência, na medida em que, por exemplo, para os animais e as plantas, a adaptação biológica apresenta o caráter de necessidade, sem corresponder, no entanto, à finalidade, enquanto que, para o homem, a adaptação cultural é resultado da sua vontade refletida (cf. SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 32). O conhecimento humano facilita o trato com a natureza, considerando que outros quesitos, tais como a ausência de pelagem farta, que nos protegesse das variações climáticas, de dentes e garras poderosos, que pudessem nos colocar em igualdade na disputa com determinados animais pela sobrevivência.

A alimentação e o clima são dois exemplos de pressões naturais resultantes da relação de jugo em relação à natureza, gerando desafios para todas as espécies. O homem, no entanto, tende a substituir o inato pelo adquirido, o que facilita sua adaptação, mesmo que, em condições naturais, a espécie humana apresente características que contribuam menos para sua sobrevivência. Sua desvantagem é, no entanto, minimizada por certas invenções:

Os hominídeos aproveitam tanto a alimentação vegetal como a animal. Mas, mal armados, sem garras nem presas, com seus pequenos dentes e as suas unhas quase inofensivas, pouco rápidos a correr, com uma musculatura relativamente fraca, os nossos longínquos antepassados teriam sido presas

fáceis e não teriam sobrevivido muito tempo se não tivessem, graças à sua inteligência, fabricado utensílios e armas de pedra, de osso ou de madeira, e não as tivessem utilizado com uma grande eficácia (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 35-36).

Assim, quanto à alimentação, os utensílios e as armas concorrem positivamente para a sobrevivência humana, mesmo quando em condições naturais os hominídeos fossem menos favorecidos pelas garras e pela velocidade ao correr. Em relação ao clima, que também se apresenta como potencialmente hostil a todas as espécies, os desafios postos foram gradualmente suplantados pela criação de condições vinculadas *habitat*, à confecção de vestuário e ao uso de fogo, proporcionando o microclima subtropical úmido (cf. SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 36). E, assim,

[...] restabelecendo em todo o lado, graças à sua inteligência, o microclima que lhe era favorável, o homem enfraqueceu e por vezes suprimiu as pressões selectivas divergentes que não teriam deixado de se exercer sobre grupos vivendo em condições ecológicas frequentemente muito diferentes (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 31).

Deste modo, mesmo com sua origem tropical, o *sapiens* disseminou-se em zonas temperadas e frias durante as glaciações (cf. SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 12). A expansão populacional foi facilitada pela formação de raças domésticas de animais e de vegetais. Finalmente, no século XVIII, a revolução industrial mecanizou os processos de produção, tornando a força muscular cada vez menos requerida. Dessa maneira:

A domesticação aumentou consideravelmente os recursos disponíveis. Ela desempenhou um papel

essencial nos progressos das civilizações e conduziu à multiplicação da espécie humana. Desde então a curva de povoamento não parou de crescer. Essa pressão demográfica acelerou-se numa data mais recente, quando do aparecimento da máquina a vapor, que pôs à disposição do *sapiens* uma energia considerável e inaugurou a era industrial, substituindo o trabalho puramente muscular (homens e animais domésticos) pelo trabalho mecânico, devido primeiro ao carvão e mais tarde ao petróleo (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 37).

Embora os benefícios da produção não tenham sido distribuídos equanimemente, por exemplo, entre as nações industriais e os países denominados de “terceiro mundo”, a associação entre a revolução científica e a industrial favoreceu vários domínios do conhecimento, tal como na biologia e na medicina (cf. SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 38). Apesar de o uso da energia ter se estabelecido no primeiro período da revolução industrial, o projeto baconiano apresentado desde o século XVII operava como premissa cultural. As máquinas a vapor e os teares aos poucos libertam do esforço muscular, desempenhando papel relevante para a sobrevivência diante da natureza os avanços medicina, com o aumento da expectativa de vida (cf. JARROSSON, 1998, p. 80-81).

Em *Herland*, Gilman parece justamente apontar para o pressuposto de que as *herlanders* estariam em desvantagem adaptativa devido ao seu isolamento geográfico, ao clima e à ausência do sexo oposto que permitiria a geração de seres humanos. A questão que se coloca é como elas sobreviveram mesmo em condições tão desfavoráveis? Além disso, a autora estabelece uma tensão com a perspectiva defendida pelo personagem Terry, segundo a qual as mulheres seriam

menos propensas ao desenvolvimento de invenções e produtoras de progresso, sendo este compreendido como o trabalho, intelectual ou não, implicado na transformação da natureza tendo em vista o atendimento das necessidades associadas à sobrevivência humana.

Finalmente, contrastando com relação ao progresso compreendido como controle sobre a natureza, as *herlanders* desenvolvem relações harmônicas com o seu ambiente.⁷ Os três homens que alcançam *Herland* encontram mulheres “prósperas, bem organizadas e abundantemente férteis” (SHAW, 2000, p. 21), mesmo que tais características entrassem em tensão com suas expectativas iniciais. Assim, ao contrário da esperada ausência de desenvolvimento, as mulheres tornam, então, como

supremo propósito de suas vidas engravidar e fazer crescer crianças, as *herlanders* desenvolveram uma organização social que as permitiam trabalhar eficientemente para seu próprio conforto e sobrevivência enquanto criavam suas crianças sob as melhores condições possíveis (SHAW, 2000, p. 21).

Assim, é preciso reconhecer que o modelo civilizacional que proporciona a sobrevivência da espécie com base na exploração e no controle da natureza apresenta conse-

⁷ Segundo Shiva, o reducionismo é um modo de organização que estrutura tanto a política quanto a economia, considerando que na produção ele se revela como uniformidade destrutiva em relação à diversidade, pois: “A mundovisão do reducionismo, a revolução industrial e a economia capitalista são as componentes filosóficas, tecnológicas e econômicas do mesmo processo” (SHIVA, 1997, p. 40). Portanto, é preciso ressaltar que neste amálgama político e econômico o lucro é valorizado em alta estima, nem sempre com a devida avaliação em relação aos custos sociais e ecológicos envolvidos neste modelo de desenvolvimento.

quências negativas que serão indiretamente criticadas pela utopia apresentada em *Herland*, que estabelece como propósito para as *herlanders* a sobrevivência e a criação dos descendentes segundo as melhores condições possíveis. Este modelo baseado no reducionismo que possibilita o controle da natureza está, segundo Shiva, na “raiz da crise ecológica crescente” (SHIVA, 1997, p. 40). Tais malefícios ambientais e sociais também sejam descritos por Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), quando relaciona o desenvolvimento industrial ao colapso ambiental, embora tenha contribuído para o aumento da produção, afirmando em tom reprobatório que:

O homem, por seu egoísmo tão pouco clarividente em relação a seus próprios interesses, por sua inclinação a explorar tudo o que está à sua disposição, em suma, por sua incúria por seu porvir e pelo de seus semelhantes, parece trabalhar para o aniquilamento de seus meios de conservação e a destruição de sua própria espécie. Destruindo por toda parte os grandes vegetais que protegiam o solo para obter os objetos que satisfazem sua avidez momentânea, ele conduz rapidamente à esterilidade do solo que ele habita, causa o esvaimento dos mananciais, afasta os animais que neles encontram sua subsistência e faz com que grandes partes do globo, outrora férteis e povoadas em todos os sentidos, tornem-se agora nuas, estéreis, inabitáveis e desertas [...] Dir-se-ia que o homem está destinado a exterminar a si próprio, após tornar o globo inabitável (LAMARCK *apud* MARQUES, 2016, p. 22).

Lamarck estabelece, então, uma advertência em relação à busca ilimitada de satisfação das necessidades e dos desejos humanos, pois, entre outras questões, torna-se inevitável a exploração e a transformação da natureza que,

quando realizado de modo inconsequente, pode resultar no esgotamento dos recursos e meios necessários para a própria sobrevivência humana. No limite, podendo até mesmo encaminhar os seres humanos à aniquilação da espécie.

Se comparados aos animais, o aumento do volume do cérebro proporcionou aos hominídeos vantagens adaptativas que nos permitem supor a possibilidade de seres humanos assumirem outra postura diante da natureza. Isto porquê, do ponto de vista evolutivo, dentre

[...] todos os primatas, o homem é aquele que tem o cérebro mais volumoso, mais complexo, mais rico em células [...], sendo ao nosso nível a diferença mais evidente o desenvolvimento da parte cortical: acentuação e multiplicação dos sulcos e dos lóbulos que quadruplicam a superfície real do encéfalo. O ser humano não somente observa e memoriza melhor que os outros, mas também imagina e prevê. *O homem é, antes do mais, um ser dotado de imaginação* (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 29).

Bacon, no entanto, adverte no caso da ciência que até o século XVII “os homens não devem exagerar ou comemorar a sua fartura e sua utilidade” (BACON, 2014, p. 20). Afirma ainda mais explicitamente sua preocupação, uma vez que, para ele, embora possamos estar mais preparados para prover nossas necessidades, “as ciências estão quase paradas em seus trilhos e não mostram desenvolvimentos dignos da raça humana” (BACON, 2014, p. 20). Adicione-se a questão de que o conhecimento contemplativo, quando comparados às artes mecânicas, “a filosofia e as ciências intelectuais são, assim, como as estátuas, admiradas e veneradas, mas não apri-moradas. Além disso, por vezes estão em seu ponto mais alto com seus primeiros autores, mas declinam logo depois” (BACON, 2014, p. 20).

Não por acaso Bacon procura instaurar outros objetivos para os esforços do conhecimento humano. No aforismo III do *Novo órgãoon* vincula conhecimento e poder: “O conhecimento e o poder humano coincidem, pois o desconhecimento da causa frustra o efeito. A Natureza é conquistada apenas pela obediência; e aquilo que para o pensamento é uma causa, para a prática é como uma regra” (BACON, 2014, p. 47). A busca pelas causas pressupõe uma metodologia própria, a experimentação, pois esta investigação “extraí os axiomas a partir dos sentidos e das coisas particulares, crescendo em ascensão gradual e ininterrupta até chegar, por fim, aos axiomas mais gerais” (BACON, 2014, p. 50).

O projeto baconiano critica a tradição filosófica aristotélico-tomista, que teria desviado os esforços humanos no sentido do conhecimento útil, mas é igualmente crítico da mecânica e das artes, propondo uma investigação que adote o procedimento experimental para a investigação das causas, pois apenas este método tornaria possível adquirir conhecimento aplicável às necessidades humanas. Embora, se lembrarmos a advertência de Lamarck, torne-se interesse da própria espécie refletir sobre a maneira mais apropriada de atingir o bem-estar humano, uma vez que nossas ações ante a natureza poderiam tanto fazer-nos sobreviver, quanto nos exterminar, solapando as bases fundamentais para a sobrevivência.

2. A dominação masculina

Se a natureza é reconhecida no Ocidente como feminina, o controle instigado pelo projeto baconiano⁸ é exercido

⁸ Dentre as passagens mais célebres do *Novo órgãoon*, o já citado o aforismo III denota ardil da razão, na medida em que a obediência tem como objetivo o controle sobre a natureza (BACON, 2014, p. 47).

sobre o feminino, independentemente de o mesmo estar expresso na natureza ou nas mulheres. Este duplo significado do controle, implica no processo de reificação, ou seja, na redução do sujeito autônomo (autor das próprias decisões, reconhecido como fim em si mesmo) em heterônomo (sujeito às decisões de outros, reduzido a meio para realização de fins de outro), com o objetivo de exercer a dominação. Assim, o controle não se projeta apenas sobre a natureza, pois, na medida em que reificam-se sujeitos, atinge-se também seres humanos.

Segundo Pierre Bourdieu os processos sociais apresentam recorrentemente o paralelo entre natureza e cultura, pois realizam a “transformação da história em natureza, do arbítrio cultural em natural” (BOURDIEU, 2017 [1998], p. 12). Desta maneira, para conhecer objetivamente a sociedade androcêntrica torna-se necessário abrir mão da própria familiaridade com que mantemos certos aspectos da tradição, pois, para Bourdieu:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se anunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação (BOURDIEU, 2017 [1998], p. 22).

Neste sentido, a obra de Gilman pode ser compreendida como uma tentativa de provocar, por meio da literatura, o afastamento em relação à tradição, ou seja, certo efeito de desfamiliarização em relação ao androcentrismo resultante de processos histórico-sociais que naturalizam a estrutura de dominação. Esta, por sua vez, se mantém injustificada, tal como se fora neutra.

Assim, a redução da mulher está expressa na perspectiva masculina, que projeta ações e símbolos que emanam poder, exercendo domínio sobre o feminino que se torna, desta feita, o polo dominado. Do ponto de vista epistemológico, a dominação executa representação baseada em polarizações, como no caso da representação do feminino como polo passivo (dominado) e do masculino como polo ativo (dominador) nas relações, que se ramifica em outras classificações carregadas de valores androcêntricos.

Conseqüentemente, enquanto o homem seria dotado de razão e objetividade, a mulher seria dotada de emoção e de subjetividade; enquanto o homem seria capaz de associar-se tendo em vista a civilização e o progresso, as mulheres seriam incapazes de reunirem-se porque estariam sempre em desacordo; enquanto a ciência e a tecnologia seriam tarefas da razão (masculina) publicamente exercida, a mulher vivenciaria mais diretamente do que o homem o jugo em relação à natureza, pois, do potencial de gerar descendentes, estabelece-se a naturalização da expectativa de maternidade na cultura. Assim, diferentemente do homem, o potencial gerativo da mulher engloba também a sobrevalorização da sua biologia, tornando-a justificativa para considerações simbólicas que faz com que as mulheres, no limite, estejam mais próximas da natureza que os próprios homens.

Se partirmos da abordagem ecofeminismo não há razão para criticar como negativa a relação de aproximação entre a mulher e a natureza no que tange, respectivamente, aos potenciais de geração e de regeneração. No entanto, do ponto da tradição androcêntrica, a natureza e o corpo feminino são tornados passivos, sendo a extração e a produção que lhes atribui valor (cf. SHIVA, 1997, p. 41). Tal aproximação, no caso do androcentrismo, mostra-se como intencional, pois objetiva o controle, o exercício da força tonar a nature-

za e a mulher um meio para os fins de outros, ou ainda com o objetivo de produzir valor para o capital e o mercado. Na polarização entre natureza e cultura, segundo a orientação masculina e patriarcal, encontra-se uma frágil tentativa de sustentação dos efeitos e ações que visam à dominação, ao aproximarem a mulher em relação à sua biologia, ou seja, de sua reconhecida capacidade gerativa.⁹

Não por acaso, a própria fixação da representação da mulher associada à sua biologia é criticada por Simone de Beauvoir, que condensa vários debates feministas na obra *O segundo sexo* (publicada originalmente em 1949). Beauvoir apresenta no primeiro volume de sua obra três eixos de crítica (aos dados da biologia, à interpretação psicanalítica e ao materialismo histórico). Porém, ressaltaremos apenas o primeiro eixo, pois ele está mais próximo das considerações de Gilman em prol da autonomia feminina em relação ao masculino no que concerne à reprodução.

Do ponto de vista da biologia, Beauvoir descreve que: “Machos e fêmeas são dois tipos de indivíduos que, no interior de uma mesma espécie, se diferenciam do ponto de vista da reprodução: só podemos defini-los correlativamente” (BEAUVOIR, 2009 [1949], p. 36). Decorre disto que, na medida em que os mamíferos superiores, como no caso dos seres hu-

⁹ Em que pese, mesmo no exercício da maternidade, os valores androcêntricos orientarem até mesmo a relação que se estabelece entre a mulher, a bebê e o médico. Shiva relata brevemente sua experiência com a maternidade associando-a ao processo de medicalização do parto, ao afirmar que: “Como mãe, no entanto, negaram-me o estatuto de ‘especialista’ em carregar uma criança; esse estatuto estava reservado à médica. Eu era o corpo desconhecedor; a médica era a mente conhecedora” (SHIVA, 1997, p. 38). Neste exemplo, nota-se a diminuição do privilégio epistêmico da mulher até mesmo ao exercer a maternidade.

manos, exercem sua função gerativa por meio da reprodução sexuada, podemos supor os diferentes papéis que, correlativamente, o gameta masculino e o feminino executam até mesmo no ato da fecundação, momento em que em supostamente estaríamos tão somente descrevendo fenômenos naturais. Porém, segundo Beauvoir:

Entre os mamíferos é o espermatozoide que possui um cromossomo heterogêneo aos outros e cuja potencialidade é ora masculina, ora feminina. Quanto à transmissão dos caracteres hereditários, ela se efetua segundo as leis estatísticas de Mendel tanto pelo pai como pela mãe. O que cumpre notar é que nenhum dos gametas tem privilégio nesse encontro. Ambos sacrificam sua individualidade, absorvendo o ovo a totalidade de sua substância. Há, portanto, dois preconceitos muito comuns que – pelo menos nesse nível biológico fundamental – se evidenciam falsos: o primeiro é o da passividade da fêmea; [...] O segundo preconceito contradiz o primeiro, o que não impede que muitas vezes coexistam: o de que a permanência da espécie é assegurada pela fêmea, tendo o princípio masculino uma experiência explosiva e fugaz (BEAUVOIR, 2009 [1949], p. 43).

Assim, mesmo do ponto de vista da biologia, parece haver a propensão descritiva que favorece a assimetria das funções exercidas pelos gametas masculino e feminino, devido ao fato de que o espermatozoide traria o cromossomo potencialmente definidor do gênero masculino ou feminino no descendente. No entanto, ressalta Beauvoir que ambos, espermatozoide e óvulo, perdem a sua individualidade, não havendo sustentação para as duas suposições, seja da passividade do óvulo no processo de geração, seja da sobreimportância da fêmea para a manutenção da espécie.

Ao contrário, a interpretação da perda de individualidade dos gametas, a fecundação sexuada implica em considerar que, no caso da espécie humana, estamos diante da simetria das funções exercidas pelos gametas masculino e feminino.¹⁰ É preciso notar que, para Beauvoir, a maternidade que pode representar para a mulher até mesmo um processo de servidão e, desse modo, uma abdicação da mulher em prol da espécie (cf. BEAUVOIR, 2009 [1949], p. 55), consequências estas expressas não apenas na biologia devido aos desgastes com a gestação e a amamentação, mas igualmente devido à má distribuição dos encargos relativos à manutenção da prole.

No entanto, a consideração de funções assimétricas na biologia não seria a única interpretação possível. Na ficção criada por Gilman, a autora supõe que o funcionamento biológico e social de *Herland* se aproxima do modelo de uma colmeia.¹¹ Isto porque, entre as *herlanders*, vige a integração por meio da cooperação, mesmo nas tarefas advindas da manutenção da prole, e não a desintegração resultante da competição entre os indivíduos componentes. Torna-se claro também ao longo da ficção que mesmo a reprodução ocorre de modo independente do sexo masculino, o que sugere que, do ponto de vista da manutenção da espécie, as mulheres de

¹⁰ No entanto, é preciso ressaltar que Gilman supõe em *Herland* até mesmo a autonomia feminina em relação à reprodução, levando em consideração a explicação das *herlanders* em relação ao “milagre” da partenogênese (cf. GILMAN, 1981, p. 72).

¹¹ Na medida em que Gilman era tanto uma socialista quanto uma feminista, suas obras indicam a necessidade de uma evolução social, tendo em vista o melhoramento da raça humana, sendo o modelo por excelência de tal evolução extraído do papel da mãe que educa seus filhos. Deste modo, ela considerava que a verdadeira evolução das mulheres ocorreria em função de sua independência econômica em relação aos homens (cf. SHAW, 2000, p. 12-13).

Herland teriam se tornado social e mesmo biologicamente autônomas, sugerindo a ausência de participação masculina na concepção, que seria um dos resultados em relação à pressão de sobrevivência. A via reprodutiva imaginada por Gilman passa a ser a gravidez virginal, sem o contato, desta maneira, com homens.

Note-se que não importa aqui abordar a questão da viabilidade evolutiva de que as mulheres atinjam efetivamente este grau de autonomia biológica em relação aos homens. Cabe sugerir a relevância atribuída por Gilman à maternidade, uma vez que o processo gerativo é dominado e vigiado de forma a reforçar simbolicamente o modelo tradicional androcêntrico. Assim, a imagem das abelhas e das aranhas é também uma forma de, indiretamente, sugerir a inferioridade masculina no que tange à reprodução, indicando o experimento mental de uma evolução que tornasse as mulheres, inclusive, biologicamente independentes dos homens.

A representação da passividade da fêmea e da atividade do macho é, dessa maneira, questionada pela representação literária de Gilman, na medida em que em nossa sociedade androcêntrica a subordinação da mulher ao homem seja comumente estruturante até mesmo das relações sexuais. Pois, segundo Bourdieu:

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque esse princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação (BOURDIEU, 2017 [1998], p. 38).

Embora evolutivamente certas características que atraem o sexo oposto tenham precedido outras faculdades (cf. SHAW, 2000, p. 17), como é o caso da sobrevalorização da juventude para as mulheres, tal como expresso pela expectativa do personagem Vandyck antes de o aventureiro chegar a *Herland* (cf. GILMAN, 1981, p. 44), as *herlanders* são, inclusive, autônomas reprodutivamente, pois: “Não há homens nesta terra. Há dois mil anos não há homens entre nós” (GILMAN, 1981, p. 72). Demonstrando, no entanto, o conhecimento de que outros animais reproduzem-se de outro modo, a explicação dirigida aos exploradores ressalta: “Naturalmente, sabemos que o mesmo não acontece entre outros animais, existindo tanto pais como mães. Podemos perceber que vocês são pais, que vieram de um povo onde há duas espécies” (GILMAN, 1981, p. 73).

Mas, para além do elemento da independência biológica para fins de reprodução, que em *Herland* foi superada pela adaptação das *herlanders* às condições de isolamento desfavoráveis à manutenção da reprodução baseada na interação entre mulheres e homens, há cooperação socialmente engajada entre as mulheres. Assim, ao invés de manterem-se no nível da natureza, as *herlanders* se elevam para além da necessidade lidar com o jugo da natureza, que aflige indistintamente a todas as espécies, para atingir o nível da cultura.

Embora mantendo relação harmônica e reconhecendo a interdependência com a natureza, as *herlanders* foram também capazes de transformar o meio ambiente em que viviam, objetivando atender necessidades vinculadas à sua biologia (alimentação, vestimenta) e às decorrentes da sociabilidade humana. Demonstrando que, no caso da ficção criada por Gilman, haveria concepção de interação recíproca entre natureza e cultura. No entanto, a consequência principal desta interação não está no reforço estrutural do an-

drocentrismo, mas em sua revisão. Deste modo, Gilman visa alertar a respeito da naturalização da dominação masculina sobre o feminino e sobre a natureza.

Podemos identificar alguns exemplos na obra *Herland* que demonstram a interação recíproca entre cultura e natureza, reforçando a ideia de que um deles é o do processo de domesticação de gatos. Terry descreve que tais animais: “Eram criados rigorosamente para destruir ratos, toupeiras e inimigos semelhantes dos depósitos de alimentos. Graças a isso, os pássaros eram numerosos e viviam em segurança” (GILMAN, 1981, p. 76). Além disso, seguindo o modelo da colmeia, as próprias *herlanders* se especializavam em alguma atividade que contribuía para a satisfação da necessidade e para o aprimoramento de todas, o que se aplica até mesmo para a capacidade reprodutiva.

Dentre as tarefas especializadas, havia a educação e a introdução ao idioma local utilizando livros impressos e encadernados (cf. GILMAN, 1981, p. 52), de tal modo que foram designadas professoras específicas para a formação dos visitantes (cf. GILMAN, 1981, p. 58). A educação, aliás, era considerada com bastante seriedade. Inclusive, mesmo que a gestação e o parto produzissem as crianças necessárias para a manutenção daquela raça de mulheres, tais crianças diferiam entre si, sendo que o “crescimento real vinha mais tarde, através da educação” (GILMAN, 1981, p. 87). Ou seja, haveria o primeiro nascimento, biológico, e o segundo nascimento com o processo de individuação, que fazia emergir traços característicos de cada *herlander*.

Outro exemplo da interação entre natureza e cultura pode ser extraído das construções, pois os prédios observados pelos aventureiros ao chegarem em *Herland* eram representativos de desenvolvimento arquitetônico e estético,

embora, de modo irônico, Terry declare que a civilização que encontram, ao invés do país selvagem que esperavam, tem na arquitetura um indício da presença de homens em *Herland*, ao afirmar para os cautelosos Vandyck e Jeff que “Meus amigos, não estamos em um país selvagem. E ainda se fala que por aqui não há homens!” (GILMAN, 1981, p. 42).

Finalmente, mesmo a maternidade é tarefa especializada e, portanto, nem todas as *herlanders* são capazes de gestar e parir. A explicação oferecida para este fato é de que, por volta da era cristã as mulheres haviam sido pressionadas pela necessidade, fazendo com que emergisse a geração sem a participação masculina: “Ali, pelo menos havia a Maternidade e, embora o dom não se estendesse a todas pessoalmente, se tal dom fosse transmitido, poderia surgir uma nova raça” (GILMAN, 1981, p. 84). Sendo a gestação papel da Rainha-Sacerdotiza-Mãe que formou uma família, fazendo com que todas as *herlanders* descendam da mesma mãe, em alusão evidente à abelha-rainha.

Desse modo, cooperação realizada pelas *herlanders* contrastava com a expectativa de competitividade conhecida pelos aventureiros no espaço público, devido à sua experiência, verbalizada por Terry, pois: “As mães, segundo supunha, evidentemente trabalhariam para os filhos, em casa. O trabalho no mundo, no entanto, era diferente – tinha de ser feito por homens e requeria o elemento competitivo” (GILMAN, 1981, p. 88).

Porém, a distribuição de trabalho no espaço privado foi historicamente reforçada pela falta de evolução feminina que não estaria disposta ao desenvolvimento de relação sexo-econômica, ou seja, Gilman considera que as mulheres transitarium para a cooperação social, criando filhos por meio da melhoria consciente, o que não pressupõe necessariamente a eliminação dos homens do processo (cf. SHAW, 2000, p. 19),

embora seja este o cenário fictício proposto em *Herland*. O objetivo de Gilman seria, na verdade, demonstrar a operação da razão para representantes de ambos os gêneros (cf. SHAW, 2000, p. 20).

Neste ponto da exposição cabe-nos perguntar até que ponto a metáfora utilizada por Gilman, vinculando a sociedade humana desenvolvida em *Herland* com as abelhas, seria ou não indicativa de vantagem adaptativa. Gilman certamente assim o considera, na medida em que a independência reprodutiva é apresentada como ápice da autonomia feminina em relação ao masculino. No entanto, se pensarmos na interação entre natureza e cultura que seria elemento ativo tanto em sociedades androcêntricas como naquela sociedade fictícia sugerida por Gilman, faz parte da natureza o elemento da regularidade e da cultura sua potencial variabilidade. A regularidade da natureza tende a perpetuar-se continuamente, enquanto a cultura depende do comportamento (da ação) para sua perpetuação, o que pode indicar sua fragilidade. Porém, há que se reconhecer que em circunstâncias hostis, seres humanos seriam capazes de adaptação mais rápida do que, por exemplo, os animais.

Sournia e Ruffie contrastam natureza e cultura, afirmando que o “comportamento adquirido baseia-se na imitação no treino, na aprendizagem dos jovens junto aos adultos. Ele é sempre frágil. Transmitida pela educação e pela cultura, pode desaparecer a qualquer momento” (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 33). A fragilidade do comportamento adquirido não atingiria as abelhas, pois, no caso destes animais:

Quando vêm ao mundo, a abelha e a térmita sabem o que têm que fazer durante toda sua vida. A colmeia ou a termiteira não necessitam de universidades, pois os seus habitantes não têm praticamente nada a aprender (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 33).

Além disso, afirmam que:

A sociedade de insectos é apenas um instrumento biológico, uma espécie de superindivíduo em que todos os participantes obedecem a programas hereditários. Uma térmita pouco mais liberdade tem que uma célula de nosso fígado ou uma hematina de nosso sangue (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 34).

Ausente o elemento da liberdade, a fixação do comportamento dos animais pode gerar dificuldades adicionais do ponto de vista da sobrevivência, pois em que pese a fragilidade do comportamento adquirido no caso de seres humanos e que faz com que elementos de cultura possam desaparecer caso não sejam repetidos pelos indivíduos, diante das intempéries naturais, tais como as vivenciadas pelas *herlanders* quando foram isoladas geograficamente, mostra-se que:

Apensar da sua fragilidade, a sociedade cultural escapa deste inconveniente. Os indivíduos que a compõem estão ligados por comportamentos adquiridos, que podem modificar rapidamente ao sabor das circunstâncias (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 33).

Existe, portanto, uma tendência de substituição do inato pelo adquirido no caso das sociedades humanas. Além disso, esta característica acompanha o desenvolvimento da inteligência, pois esta culminância da “lei de substituição do inato pelo adquirido” (cf. SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 34) é resultado da liberdade vivenciada pelos seres humanos, embora a condição de dominação possa ser compreendida como uma liberdade seletiva, dado que o exercício da liberdade e a autonomia precisariam ser garantidas no caso das populações historicamente oprimidas. Para as culturas antro-cêntricas existe, portanto, a tendência de má distribuição da

própria possibilidade de realização de escolhas autônomas, devido à estruturação de relações de dominação do masculino sobre o feminino que apresenta, no caso da evolução humana, o fato de que:

muitos instintos primordiais, portanto necessários à sobrevivência, desapareceram. Eles foram substituídos por uma ética, conjunto de regras conscientes e voluntariamente adoptadas, mas indispensáveis para todos aqueles que vivem em sociedade. Ela substitui os programas de ADN, infinitamente mais rígidos. Eis-nos livres, mas responsáveis por caminhar em frente ou por nos destruirmos. Tendo, em grande parte, deixado a prisão do ADN, nada nos é imposto, mas nada nos protege. O nosso destino pertence-nos (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 34-35).

A dominação masculina estruturada socialmente por mecanismos de ação e de poder interfere, portanto, na liberdade e na emancipação feminina. Por isso, mesmo que a interação entre natureza e cultura permaneça na obra de Gilman, a saída visualizada pela autora é em favor da reaproximação da mulher em relação à natureza consequência do afastamento em relação à estruturação androcêntrica da sociedade.

Considerações finais: Amor materno ou controle?

Os problemas ambientais decorrentes da sobreutilização e transformação dos recursos naturais em produtos valorizados pelo mercado levam-nos ao questionamento do modelo de produção e de desenvolvimento fundado no controle da natureza. Pois, segundo esta perspectiva, a natureza seria considerada tal como o espólio resultante do ato

de criação, sobre o qual os seres humanos exercem a propriedade, construtiva ou destrutivamente. Assim, a natureza se torna, para o projeto baconiano, propícia à apropriação e ao exercício do controle. Talvez o mais alarmante presságio diante de tal projeto seja aquele que supõe a extinção da espécie humana, mesmo que a biosfera¹² não perca sua capacidade regenerativa, o que afeta todas as espécies, inclusive a humana (cf. BOURG, 1998, p. 67).

Herland, nesse sentido, apresenta uma ficção cuja base de interação entre seres humanos e a natureza é o amor materno, e não o controle sobre a natureza. O ponto principal da crítica está na redução da natureza e das mulheres a meios para fins de outros. Embora por vezes mesmo os agentes do progresso e do desenvolvimento procurem esquivar-se da responsabilidade, ao negar o poder exercido sobre a natureza (cf. BOURG, 1998, p. 77).

Porém, os exemplos da ação humana se multiplicam. Desde a agricultura e a pecuária, fontes de subsistência que inauguram o processo de artificialização do meio ambiente, ao tornar o ecossistema um *agrossistema* e ao substituir a seleção natural pela *artificial* (cf. BOURG, 1998, p. 80-81). A transformação do natural em artificial está no centro da relação entre natureza e cultura, apesar de nem sempre a seleção artificial impactar negativamente, podendo até mesmo contribuir para o aumento da biodiversidade (cf. BOURG, 1998, p. 81).

O que a obra de Gilman coloca em questão é justamente o valor do controle como neutro, ou seja, como um não-valor, porque supostamente objetivo dada a familiari-

¹² Biosfera é um conceito mais restrito que o de natureza, pois está centrada na camada superficial da Terra que permite manter a vida (cf. BOURG, 1998, p. 72).

dade com que lidamos não apenas com a natureza, tal como supomos a normalidade da relação de dominação que culturalmente a tradição androcêntrica indica que seja exercida sobre as mulheres. Neste sentido, a alternativa indicada pela ficção apresentada em *Herland* é o amor materno, pois, para Gilman, este valor seria indicativo do cuidado, da preocupação com o atendimento das necessidades, sejam aquelas resultantes da natureza ou da cultura, do respeito em relação à natureza.

Projeta-se entre as *herlanders* a possibilidade de constituir condições favoráveis para a formação de mulheres autônomas. Embora em sua sociedade também esteja presente a divisão de trabalho, a formação respeita suas particularidades, inculcando paulatinamente a responsabilidade em relação a si mesmo, em relação aos demais seres e em relação ao meio ambiente, que permite a manutenção de todas as espécies. Desse modo, mesmo o amor materno suposto como valor alternativo ao controle não visa à autossatisfação da mãe como progenitora ou mesmo à satisfação do pressuposto androcêntrico de naturalização da maternidade. Visa-se, antes, o atendimento das carências materiais e humanas de toda comunidade.

Considerando a hegemonia do valor do controle e a quase unanimidade do androcentrismo, seria o caso de rotularmos a proposta de Gilman como utópica? Essa é uma interpretação possível, mas aconselharíamos a não identificarmos utopia com algo impossível de ser realizado. A ficção, nesse sentido, é alimento da imaginação e da criatividade, mostrando mundos ou cenários possíveis. O ser humano é um agente, não apenas no sentido óbvio de que ele age, mas inclusive porque é capaz de justificar suas ações com base em determinados valores.

A Literatura trata da condição humana partindo de diferentes perspectivas, embora não possa constituir uma verdade universal, ela é potencialmente capaz de estabelecer o encontro entre pessoas, entre autores e leitores, com visões de mundo distintas. No entanto, sem os leitores que se disponham a conhecer mundos ficcionais diversos do mundo de sua experiência cotidiana, a obra permanece com sua energia potencial, aparentando até mesmo uma letra morta. “Enquanto não houver um encontro entre as folhas e as pessoas, as palavras ali impressas não impressionarão ninguém, serão folhas mortas. O encontro com as palavras é vital para as palavras serem palavras” (PERISSÉ, 2006, p. 22).

Talvez possamos ir um pouco além do significado atribuído por Perissé, afirmando também que a própria natureza jaz carente de significado humano. Porém, cabe a cada um de nós enquanto indivíduos e a todos enquanto espécie a tomada de decisão sobre nossa responsabilidade ou irresponsabilidade diante das consequências destrutivas advindas do projeto baconiano. Enquanto este projeto visa o controle, a proposta de Gilman reconhece a “maternidade que vê o amor da mãe como a força primária na vida e o papel da mãe como influência determinante sobre o futuro” (SHAW, 2000, p. 14).

Estamos diante de mais um desafio à espécie humana, que, tal como o isolamento geográfico sofrido pelas *herlanders*, nos pressiona a refletirmos sobre o modo como condicionamos nossas ações até o presente. Deste modo, o modelo de maternidade vai além do ideal romântico, colocando em cheque o mundo feito pelos homens, embora, segundo Shaw, algumas mulheres se vejam maravilhadas com ele (cf. SHAW, 2000, p. 20).

Referências

BACON, Francis. **Novo órgãoon**. Tradução Daniel M. Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURG, Dominique. **Natureza e técnica: ensaio sobre a ideia de progresso**. Tradução Maria Carvalho. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

CHITOLINA, Claudinei Luiz. **Mentes e máquinas: o retorno de Descartes?** Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou seu cachorro?** Tradução Regina Rheda. Campinas: Editora UNICAMP, 2015.

GÊNESIS. Tradução Alessandro Zir. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GILMAN, Perkins Charlotte. **Herland: a terra das mulheres**. Tradução L. Ibañez. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1981.

_____. **The yellow wall-paper, Herland, and selected writings**. London: Penguin Books, 2009.

HADOT, Pierre. **O véu de Ísis: ensaio sobre a história da ideia de natureza**. Tradução Mariana Sérvulo. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

JARROSSON, Bruno. **Humanismo e técnica: o humanismo entre economia, filosofia e ciência**. Tradução Isabel de Almeida Brito. Lisboa: Instituto Piaget. 1998.

LACEY, Hugh. **Is science value free? values and scientific understanding**. Great Britain: Routledge, 2005 [1999].

_____. **Valores e atividade científica 1**. 2 ed. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/ Editora 34, 2008.

_____. **Valores e atividade científica 2**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/ Editora 34, 2010.

MIES, Maria & SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PERISSÉ, Gabriel. **Literatura & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SHAW, Debra Benita. **Women, science and fiction: the Frankenstein inheritance**. New York: Palgrave, 2000.

SHIVA, Vandana. Reduccionismo e regeneração: uma crise na ciência. In: **Ecofeminismo**. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p. 37-52.

SILVA, Franklin Leopoldo. Conhecimento e razão instrumental. **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 8, n. 1, p. 11 – 31, 1997.

SOURNIA, Jean-Charles & RUFFIE, Jacques. **As epidemias na história do homem**. Tradução Joel Goes. Lisboa: Edições 70, 1986.

Conceição Evaristo: Escrevivências como um combate ao silenciamento da mulher

Juliana Pimenta Attie¹

Resumo: A escritora Conceição Evaristo nomeia por Escrevivências seu projeto literário que traz para seus contos, romances e poemas retratos de situações que partem ora de suas próprias experiências, ora de vivências daqueles que a cercam. Nesse sentido, sua literatura dá voz aos sujeitos silenciados na sociedade patriarcal, em especial, à mulher negra e pobre. Diante disso, este artigo visa, por meio da análise do conto “Beijo na Face” apresentar e refletir sobre o projeto Escrevivências e toda a denúncia social promovida por ele, destacando a urgência da questão de representatividade da mulher tanto no campo da literatura, quanto da teoria. Ademais, a leitura do conto por meio da estratégia de *close-reading* destaca a narrativa poética de Evaristo, explorando as estratégias de produção de sentido. Antes da análise, faremos também um breve apanhado do Feminismo no Brasil e sua relação com a literatura a partir das considerações de Constância Lima Duarte e Heloísa Buarque de Hollanda, além os atuais desenvolvimentos dos feminismos negros no Brasil, com base no pensamento de Djamila Ribeiro.

Palavras-chave: Escrevivência; Feminismo Negro; Conceição Evaristo.

Introdução

Recentemente, a escritora Conceição Evaristo oficializou sua candidatura² a uma vaga na Academia Brasileira de

¹ Professora da Universidade Federal do Amapá. Email: juliana_attie@yahoo.com.br

² Até o momento da finalização da escrita deste artigo (28 de junho de 2018), a decisão da ABL não havia sido divulgada.

Letras. Negra e nascida na periferia, Evaristo representa uma parcela da população que, há não muito tempo, tinha acesso limitado à leitura e à educação de uma forma geral. Assim que a escritora demonstrou interesse em concorrer à cadeira, muitos de seus leitores prontamente se manifestaram em apoio à candidatura por meio das redes sociais. Todavia, de acordo com a coluna “Painel das Letras” da Folha de São Paulo (2018),

A ideia de quem apoia Evaristo era de que ela fosse a primeira mulher negra a entrar para a ABL. Homens negros a casa já teve alguns, a começar por Machado de Assis, seu fundador. A eleição, que acontece dia 30 de agosto, ficará mesmo entre Cacá Diegues e Pedro Corrêa do Lago.

Ainda segundo a reportagem, o abaixo assinado foi recebido por alguns membros da academia como “intimidação”. Tal resistência por parte da ABL pode ser entendida como um reflexo do cânone literário brasileiro predominantemente masculino e branco. Para muitos autores, pesquisadores e parte do público-leitor, a literatura de Conceição Evaristo é vista como uma afronta, pois, além de retratar a mulher periférica e, na maioria das vezes, negra, toca em questões como estupro, aborto e relações homoafetivas. Questões essas que, aos olhos de uma sociedade ainda muito conservadora e preocupada com questões morais e religiosas – que muitas vezes servem apenas às aparências –, ou precisam ser escondidas, ou simplesmente não despertam interesse.

Essa estrutura elitista e pautada em valores ocidentais se reflete no currículo de literatura da educação superior e básica. Por conseguinte, a ausência de escritoras mulheres e, especialmente, de escritoras mulheres negras é bastante

preocupante se levarmos em consideração que, segundo dados do IBGE³ pouco mais da metade da população brasileira é composta por mulheres (51,3%) e, além disso, o percentual de negros e pardos somados dão 54,8%. Essa ausência de representação na literatura tem o duplo papel de retratar e de reforçar problemas centrais de nossa sociedade, como o racismo e a misoginia, uma vez que mulheres, principalmente, mulheres negras, ainda são tratadas como indivíduos de segunda classe.

Constância Lima Duarte, em comunicação apresentada na ANPOLL (1987, p. 15), comenta que o movimento feminista das décadas de 60 e 70 impulsionou o estudo sobre a mulher em diversas áreas uma vez que “pretendeu/pretende principalmente destruir os mitos da inferioridade ‘natural’, resgatar a história das mulheres, reivindicar a condição de sujeito na investigação da própria história, além de rever, criticamente, o que os homens até não, tinham escrito a respeito”.

Esse resgate é um elemento chave nas obras de Conceição Evaristo, que desconstrói o tradicional cânone literário brasileiro e cria um projeto literário, *Escrevivências*, que escancara o que vem sendo ocultado ou representado de forma preconceituosa na literatura. Este artigo, portanto, busca apresentar esse projeto por meio da análise do conto “Beijo na Face”. Para isso, em um primeiro momento, faremos um breve apanhado em relação ao movimento feminista e sua relação com a literatura no Brasil. Em seguida, apresentaremos o projeto *Escrevivências* de Evaristo, para, enfim, realizarmos o estudo do conto.

³ Dados do censo demográfico de 2010 do IBGE: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>

1. Mulheres das letras e da luta

Heloísa Buarque de Hollanda (1991, n/p), ao analisar os estudos sobre a mulher até a década de 90 em diferentes áreas do conhecimento, observa que, além de todas as transformações e das novas teorias surgidas na época, “os estudos feministas ainda revelam certo ressentimento e desconforto em relação às dificuldades surgidas nas tentativas de articular sua produção teórica com os compromissos políticos e as questões centrais da militância feminista.”

Na América Latina, por exemplo, existiu durante muito tempo uma certa resistência em identificar-se como “feminista”, uma vez que o termo foi considerado por muitos anacrônico e obsoleto. Outra questão é que, muitas vezes, a palavra Feminismo vem relacionada diretamente apenas às raízes do movimento na Europa e nos Estados Unidos: majoritariamente branco e de classe média. Duarte (2003, p. 151), por sua vez, em seu artigo “Feminismo e Literatura no Brasil”, chama a atenção para o “tabu do feminismo”:

Diferente do que ocorre em outros países, existe entre nós uma forte resistência em torno da palavra “feminismo”. Se lembrarmos que feminismo foi um movimento legítimo que atravessou várias décadas, e que transformou as relações entre homens e mulheres, torna-se (quase) inexplicável o porquê de sua desconsideração pelos formadores de opinião pública. Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais, candidatar-se ao que quiser.... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente.

A autora observa que o problema em relação ao termo advém de um processo preconceituoso e agressivo, organizado por aqueles que se colocam contra a conquista dos direitos das mulheres e que, nesse intento, encontram variadas formas de diminuir a importância do termo e, mais grave ainda, ridicularizá-lo colocando a feminista como sinônimo de “mal amada”, “machona”, “feia” e o “oposto de feminina”. Para fugir desses estereótipos, não apenas as brasileiras de um modo geral, mas, inclusive, intelectuais e escritoras negavam o título temendo que seus trabalhos fossem desconsiderados.

Esse processo de negação do feminismo influencia a própria produção literária, bem como sua recepção. Todavia, o oposto também acontece: se hoje temos uma aceitação bastante considerável do termo, a literatura tem um importante papel nessa mudança, como veremos, adiante, na exposição do projeto *Escrevivências*, de Evaristo, e na análise do conto.

Uma outra questão apontada por Duarte (2003) é a ausência de textos que contem a história da luta das mulheres no Brasil. Ela elenca quatro momentos – ondas – do Feminismo no Brasil, com a ressalva de que esses momentos são dinâmicos, isto é, seus marcos temporais servem como uma localização histórica de determinadas conquistas e mudanças da condição da mulher, o que não significa que as problemáticas se encerrem nesse período. Se pensarmos ainda em quão vasto e diverso é o Brasil, vemos que questões como o direito básico à educação, reivindicação do início do século XIX, ainda não foram superadas em muitas comunidades.

Com o título “primeiras letras”, a onda inicial, tem seu marco em 1830 e sua reivindicação é a alfabetização como um direito básico a mulheres de todas as classes sociais. Sabemos que mulheres de classes mais abastadas tinham a

possibilidade de aprender a ler e escrever com o ensino em casa. No entanto, aquelas que não tinham condições financeiras, não eram autorizadas a frequentar escolas, pois, a primeira legislação autorizando o ensino público para mulheres data de 1827. Nísia Floresta Brasileira é a estudiosa que marca esse momento. Natural do Rio Grande do Norte, ela foi uma das primeiras mulheres a ter textos publicados, e seu livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1831, marca o início dos estudos feministas brasileiros. A obra foi definida pela própria autora como uma tradução livre de *Vindication of the rights of Women*, da inglesa Mary Wollstonecraft, por conter elementos dessa obra e acrescentar questões que são particulares à condição da mulher brasileira.

A segunda onda, datada de 1870, busca ampliar os direitos conquistados em relação à educação e fomentar as bases para a luta sufragista. Duarte (2003) caracteriza essa onda como “menos literária e mais jornalística”, por conta dos diversos jornais e revistas de cunho feminista atuantes nesse período, nos quais as questões voltadas ao sufrágio começam a ser levantadas, contudo são mais combatidas que apoiadas pela sociedade. Além dessas publicações, é um importante marco nesse momento a peça *O voto feminino* de Josefina Álvares, uma das primeiras mulheres a lutarem pelo direito ao voto.

“Rumo à cidadania” é o nome dado à terceira onda, que compreende o início do século XX, com destaque ao fortalecimento da luta pelo sufrágio e a posterior conquista ao voto em 1932; a busca pelo direito ao acesso à universidade e a consequente ampliação das possibilidades no mundo do trabalho – para além da carreira no magistério; ao início da participação da mulher na política; e à liberação sexual da mulher. Na literatura e nas artes é também momento de algumas conquistas, como o primeiro prêmio no concurso

literário da ABL para uma mulher, Rosalina Coelho Lisboa. Escritoras como Gilka Machado e Raquel de Queirós quebram paradigmas com uma literatura que, respectivamente, confronta os valores patriarcais e cristãos da sociedade e aborda temas sociais e políticos que, até então, eram considerados território masculino. Vale destacar ainda a publicação de *A evolução do feminismo*, de Mariana Coelho, conhecida como “Beauvoir Tupiniquim” (DUARTE, 2003, p. 163).

Por fim, Duarte (2003) caracteriza a quarta onda, na década de 70, como o momento da revolução sexual e da literatura. 1975 torna-se o Ano Internacional da Mulher; é um momento em que as discussões a respeito dos direitos das mulheres se tornam cada vez mais constantes, organizadas e intensas. No caso do Brasil, além da movimentação em defesa da igualdade, havia ainda a questão da ditadura militar e da censura. Em um momento de tanta repressão, a reivindicação pelo direito ao controle o corpo – seja pela sexualidade, seja pelo direito ao controle de natalidade e ao aborto – são pontos importantes.

A imprensa, a participação política e os movimentos feministas ficaram cada vez mais fortes. Na universidade também, os estudos feministas se fortalecem nas diversas áreas do conhecimento com a criação de grupos de pesquisa e a produção de eventos, especialmente a partir da década de 80. Na literatura também as mulheres começam a se manifestar cada vez mais politicamente. Nélida Pinon foi uma delas e tornou-se a primeira mulher a tomar posse como presidente da Academia Brasileira de Letras. Contudo, Nélida, apenas recentemente declarou-se feminista. Outras escritoras de destaque no período são Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre outras.

Em texto anterior, Duarte (1987, p. 16) levanta uma série de questões que ainda atualmente devem ser pensadas quando se estuda o tema Mulher na Literatura ou Mulher e Crítica Literária: “[...] quais foram nossas primeiras escritoras? Que livros escreveram e sobre o quê? Não sofreram nenhuma espécie de dificuldade devido a sua condição feminina? E a representação da mulher enquanto personagem, sobre que estereótipos foi montada? Por quê?”.

Não só nos materiais didáticos, bem como nas antologias literárias mais clássicas, e até nos currículos dos cursos de Letras do Ensino Superior, a falta de informações sobre mulheres escritoras pode levar ao engano de que ou não existiam/ existem escritoras mulheres, ou que seus escritos são inferiores. Como observa Duarte (1987), as reflexões acerca da presença na mulher na escrita mostram também a importância dos estudos de cunho feminista na literatura.

É fato que, embora ainda exista uma disparidade em relação à autoria masculina, nos últimos anos, vem ocorrendo uma certa mudança com a inclusão de obras de autoria feminina em listas de vestibulares, além do surgimento de importantes publicações de pesquisadoras e militantes feministas. Merece destaque o fato de que os feminismos não brancos têm grande papel na aceitação do termo, reforçando a luta feminista e a colocando em seu local de origem que é a defesa da igualdade. Dentre as autoras brasileiras, ressaltamos o pensamento de Sueli Carneiro – com a obra *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, por exemplo – e as recentes publicações da filósofa Djamila Ribeiro que afirma, em *Quem tem medo do feminismo negro* (2018, p. 3), que “Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos”. A obra, constituída por um ensaio autobiográfico e uma série de artigos publicados pela escritora na revista Carta Capital, lança luz à

problemática do silenciamento da mulher negra na sociedade, na academia e na cultura:

Também foi o feminismo negro que me ensinou a reconhecer diferentes saberes, a refutar uma epistemologia mestre, que pretende dar conta de todas as outras [...] Devemos pensar uma reconfiguração do mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica (RIBEIRO, 2018, p. 17).

Essa reconfiguração começa a partir do momento em que são criados espaços – no Ensino Básico e Superior, nas pesquisas e publicações – para escritores que escapam ao sistema patriarcal e imperialista e trazem a vozes que, por muito tempo, foram silenciadas. Essas vozes são o corpo do trabalho de Conceição Evaristo, que pretendemos abordar no tópico seguinte.

2. Escrevivências de Conceição Evaristo

Nascida na extinta Favela do Pindura Saia, em Belo Horizonte, em 1946, Conceição Evaristo cresceu em meio as palavras sofridas de sua mãe, uma lavadeira, que tinha o costume de relatar em seus diários os sofrimentos e dificuldades de uma mulher pobre e negra. Evaristo trabalhou como empregada doméstica até conseguir terminar o curso Normal (Magistério). Na década de 70 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde estudou Letras na UFRJ, posteriormente fez mestrado na PUC-RIO e doutorado na UFF. Trabalhou como professora da Educação Básica na rede pública e posteriormente como professora universitária.

Na carreira literária, Evaristo iniciou em 1990 nos Cadernos Negros, série de antologias, de publicação anual, editada

desde 1978 pelo coletivo Quilomboje⁴ e que, desde então, contribui para a produção e divulgação da produção literária – sobretudo contos e poemas – afro-brasileira. Em 2003, publicou seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio* e, em 2006, *Becos da Memória*. Escreveu também a coletânea de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres*, em 2011, *Olhos d'água*, em 2014 – o qual lhe rendeu o Prêmio Jabuti, em 2015 – *Histórias de leves enganos e parecenças*, em 2016, entre outros. Em 2017, recebeu o Prêmio Governo de Minas Gerais pelo conjunto de sua obra. A escritora já foi tema e homenageada de diversos eventos, acadêmicos ou não, de Literatura, como exemplo a FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty). Além disso, tem sua boa parte de sua obra traduzida e participa de eventos no exterior, onde já é reconhecida como um grande nome da Literatura Brasileira.

Antes mesmo de publicar suas obras literárias, em seus projetos e pesquisas, a escritora buscou voltar-se para a literatura afro-brasileira e africana de língua portuguesa. Além disso, participou e participa ativamente de movimentos sociais para a valorização da cultura negra no Brasil. A arte, para Evaristo, pode combater o racismo e o sexismo que compõem a base da sociedade brasileira: “A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.” (EVARISTO, 2017b).

Em entrevista à *Ocupação Conceição Evaristo*, Constância Lima Duarte (2017) comenta que “a questão da Literatura de autoria feminina é principalmente considerada quando a autora é consciente de sua perspectiva, experiência de vida”, que é o caso de Conceição Evaristo, que “analisa, comenta reflete a partir da experiência enquanto mulher”.

⁴ <http://www.quilombhoje.com.br/site/>

Na mesma entrevista, Eduardo de Assis Duarte (2017) observa que

na cultura, de uma forma geral, e, mais especificamente, na literatura brasileira a mulher negra é retratada como um indivíduo inferior, mais ainda que o homem negro. Seu estereótipo é o de um animal erótico, uma mulher noturna, de uma sexualidade desenfreada – diferente das brancas. Mito que justifica o estupro ocorrido durante todos os séculos de escravidão.

Dessa forma, a literatura de Evaristo, de acordo com Assis Duarte (2017) pode ser considerada um projeto de identificação e exaltação da humanidade da mulher negra, uma vez que a autora “traz no seu trabalho as questões da memória ancestral. Escrivência condensa o projeto literário; produz linguagem e metalinguagem”

Ao definir seu projeto de Escrivência, Evaristo diz: “Tudo o que eu escrevo parte muito dessa experiência minha, ou se não é dessa experiência minha é da experiência dos meus, ou de uma experiência que eu vivo de certa forma” (EVARISTO, 2017a). Assim, o conto selecionado para análise neste artigo, “Beijo na face”, faz parte da coletânea *Olhos d’água* (2016), a qual traz retratos de diferentes situações que mulheres enfrentam em seu dia a dia. Evaristo transforma em literatura as mais diversas vivências dessas mulheres silenciadas pela cultura patriarcal e racista: prostituição, violência física e psicológica, miséria e loucura. “Beijo na face” trata ainda de um tema que é deixado de lado pela literatura canônica, ou é abordado de maneira estereotipada ou sexualizada a partir do ponto de vista masculino: o amor entre duas mulheres. O foco da análise é o conteúdo dos contos, por isso, escolhemos a metodologia *close-rea-*

ding – ou leitura densa, atenta – a fim de explorar o trabalho apurado da linguagem literária de Evaristo na exposição de sua Escrivência.

2.1 “Beijo na face”

O conto “Beijo na face” se inicia com a sutil descrição da lembrança de Salinda sobre a relação sexual que tivera no dia anterior. Além da escolha de palavras delicadas, destacam-se aqui a presença das mãos – “abriu as palmas das mãos, contemplando-as. Sim, lá estava o vestígio do carinho” –, dos dedos – “Os toques aconteceram carregados de sutileza. Carinhos apenas experimentados com as pontas dos dedos-desejos” (EVARISTO, 2016, p. 41). Essa criação de palavras por meio de hifenização é uma estratégia recorrente de Evaristo e condensa, em uma palavra, todo um sentimento, ou uma ação.

No caso, esses dedos-desejos são a lembrança da relação sexual carregada de afeto entre a protagonista e outra mulher. Vale destacar que a informação de que Salinda tem um caso com outra mulher é dada apenas no final da narrativa, onde essa mesma cena é descrita. Tal estratégia chama a atenção para a não linearidade do texto de Evaristo, cujo sentido só pode ser compreendido a-posteriori, como o suplemento derridiano: “[...] depósitos de um sentido que nunca esteve presente, cujo presente significado é sempre reconstituído mais tarde, *nachträglich*, posteriormente, suplementariamente [...]” (DERRIDA, 2005, p. 200).

Tal estratégia narrativa surpreende boa parte dos leitores que podem passar quase toda a narrativa imaginando uma relação heterossexual. De certa forma, Evaristo rompe com estereótipos de relações homoeróticas que são retratadas, muitas vezes, de maneira objetificada e sem aprofun-

damento sentimental, ao descrever ao longo da narrativa as alegrias da descoberta de um novo amor:

Um amor que vivia e se fortalecia na espera do amanhã, que se fazia inesperadamente nas frinchas de um momento qualquer, que se revelava por um simples piscar de olhos, por um sorriso ensaiado na metade das bordas de um lábio, por um repetir constante do *eu te amo*, declaração feita, muitas vezes, em voz silenciosa, audível somente para dentro, fazendo com que o eco dessa fala se expandisse no interior do próprio declarante (EVARISTO, 2016, p. 41).

Vê-se que esse novo amor possui algo de diferente não apenas na delicadeza de sua construção, mas em seu estatuto. É um amor que precisa ser guardado do olhar externo, um amor que se revela em pequenos gestos que só os envolvidos conhecem e podem entender.

A comparação com o outro tipo de amor, o amor que vivera antes, dá-se em termos não só de possibilidade, mas também de necessidade de exposição, como se à relação não importasse apenas o sentimento e envolvimento entre duas pessoas, mas uma afirmação perante a sociedade. A voz narrativa observa que, para Salinda, acostumar-se ao novo jeito de amar não foi tarefa fácil: “E por que não gritar, não pichar pelos muros, não expor em outdoor a grandeza do sentimento? Não era a ostentação que aquele amor pedia. O amor pedia o direito de amar somente” (EVARISTO, 2016, p. 41).

A linguagem de Evaristo, de uma forma geral, utiliza um vocabulário simples que a aproxima desse lugar para o qual ela traz sua Escrivivência: o lugar da mulher subalternizada pelo sistema patriarcal. Todavia, essa linguagem simples

e com traços de oralidade ganha extrema riqueza por meio das variadas figuras de linguagem empregadas pela a autora. Dentre elas, destacamos as metáforas que constroem a imagem desse amor e, aos poucos, desvelam os segredos dessa relação, por exemplo a passagem: “Havia quase um ano que a felicidade lhe era servida em conta-gotas. Pequenas gotículas que guardavam a força e a aparência de reservatórios infindos, de represas de felicidade inteira” (EVARISTO, 2016, p. 41).

Ao dizer que o amor era há um ano servido a “conta-gotas”, a voz narrativa reforça a sutileza e a descrição já mencionadas anteriormente. Ademais, a metáfora do “conta-gotas” ao ser comparada a “reservatórios infindos” e “represas de felicidade inteira”, produz, na antítese, um efeito de condensação desse amor que reforça sua potência na delicadeza.

As antíteses também são presentes na descrição de uma outra tonalidade do conto, a tonalidade do conflito entre o que Salinda sente e o que a sociedade deseja que ela sinta: “Mesmo estando entupida de alegria, com uma canção a borbulhar no peito, Salinda precisava embrutecer o corpo, os olhos, a voz. [...] A vigilância sobre os seus passos pretendia, se possível, abarcar até seus pensamentos” (EVARISTO, 2016, p. 41). Seu exterior precisa se parecer tão rígido e frio que nem mesmo seus pensamentos podem ser percebidos, atuando como uma máscara ou capa protetora para os sentimentos intensos que guardava em si.

Essa necessidade das aparências é justificada pela intensa vigilância imposta por seu marido. Ela vive em um cárcere invisível, o que reforça o limiar da loucura, estigma a que sempre as mulheres estão sujeitas: Salinda sabe que está sendo vigiada, mas duvida de si mesma. A certeza da vigilância vem pela própria voz do marido, por meio de ameaças como

“Tomar as crianças, matá-la ou suicidar-se deixando uma carta, culpando-a” (EVARISTO, 2016, p. 42). Tanto a sugestão de loucura, quanto as ameaças constituem características muito comuns aos relacionamentos abusivos que, por sua vez, são sustentados por julgamentos sociais que frequentemente culpabilizam a mulher que continua em uma relação em que já não existe amor sem antes entender as causas dessa permanência.

Na literatura mundial, essa questão foi imortalizada na figura de Madame Bovary, cujo desfecho trágico é visto por muitos como uma espécie de ensinamento ou alerta moralizante, mostrando o final reservado à mulher adúltera. Todavia, há leituras mais recentes dessa obra que investigam o contexto em que vive a personagem, a sociedade que a moldou, suas motivações e o comportamento dos homens que a cercavam.

O mesmo vale para o conto em questão – e tantas outras obras com situações semelhantes. A narradora observa que Salinda há anos desejava romper com o marido, porém o medo e a incerteza a impediam. Dessa forma, ela busca estratégias para viver sua felicidade particular. Sobre sua relação com o marido, sabemos que eram namorados de juventude, separaram-se e, enquanto solteira, ela teve uma filha de outro relacionamento. Anos depois, eles se reencontram e se casam novamente. Os primeiros anos do casamento são descritos como felizes, porém, logo, ele se torna agressivo, ciumento e incomodado com o passado dela: “Quem era o homem, pai da primeira filha dela? Por que depois de tanto tempo afastada, ela aceitou voltar e se casar com ele? E assim aos poucos Salinda foi percebendo que nunca deveria ter assumido novamente uma relação com ele” (EVARISTO, 2016, p. 42).

Observamos, na passagem destacada, uma série de situações que acontecem tanto com homens quanto com mulheres, mas que somente para as mulheres elas constituem uma falha, pecado, um desvio de caráter. O primeiro questionamento, em relação ao tempo em que esteve solteira, nos instiga a refletir por que uma mulher não pode desfrutar de sua liberdade de maneira livre e descompromissada. Ademais, cabe indagar, portanto, se a vida de solteiro do marido é um problema para Salinda.

O segundo tópico, a respeito da reaproximação no casamento, chega a ser incoerente, uma vez que se trata de um ato recíproco. Inclusive, a palavra usada é “aceitar”, ou seja, foi ela quem aceitou voltar, e não quem o procurou. Por que não há o questionamento em relação ao fato de ele ter “de-sejado” ficar com ela após esse período? Por último, há, na constatação de Salinda, o retrato da culpabilização da mulher que se coloca sempre como a responsável por problemas que podem ocorrer no relacionamento. Daí derivam as questões mencionadas anteriormente em relação ao fato de ela ter medo de pedir a separação, pois, se é a culpada de tudo, separar-se significa cometer um crime.

O medo de Salinda é alegorizado na cena em que ela se recorda de uma ida ao circo e, especificamente, da apresentação de uma equilibrista:

Salinda vigiou os passos cambaleantes da moça tentando se aprumar sobre um tão fino e quase imperceptível fio. Ela sabia que, qualquer passo em falso, a mulher estaria chamando a morte. Por um momento pediu para que tudo se rompesse. E, como equilibrista, ela mesma sentiu um gosto de morte na boca, mas logo se recuperou mordendo novamente o sabor da vida (EVARISTO, 2016, p. 43).

Salinda reconhece a situação arriscada em que vive, mas, assim como a equilibrista, cada vez que encontra sua amada, a protagonista recobra as forças. Interessante destacar que, enquanto sua casa é local de medo e insegurança, a casa de Tia Vandu, sua cúmplice, onde ela se sente livre e segura e, principalmente, onde pode amar verdadeiramente, chama-se “Chã da alegria”. Tia Vandu é caracterizada como tia, avó, mãe e amiga, mostrando outras extensões dos laços e da cumplicidade entre mulheres. Quando Salinda, ainda inebriada pelo amor, acorda e canta pelas terras de Chã de Alegria, a narradora a compara com uma ave-mãe que não está mais presa na gaiola. E essa ave recebe um sorriso da filha mais velha, “menina se maturando mulher”, que abre espaço para uma “possível cumplicidade, que esperançosamente guardou e aguardou poder realizar um dia” (EVARISTO, 2016, p. 43).

Por fim, de volta a sua casa, Salinda se surpreende com a ausência do marido, e essa certeza de esperar o pior se confirma com uma ligação calma anunciando que “já sabia de tudo. Perguntou se ela havia esquecido de que os olhos da noite podem não ser somente estrelas. Outros olhos existem; humanos vigiam. E riu debochando do descuido dela e da tia” (EVARISTO, 2016, p. 43).

Assim, diante da batalha que tem a enfrentar, Salinda encontra forças em si mesma ao se colocar diante do espelho e nele enxergar a mulher que ama

Mulheres, ambas se pareciam. Altas, negras e com dezenas de dreads a lhes enfeitar a cabeça. Ambas aves fêmeas, ousadas mergulhadoras na própria profundidade. E a cada vez que uma mergulhava na outra, o suave encontro de suas fendas-mulheres engravidava as duas de prazer (EVARISTO, 2016, p. 44).

A imagem de igualdade e identificação é extremamente significativa ao pensarmos na literatura de Escrivência feita por Conceição Evaristo e sua importância, como já mencionamos nesse trabalho, na busca por uma literatura democrática e representativa, além de ir ao encontro de questões caras aos feminismos contemporâneos, como podemos observar na fala da escritora em entrevista à revista Carta Capital: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara” (EVARISTO, 2017c).

Considerações finais

Ao apresentar, brevemente, o projeto Escrivência e trazer a análise do conto “Beijo na face”, este artigo procurou mostrar a evolução das correntes feministas seja no campo teórico, seja na literatura, e como essa evolução é imprescindível para a transformação de nossa sociedade ainda pautada em valores sexistas e racistas em um local de igualdade e respeito. A palavra chave desse estudo é representatividade, pois, como observa Ribeiro (2018, p. 18): “o não lugar de mulher negra pode ser doloroso, mas também potente, pois permite enxergar a sociedade de um lugar social que faz com que tenhamos ou construamos ferramentas importantes de transcendência”. É esse lugar social o ponto de partida de Evaristo (2017a), como podemos ver na seguinte citação retirada de uma entrevista com a autora:

A minha competência literária, ela parte muito dessa vivência, dessa observação, desse espaço que eu vivo, dessas pessoas que me contaminam a ponto de virar personagem. E a literatura que a academia trabalha é essa literatura que parte de um espaço social, ou que parte de uma ficcionalização que

não é o meu campo, e aqui [...] não tem nenhum julgamento de valor. O que eu quero afirmar aqui é o lugar da diferença da concepção dos meus textos. [...] Eu concebo meus textos a partir da minha condição de mulher negra [...] a minha concepção, o meu trabalho literário, minha ficcionalização ela nasce a partir do espaço onde meus pés estão fincados, e os meus pés estão no lugar de mulher negra na sociedade brasileira, no lugar de mulher pobre na sociedade brasileira.

A passagem, portanto, afirma o projeto Escrivivência de Evaristo como uma forma de resistência e luta. A autora por meio de seus contos e romances, dá voz a uma grande maioria que a academia e outros segmentos de nossa sociedade insiste em tratar como exceção ou minoria. Ao trazer cotidianos tão comuns às mulheres brasileiras, Evaristo torna sua literatura um sinônimo de representatividade, o que é essencial para a desconstrução do sistema de opressão e exclusão em que a sociedade brasileira é fundamentada. Sua Escrivivência reescreve a história do Brasil, distanciando-a do ponto de vista do colonizador que, até os dias de hoje, permeia as artes, a cultura e, por conseguinte, a relação entre os indivíduos.

Referências

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. Tradução Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DUARTE, Constância Lima. Literatura Feminina e Crítica Literária. **Comunicação apresentada na ANPOLL – II Encontro Nacional**, 26 a 29/maio/87. Rio de Janeiro.

DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Assis Eduardo. **Texto e contexto**. Entrevista para Ocupação Conceição Evaristo – Itaú Cultural, 2017. Dis-

ponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=73&v=vR0Ne2h0lwE. Acesso em jun 2018.

EVARISTO, Conceição. **O ponto de partida da escrita** – Entrevista para Ocupação Conceição Evaristo – Itaú cultural, 2017a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3CWDQvX7rno>. Acesso em jun. 2018.

_____. **Ocupação Conceição Evaristo**. Itaú Cultural. 2017b. <http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/escrevivencia/>. Acesso em jun. 2018.

_____. **Conceição Evaristo**: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. [maio. 2017c]. Entrevistadora: Djamila Ribeiro. São Paulo: Carta Capital – Editora Confiança. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>. Acesso em jun. 2018.

_____. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2016. Edição Kindle.

HOLLANDA, Helena Buarque de. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: Uma primeira abordagem. **Papéis Avulsos**, Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 29, 1991.

MEIRELES, Maurício. A campanha por Conceição Evaristo na ABL. **Folha de São Paulo**. São Paulo Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauricio-meireles/2018/06/a-campanha-por-conceicao-evaristo-na-abl.shtml?loggedpaywall>. Acesso em jun. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Edição Kindle.

“The Brazilian Mulata”: racismo e sexismo na cultura brasileira

Livia Verena Cunha do Rosário¹

Resumo: A “mulata exportação” ainda permeia o imaginário social acerca das mulheres brasileiras no exterior: negras de pele clara, voluptuosas, alegres, lascivas. Os estereótipos sobre a mulher brasileira refletem a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante, que está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial. *The brazilian mulata* é propaganda de agências de turismo europeias que promovem o Brasil como paraíso tropical, favorecendo a “prostituição étnica” e comércio sexual. A exploração do corpo feminino negro, exaltado no carnaval mas invisibilizado na História, evidencia marcas de um corpo suscetível à satisfação sexual dos antigos ou novos senhores. Sendo assim, o presente trabalho pretende fazer um recorte, a partir de levantamento bibliográfico, sobre a trajetória das mulheres negras brasileiras, no período pós escravidão e algumas reflexões sobre contextos para a situação da mulher negra, como a designação de papéis e estigmas sociais, historicamente vinculados a elas.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Corpo; Papéis Sociais; Cultura.

Introdução

Ao analisarmos o termo “mulata”, verificamos que este deriva de mula, cruzamento entre a égua e o jumento, utilizado para designar a mestiça filha de pais negros e brancos. Para muitos, o termo ainda significa elogio, contudo, hoje sabe-se de todo o racismo implícito contido nele, já que a

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira – Universidade Federal do Amapá. Email: liviaverenac@gmail.com

origem de muitas mulatas no Brasil foi a violação, coação e exploração sexual de mulheres negras. Independentemente das tentativas de muitos intelectuais de pintar um quadro menos brutal do período da escravidão no Brasil, o fato é que a história da mestiçagem é baseada na relação desigual entre poderosos proprietários de escravos e escravos impotentes.

Um dos precursores da ideologia mítica da “democracia racial” brasileira, o antropólogo Gilberto Freyre escreveu que “eram os corpos das meninas negras, às vezes garotas de 10 anos que liberaram as mulheres brancas do agressor sexual” (FREYRE, 2006, p. 71). Além disso, a virgindade e a castidade das mulheres brancas durante a colonização do Brasil foram protegidas através da exploração sexual da escrava negra.

Os estereótipos seculares aos quais os negros estão conectados não devem ser uma fonte de orgulho para ninguém, são as caracterizações pelas quais o negro foi estigmatizado ao longo da história que têm o poder de mantê-lo em condições subalternas. Há muitos estigmas, como aqueles relacionados ao olhar sexual sobre o negro e a negra, uma prisão da nossa história colonial e da escravidão no Brasil, desde que as mulheres negras eram objetos sexuais de senhores de terras, e homens negros eram desejados pelas mulheres brancas por causa de seu vigor físico e sua suposta falta de civilidade e moral.

Portanto, este artigo visa uma breve discussão acerca da erotização da mulata na cultura brasileira e de como o corpo feminino negro converteu-se em “produto de exportação”, carregando consigo uma imagem deturpada da mulher negra enquanto objeto de consumo sexual, assim, a reflexão aqui proposta contribuirá para a problematização de estereótipos e discursos racistas, que ainda se mantêm vivos de forma sistemática no Brasil.

O trabalho está dividido em quatro itens: “A cor do pecado”: o mito da democracia racial; “O teu cabelo não nega, mulata”: racismo à brasileira; “A carne mais barata do mercado é a carne negra”: a mulata exportação; “País tropical, abençoado por Deus, bonito por natureza”: identidade nacional, que tratam respectivamente da construção do mito da democracia racial, do racismo velado, da hipersexualização dos corpos negros e, por fim, de como a mestiçagem está vinculada aos estereótipos do Brasil no exterior. Os títulos com frases de músicas famosas aludem ao imaginário social relativos à naturalização do sexismo e racismo.

1. “Da cor do pecado”²: o mito da democracia racial

Última nação da América a abolir a escravidão, em 1888, o Brasil foi o país mais “acabadamente escravista”, todavia, a desintegração do regime escravocrata implicou em uma modificação substancial da posição social dos negros no Brasil. Despreparo para o trabalho livre e habilidades sociais limitadas pela subordinação, ampliados pela falta de oportunidades na nova ordem social resultaram em ex-escravos e homens livres de cor relegados à margem do sistema produtivo.

Gilberto Freyre é outra figura de destaque para o estudo da construção social da cor no Brasil, com sua obra-prima *Casa Grande e Senzala* (1933), na qual ele discute a sociedade

² O samba “Da cor do pecado”, foi escrito por Alberto de Castro Simões da Silva, conhecido como “Bororó” e gravado em 1939 por Sílvio Caldas. A canção foi regravada por grandes intérpretes da música popular brasileira como Elis Regina, Nara Leão, João Gilberto e Ney Matogrosso. Os primeiros versos da música dizem: “Esse corpo moreno cheiroso e gostoso que você tem/É um corpo delgado da cor do pecado/Que faz tão bem”.

multirracial brasileira, evidenciando a mestiçagem e sustentando o mito da democracia racial.

A cultura mestiça foi a tônica da década de 1930, despontando como representação oficial da nação: “Todo brasileiro, mesmo alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e/ou do negro” (FREYRE, 2006, p. 55). Segundo a tese de Freyre, por causa da mestiçagem entre brancos, negros e índios, as relações raciais eram melhores no Brasil do que em culturas escravistas onde o padrão era uma segregação mais rígida. Para ele, esse cruzamento racial estava no cerne da identidade brasileira.

Na década de 1950, objetivando verificar o suposto caráter democrático das relações raciais no Brasil, o sociólogo Florestan Fernandes (1978) constatou que os grupos raciais se posicionam diferentemente no interior da ordem social e que a distribuição das posições sociais está ligada ao preconceito e à discriminação racial. A exclusão do negro do cenário social é então compreendida como consequência direta do processo de abolição da escravidão, pois a inserção do negro aconteceu de forma lenta com a ocupação dos setores desprestigiados da sociedade, já que:

a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1978, p. 21).

Na perspectiva teórica de Fernandes (1978), a abolição da escravidão desencadeou a modernização da estrutura produtiva da sociedade brasileira e o negro sofreu as consequências diretas das desiguais condições de acesso às novas

ocupações econômicas decorrentes da mercantilização da economia. Além do mais, o governo nacional priorizou a utilização de mão de obra europeia, atendendo à concepção de que os imigrantes brancos representavam a civilidade necessária para a modernização da sociedade nacional, “o imigrante, eliminava fatalmente o pretendente ‘negro’ ou ‘mulato’, pois entendia-se que ele era o agente natural do trabalho livre” (Ibid, p. 27). Assim, Gilberto Freyre construiu o mito, Florestan Fernandes o desconstruiu.

Para Geertz (2014), a cultura é moldada por diversos mecanismos de controle; essas construções simbólicas nas quais os indivíduos também participam, governam os seus atos e suas experiências emocionais. No Brasil, a cor foi o símbolo adotado para diluir as diferenças étnicas entre os povos africanos, esse mesmo elemento foi reelaborado para dar sentido às discriminações. Dessa forma, ser negro no Brasil não demarca uma diferença biológica, mas sim, uma série de valores negativos que excluem a população negra de tudo que é considerado positivo em termos de bens de consumo, de representação simbólica e de poder.

2. “O teu cabelo não nega, mulata”³: racismo à brasileira

Raça é um conceito que vem sendo fortemente questionado quanto à validade científica, tendo em vista conquistas biogenéticas e reflexão antropológica, contudo, o

³ A marchinha de carnaval “O teu cabelo não nega”, foi composta por Lamartine Babo e lançada em 1932. Os versos da canção a consagraram como uma das mais famosas do carnaval brasileiro: “O teu cabelo não nega, mulata/Porque és mulata na cor/Mas como a cor não pega, mulata/Mulata eu quero o teu amor/Tens o sabor bem do Brasil/tens a alma cor de anil/Mulata, mulatinha, meu amor”

conceito resiste em função de sua força sociológica, pois agrega grupos sociais que são ou foram oprimidos, submetidos a desigualdades de variadas ordens. Por outro lado, demonstrar as limitações do conceito biológico, desconstruir seu significado histórico, não anula suas implicações sociais, pois a raça – junto de categorias como gênero, classe, região e idade – persiste como marcador social da diferença.

Dessa maneira, raça trata-se de uma categoria classificatória compreendida como construção local que tanto pertence às representações sociais como exerce influência no mundo real, através da produção e reprodução de identidades coletivas e hierarquias sociais. Logo, conceber raça, gênero, sexo, idade e classe como categorias articuladas propicia a desnaturalização e contextualização, refutando correlações rígidas e fixas entre características físicas e atributos morais.

No Brasil, a mestiçagem e a política do branqueamento formularam um racismo à brasileira, “que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera privada e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura” (SCHWARCZ, 2004, p. 36). Por isso, é preciso pensar nas especificidades da história brasileira e como ela forjou uma sociedade em que a questão se pauta mais nas marcas da aparência física – relacionados a status e condição social – do que em delimitações geracionais.

Nos Estados Unidos, uma simples gota de sangue negro (*One Drop Rule*) “macula” o indivíduo, excluindo-o definitivamente do mundo superior e separado dos brancos, constituindo o mito da pureza do sangue. *One drop rule* é a regra que determina que toda pessoa racialmente misturada pertence sempre ao grupo “inferior”. Angela Davis (2016) es-

tudou o assunto em *Mulheres, raça e classe* e ainda constatou que “a coerção sexual era uma dimensão essencial das relações entre senhor e escravo” (p. 81). O direito sobre o corpo das mulheres negras era uma extensão de seus direitos de proprietários de escravos. Brancos combatiam a miscigenação mas exploravam sexualmente as negras, a saída: o filho de negra não teria como não ser negro.

Na medida em que inexitem no Brasil regras fixas ou modelos de descendência biológica aceitos de forma consensual, o “embranquecimento” pode variar de acordo com a condição social do indivíduo, desembocando em uma complicada estrutura que mistura raça com educação e com posição social e econômica. Marcado historicamente pelo paternalismo das relações e clientelismo, o racismo brasileiro afirma-se na intimidade, é silencioso e silenciado:

O racismo, no Brasil, baseado na representação do negro ora como exótico-sensual que nos atrai e dá prazer, ora como o exótico-violento que nos repulsa e dá medo, cria e criou condições de sobrevivência psíquica extremamente difíceis para os negros, já que uma gradação subjetiva entre o que é considerado racismo e o que é considerado *não tão racista assim*, entre o que é considerado violência e o que é considerado *não tão violento assim*, o que é considerado discriminação e o que é considerado não tão discriminatório assim (...). Este espaço gradativo definido não pelas leis ou pelos fatos, mas pelo foro íntimo de cada um na avaliação e interpretação dos acontecimentos é que permite que o racismo se imponha (SANTOS, 2004, p. 31).

Barros (2012) destaca como a vida no Brasil Colônia gerou diferenciações na categoria “raça negra”, diferenciações úteis para os colonizadores europeus controlarem o imaginá-

rio sobre o negro, dessa maneira, os *crioulos* eram os homens de pele negra nascidos no Brasil; o pardo ou o mulato eram produto da mestiçagem de africanos com brancos europeus, logo, os mulatos poderiam ostentar com certo orgulho “estar a meio caminho do branco”. O mulato e suas variações encontram-se no espectro da cor definido na polarização entre o branco e o negro, de modo que essa diferença em relação ao crioulo permitia ao mulato maior circulação no eixo das desigualdades sociais, contudo: “qualquer mulato que não fosse bastante claro para “passar” ficara, sempre, sujeito às mesmas desvantagens e aos mesmos riscos físicos que seu irmão mais escuro” (SKIDMORE, 1989, p. 231).

A crescente análise do impacto do racismo na construção da identidade brasileira permite perceber como a Nação foi formulada a partir de uma lógica eurocêntrica, que fez com que as outras identidades sociais não enquadradas tenham sido percebidas como identidades desviantes e relegadas à invisibilidade. Para Hall (2005), a identidade cultural pensada a partir da raça, organizou sistemas de representação, de marcas simbólicas como cor de pele, textura de cabelo, características físicas e corporais, porém, a nação é algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural e “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (2005, p. 48).

Através do pensamento de Hall (2005), compreende-se que a identidade nacional não pode ser única e exclusiva em decorrência das diferenças existentes numa mesma nação: raça, etnia e gênero. As nações são constituídas por diversas culturas, que através de processos de conquista violenta e eliminação forçada da diferença cultural, são unificadas. Isso explica como “identidade nacional” está atrelada a uma estrutura de poder.

3. “A carne mais barata do mercado é a carne negra”⁴: a mulata exportação

Em sua tese de Doutorado *O Samba Segundo as Ialodês*, Jurema Werneck (2007) assinala que mulheres negras formam um contingente cercado por estereótipos em todas as regiões do mundo, e não apenas no Brasil, e essa representação insuficiente ou desfavorável se dá a partir dos interesses e necessidades envolvidos nas disputas de poder entre diferentes segmentos sociais, onde têm primazia a população branca e o sexo masculino.

Conforme a escritora negra norte-americana Bell Hooks (1995), se à mulher, de modo geral, recai a pecha de não ser “apropriada” para o trabalho intelectual por sua proximidade com a natureza, que remete ao caótico, misterioso e incontável, isto se acentua na mulher negra, porque aos negros, também de modo generalizante, se atribuem características negativas como irracionalidade e primitivismo. Hooks (1995) compreende que a mulher negra é duplamente caracterizada como um ser inferior, por sua condição feminina e racial. Ela é vista a partir de seu corpo, mais animalístico e ainda mais primitivo que o corpo da mulher branca ou do homem negro. Desse modo, Hooks (1995) acentua a necessidade de analisar como os corpos das mulheres negras são representados no período escravista e pós-escravista:

Mais do que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só

⁴ A música “A Carne (Negra)” foi composta pelo músico Seu Jorge e outros parceiros em 2003, mas é famosa na voz da cantora e compositora brasileira Elza Soares, que entoia os versos: “A carne mais barata do mercado é a carne negra / A carne mais marcada pelo Estado é a negra/ Que vai de graça pro presídio/ E para debaixo do plástico/E vai de graça pro subemprego/E pros hospitais psiquiátricos”

corpo, sem mente'. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadora para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as 'mulheres desregradas' deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995, p. 69).

O imaginário cultural brasileiro abarca representações sociais e efetivas das mulheres negras quase sempre vinculadas ao estereótipo de servilismo profissional e sexual, semelhante ao que Hooks (1995) afirma. Segundo Gonzalez (1979, p. 89):

A mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação 'profissional': doméstica e mulata. A profissão de 'mulata' é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de 'mercado de trabalho', produto de exportação.

Para Munanga (2004), no Brasil, foi nos corpos das mulheres negras escravizadas que as ideologias raciais foram perpetradas, pois as concepções ideológicas decorrentes das diferenças físicas entre os povos foram elaboradas como justificativas políticas através do controle e intercurso sexual com mulheres de cor. Dessa forma, discursos de ideologias raciais e de gênero são estruturantes na ordem referente a práticas corporais racializadas vividas pelo gênero, na sexualidade, no trabalho:

a mulata construída em nosso imaginário social contribui, no âmbito das classificações raciais, para

expor a contradição entre a afirmação de nossa democracia racial e a flagrante desigualdade social entre brancos e não brancos em nosso país: como “mulato” é uma categoria extremamente ambígua e fluída, ao destacar dela a mulata que é a tal, parece resolver-se esta contradição, como se se criasse um terceiro termo entre os termos polares Branco e Negro. Mas, no âmbito das classificações de gênero, ao encarnar de maneira tão explícita o desejo do Masculino Branco, a mulata também revela a rejeição que essa encarnação esconde: a rejeição à negra preta (GONZALEZ, 1979, p. 93).

Lélia Gonzalez (1979) ainda destacou que a estrutura do sistema escravista-patriarcal brasileiro não se constituiu sob bases harmônicas, como supôs Gilberto Freyre, em que a sexualidade entre senhores e escravas cumpriria um papel atenuador dessas relações de desigualdades de cunho racial e sexual. Na verdade, racismo e sexismo seriam os pilares nos quais estes sistemas de opressão foram gerados no escravismo e perpetuados após a abolição.

Para definir se uma mulher é preta ou mulata, Nilma Lino Gomes (2006) adotou, por exemplo, o conceito de textura e comprimento do cabelo como atributo importante. A antropóloga fez extensas pesquisas sobre o significado do cabelo na construção da identidade negra no Brasil. Ela observa como uma mulher negra pode tornar-se instantaneamente uma mulata simplesmente mudando seu penteado. Tecidos e extensões de cabelo tornaram-se cada vez mais populares entre as mulheres afro-brasileiras, pois o preço se torna mais acessível. A própria Gomes (2006) observa que, quando ela usa seu próprio cabelo em seu estado natural ou em tranças, homens brancos e negros se referem a ela como crioula, negra ou negona. Quando ela usa um tecido, os homens a chamam de morena, morena linda ou mulata.

Vale ressaltar que não são todos os países de população negra a erotizar a mulata e que o mulato é genuinamente brasileiro (GABRIELLI, 2006), tendo em vista o histórico de incentivo ao branqueamento da população. Com as mulatas, os homens brancos estariam sublimando sua secular violência contra as mulheres negras, ao mesmo tempo em que a população negra estava ganhando um espaço de representação dentro do universo cultural dominante. A ideia de miscigenação provocava na imaginação dos brancos, simultaneamente, fascinação e repulsa pela mulher negra.

Racismo e sexismo promoveram o ícone da mulher negra servil. Sobre essa imagem, pode-se recorrer ao texto *A sociedade como sistema de significação*, de Lévi-Strauss (2006), segundo o qual somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. Consequentemente, os sentidos sempre mudarão de uma cultura, de uma época para outra. Entretanto, determinadas representações ganham maior visibilidade e passam a ser consideradas como expressão da realidade social. Na sociedade brasileira, os sistemas de classificação que prevalecem são construídas por narrativas hegemônicas, capazes de representar um grupo social em detrimento de outros. O mito da democracia racial dissimula tensões raciais e cria a ilusão de inclusão, silenciando vozes que denunciam a violência real e simbólica e construindo tanto lugares de privilégio quanto de exclusão e discriminação.

4. “País tropical, abençoado por Deus, bonito por natureza”⁵: identidade nacional

País do carnaval, esse talvez seja o principal título atribuído ao Brasil internacionalmente. Além de país do futebol,

⁵ Trecho da canção “País Tropical”, escrita pelo cantor e compositor brasileiro Jorge Ben, em 1969.

o samba caracteriza o país, e ao falar em samba fala-se consequentemente das mulatas, cuja imagem é fortemente atrelada ao estilo musical. Ser um país com estereótipo de destino de turismo sexual acarreta uma série de consequências negativas, como a exploração sexual adulta e infantil, o tráfico de mulheres e crianças para fins de prostituição em outros países e a imagem pejorativa da mulher brasileira.

A imagem do corpo negro, pobre, trabalhador mas *sexy* é uma das ferramentas que as elites usam para atrair milhões de turistas para o país todos os anos, trata-se do viril “negão de tirar o chapéu” e da mulata sensual. De acordo com os estereótipos, a capacidade mental dessas pessoas deixa muito a desejar, mas os corpos são fontes de sensualidade desenfreada e prazer sexual ilimitado.

A mídia ajuda a perpetuar essa estrutura de pensamento coisificado da mulher negra, alavancando-se assim, o turismo nacional e além das belezas naturais existentes no país, utiliza-se as mulheres como recurso de apresentação do imaginário de paraíso tropical fortemente vinculado pelos empresários do turismo, divulgando intensamente a imagem do Brasil como um país de um povo hospitaleiro, simpático, com praias lindas e também com mulheres exuberantes, sobretudo mulatas:

O Imaginário carnavalesco ao qual se associa o Brasil contribui para realçar a beleza sensual de mulheres (no geral mulatas) que expõem sem pudor seus corpos desnudos. Tais imagens se tornam funcionais para os contatos travados na esfera do Turismo, estimulando mesmo o surgimento e o estabelecimento do Turismo sexual em várias regiões do Brasil (BEM, 2005, p. 59).

Kelly Kajihara (2008), ao analisar o material promocional produzido pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)

desde sua criação, em 1966, até os dias atuais, atestou que a entidade contribuiu durante muitos anos na intensificação dos estereótipos do Brasil no exterior, como o carnaval, futebol e a sensualidade da mulher brasileira. Sendo assim, a perpetuação de tais estereótipos reforçou, por exemplo, o interesse dos turistas estrangeiros por sexo fácil no país e pelo consequente incentivo à prostituição adulta e infantil. Além disso, as imagens associadas à sensualidade também geraram consequências sociais, como a depreciação da mulher brasileira que é vista no exterior como “fácil” e provocante.

Durante a década de década de 1970, em meio à ditadura militar, a repressão e censura foram atenuadas pela publicidade turística impregnada das ideias de paraíso e libertinagem, sendo que “o estereótipo já era carregado pela colonização e pelas próprias artes, portanto, a Embratur não se encarregou de tentar mudar essa imagem e sim, reforçá-la” (KAJIHARA, 2008, p. 37).

Por conseguinte, não se pode desconsiderar a questão racial – grupos corporalmente marcados – no contexto do turismo sexual. A busca por grupos diferenciados, muitas vezes, considerados inferiores, permeia a busca de sexo exótico que motiva os deslocamentos turísticos. O imaginário sobre a sexualidade da negra/mulata está atrelado a discursos coloniais de fetichização dessas mulheres.

Na década de 1970, o apresentador Oswaldo Sargentelli apresentava no Brasil seu “shows de mulatas”, que organizava aqui e no exterior. As “mulatas de Sargentelli” não tinham espaço para falar, seus corpos desfilavam na televisão brasileira com roupas minúsculas e com o chamado samba no pé. A expressão do corpo por meio da dança, neste caso específico o samba, acabou por imprimir a esses sujeitos representações estereotipadas baseada no consumo do corpo.

Desde a década de 1990, a mulata “Globeleza” passou a figurar nas vinhetas promocionais do carnaval brasileiro. Em meio a toda a eloquência do carnaval, a Globeleza insiste em representar as mulheres negras como meros objetos sexuais. O que provoca desconforto é a constatação de que a beleza das negras só tem espaço no curto período que antecede o Carnaval.

Existem diversas manifestações populares que fazem parte do imaginário do Carnaval, mas a mulata Globeleza não tem origem na cultura popular, é fruto da imaginação de um designer alemão e reflete a imagem que muitos estrangeiros têm do Brasil. Essa constatação é ainda mais perversa quando levamos em conta que as mulheres negras são a maioria nos trabalhos domésticos, na população carcerária, sofrem as maiores violências obstétricas, são minoria nas universidades públicas, minoria no Parlamento, e maiores vítimas da chamada solidão da mulher negra.

A mulata brasileira é listada ao lado de outros símbolos que constituem a chamada identidade nacional, com base principalmente na mítica “Democracia Racial”, por meio de um ideal de mestiçagem. A partir da análise de Adam Kuper (2002), podemos relacionar como a *cultura* escravista e sua concepção negativa da presença negra forjou a identidade nacional, visando o embranquecimento da sociedade através de uma nova categoria étnica: o mestiço/mulato, cuja incorporação foi uma forma de poder exercido para controle em uma falsa integração.

Considerações finais

A construção da mulata na história brasileira esteve vinculada à violência: senhores brancos impondo-se sexual-

mente à escrava negra. Certamente, na pluralidade das relações, terá havido mulheres negras em busca de ascensão social por meio de casamentos inter-raciais, violações de mulheres brancas por homens negros ou amores verdadeiros entre indivíduos de ambos os grupos, porém, é necessário lançar o olhar sob a condição estrutural no escravismo que traz embutida a violência mencionada. “Mulheres brancas eram para casar, mulheres negras para trabalhar e mulatas para copular” (FREYRE, 2006). Fruto dessa violência, a mulata passou a significar para alguns intelectuais da virada do século XIX para o XX o símbolo de um pecado, que carregava consigo em sua sensualidade deletéria.

A relação sexual com um escravo certamente era muito mais prazerosa para o dono de escravos do que a relação sexual com a esposa, isso é fácil de explicar sabendo das relações de poder envolvidas e a distância entre sexo, moral e sentimentos. A mulher mulata que gira os quadris e o homem negro com o membro negro sexual anormal não deve provocar orgulho em ninguém, essas caracterizações e as palavras de natureza sexual reduzem homens e mulheres negros a objetos sexuais na imaginação social, deixando-os onde foram colocados na escravidão entre os excluídos e os inferiores. Infelizmente, o Carnaval brasileiro – sem negar sua importância cultural – também auxilia a reduzir mulheres mulatas às curvas proeminentes e a conotação sexual de sua cor.

Para ter certeza de que essa conotação sexual de que o negro é vítima é de fato uma máquina de exclusão basta notar que o poder, a parte da sociedade que tem todos os seus direitos garantidos e a elite, são dominados por indivíduos a quem não são atribuídos nenhuma conotação sexual. O poder, os direitos e a elite são para pessoas que possuem o conhecimento superior, a intelectualidade e as ciências que

compõem a sociedade em qualquer parte do mundo. A cultura negra é reduzida à colaboração cultural, entretenimento, diversão e lucro; patrimônio cultural manipulado e utilizado para o gosto consumista e capitalista, ou seja, produto não caracterizado nas mãos do poder.

Conclui-se, assim, reiterando a importância de discutir esse imaginário, advindo do processo de colonização e que estrutura os discursos midiáticos, acadêmicos e sociais, constituindo uma deficiência no exercício de múltiplas visões de mundo e de novas realidades que não mais desumanizem a população negra.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BEM, Arim Soares do. **A Dialética do Turismo Sexual**. Campinas: Papi-rus, 2005. DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006. GABRIELLI, Cassiana Panissa. **Das “vergonhas” descritas por Caminha, ao turismo sexual: o uso de imagens femininas atreladas ao desenvolvimento turístico do Brasil**. 2006. 103f. Dissertação (Mestrado). Ilhéus, 2006. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao_cassiana_panissa.pdf.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014. GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.) **O lugar da mulher: Estudos sobre a Condição Feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 87-104.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. HOOKS, bell. **Alisando nosso cabelo**. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y artista de Cuba, jan-fev. 1995. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Disponível em: <http://www.criola.org.br/mais/bell%20hooks%20-%20Alisando%20nosso%20cabelo.pdf>.

KAJIHARA, Kelly. **A imagem do Brasil no exterior**: análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/viewFile/5777/4489>.

KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos**. Bauru: EDUSC, 2002. LÉVI-STRAUSS, Claude. A sociedade como sistema de significação. In: RODRIGUES, José Carlos. (Org.) **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 9-49.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Mulher negra, homem branco**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WERNECK, Jurema. **O Samba Segundo as lalodês**: mulheres negras e a cultura midiática. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Tese de doutorado (Comunicação). Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=10.

Apontamentos para uma proposta pedagógica subversiva e decolonial em Judith Butler

Miquelly Pastana Tito Sanches¹

Rômulo Cambraia Ribeiro²

Alexandre Adalberto Pereira³

Resumo: Este estudo tem por objetivo identificar na obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” de Judith Butler (2017) aspectos conceituais de uma decolonialidade de gênero em uma perspectiva pedagógica. Inferimos que Butler (2017) propõe uma ação, que compreendemos ser bastante pedagógica, que consiste na subversão da opressão de forma radical e revolucionária que se fundamenta na libertação do paternalismo a partir das estruturas normativas que sustentam a submissão de corpos e mentes. Compreendemos que a colonização se tratou de um momento histórico moderno, um movimento epistemológico intolerante e uma economia parasitária, que pautou pela enunciação de um código normativo universal e densamente repressivo e com raízes profundas na regulação moral das organizações sociais de gênero e de sexualidade dos povos colonizados, sob a ótica do patriarcado. Resultando na consolidação de processos de desumanização, primitivização, hierarquização e dicotomização do outro colonizado. Este é um estudo de cunho bibliográfico que percorre os sentidos culturais do conceito de gênero e de decolonialidade de modo a estabelecer um vínculo entre esses dois movimentos teóricos. Conclui-se que de acordo com Butler (2017), há dimensões que apre-

¹ Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá. Email: miquellytito@yahoo.com.br

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá. Email: romulocambraia@gmail.com

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá . Email: pereiraxnd@gmail.com

sentam sentidos decoloniais, bem como uma proposta pedagógica de que chamamos de Pedagogia Subversiva Decolonial.

Palavras-chave: Decolonialidade; Educação; Gênero.

Introdução

O presente artigo tem origem nos seminários ocorridos na disciplina Pensamento Educacional Brasileiro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP) e nas discussões sobre gênero do Grupo de Estudos Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais no qual atuamos como mediadores nas atividades desenvolvidas na linha Educação, Decolonialidade e Diferença. As discussões características do grupo de estudo foram complementadas com os debates da disciplina ampliando nosso olhar para as discussões acerca de hegemonia e contra hegemonia no cenário educacional brasileiro, que em geral são concepções atreladas à visão e atuação dos indivíduos em sociedade.

De forma semelhante, dois novos termos, colonialidade e decolonialidade, emergem dessas discussões, termos estes que despertaram-nos curiosidade para fontes cruciais para a compreensão de temas e sujeitos invisibilizados pelas relações de poder ao longo da história. Dentre estes, destacamos o gênero por ser esta categoria social o elo objeto de nossas pesquisas.

Sob o recorte das elucubrações desenvolvidas no processo da pesquisa, destacamos a contra hegemonia, ação que visa eclodir com a hegemonia – engrenagem de poder que tem docilizado os indivíduos aos interesses das classes dominantes. Desse modo, o conceito de gênero é compreendido como sendo uma construção da modernidade colo-

nial e sempre esteve ligado aos interesses de um processo hegemônico de exclusão, definindo lugares e impondo o binarismo (homem/mulher) como papéis inteligíveis, estáveis, imutáveis, intransponíveis e oficiais desempenhados socialmente.

Os estudos decoloniais, por sua vez, ao buscarem explicar os processos de formação das mentalidades – colonização epistêmica –, no ocidente colonizado pelas forças ideológicas e econômicas da metrópole colonial, vêm se empenhando na denúncia de como, por quais interesses ou a quem serve esse processo. Para isto, aponta origem e consequências sob o efeito de uma modernidade ideológica, que nada se desprende da colônia. Em vista disso, o cenário educacional é de muitos embates e de transformação.

Esses estudos se manifestam publicamente contra os discursos e práticas coloniais hierárquicas que, ao negarem qualquer tipo de diversidade, tendem, desse modo, à homogeneização. Portanto, é necessário o esforço para fragilizar e desconstruir o pensamento colonial, eurocêntrico, elitista e burguês de formação que sempre viu o corpo, o gênero, como algo estável e determinado pela lógica do capital; esta também uma tarefa da educação. Para tanto, temos como objetivo deste artigo identificar se na obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” a autora Judith Butler (2017) apresenta uma possível abordagem decolonial de gênero para um viés pedagógico.

Assim, se faz necessário percorrer o discurso posto como oficial de gênero até que se chegue a uma proposta decolonial subversiva que reposicione as normas sociais em termos de superioridade e inferioridade naturalizadas pelos discursos generificados da modernidade. Outra questão a ser explanada é a de verificar se em Judith Butler é possível

encontrar processos educacionais que abordam a decolonialidade de gênero, de forma a perceber se em sua obra há um referencial para trabalhar o gênero em uma perspectiva pedagógica.

Consideramos os estudos de gênero como indispensáveis à atual conjuntura cultural, não só para comunidade acadêmica e científica, mas para toda a sociedade. Logo, Judith Butler – autora referência nos estudos de gênero – traz em sua obra críticas que revelam como o gênero esteve associado a uma visão hegemônica de mundo, demarcando processos históricos de alienação do feminino (em termos de corpo, prazer, identidade e sociabilidade) por parte de uma estrutura de pensamento patriarcal eurocêntrica. Sua obra chega tardiamente ao Brasil revelando atraso e necessidade, ao passo que nos mostra campos de estudos pouco explorados.

Assim, o presente artigo lança a seguinte problemática: os estudos de Judith Butler apresentam viés de uma decolonialidade de gênero em uma perspectiva pedagógica? Envolver-se em uma análise sobre a obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (BUTLER, 2017) é a finalidade deste artigo, a fim de perceber aspecto pedagógico e decolonial.

Neste sentido, o arremate metodológico é de cunho bibliográfico, de modo a oferecer suporte aos direcionamentos do conjunto analítico. O texto está organizado e dividido em três tópicos: O primeiro intitula-se “Do colonial à decolonialidade: uma introdução às questões de gênero”, no qual abordamos os conceitos de colonialidade, decolonialidade e de gênero, e também apresentamos o gênero enquanto uma matriz decolonial. Já o segundo tópico, “O decolonial como crítica de uma pedagogia hegemônica”, oferece uma leitura hegemônica/colonial para uma educação contra hegemôni-

ca/decolonial. Nele problematizamos e avaliamos a necessidade de uma pedagogia decolonial de gênero, ao passo que pelos estudos de Judith Butler integra-se tal proposta. O terceiro, “Judith Butther e uma possível pedagogia decolonial de gênero”, propõe analisar como o livro da autora é um indicativo para se pensar uma proposta pedagógica decolonial subversiva.

Por fim, pretende-se concluir como Butler apresenta seus estudos, e qual a importância de uma pedagogia decolonial de gênero sob a luz de sua obra. Indicando que a concepção de gênero, termo que norteia corpos e mentes de homens e mulheres, se trata de uma categoria eminentemente política e não um fenômeno natural. Vê-se que o conceito de identidade de gênero, segundo a autora, é conteúdo epistêmico diverso e alternativo cuja a história se dá pelas contingências.

1. Do colonial à decolonialidade: uma perspectiva para as questões de gênero

Os estudos decoloniais, enquanto categoria de análise teórica, começaram a ser desenvolvidos recentemente no universo acadêmico, sendo que data de meados do século passado, sendo encampado sobretudo por universidades latino-americanas. Sua genealogia busca nas vozes, nas memórias e nas histórias dos sujeitos marginalizados e subalternizados pelos processos de exploração e dominação colonial, a reconstrução e o reconhecimento das diversas identidades, valores, visões de mundo e formas de organizações sociais não modernas, bem como os significados culturais, políticos e econômicos escamoteados pelo processo de colonização instituído sob a égide da Modernidade (burguesa, capitalista,

branca, masculina, heterossexual e, sobretudo, europeia). De acordo com João Colares da Mota Neto:

Propomos que o conceito de decolonialidade seja entendido, a despeito de sua diversidade, como um questionamento radical e uma busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos, sobretudo das regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles euro-norte-americanas, nos planos do existir humano, das relações sociais e econômicas, do pensamento e da educação (MOTA NETO, 2016, p. 44).

Deste modo, pensar a decolonialidade é localizar o momento histórico no qual os processos de opressão, em termos de desumanização dos povos colonizados, nos mais variados aspectos da vida – incluindo as visões de mundo, as racionalidades e as organizações sociais e de classe, passando também pela submissão de mentes, corpos e a segregação de desejos. De acordo com Mota Neto (2016), a decolonialidade esquadrinha as possibilidades de retomada da autonomia perdida no processo colonial e só tem sentido se tivermos como meta a compreensão de que a decolonialidade é um processo que se constitui a partir das profundas e traumáticas feridas deixadas pela onda colonizadora, sendo, portanto, um empreendimento crítico antipatriarcal, antiracista, anticapitalista e não colonial.

Partimos do princípio que os estudos decoloniais possuem uma relação com uma perspectiva de educação comprometida com a reflexão crítica e a conscientização, pois de acordo com Freire (2016), uma ordem social injusta é a fonte de intensos processos de violência, dominação e desumanização. Assim, de uma perspectiva transformadora

da sociedade devem emergir mentes conscientes dos processos históricos da opressão – mantidos e regulados pela matriz epistemológica, ontológica, política e econômica que tendem a distorcer o que o autor denomina de “vocação de ser homem” (FREIRE, 2016, p. 62). Dito de outro modo, os processos educativos como construtos históricos, na América Latina e nos países colonizados, cumpriram o papel de reiterar processos de opressão em função da exploração econômica colonial da força de trabalho – operando, com o uso de violência, verdadeiras transgressões da humanidade. O autor continua, afirmando que uma educação conscientizadora

implica, indiscutivelmente, reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inclusão, os inscrevem num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 2016, p. 62).

Sob a perspectiva apontada por Freire (2016), o processo de desumanização implica, necessariamente, em um movimento subversivo de resistência que se orienta como gesto profundamente criativo de inclusão e retomada da hu-

manidade roubada, pois mesmo sendo um processo histórico e um fato concreto de nossas experiências colonizadas, a desumanização não é destino imposto, muro intransponível sob o qual estamos inertes. Sendo assim, podemos instaurar outros sentidos para a forma como lidamos com os processos de opressão na luta pela recuperação do sentido de sermos mais ao nos libertarmos dos opressores – dialeticamente libertando-os do desejo de oprimir.

Em continuidade com essa premissa, Grosfoguel (2010) afirma que não necessariamente as pessoas ocupam, de modo evidente, posições de libertadores pelo simples fato de estarem socialmente do lado dos subalternos, sendo necessário fazer a distinção entre o que ele denomina o “lugar epistêmico” e o “lugar social”. Desse modo, o autor elucida que:

O facto de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistémico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. As perspectivas epistémicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemónico nas relações de poder envolvidas. Não estou a reivindicar um populismo epistémico em que o conhecimento produzido a partir de baixo seja automaticamente um conhecimento epistémico subalterno. O que defendo é o seguinte: todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento. A

neutralidade e a objectividade desinserida e não-situada da egopolítica do conhecimento é um mito ocidental (GROSFOGUEL, 2010, p. 409).

O autor, ao usar a expressão corpo-política do conhecimento que os paradigmas do conhecimento (científico e popular) provêm de uma matriz de pensamento patriarcal, capitalista, moderno e colonial (GROSFOGUEL, 2010) que tendem a ser incorporados como perspectivas universalistas e neutras. Para o autor, devemos admitir que a potência revolucionária dos contributos dos estudos de gênero, dos estudos feministas e dos movimentos de libertação racial e sexual foi mormente responsável pelo questionamento das relações de poder e saber implícitos nos discursos ditos neutros e universais, pois “esses movimentos vieram recordar-nos que falamos sempre a partir de um determinado lugar situado nas estruturas de poder” (GROSFOGUEL, 2010, p. 408). Desse modo, ninguém está fora das estruturas de classificação hierárquica de classe, sexualidade e gênero, ou seja, todos nós somos, a um só tempo, um corpo que fala de uma determinada posição epistêmica e de um determinado lugar político.

Para estabelecer uma compreensão mais precisa do que vem a ser o giro decolonial sentimos a necessidade de incorporar, neste artigo, o pensamento de Mignolo (2006), o qual nos esclarece que

las formas de colonialismo, desde la Segunda guerra mundial, para dar una fecha, son distintas a las formas del colonialismo peninsular en América y del inglés en India. Claro el colonialismo no se define por esos dos casos particulares, sino más bien, por la lógica de la colonialidad que hizo posible y de dió y le da su formas de existencia todavía hoy (MIGNOLO, 2006, p. 15).

A colonialidade, enquanto forma, opera em três diferentes níveis, de acordo com Mignolo (2006). Quais sejam: a colonialidade do poder – caracterizada pelos aspectos econômicos e políticos; a colonialidade do saber – que determina o cariz epistêmico, filosófico e científico; e a colonialidade do ser – que se trata da dimensão do controle da subjetividade e da administração das regras de gênero e sexualidade, tendo como norma os termos da matriz do pensamento colonial em sua estrutura patriarcal, moderna, cristã e capitalista.

Nesse sentido, autores como os que destacamos acima propõem um giro revolucionário denominado decolonialidade ou giro decolonial, que consiste no desprendimento das normas estabelecidas violentamente entre os países colonizados pelo pensamento colonial, normas estas que justificaram *“la retórica da modernidad, el progreso y la gestión ‘democrática’ imperial”* (MIGNOLO, 2006, p. 16). Ainda nesta linha de argumento, o autor nos indica que o giro decolonial não se trata de uma ingênua recuperação do passado pré-colonial, visto que tal movimento é impossível de acontecer. Ademais, o discurso de retorno ao passado se trata, efetivamente, de um argumento fundamentalista, reacionário e conservador. De acordo com Mignolo se pode pensar no passado não em termos de recuperação, *“pero si el pasado se puede ‘reactivar’ no en su pureza originaria (para siempre perdida), sino como pensamiento fronterizo crítico diferencial”* (MIGNOLO, 2006, p. 16).

Neste sentido, não é possível ignorar as contribuições do ocidente moderno, mas também devemos ter em mente a consciência crítica de que tal empreendimento, político, econômico e epistemológico não foi o responsável por solucionar os problemas da humanidade, e em alguns casos até os agravou. Realizou isto sobretudo ao estabelecer uma irredutível norma controladora de corpos, mentes, desejos e

sexualidades subalternas em detrimento de um modelo normativo hegemônico universal de base cristã e ocidental de uma sexualidade reprodutiva. Nesse registro podemos afirmar em linha com Muelle, 2017 que:

“la administración colonial racista de la muerte, puede, y en mi opinión, debe ser analizada en conjunto con la administración misógina, lesbo, trans y homofóbica de la muerte, pues los sistemas raza, género y sexualidad, incorporados socialmente, son producto de operaciones coloniales (MUELLE, 2017, p. 174).

Neste sentido, devemos compreender que a desigualdade material e econômica perpetrada nas colônias, dos quais os impactos vivenciamos até hoje, devem necessariamente ser analisados de modo correlato com outras políticas diferenciais e discriminatórias em temas racistas, misóginos, sexistas, lesbo, trans e homofóbicos. Depreendendo disso, os estudos de Judith Butler (2017) nos impelem a reconhecer a existência de uma colonialidade de gênero marcadora de formas de ser e demarcadora de processos opressivos organizados de modo profundamente sexista, pois, de acordo com ela:

Quando o feminismo buscou estabelecer uma relação integral com as lutas contra a opressão racial e colonialista, tornou-se cada vez mais importante resistir à estratégia epistemológica colonizadora que subordinava diferentes configurações de dominação à rubrica de uma noção transcultural de patriarcado (BUTLER, 2017, p. 72).

O colonial se tratou de um momento histórico moderno, um movimento epistemológico intolerante e uma economia parasitária, que pautou pela enunciação de um código

normativo universal, densamente repressivo e com raízes profundas na regulação moral das organizações sociais de gênero e de sexualidade dos povos colonizados, sob a ótica do patriarcado. Lugones (2014a) afirma que o resultado desse investimento consolidou processos de desumanização, primitivização, hierarquização e dicotomização do “outro” colonizado, sob a lente oblíqua e arbitrária do europeu macho, branco, burguês e cristão que julgava, punia e condenava como bestiais, promíscuas e pecaminosas “as condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas” (LUGONES, 2014a, p. 936).

Tal projeto foi o responsável pelo apagamento de memórias e condutas e visões de mundo não dicotômicas em relação ao gênero e à sexualidade, que entendiam os vínculos humanos como complementares, e não como excludentes. A exemplo disso, Lugones (2014b) nos informa sobre o reconhecimento da importância do papel político de mulheres, homossexuais, lésbicas e gêneros não bipolarizados nas decisões comunitárias e espirituais das sociedades americanas antes da colonização.

Citando estudos detalhados, a autora menciona inclusive o impacto moral enfrentado pelos colonizadores europeus a lidarem, nas terras colonizadas da América, com homossexualidade ritual, relações de gênero não dicotômicos e organizações políticas e econômicas matriarcais, situações que, pela lógica colonial, foram sumariamente racializadas, demonizadas e consideradas pecaminosas.

O esforço colonial cumpriu o papel de, segundo Lugones (2014b), inferiorizar os povos americanos ao ponto de transformar completamente a vida de comunidades inteiras. Tal processo, no que diz respeito às questões de gênero, se tratou de uma total dizimação da ginecracia, que se deu pela

exploração colonial e alienação política dos corpos das mulheres e dos homossexuais. Tal processo de violência abalou as estruturas econômicas, sociais e espirituais americanas – entendemos americana e América como espaço geográfico do qual falamos como latinos. Como sabemos, isto foi seguido da conseqüente fome, generalização epidêmica de doenças europeias e a separação de povos e culturas pelo estímulo de guerras e da escravização.

Na mesma linha de compreensão temos Ferrera-Balquet (2015), que afirma que as concepções de gênero na América Indígena são profundamente diferentes das concepções. Pois dentro de uma matriz não colonizada é possível imaginar diversas experiências corpóreas, eróticas e sexuais pois o ato criador e a cosmovisão dos povos não colonizados da América não possui gênero.

Assim, é imprescindível esclarecer, de modo crítico, as formas pelas quais se construíram as bases ideológicas e históricas em que se assentam o gênero nas concepções atuais e para que (ou para quem) elas servem. Dito de forma mais enfática, essas bases serviram, de modo bastante obscuros, à produção e ao controle capitalista, de maneira que toda e qualquer forma humana que “foge” às regras do binarismo homem/mulher, masculino/feminino, põe em risco sua existência. Isto porque a lógica da produção e do consumo se sustenta nestes padrões, que são eminentemente patriarcais e assentados na ideia de uma heterossexualidade compulsória e reprodutora.

De acordo com Butler (2017) o gênero é responsável pela qualificação dos corpos, ou seja: um embrião humano se humaniza quando o imaginam como homem ou mulher – nessa teia de significações binárias as “imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumano,

em contraposição ao qual o próprio humano estabelece.” (BUTLER, 2017, p. 193-194).

Nesse sentido, os gêneros, os corpos e as sexualidades são delimitações humanas aparentemente neutras, apagadas, sem sentido, universais, sem história e construídas a partir de um “ponto zero”, ou seja, um “ponto de vista que se esconde e, escondendo-se, se coloca para lá de qualquer ponto de vista, ou seja, é o ponto de vista que se representa como não tendo um ponto de vista (GROSGOUEL, 2010, p. 410). Por essa premissa os gêneros desviantes, os prazeres ininteligíveis e os corpos subalternizados são sempre delimitados previamente como locais, diferentes e abjetos.

Essa lógica, conforme Grosfoguel (2010) privilegia um lugar de fala profundamente racializado, generificado e sexualizado que se situa em uma normatividade branca, eurocêntrica e masculina. Sua justificativa está pautada em uma matriz epistêmica do pensamento ocidental que tende a não diferenciar o lócus da enunciação dos discursos tornando-os universais e verdadeiros. Para o autor, a filosofia e as ciências do ocidente responde pela criação do mito de um conhecimento universal e que oculta não somente o lugar desse conhecimento, mas também os sujeitos que falam assim como a natureza do poder colonial.

Atrelado a esta concepção, foi necessário separar os indivíduos não só por gênero, mas também por raça e classe social, com o intuito de melhor administrá-los e dar-lhe significados que não lhe são próprios, mas que neles precisavam ser introjetados para a potência da exploração. Nesse mesmo processo, aqueles e aquelas que resistiam (e resistem) passam por mecanismos abstratos e concretos de enquadramento à ordem normativa colonial dos quais se destacam as punições, as opressões e os silenciamentos; conforme Candau (2012),

esta se trata de uma característica da formação histórica dos povos americanos colonizados, uma vez que

a nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravidão, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade. Os processos de negação do “outro” também se dão no plano das representações e no imaginário social. Neste sentido, o debate multicultural na América Latina coloca-nos diante desses sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam até hoje afirmando suas identidades fortemente na nossa sociedade, mas numa situação de relações de poder assimétricas, de subordinação e acentuada exclusão. (CANDAU, 2012, p. 21-22).

Logo, é principalmente a partir da ascensão do capitalismo que se tem um ordenamento da sociedade do capital para sua garantia, manutenção desumana da produção. Neste sentido, escolas, igrejas e casas de saúde e de detenção foram concebidas como lugares de normatização, docilização, conformação e regulação dos corpos e desejos, bem como a produção e reprodução dos interesses hegemônicos. A partir disso, Lugones (2014a) afirma que as instituições legais têm o papel de construir sentidos para os sujeitos em termos raciais e de gênero.

Argumento semelhante é encontramos em Butler (2017) quando depreende que a lei normativa tem um efeito tanto discursivo quanto generativo, assim de acordo com a autora a lei é “discursiva porque produz a ficção linguística do desejo recalcado para manter sua própria posição como instrumento teleológico” (Butler, 2017, p. 119). Nas palavras da autora, a lei entendida como um discurso universal normativo pode ser entendido como o local cultural e institucional

no qual as diferenças de gênero são produzidas, colocadas como normas e, sobretudo, estabelecem um sentido linear de existência.

Dito de outro modo, a ficção discursiva da linguagem estabelece, em termos de gênero e sexualidade, um caminho unilateral e coerente em termos de corpo, sexo e desejo. Ou seja, em termos biológicos faz a gestão da crença de que, se o corpo possui uma determinada configuração biológica, ele necessariamente se organiza em termos de gênero e desejo de modo pré-discursivo, negando as contingências históricas e culturais que podem marcar outras fronteiras para o sexo, o gênero e a sexualidade.

Certo é que, tratando-se de gênero não estamos falando somente de sexo, muito menos de uma relação que se fecha em aspectos binários do feminino e do masculino, conquanto atribuímos a esta ideia muito mais a ideia de complementariedade que foi esquecida nos processos coloniais. Ademais, de acordo com Butler (2017), sexo e gênero não podem ser pensados em uma redução de sua complexidade a um aspecto pré-discursivo invariável, ou seja, não histórico, pois se tratam, efetivamente, de categorias históricas e, além disso, de posições políticas não neutras.

Argumentando sobre essa inseparabilidade e não neutralidade, a autora afirma que “não há razão para dividir corpos humanos em sexo masculino e feminino, exceto que uma tal divisão é adequada às necessidades econômicas da heterossexualidade, emprestando um lustro naturalista à sua instituição.” (BUTLER, 2017, p. 196).

A autora, desse modo, propõe de antemão uma ação – que compreendemos ser bastante pedagógica – que consiste em uma subversão da opressão de forma radical e revolucionária que se fundamenta na libertação do paternalismo

a partir das estruturas normativas que sustentam a submissão de corpos e mentes – na norma pré-discursiva.

Cabe ainda ressaltar que, tratando-se de educação, percebemos a operação dessa normatização por meio da constante vigilância e adestramento, que se encarregam de atribuir sentidos ideológicos à relação gênero/sexo/corpo, presente na mentalidade social em forma de padrões inteligíveis e imutáveis. Assim, a educação se encarregou de formar culturas generificadas.

Segundo Michael W. Apple:

As escolas [...] não apenas “produzem pessoas”; também “produzem o conhecimento”. São agentes da hegemonia cultural e ideológica – nas palavras de Williams, agentes da tradição seletiva e da “incorporação” cultural. Todavia, como instituições, não são apenas um dos principais agentes da distribuição da cultura efetivamente dominante; entre outras instituições, e aqui algumas das interpretações econômicas podem parecer bastante potentes, ajudam a criar pessoas (com os significados e valores adequados) que não veem outra possibilidade séria ao contexto econômico e cultural existente (APPLE, 2006, p. 40).

Nessa esteira de pensamento, reafirma Maria Lugones (2014a) que o binarismo sexual se torna uma forma paradigmática de compreender, de modo prescritivo, o gênero:

Todavía se asume que el sexo es binario y fácilmente determinable a través de un análisis de factores biológicos. A pesar que estudios médicos y antropológicos sostienen lo contrario, la sociedad presupone un paradigma sexual binario sin ambigüedades en el cual todos los individuos pueden clasificarse prolijamente ya sea como masculinos o femeninos (LUGONES, 2014a, p. 84).

Os excertos acima nos esclarecem como os ditames vão se constituindo acerca do gênero e se naturalizando no complexo empreendimento que é o comportamento humano. As sociedades foram se generificando a partir dos interesses econômicos e superestruturais, assinalando imposições e padrões a serem absorvidos e mantidos por mecanismos de poder. O que antes nunca havia se pensado em certas sociedades, em termos de gênero, após o processo de colonização capitalista europeu torna-se fator preponderante de produção de verdades para a garantia de uma produção econômica.

Como diz a autora em seu trabalho sobre Colonialidade e Gênero:

Como el capitalismo eurocentrado global se constituyó a través de la colonización, esto introdujo diferencias de género donde, anteriormente, no existía ninguna [...]. El sistema opresivo de género que fue impuesto en la sociedad Yoruba llegó a transformar mucho más que la organización de la reproducción. Su argumento nos muestra que el alcance del sistema de género impuesto a través del colonialismo abarca la subordinación de las hembras en todos los aspectos de la vida. Esto nos lleva a ver el análisis del alcance del género en el capitalismo global eurocentrado [...]. Muchas comunidades tribales de Nativos Americanos eran matriarcales, reconocían positivamente tanto a la homosexualidad como al “tercer” género, y entendían al género en términos igualitarios, no en los términos de subordinación que el capitalismo eurocentrado les terminó por imponer [...] el alcance de las diferencias de género era mucho más abarcador y no se basaba en lo biológico. También contraponen a la producción moderna del conocimiento una construcción del conocimiento y un acercamiento al entendimiento de la “realidad” que son ginecéntricos. De esta

manera nos apunta en una dirección de reconocer una construcción “engenerizada” del conocimiento en la modernidad (LUGONES, 2014a, p. 86).

Diante do exposto, depreendemos que os processos de subordinação do gênero possuem uma historicidade no mundo colonial (africano e americano, especificamente) fortemente demarcado pelos anseios modernos/coloniais/capitalistas, com a capacidade, inclusive, de modificar sociedades ginocêntricas, ou seja, organizadas do ponto de vista das mulheres.

Lugones (2014b) afirma ainda que o projeto hegemônico colonial da modernidade foi o responsável pela introdução de uma classificação social hierárquica de toda a população planetária em termos de raça e sexualidade, estabelecendo por meio de dominação uma série relações violentas que legitimaram uma categorização social ordenada em termos de superioridade e inferioridade, tendo como princípio que *“reconocible a la humanidad y las relaciones humanas a través de una ficción, en términos biológicos”* (LUGONES, 2014b, p. 17), desse modo, a autora reitera o fato de que na lógica colonial a humanidade é reconhecida a partir de uma ficção biológica e histórica. Ficção esta que buscou reorganizar as relações sociais das colônias para gerenciar e controlar a divisão social e sexual do trabalho com a finalidade de apropriação do lucro.

Na contramão desse movimento expropriador e hegemônico denominado colonialismo é que se prima por estudos no campo do gênero os quais deem conta de um “giro decolonial”, que seja subversivo com relação à ordem que assenta o gênero “oficial”, “correto” “dimórfico” “dicotômico” e heteronormativo que, por muito tempo, não foi problematizado. Inverter o processo de concepção do que está

socialmente posto, buscar dar visibilidade às margens, fazer submergir as memórias subalternas e tornar as “periferias” em centro das discussões é o que busca a decolonialidade.

Neste sentido, coloca Mota Neto o giro decolonial como um processo contra-hegemônico que estabelece uma mudança radical nas formas como o poder atua, uma vez que:

[...] o conceito de giro decolonial, em sua expressão mais básica, põe no centro do debate a questão da colonização como componente constitutivo da modernidade, e a descolonização como uma quantidade indefinida de estratégias e formas de constatação com vistas a uma mudança radical as formas hegemônicas atuais de poder, ser e conhecer (MOTA NETO, 2016, p. 44).

Assim, a mulher, o/a homossexual, o/a transexual, entre outros sujeitos das diversidades sexuais e de gênero, os quais, em um processo de colonização e dominação, foram subjugados e subalternizados, passam a ocupar o lugar central dos sujeitos que detém o conhecimento, produzem saber e reconstroem a partir de suas narrativas as histórias das nações colonizadas. Sob esse aspecto, pressupõe-se que um dos projetos do pensamento decolonial é decolonizar mentalidades, retomando ou recompondo a sociedade desde outra matriz de pensamento que não seja marcada pela modernidade colonial burguesa eurocêntrica e capitalista. Não se trata de uma nova hegemonia, mas de uma proposta contra-hegemônica que se lança como alternativa de construção de conhecimento que permite o reconhecimento e a valorização dos povos inferiorizados, marginalizados, expropriados de suas próprias raízes culturais, de suas ancestralidades e do direito de conhecimento e de pertencimento de si mesmos.

Esta maneira de lidar com os fatos ensejará a superação, inclusive, dos padrões sociais que se afetam a partir da

concepção binária de gênero, ocasionará um mundo que seja disponível para todos em pé de igualdade e, consequentemente, dará origem a um homem novo e uma nova mulher. Nas palavras de Mota Neto, isto é uma tarefa coletiva e de humanização.

A criação do novo ser, por isso mesmo, implicaria a criação de um novo mundo e uma nova humanidade, utopias que, embora já professadas pela Europa, hipocritamente se limitava aos seus iguais. Trata-se, agora, no contexto do programa de desordem absoluta, de também criar um pensamento novo, um pensamento elaborado por aqueles que sofreram a humilhação colonial e que estão empenhados na descolonização como tarefa vital (MOTA NETO, 2016, p. 58).

Assim, vê-se que tal tarefa pressupõe um objetivo coletivo: o de criar um pensamento novo, capaz de dar explicações à invisibilidade dos que estiveram subjugados as relações de poder originadas pela modernidade colonial burguesa capitalista. Pensar a educação como grande potencial para a criação de um novo homem e uma nova mulher é também falar de uma pedagogia que possibilite dar visibilidade a esse novo pensamento – ao pensamento de uma decolonialidade de gênero.

2. O decolonial como crítica da pedagogia hegemônica

Há um grande esforço ao criar um novo homem, uma nova mulher, um novo pensamento, sendo que Mota Neto (2016) aponta para tal possibilidade como sendo uma tarefa coletiva e organizada. Assim, a pergunta acima move-se para a problematização de haver uma pedagogia predominante,

sob a perspectiva colonial e hegemônica, inculcada politicamente, eurocentrada, classista e burguesa, que tem constituído os diversos espaços formativos do ser humano. Esta certamente não é a pedagogia que falamos, porém, é a que predomina historicamente nos nossos espaços formativos.

Socialmente esta pedagogia, a qual chamaremos de hegemônica e moderna, incumbe-se do esforço permanente de, em primeiro lugar, impedir o fluxo revolucionário das mudanças sociais e culturais e, em segundo lugar, cumpre o papel de inculcar, na mentalidade do oprimido, a mentalidade do opressor (FREIRE, 2016), ou nas palavras de Butler (2017, p. 212) formas de colonização “sintomáticas da ‘mentalidade hétero’, como formas de identificação com a versão do opressor para a identidade do oprimido”. Tal percepção, todavia, a partir de sua historicidade, opõe-se a que queremos tratar adiante.

Em geral, os sujeitos são formados dentro de um sistema hegemônico, cujos espaços pedagógicos (escola, igreja e outros) implicam em relações de poder que lhes impõem uma relação naturalizada de mundo. Segundo Quijano:

Tal como o conhecemos historicamente, à escala social do poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controlo dos seguintes meios de existência social: 1) O trabalho e seus produtos; 2) dependente do anterior, a “natureza” e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (QUIJANO, 2010, pp. 76-77).

Nesse sentido, o poder é uma rede de exploração, dominação e de gerenciamento dos meios sociais. Essa rede de poder se articula nos diversos espaços formativos do ser humano, e isto se dá em caráter coercitivo, cujos padrões tendem a promover a regulação e o controle tanto da produção quando dos aspectos subjetivos. É em vista dessas regulações (que oprimem e subjagam o sujeito em suas diferenças) que falamos, então, em uma pedagogia que surge na decolonialidade, uma decolonialidade de gênero, que em Judith Butler emerge como proposta. Uma pedagogia caracterizada por uma prática de “subversão”. Pedagogia esta que cria nova mentalidade e compreender a história como o gênero foi tratado, e sob quais interesses os sujeitos foram naturalizados e marginalizados por uma relação desigual e patriarcal de poder que tem seu início com os processos de acumulação de capital (TRAGTEMBERG, 2012; Ponce, 2015; Reed, 1980).

Ao nos referirmos ao sentido de “subversão”, destacamos que este conceito está profundamente subordinado ao pensamento decolonial. De acordo com Mota Neto (2016) é uma consideração ética do ser humano que refuta conscientemente os processos históricos de exploração e de subalternização. Sob essa perspectiva o pensamento colonial também se configura como um processo educacional subversivo e crítico que estrutura um outro modelo de sociedade e de humanidade.

Do nosso ponto de vista, a subversão e seu corolário a transgressão se trata de um movimento histórico de resistência e de um lugar, mesmo que em um horizonte utópico, que se instaura a insurgência ativa e consciente contra os controles culturais e sociais normativos, ou seja, o decolonial deve ser compreendido como um pensamento e uma ação, uma teoria e uma prática que subverte as “relações de poder ainda

existentes, como exame acurado das relações centro/periferia e das questões de autoridade, desestabilizando tradições de identidade herdadas” (MOTA NETO, 2016, p. 30).

Assim, o sentido de subversão não possui um significado pejorativo de indisciplina ou desordem ou pois se aproxima muito mais da ideia de ruptura histórica, em razão de que, a “subversão é um conceito teleológico, está ligado a uma utopia, a uma visão de futuro, fruto de uma insatisfação com a realidade social. Ao invés de quererem “destruir” uma sociedade, o que querem os subversores é “reconstruir” a sociedade, segundo novas normas e pautas.” (MOTA NETO, 2016, p. 102).

Nesses termos, uma proposta pedagógica subversiva decolonial requer um esforço por reconstruir a sociedade operando “a partir das fissuras ou das feridas abertas pela colonialidade/modernidade” (MOTA NETO, 2016, p. 322). Desse modo, segundo o autor, uma pedagogia dessas requer um relato fortemente analítico e crítico dos processos históricos da modernidade capitalista colonial/imperial e que testemunhe de modo crítico a opressão, transgredindo as relações de dominação vividas pelos oprimidos.

Nesse sentido, Judith Butler (2017) nos vislumbra com uma proposta pedagógica na sua obra que se coaduna com a ideia de uma pedagogia subversiva apontada por Mota Neto (2016) como sendo essencialmente a de estabelecer uma desordem ao controle das normas culturais de gênero impostas pelo pensamento patriarcal hegemônico, nesse sentido é que Butler é referência à indagação levantada. Embora não se aproprie do termo decolonialidade, seus escritos nos trazem luz a esses conceitos e problematizações. Trata-se, em Butler, de uma pedagogia subversiva que aponta as incoerências dos processos de estabilização dos corpos sexuados

e generificados por meio da imposição violenta de discursos, normas, práticas culturais, repetições e leis que, sendo de base patriarcal, sancionam as performatividades (repetições) de gênero normativas e tornam abjetas as que são subversivas. Partindo de uma perspectiva colonial e hegemônica, vemos que a imposição colonial sobre as questões de gênero alcançaram as nações do globo. Segundo Butler, o gênero esteve (e ainda assim o é) em muitas sociedades, para a autora o gênero é:

[...] a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero (BUTLER, 2017, p. 69).

Desse modo, a fim de compreender uma pedagogia em Butler, consideramos um diálogo sobre a abordagem decolonial em outros autores, estes que, apesar do não uso dos termos colonialidade/decolonialidade apontam para uma interpretação contra-hegemônica de sociedade e que também se aplica em gênero, assim como Souza (2003) e McLaren e Farahmandpur (2002).

Segundo Souza (2013, p. 29), “O conhece-te a ti mesmo” dá início a um processo de “cisão”. Ele é, ao mesmo tempo, um movimento de elevação intelectual e moral – o início do “inventário”. Começa com um confronto interno, uma crítica a si mesmo e à própria concepção de mundo, isto é,

faz necessário um movimento em um viés de estabelecer mudanças frente à hegemonia desenvolvida pela máquina capitalista e o Estado, os que seguem dominando. É uma iniciativa intelectual e moral que são prerrogativas para que o processo seja conclusivo, portanto, significativo. Nesse sentido, a pedagogia para a compreensão do entendimento sobre gênero não pode se fazer sem “O conhece-se te a ti mesmo” ou mesmo sem considerar a colonialidade no âmbito histórico. Na obra a “Pedagogia revolucionária na globalização”, de McLaren e Farahmandpur (2002), os autores revelam a globalização como termo de disfarce das ideias preconizadas pelo sistema imperial. Na opinião dos autores “[...] a globalização representa uma artimanha que camufla as múltiplas operações do imperialismo” (MCLAREN; FARAHMANDPUR, 2002, p. 36). Isto porque o objetivo assumido pelo conceito de globalização está para além da ideia de avanço tecnológico, ou de melhorias que abrangem e/ou alcançam as variadas populações mundiais. As reflexões sobre uma pedagogia revolucionária mostram um exercício a crítica Pós-Moderna, que na concepção dos autores, essa teoria trouxe significativas contribuições para a área da educação, porém, em outros aspectos o pós-modernismo tem apresentado falhas. As contribuições estão no sentido de investigação em vista dos posicionamentos das escolas em participar na produção e reprodução das relações de poder e discursos, saberes, práticas representativas em torno das desigualdades de gênero, racismo e vantagens de classes. As falhas se apresentam por seu turno, no sentido de desenvolver modelos democráticos alternativos, mas que não rompem com a hegemonia econômica e cultural existente.

A cristalização citada por Butler aponta para a prática já denunciada por outros autores decoloniais. A Europa como “centro” universal, ideológico e econômico do mundo mo-

derno/colonial, se esforçou em definir (e ter definidas) formas de organização das sociedades periféricas que perpassam a vida dos indivíduos nas suas relações. Nesse sentido, incluindo as questões como gênero. Esse entendimento, por sua vez, tende, por meio da pedagogia da subversão decolonial de Butler, a busca em problematizar também este eurocentrismo, uma crítica a começar pelas correntes feministas que complementam com os estudos decoloniais na medida em que esses estudos, ao desvelarem as heranças coloniais incluindo as marcas, ou melhor, as cicatrizes deixadas pelos colonizadores, na organização da sociedade colonizada em termos econômicos, culturais, raciais e de gênero.

3. Judith Butler e uma possível pedagogia decolonial de gênero

Judith Butler é uma filósofa estadunidense, considerada uma das principais teóricas da do feminismo e teoria *queer*. Para a autora, a divisão sexo/gênero que por muito tempo apoiou a teoria feminista, é problematizada por Butler, fazendo desta sua principal crítica. Butler desconstrói o conceito de gênero politicamente definido, trazendo as discussões correntes feministas, teóricos e psicanalistas como Freud e Lacan, que ao seu ver reforçam e reproduzem a visão hegemônica do ser. Pode-se dizer que Butler já denunciava na obra, o eurocentrismo presente no conceito de “mulheres” e as representações desses sujeitos em sociabilidade.

Assim, uma possível pedagogia decolonial de gênero é percebida em Butler. Para a autora, o gênero é independente do sexo; logo, assim como o gênero é cultural, o sexo-biológico também o é. Esta relação em que o sexo é trazido ao campo social por Judith Butler marca a possível proposta de

uma pedagogia decolonial de gênero. O gênero em Butler ganha diferentes conceitos, e isto é dinâmico na obra, a fim de fixar e apresentar, a cada ideia hegemônica, uma ideia contra-hegemônica, a qual definimos como sendo uma proposta pedagógica de subversão decolonial. Sobre a construção do gênero, diz Butler (2017) afirma que:

[...] o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, como igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2017, p. 26).

O que significa dizer que o gênero está para além do sexo. O sexo como destino biológico é em Butler excludente na mesma medida em que, o discurso biológico, sendo também um discurso cultural, portanto político, se assenta em uma base normativa. Destaca-se que a genealogia das noções modernas de sexo e gênero possuem uma matriz teórica eurocêntrica baseada em uma normalidade previamente definida em termos biológicos, e isto, segundo a autora, precisa ser desconstruído. Tal construção do gênero em Butler aponta para uma nova práxis, novas formas de perceber o mundo e os indivíduos. Tal práxis pressupõe um esforço coletivo, de transformação, tanto dos discursos quanto das realidades concretas nas quais eles se acomodam.

Desse modo, o presente estudo procura inferir análises de cunho pedagógico nas teorias da referida autora para as questões de gênero, torna-se indispensável percorrer a compreensão de práxis no seu mais completo sentido, uma vez que os estudos sobre gênero procuram romper os paradigmas que regem a sociedade como um todo.

Neste sentido, Vásquez (2007) deixa claro que, para haver transformação no campo estrutural, a ação precisa estar articulada com a intenção, a imaginação e a possibilidade de vir a ser, ou seja, deve ter uma finalidade, um propósito. De acordo com o autor, por exemplo, em um determinado momento da história, se o homem não pensou sobre seus fins e produziu, hegemonicamente, o modelo de sociedade escravista e feudal, atualmente ele planeja seus atos, idealiza uma sociedade sem estratificação social e, assim, luta pela derrocada do capitalismo para que se viva o socialismo (VÁSQUEZ, 2007). Estes são os elementos basilares constituintes da práxis da qual a filosofia de Vásquez se apropria, isto é, uma rede de intenções e métodos para que se alcance determinados fins, inclusive a tentativa de superação de hegemonias através de lutas sociais, intervenções político-partidárias e, sobretudo, engajamento educacional. Uma prática que se propõe a estabelecer a ruptura da ordem social vigente e, assim, democratizar a vida dos sujeitos na coletividade eliminando preconceitos e desigualdades de gênero que tanto subalternizam e inferiorizam indivíduos.

Por este raciocínio, a teoria de gênero em Butler mostra-se como práxis contra-hegemônica desafiadora da atual conjuntura social e que pode se caracterizar como proposta pedagógica decolonial tendo como principal produtor/construtor de novos enunciados, que visem transformações sociais, os próprios sujeitos invisibilizados/subalternizados no processo de dominação e exploração (decolonialidade). Deste modo, afirma a filósofa:

A questão não é permanecer marginal, mas participar de todas as redes de zonas marginais geradas a partir de outros centros disciplinares, as quais, juntas constituam um deslocamento múltiplo dessas autoridades. A complexidade do conceito de

gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre gênero ou dos estudos sobre as mulheres, e de radicalizar a noção de crítica feminista (BUTLER, 2017, p. 12).

Como a própria autora elucida, as concepções de gênero são complexas e atuam conforme os dispositivos de poder, mas devem ser aprovisionadas de problematizações e críticas para superações de determinismos hegemônicos, de práticas binárias e de ativismos despolitizados. “E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.” (BUTLER, 2017, p. 22).

É nesta razão que a subversão (pedagogia em Butler) está alicerçada ao viés da decolonialidade, que ajuda a esclarecer os processos históricos de opressão e de desigualdades e romper com estes. Assim, outro conceito de gênero é em Butler:

[...] Uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais permanentemente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor (BUTLER, 2017, p. 42).

Butler afirma que as identidades de gênero se tratam de um trabalho performativo constante de instituição e abandono e que não obedecem a uma meta predeterminada pois são as práticas reguladoras que instauram um sentimento de estabilidade de gênero. Destaca-se que essas práticas, em

que pese sua insistência na invisibilidade, são em sua essência profundamente opressoras.

Esse movimento que estabiliza a sexualidade dentro de um ideal normativo é, de acordo com a Butler (2017), o que assegura a própria noção de pessoa e que questiona as discontinuidades e as incoerências daqueles e daquelas que não se conformam às normas de gênero culturalmente estabelecidas. O esforço da autora, portanto, centra-se na denúncia desse mecanismo histórico e cultural que instaura o sentimento fictício de normalidade e estabilidade identitária. A esse processo ela denomina de metafísica da substância, isto é, um esforço descontínuo de uma política de vigilância e controle do sexo e do gênero que ao fim e ao cabo é um esquisso arbitrário e “um tanto tosco [que] nos dá uma indicação para compreendermos as razões políticas da visão do gênero como substância” (Butler, 2017, p. 53). O cerne dessa metafísica da substância está na constituição de uma heterossexualidade compulsória, tramada nas fímbrias obscuras de um discurso de normalidade e de naturalidade regulador do gênero em termos de masculino e feminino.

Nesse sentido, Butler (2017) questiona o modo como linguagem hegemônica omite as possibilidades transgressoras e desobedientes de se constituir em termos gênero sugerindo uma libertação dos sujeitos das amarras dessa linguagem de modo a decolonizar a matriz desse pensamento, pois:

A noção de que sexo aparece na linguagem hegemônica como substância, ou, falando metafisicamente, como ser idêntico a si mesmo, é central para cada uma dessas concepções. Essa aparência se realiza mediante um truque performativo da linguagem e/ou do discurso, que oculta o fato de que “ser” um sexo ou um gênero é fundamentalmente possível (BUTLER, 2017, p. 46).

Consequentemente, a substância que Butler afere adentra a vida dos indivíduos, que não percebidos de sua naturalidade opressiva, conduzem suas vidas e as reproduzem por gerações. Com isto, excluem, e à margem permanecem os que não se veem dentro da lógica da metafísica da substância. Um giro: a decolonialidade é um termo recente, mas que tende a romper com esse essencialismo opressor, denunciando sua historicidade e explicando as faces obscuras da sociedade.

De acordo com Butler (2017) a concepção de gênero é um termo que norteia corpos e mentes de homens e mulheres e se trata de uma categoria eminentemente política e não um fenômeno natural – uma substância. Nesse sentido, o conceito de identidade de gênero é conteúdo epistêmico diverso e alternativo cuja a história se dá pelas contingências. Apesar de admitir certa ilusão de estabilidade a autora evidencia que “os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos de uma estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora.” (BUTLER, 2017, p. 235). Desse modo, depreendermos que o conceito de performatividade, termo chave da autora, se trata de uma ação burocratizadora do sexo, do desejo e do gênero – em uma perspectiva normativa – que atua como manufaturas simbólicas que sustentam os discursos sociais, as normas públicas e os desejos privados de homens e mulheres.

Butler (2017) expressa em sua obra que o corpo, sexo e gênero são, efetivamente, categorias culturais, “sendo superfície e cenário de uma inscrição cultural” (Butler, 2017, p. 224) os corpos são inscritos de acontecimentos e impressos de história – marcados por rupturas constantes – nada no corpo é estável, pois “a estabilidade e a coerência, é determinada em

grande parte pelas ordens culturais que sancionam o sujeito e impõe sua diferenciação do abjeto” (Butler, 2017, p. 231).

Desse modo, a autora reivindica que as concepções de gênero, de corpos e de identidades sejam deslocados de um núcleo psicológico originário para uma análise das constituições políticas das noções de sujeito e das relações de poder e de opressão que as instituem. Esse movimento é, do nosso ponto de vista, decolonial e pedagógico ao mesmo tempo pois, busca instaurar um procedimento de crítica à ficção reguladora do prazer, pautada heterossexualidade compulsória – bem como instituir uma prática subversiva de contestação dos mecanismos opressivos de normatização de corpos e de gêneros para além do binarismo masculino e feminino.

Considerações finais

Para recorrer aos estudos de gênero em Butler, no intuito de fazer uma análise na qual propomos a visão pedagógica decolonial em sua obra, foi imprescindível trazer teóricos que corroborassem pensamentos, sobretudo, de decolonialidade e do real significado de práxis. Deste modo, foi possível escrutinar o conteúdo do livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” e verificar que Butler (2017), de fato, nos traz propostas contra-hegemônicas por meio do que denominamos “Pedagogia Subversiva Decolonial”, no qual os conceitos de gênero, propostos pela autora, visam romper com práticas arcaicas e que orientam as vidas dos sujeitos.

Ao abordar gênero, na sociedade, não se pode relacionar somente ao sexo feminino ou masculino, mas sim às múltiplas maneiras de ser e de estar no ambiente da cole-

tividade independente das bases biológicas, pois o sexo e gênero devem ser pensados como categorias sociais e históricas produzidas e reinventadas a partir de uma matriz de pensamento moderno/colonial e eurocêntrico. Logo, por meio da presente pesquisa bibliográfica constatou-se que, para além do que nos inculcou a Europa com seus fundamentos machistas, heteronormativos, patriarcais e brancos, a diversidade de gênero tem sua legitimidade escamoteada e sedimentada pelos pretensos interesses econômicos eurocêntricos burgueses. Neste sentido, possibilitar que emergjam com suas próprias vozes, identidades, memórias e culturas os indivíduos que historicamente foram subjugados, inferiorizados e invisibilizados pelos estratagemas do capitalismo é pôr em prática a práxis da contra hegemonia, ao caminhar para a desconstrução dos preconceitos e dos estereótipos em termos das desigualdades gênero.

Portanto, o presente artigo tem a finalidade de auxiliar e servir como base de debates em congressos e seminários destinados à obtenção de conhecimentos em relação ao estudo em gênero, fazendo com que os mais diversos profissionais, principalmente os que estão na área educacional, busquem atualizações de seus conhecimentos e ajudem na construção de uma sociedade que supere cada vez mais os problemas de preconceitos, exclusão, entre outros, que tanto geram o ódio e a morte de todos aqueles que buscam viver suas diferenças.

Referências

APPLE, Michael Whitman **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

CANDAU, Vera Maria. Sociedade multicultural e educação: Tensões e desafios. In: CANDAU, Vera Maria (Ed.). **Didática crítica intercultural: Aproximações**. Petrópolis: Vozes, 2012, pp. 19-54.

FREIRE, Paulo **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES Maria Paula (Orgs.). **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010, pp. 405-440.

LUGONES, Maria (2014a). Colonialidad y género. **Tábula Rasa**, Bogotá – Colombia, No. 9. Julio-diciembre 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. (pp. 13-42) In: Mignolo Walter. (Org.). **Género y Descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014b.

MCLAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia revolucionária na globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MIGNOLO, Walter. El desprendimiento: Pensamiento crítico y giro descolonial. In: MIGNOLO, Walter. **(Des)Colonialidad del ser y del saber: Videos indígenas e ls limites coloniales de la izquierda en Bolivia**. Buenos Aires: Del Signo.2006, pp. 11-24.

MOTA NETO, João Colares da. **Por uma educação pedagogia decolonial na América Latina: Reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2016

MUELLE, Camila Esguerra. (2017). Cómo hacer necropolíticas en casa: Ideología de género y acuerdos de paz en Colombia. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), (27), 172-198. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.27.10.a>

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Cortez, 2015.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Proposta, 1980.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do Poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES Maria Paula (Orgs.). **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010, pp. 73-116.

SOUZA, Hebert Glauco de. **Contra hegemonia: um conceito em Gramsci?** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2013.

TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: UNESP, 2012.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanches. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Desigualdades raciais no contexto das políticas públicas: discussões emergentes

Ademar Alves dos Santos¹

Resumo: É notória que a base das desigualdades no Brasil é de viés racial, ou seja, perpassa questões atreladas à cor, à raça, à discriminação, ao preconceito e, finalmente, ao racismo. A banalização dessas demandas sociais, de cunho racial, legitima a invisibilidade da população negra em um movimento de cruel exclusão social, o que vem distanciando as políticas públicas de ações afirmativas de seu propósito de existir. Isso porque tais políticas tendem a denunciar e a confirmar o estado de perversa exclusão em que vivem as crianças, jovens e adultos negros nos dias de hoje, mesmo frente às conquistas nas áreas sociais e de educação, havendo muito ainda para se avançar em saúde e trabalho. Assim, a proposta do presente artigo, sustentada pelos princípios da pesquisa qualitativa, é tecer considerações acerca das desigualdades raciais no contexto das políticas públicas, em especial, àquelas consideradas como ações afirmativas, direcionadas especialmente, à educação. O artigo, apresenta, a partir de uma pesquisa básica, de cunho exploratório e de caráter bibliográfico, reflexões que apontam para a necessidade de construção coletiva de uma agenda política com o envolvimento de toda a sociedade brasileira, tendo como fundamentos as demandas sociais de recorte racial. O trabalho fomenta e apresenta discussões ainda pendentes no âmbito da federação, tais como a necessidade de diálogo sobre questões sociais emergentes, como discriminação, preconceito, racismo, violência contra a mulher, violência de gênero, xenofobia, homofobia, dentre outras correlatas. Conclui-se, então, que há emergência na ressignificação das políticas públicas afirmativas, frente a uma realidade social complexa e ainda desigual, além de inflexões dessas temáticas no âmbito das pautas e das ações

¹ Professor da Universidade Federal do Amapá. E-mail: profdrademar.santos@unifap.br

governamentais, focando a análise no processo de formulação, implementação, monitoramento, execução e avaliação dessas políticas ou programas e ações que tenham como objeto de sua atuação as minorias historicamente excluídas.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Desigualdades Raciais; Políticas Públicas; Racismo.

1. Tramas iniciais de uma história invisível: questões veladas

A temática das desigualdades raciais, discutida com maior intensidade no âmbito da academia, tem sido uma preocupação constante dos movimentos sociais, cujas ações são legitimadas a partir do apoio da sociedade brasileira, com reflexos diretos nas políticas governamentais, como, por exemplo, as recentes leis de ações afirmativas, tendo na educação a base fulcral para essas demandas.

São demandas circunscritas e pontuais, que foram potencializadas, principalmente, a partir da Constituição de 1988. Realidade essa que, apesar de suas especificidades, não está restrita à população negra brasileira, isto é, está presente em outras sociedades, vividas e percebidas de formas singulares. Por exemplo, as demandas raciais nos Estados Unidos estão intimamente relacionadas à raça, no caso em questão, pelo simples fato de serem negros. Enquanto o que se vê no Brasil é um racismo social em que, apesar do número de negros e pardos ser superior aos brancos, os negros continuam sendo considerados os mais miseráveis, o que menos estudam e constantemente culpados pelo simples fato de estarem no local e na hora errada. Independente do espaço geográfico e do tempo histórico, o racismo deve ser combatido de todas as formas.

É sabido que no contexto das fortes e acaloradas discussões políticas há o viés racial, que tem sido o mote das desigualdades que abalam os pilares de uma sociedade, em especial a brasileira, que aliada às discussões sobre territorialização e identidade denunciam a complexidade dessas questões sociais. São demandas que retroalimentam o debate por si só e possibilitam que tais discussões se efetivem nos espaços institucionais, em especial, os de ensino, aqui entendidas aquelas tratadas no art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996), vislumbrando-se um certo humanismo que teima fragilizar-se.

É nessa seara, ainda, fruto das intensas discussões acerca das desigualdades sociais ocorridas nas últimas décadas no Brasil, principalmente a partir da redemocratização do país, que tem-se observado, no cenário político nacional, direcionamentos efetivos para a implementação de políticas afirmativas, não apenas como programas governamentais, mas como política de estado.

Entretanto, em relação às políticas afirmativas, não há na esfera governamental unanimidade no trato dessa demanda, sendo que constantemente são noticiados desencontros em sua formulação e, conseqüentemente, na sua operacionalidade, distanciando-as dos anseios de sua representatividade. É fato que tais discussões, como já mencionado, em sua quase totalidade, estão circunscritas aos espaços acadêmicos, o que não atende aos anseios da população negra brasileira.

A realidade política brasileira, nos tempos atuais, tem possibilitado à sociedade civil organizada espaços de diálogos acerca das desigualdades, enquanto ações e propostas governamentais, o que não se via em tempos não tão distantes assim. O viés racial, então, passa a ser uma preocupação de muitos e não mais de poucos e, dessa forma, uma neces-

sidade legitimada pelo interesse do governo, aqui percebida no âmbito da federação, impulsionada pela vigília dos movimentos sociais e pela força subjetiva da Constituição.

A própria Constituição possibilitou e ampliou o debate acerca das questões raciais quando incorporou a criminalização do racismo, em seu art. 5º, XLII, reconhecendo que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” e reconheceu um direito há muito tempo exigido pelos quilombolas, o direito de propriedade, ou seja, a posse de suas terras, conforme previsto em seu art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias. Ainda nessa seara, a Constituição faz constar, em seu art. 215, § 1º, o respeito às manifestações culturais “indígenas e afro-brasileiras”, valorizando e reconhecendo crenças, costumes, culturas e suas especificidades como um todo.

Interessante destacar que existem três importantes leis federais que corroboram para o enfrentamento do preconceito racial, a saber: a Lei Antirracismo (Lei nº 7.716/89), o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10) e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/12). Há que se registrar, ainda, que nos idos dos anos de 1951 já se tinha uma lei federal que tornava contravenção penal a “prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor” (Lei nº 1.390/51).

São conquistas de toda a sociedade, de forma mais específica e empoderada dos movimentos sociais e do Movimento Negro. Na prática, são respostas às demandas sociais de viés racial, que legitimam a luta histórica dos excluídos, reconhecendo e valorizando suas especificidades culturais. Lembrando que demandas sociais aqui são aquelas entendidas como desigualdades raciais, muito arraigadas na pele do povo brasileiro, mesmo que de forma inconsciente.

A partir do processo de redemocratização do país, últimos 30 anos com o advento da promulgação da Constituição de 1988, tem-se visto uma crescente abertura para discussões de toda sorte, em especial, as demandas raciais, nas instituições de ensino superior e no Estado. Governos Estaduais, Municipais e Federal, através de suas plataformas de trabalho, têm se preocupado em ampliar as discussões envolvendo questões raciais, até mesmo em atendimento ao clamor dos movimentos sociais, com especial destaque para o Movimento Negro.

As mudanças sentidas no seio da população e percebidas pelos governos contribuíram para que o Estado se abrisse ao diálogo e, nesse movimento discursivo intenso, de um lado o governo e do outro o povo, culminou no grito das reivindicações por políticas de governo que atendessem as demandas raciais, numa busca sem precedentes para combater as desigualdades raciais brasileiras.

Espaços de interlocução foram conquistados e a presença do Estado se efetiva na condução de novas políticas de valorização da população negra. Nesse sentido, ainda, a literatura tem registrado conquistas importantes e para fins de ilustração da importância desses movimentos sociais, não especificamente relacionados ao movimento negro, mas a partir de suas vozes, destaca-se o dia 20 de novembro, em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil (BRASIL, 2011).

O Dia da Nacional da Consciência Negra é resultante de um clamor que vai além de vontades de grupos organizados, mas da vontade de um povo que está acordando da mordida ideológica secular da qual se liberta, em virtude de uma educação complexa, emancipadora e conscientizadora. Povo esse que denuncia a desigualdade racial e exige dos po-

deres constituídos ações que visem ao combate às práticas do racismo, articulando setores, secretarias e demais órgãos institucionais, da educação à justiça, da saúde ao trabalho, do lazer à terra e, finalmente, dos direitos humanos.

Tem se registrado, nos últimos anos, principalmente no Governo Federal, certa sensibilização às causas diretamente relacionadas às ações afirmativas e o reconhecimento de que as demandas raciais devem ser reparadas por mecanismos financiados, tendo como objeto as políticas e programas de ações afirmativas, bem como a articulação dos diversos setores da administração pública para o fortalecimento de projetos e a efetivação de políticas públicas que tenham como pilares fundantes a promoção da igualdade de oportunidades. É emergente que tais ações não fiquem vinculadas a uma única pasta, o que descaracteriza o que se chama de interlocução entre os diversos setores da administração pública.

2. Tramas conectadas às vias de fato: o perigo mora ao lado

As políticas públicas atuais que estão direcionadas para a população negra em sua formulação têm muito de positivo, mas não se resume apenas a isso. Tais políticas, como tem-se visto, na prática, parte do princípio de que basta apenas reconhecer as demandas raciais, ou seja, a desigualdade racial, em detrimento dos investimentos necessários. Nesse sentido, ainda, os investimentos não consideravam o caráter redistributivo de tais demandas, somando-se às dificuldades de acesso a serviços básicos de saúde e educação, por exemplo.

A igualdade racial vem sendo problematizada no seio das discussões políticas, desconsiderando o todo complexo

dessa demanda, ou seja, as discussões tornam-se inócuas se no centro desse debate as desigualdades raciais não forem pensadas como, por exemplo, a partir da distribuição de renda, o que a distancia ainda mais do clamor dos movimentos sociais.

Ganhos concretos são assinalados pelos governos, principalmente com a institucionalização desse debate e a criação de pastas para a promoção de políticas nesse sentido, apesar da persistente desigualdade social.

A população negra passa a ter visibilidade, tornando-se protagonista de mudanças nas ações governamentais, saindo da mera condição de expectador. Embora a desigualdade social não tenha sido incorporada nas práticas e nas plataformas políticas enquanto plano de estado, há ganhos, como a forte representação do movimento negro no executivo federal, contribuindo, dessa forma, para mostrar ao mundo que o Brasil tem possibilitado a reflexão das chamadas ideologias de identidade, defendidas pelo movimento negro, tais como a afrodescendência, bem como sua articulação entre as pastas e demais governos, no âmbito dos estados e dos municípios.

A título de complemento, o movimento negro aqui considerado é a ação de denúncias da discriminação enquanto um fazer social cruel e do racismo enquanto ideologia. O racismo, então, passa a ser concebido a partir de duas óticas, de um lado a própria discriminação e de outro o preconceito racial. Em outras palavras, fala-se que a discriminação é o próprio racismo, que se manifesta de forma pessoal e distinta, praticado por alguém que, geralmente, quer ser cruel, chegando, às vezes, às vias de fato.

Interessante retomar que, como já tratado, a discriminação no Brasil é tipificada como ilícito penal, passando de

uma contravenção nos anos 1951 para crime imprescritível e inafiançável nos anos 1988. E nesse sentido o racismo, tem naturalizado a condição do negro como sujeito desigual e, não menos trágico, desmascara uma sociedade que se sustenta a partir de categorias distintas de pessoas. Uma parcela da população, nessa ótica, tem acesso à cidadania e, para outra, resta a ausência ou a inércia dos serviços públicos e todas as suas mazelas.

Nesse sentido, tem-se observado no meio acadêmico que as demandas raciais no Brasil ganham espaço de debate e de produção, contribuindo para uma melhor concepção de racismo, a partir de uma visão complexa, menos fragmentada e disjuntiva.

Somam-se à essas demandas de cunho racial a necessidade emergente de implementação de ações e de políticas públicas, bem como o enfrentamento das práticas de discriminação racial, que em seu bojo fundamentam a produção e reprodução da chamada hierarquia social, dificultando o acesso da população negra às oportunidades de trabalho, lazer, saúde e educação. Na prática, o que se vivencia são construtos sociais advindos de uma cultura de base eurocêntrica que dificulta o acesso e o trânsito de oportunidades, ratificando o imenso abismo da desigualdade social que assola o Brasil, em especial às minorias historicamente excluídas.

Nesse aspecto, a sociedade civil organizada tem acompanhado de perto as ações institucionais, fazendo prevalecer espaços de diálogo com a presença do Estado e, sem dúvidas, corroborando para o que se chama aqui de institucionalização das demandas sociais de viés racial na estrutura política brasileira, até então quase nula. Procura-se com isso transcender o cunho apenas repressivo dessas políticas de enfrentamento e de combate ao racismo no Brasil, para

ações, programas e práticas institucionais que perpassem e ressignifiquem as medidas que se fundamentam no reconhecimento valorativo e identitário da população negra. Questão complexa sempre presente na educação, enquanto espaço de formação humana aberto a todas as demandas sociais, em todos os sentidos, sem privilégios ou status, sem militâncias de direita ou esquerda.

A educação como possibilidade. Espaço em que as desigualdades, sejam elas sociais ou raciais, sempre encontraram morada, cujas discussões são sempre democráticas, abertas e singulares, inclusive com a possibilidade de se pensar um currículo escolar que atenda a essas demandas, com respeito à pluralidade racial do povo brasileiro, em observação ao que dispõe a Lei nº 10.639/03 e ao Projeto Político Pedagógico da Escola. Este último, visto como um documento que assume o compromisso de minimizar ou reduzir a evasão escolar e a distorção idade-série dos educandos que fazem parte dos grupos étnico-raciais discriminados, como prevê o Eixo 2, da Educação, do Estatuto da Igualdade Racial e do art. 26A, da LDB (BRASIL, 1996), chamando a comunidade escolar e local para conhecerem suas ações e conteúdos.

O que se comemora, ainda assim com as devidas inconsistências, sejam elas estruturantes ou mal formuladas, são as políticas públicas educacionais elaboradas e aprovadas, que trazem como fundamento o caráter identitário da população negra, previsto no art. 216 da Constituição Federal. Ademais, a implementação de políticas públicas educacionais, a médio e longo prazos, deve fortalecer programas e ações que empoderem e garantam a participação de crianças, jovens e adultos negros de forma efetiva e sustentável nos sistemas de ensino, com foco na sua conclusão com sucesso e na mobilização para o acesso ao ensino superior de qualidade e gratuito.

Outro recorte interessante e que se observa grande avanços, em termos de políticas públicas que contribuem para o bem-estar da população negra brasileira, refere-se, como explicitado logo no início do trabalho, ao acesso à terra, à moradia digna e às atividades produtivas no campo. Estas são fundamentos legais e de fomento às iniciativas de promoção da igualdade racial e de oportunidades para e com todos da população negra brasileira, pensando-se, ainda, em instrumentos de efetivo controle social dessas políticas, no âmbito dos governos Federal, Estaduais e Municipais, considerando as dimensões da formulação, da implementação, do monitoramento e da avaliação dessas políticas públicas.

No Brasil, a LDB, aprovada em dezembro de 1996, vem sofrendo recentes e constantes alterações, em um movimento discursivo que atende ao clamor das instituições e de lobistas de toda a sorte, ora fortalecendo a própria lei da educação, ora desconfigurando-a e distanciando-a dos pilares que a sustentaram e dos quais foram pensados à época de sua aprovação, de seu contexto de entendimento de escola pública gratuita e de qualidade. Dentre essas adequações muito bem-vindas e que direcionam ao debate acerca da desigualdade racial no interior das instituições de ensino, em especial àquelas destinadas à educação básica, destaca-se a Lei nº 10.639/03, que inclui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos das escolas públicas.

Na prática, tem-se uma legislação que impulsiona e possibilita um olhar complexo para a demanda racial nas escolas, que também legitima a vontade e a presença do movimento negro no país. Legislação essa que fomenta uma grande discussão sobre a capacidade que os sistemas de ensino, principalmente os mantidos pelo Estado, têm em supplantar, minimizar ou combater a discriminação que crianças,

jovens e adultos negros estão expostos nessas instituições de ensino por todo o país.

E não se fala apenas do bullying, mas de um processo violento de discriminação que essas crianças, jovens e adultos negros vem sofrendo há décadas nas escolas, que teimam em reproduzir visões preconceituosas sobre a cultura e a identidade negra, além do racismo que sofrem e vem sofrendo de forma violenta, chegando em muitos casos as vias de fato.

Nesse sentido, é salutar (re)pensar e problematizar as políticas públicas educacionais que atualmente estão em vigor, frutos do processo de redemocratização vivido pelo Brasil, a partir de 1988, com a promulgação da Carta Cidadã. Políticas educacionais essas, em especial àquelas que tratam especificamente da demanda racial, decorrentes, até então, de dois pilares disjuntivos. De um lado, políticas que direcionam as práticas pedagógicas para se evitar comportamentos inadequados dos alunos e posturas de alunos consideradas discriminatórias, o que denomina-se de políticas de repressão, em síntese. Do outro lado, políticas educacionais que buscam a valorização e o reconhecimento da identidade negra, como sua gênese e motivo de existir.

A eficácia e eficiência dessas políticas têm sua efetividade comprometida a partir de ações gestoras descompromissadas para com o ensino público, isto é, os atores sociais que estão diretamente atuando nas escolas públicas devem assumir, também, a responsabilidade para o enfrentamento e combate de ações discriminatórias no interior das escolas. Essa responsabilidade não deve e não pode ficar apenas na responsabilidade do professor. Todos são responsáveis pelo processo educativo, numa verdadeira rede de proteção da criança, do jovem e do adulto, sejam eles negros ou não. É a assunção do ensino voltado para a diversidade de seus alunos.

O que se tem percebido é a quase ausência de políticas de formação continuada de amplo alcance para os profissionais de educação que efetivamente estão atuando no interior das escolas brasileiras. Sem formação geral ou específica, tem sido um complicador constante para a efetivação dessas políticas de viés racial, como aqui tem se tratado.

As políticas de formação desses profissionais da educação devem ser realidade em todo país e tratada como política de estado, no sentido de sua continuidade e fluidez nos sistemas de ensino. Dá-se especial destaque para as ações articuladas entre estes sistemas e as diversas pastas institucionais que tratam de questões convergentes com a demanda racial, principalmente aquelas relacionadas ao trabalho, à saúde e aos direitos humanos.

Tais políticas, ainda, devem dar conta de outras demandas mais específicas, por exemplo, a educação intercultural indígena, a diversidade de gênero e a orientação sexual. São tematizações assumidas pela escola em virtude da dinâmica social e da própria institucionalização dessas temáticas, atendendo aos anseios da sociedade que vê na escola um espaço efetivo para esse debate.

3. Tramas perversas e pele de cordeiro: ganhar ou ganhar

A discussão no âmbito da academia acerca das demandas raciais ainda está longe do ideal, ou seja, não tem sido uma constância ou pelo menos está circunscrita aos pesquisadores das áreas de humanas, o que é um sério problema.

Isso porque tais discussões necessitam chegar à sociedade como um todo, já que a mobilização que se tem visto na comunidade política se resume às ações afirmativas. As

universidades, apesar da grande produção acadêmica e científica, não saem de sua zona de conforto, permanecendo nas questões filosóficas ou de fundamentos da educação acerca dessas ações afirmativas, do perfil do egresso cotista e, não menos importante, como essas políticas de ações afirmativas têm sido compreendidas pela gestão de cotas.

Em especial, as demandas sociais de viés racial têm legitimado o discurso de que a qualidade dessas ações governamentais está atrelada aos repasses efetivos de recursos públicos para sua efetiva operacionalidade, em detrimento de uma profunda discussão acerca da população negra que faz jus a essas ações e programas governamentais.

Em relação às políticas afirmativas de maior impacto social, destaca-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), institucionalizado pela Lei nº 11.096/05, que possibilita às instituições de ensino superior a isenção de tributos, desde que se vinculem ao programa. Salienta-se, também, o Fundo de Financiamento Educativo (FIES), que de acordo com a Lei nº 10.260/01 tem como objetivo central financiar os estudos de nível superior de acadêmicos efetivamente matriculados em cursos de instituições de ensino privados em todo o país.

O primeiro, de acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos², atende cerca de 70% dos inscritos com bolsas integrais. Tem especial destaque o Estado do Amapá, em que o número de bolsas ofertadas pelo PROUNI para o primeiro semestre de 2017 não passou dos 580 acadêmicos contemplados, sendo 437 para bolsas integrais e 143 parciais. Já o número de bolsas ofertadas pelo PROUNI para o segundo semestre de 2017 teve um decréscimo significativo, totalizando

² Informação disponível no link <http://dados.gov.br/dataset/mec-prouni>, em 21 out. 2018.

apenas 447 bolsas (373 e 74, bolsas integrais e parciais, respectivamente). Um número muito aquém das necessidades do Estado do Amapá, isso sem entrar no mérito do número de bolsas para aqueles acadêmicos autodeclarados pretos, pardos ou índios e dos demais critérios de elegibilidade do programa.

Isso porque, de acordo com dados estatísticos do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, a categoria raça/cor denuncia forte desigualdade racial no Brasil, considerando aqui apenas o recorte educacional. Ainda de acordo com os dados do IBGE, negros e pardos prevalecem na faixa de menor escolarização quando comparados com os brancos. Outro dado importante, advindo das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs)⁴, denunciam graves discrepâncias entre brancos e negros quando o recorte se refere ao analfabetismo, ao acesso à educação básica e ao ensino superior. Esses dados são importantes para fomentar políticas públicas afirmativas, por exemplo.

O segundo, aqui considerado, tem como ação institucional um perfil racial, isto é, o critério de cor/raça para fins de seleção motiva a participação de jovens e adultos negros nesse programa, bem como contribui para sua permanência nos cursos de graduação. De acordo com dados do próprio MEC⁵, o mesmo tem juros acessíveis, possibilitando o financiamento do curso para os acadêmicos de baixa renda.

Tanto o PROUNI como o FIES, apesar de suas irregularidades conceituais, corroboram para o processo de inclusão

³ Informação disponível no link <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao>, em 23 out. 2018.

⁴ Informação disponível no link <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas>, em 23 out. 2018.

⁵ Informação disponível no link <http://portal.mec.gov.br/component/content>, em 12 out. 2018.

social e de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, ainda muito desigual.

Na iminência de completar duas décadas da efetivação do PROUNI e do FIES como políticas afirmativas de estado, reforçando aos anseios da população negra, tais ações já evidenciam a formação de uma nova geração de negros. Tem-se, assim, uma geração de novos intelectuais negros advinda dessas políticas públicas de ações afirmativas e que não teriam condições de almejar um diploma universitário sem o respaldo e o apoio dessas políticas, principalmente sem as cotas. Até pouco tempo, era uma triste realidade, longe ainda do ideal.

Apesar de raros os casos, é comum a mídia noticiar exemplos de superação de jovens negros formados no contexto das políticas públicas afirmativas, superando prognósticos de fracassos e de uma formação deficitária em virtude de seu percurso formativo. Jovens negros que tiveram acesso e permaneceram nas universidades, com apoio dessas ações e programas governamentais, com respaldo nas políticas afirmativas e, que acima de tudo, permaneceram resistentes, apesar das adversidades, superando a crença determinista de que não entrariam nas estatísticas dos concluintes do ensino médio.

Uma geração de negros que cresceram e se constituíram a partir das dificuldades de suas famílias e, que no seio de muitas dessas famílias, são os primeiros a se formarem em uma instituição de ensino superior. Famílias que enfrentaram e superaram preconceitos, expostos a um racismo que fere e mata, sobrevivendo de subempregos temporários, mas que persistiram e hoje estão vendo filhos e filhas de seus filhos na universidade e na escola pública, ainda com muitas inflexões presentes no contexto da educação pública de qualidade.

Interessante destacar, que as ações afirmativas, assim consideradas os programas governamentais já citados, legitimam e dão visibilidade ao conceito de raça, no sentido de que se há políticas públicas destinadas às cotas, então assume-se, na esfera governamental principalmente, a presença de raças específicas. Uma das críticas às políticas afirmativas se referia à queda que as mesmas poderiam causar no desempenho acadêmico, no âmbito da academia.

Estudos realizados pela Universidade Estadual de Campinas⁶, desmitificam o discurso de que acadêmicos negros cotistas teriam desempenho acadêmico inferior aos brancos. Pelo contrário, a partir dos dados do ENADE do mesmo ano, o estudo aponta que os acadêmicos negros cotistas apresentaram desempenho igual aos demais.

Interessante estudo está sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa *Legislação e Políticas Públicas Educacionais (LEGIS)*⁷, vinculado à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), no período de abril a setembro de 2018, que trata da presença de pensadores negros nas referências adotadas para o desenvolvimento dos Planos de Ensino, Campus Binacional de Oiapoque, em especial no curso de Pedagogia, responsável pela formação de pedagogos compromissados com a educação básica de qualidade e para todos. Os dados têm apontado para a quase ausência de pensadores negros de destaque no desenvolvimento das disciplinas, prevalecendo teóricos brancos e já consagrados, especificamente eurocêntricos.

As narrativas negras, marginalizadas e historicamente excluídas, carecem de espaços em que se respeite seu lugar

⁶ Informação disponível no link http://www.ie.ufrrj.br/images/grupo_cede/publica, em 10 out. 2018.

⁷ Informação disponível no link <http://www2.unifap.br/legis/>, em 18 set. 2018.

de fala, o que ainda tem sido, de forma geral, um anseio da população negra.

O que vem se problematizando no LEGIS é a necessidade urgente de se ampliar as referências, diversificando-as, no sentido de se adotar obras de autores negros para que o debate fortaleça a diversidade e a pluralidade de ideias, preparando e ampliando a formação desses profissionais para exercer, nos espaços escolares ou não, práticas pedagógicas que respeitem o ritmo de aprendizagem dos alunos e os valores fundamentais da condição humana, assim como o repúdio a todas as formas de intolerância.

4. Tramas que se transformam em teias: resistências possíveis

O LEGIS tem apontado, a partir do debate acerca das políticas públicas afirmativas, que há muitas inflexões a serem pensadas, isso porque as desigualdades raciais têm crescido em termos mundiais, o que irradia reflexos em todos os lugares, principalmente via mídias sociais, a exemplos de grandes conflitos entre países pelo mundo todo diariamente acompanhados por milhões de internautas pelo mundo.

Nesse sentido, as discussões sobre racismo tornam-se apenas paradigmáticas, isso porque reforça, em todos os sentidos, a assunção da ideia de raça como um elemento comum da sociedade. O enfrentamento e o combate de práticas discriminatórias e do próprio racismo vai além de uma discussão filosófica, vai além da própria racionalização que direciona, mesmo que de forma paradoxal, para uma ideia de raças.

É emergente a discussão das várias formas de discriminação. Vivencia-se na esfera mundial, principalmente, o

crescimento exponencial das desigualdades raciais, o que impulsiona para um abismo sem fim, sem saída. A mídia tem noticiado e mostrado o crescente aumento dos conflitos sociais pelo mundo, bem como ideias separatistas, às vias de fato.

Na prática, assiste-se a uma guerra simbólica que infelizmente vem alimentando tais desigualdades raciais que culminam e fortalecem o racismo, ideias ultranacionalistas, discursos de ódio, sexismo, xenofobia, homofobia, rivalidades étnicas, intolerância religiosa e outras formas de *Ades*.

Novamente, a questão das demandas raciais, em termos de Brasil, recaem nas ações pedagógicas que acontecem da Educação Básica ao Ensino Superior, a partir de investimentos financeiros que possam aparelhar tais instituições e fomentar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, em um processo de formação mais humanizada e compromissada com o ensino público de qualidade. Haja vista que possibilitaria que crianças, jovens e adultos negros tenham acesso a uma educação de qualidade, que permita, ao longo do percurso formativo, terem condições de pleitearem seus espaços na sociedade.

Nesse contexto, observa-se ao longo de 30 anos, desde a promulgação da atual Constituição, que as demandas raciais foram e são objetos de grandes discussões e de algumas práticas promissoras de combate ao racismo e à discriminação em todos os sentidos.

Às referências bibliográficas (DURHAM, 2003; FRY, 2004; HOFBAUER, 2006; JACCOUD, 2008; LAVALLE, 2003; OSÓRIO, 2004; THEODORO, 2008) foram acrescentadas novas normas reguladoras e outras tantas alteradas, providas do Supremo Tribunal Federal (STF) e, como já reiterado ao longo deste trabalho, ações intersetoriais foram fortalecidas e outras pastas foram criadas na estrutura do governo federal, fortalecendo

e fomentando políticas públicas que não estão à mercê de inflexões, formando uma verdadeira rede de promoção da igualdade racial no Brasil, onde a troca de saberes e experiências poderão ser articuladas para a efetivação dessas ações intersetoriais.

O Brasil assumiu de fato o enfrentamento das práticas discriminatórias e o combate ao racismo, tendo como um de seus pilares a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), legitimada pelos princípios constitucionais vigentes, buscando ressignificar a própria democracia racial presentes na pele do povo brasileiro. Em seu art. 9º, o referido estatuto corrobora para que as ações educacionais possam transpor os muros do silêncio que circundam o racismo, fruto de uma educação alicerçada pelo eurocentrismo, verdadeiro cavalo troiano.

Nesse contexto, tais práticas discriminatórias, fruto das distorções e desigualdades sociais brasileiras, de fato serão reparadas se a articulação desse documento legal estiver em sintonia com as políticas públicas elaboradas e formuladas pelo governo federal e demais entes federativos, em harmonia entre o público e o privado.

A escola, hoje e sempre, deve ser pautada por um Projeto Político Pedagógico que tenha como missão a superação desse eurocentrismo, combatendo todas as formas de hierarquização de culturas e desigualdades estruturais. É no espaço institucional escolar que práticas pedagógicas deverão ser estimuladas para que essa superação do racismo seja um compromisso de todos e para todos e que a superação de todas as formas de discriminação, de racismo e as intolerâncias correlatas possam ser banidas desses espaços.

Isso porque o racismo, como tem-se visto, torna-se um poço sem fundo e de forma cruel anda de mãos dadas com

a pobreza, com a intolerância e, por muito tempo, foi o estopim para o que se chama hoje de branqueamento de um povo, em contrapartida para a solução do problema étnico brasileiro (AMARAL, 1981).

O racismo, o sexismo, a homofobia, a xenofobia, as desigualdades de gênero e tantas outras iniquidades, devem ser objetos de discussão da escola pública, visando o enfrentamento e a superação dessas fragilidades em uma verdadeira luta educacional a favor da democracia, da pluralidade de ideias e dos direitos humanos, como compromisso suplementar ao Plano de Ação de Durban⁸. Demandas essas que se aproximam na crueldade e devem ser rejeitadas na sua totalidade. Concede-se aqui interessante destaque, tendo em vista essa seara e que a escola poderá lançar mão para promover debates acerca dessas demandas sociais, a título de sugestões os seguintes filmes: *Histórias cruzadas* (discriminação, preconceito, racismo), *Preciosa: uma história de esperança* (violência doméstica, preconceito, deficiência), *Intocáveis* (adversidades, amizade), *O jogo da imitação* e *Filadélfia* (preconceito, homossexualidade).

Teias complexas: o discurso pós-colonial

Uma verdadeira educação que se denomine de antirracista fortalece as atividades docentes e o exercício de todos os seus atores em prol de uma educação que não tolera o desrespeito à história da população negra no Brasil, que busca a emancipação de seus educandos e assume o compromisso para o fortalecimento da democracia. Observando-se, ainda, o disposto nos art. 26A e 79B da LDB (BRASIL, 1996),

⁸ Informação disponível no link <http://unesdoc.unesco.org/Ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=126814&set>, em 10 set. 2018.

promove também ações para que o debate de temas, como a violência contra a mulher, por exemplo, e a intolerância, sejam realidade e frequentes numa verdadeira rede de proteção e possibilite a problematização do mito da democracia racial, ainda carente de debates fundamentados.

A democracia racial, aqui tratada a partir dos trabalhos de Freyre (2006), parte do princípio de que a miscigenação não só legitimava a existência de um povo, como também a dotava de positividade. O referido autor defendia a hierarquia das raças. Esse discurso fundamentou outro, o de que a nação brasileira era formada a partir da mestiçagem e o país, então, era o berço da convivência de todas as raças e culturas.

De fato, o processo de branqueamento, como já assinalado, a invisibilidade da população negra e a ideologia da democracia racial impossibilitaram à sociedade brasileira a construção de sua própria história e à população negra, em especial, a formação de sua identidade, renegando-a, encarcerando-a e expondo-a às marras do racismo.

O branqueamento, ainda, motivado pelo movimento de imigração, em especial, a europeia, tem em seu alicerce, historicamente comprovado (HASENBALG, 1979) na união inter-racial, isto é, pessoas de cor mais escura tendem a unir-se com parceiros mais claros. De acordo com Hasenbalg (1979, p. 240), assim “o sistema induz os não-brancos a casarem-se com as pessoas mais claras, de modo a maximizar as chances de mobilidade ascendente da sua prole”.

A preocupação, hoje, não desconsidera, em termos históricos, as consequências advindas, por exemplo, das leis de Jim Crow, nos Estados Unidos, que institucionalizaram a segregação racial naquele país, e nem tão pouco os reflexos diretos do autoritarismo liberal europeu ou, como Stuart Hall denominava, populismo autoritário. A preocupação recai na

capacidade das políticas públicas afirmativas, dentre programas e ações já institucionalizados, em corroborar na construção de uma verdadeira consciência social que seja capaz de superar o abismo que divide e sustenta as desigualdades raciais no Brasil e possibilite uma vida política para todos e com todos.

Referências

AMARAL, Azevedo. **Estado autoritário e realidade nacional**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

BRASIL. **Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951**. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. Brasília: D.O.U., 10/07/1951.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília: D.O.U., 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília: D.O.U., 09/01/1989.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: D.O.U., 20/12/1996.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 13/07/2001.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 10/01/2003.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 14/01/2005.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029,

de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: D.O.U., 21/07/2010.

BRASIL. **Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.** Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Publicação: D.O.U., 11/11/2011.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 30/08/2012.

DURHAM, Eunice. Desigualdade educacional e quotas para negros nas universidades. **Novos Estudos Cebrap**, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais: construindo um país dividido? **Econômica**, v. 6, n. 1, p. 153-161, 2004.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Tradução Patrícia Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o Negro em questão.** São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

JACCOUD, Luciana. "O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial". In: THEODORO, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

LAVALLE, Adrian. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**, n. 59, p. 75-93, 2003.

OSÓRIO, Rafael. **A mobilidade social dos negros brasileiros.** Textos para Discussão, nº 1033. Brasília: Ipea, 2004.

THEODORO, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008.

As diferenças sociais no campo das Artes Cênicas: Discursos e contrariedades

Sophia Padilha Menezes¹

Joan Pujol Tarrés²

Mércia Rejane Rangel Batista³

Resumo: Este artigo pretende analisar a diferença, sobretudo as relações de gênero e sexualidade no campo das artes cênicas. No contexto do campo de pesquisa, quando anunciamos que nossa pesquisa abordaria as diferenças sociais, sobretudo as relações de gênero e sexualidade, espontaneamente, sem ser planejado, tornamo-nos ponte de apoio de desabafo sobre tais questões, também recebemos diversos comentários sobre peças que abordam a diferença, desta forma, a partir deste cenário artístico, seus discursos, *habitus*, capitais culturais e simbólicos, somados aos comentários dos nossos colaboradores da pesquisa, ao denunciar retrocessos e avanços, iremos analisar como a diferença tem sido utilizada no campo das artes cênicas.

Palavras-chave: Artes Cênicas; Diferenças Sociais; Discursos.

Introdução

Este trabalho foi escrito a partir do material etnográfico de pesquisa⁴ recolhido entre 2012 a 2018, quando elaboráva-

¹ Jornalista e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. Email: menezes.sophia@gmail.com

² Prof^o Dr^o de Psicologia Social del Departament de Psicologia Social, Facultat de Psicologia, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. Email: joan.pujol@uab.cat

³ Prof^a Dr^a de Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG), Brasil. Email: mercia.batista1@gmail.com

⁴ Esta pesquisa pode ser conferida no livro *Rompendo Cercas: afetações etnográficas e a desconstrução do gênero a partir do espetáculo*

mos uma análise social sobre as diferenças, utilizando uma peça teatral chamada *Agreste*⁵, para a partir dela, captar, nos espectadores, na equipe, e demais envolvidos, dados quantitativos e qualitativos que nos possibilitassem trazer as diversas categorias dos marcadores sociais para uma análise social.

Em 2017, quando seguíamos o espetáculo *Agreste*, nos deparamos num espaço teatral que era fruto de um projeto de ocupação irregular do terreno da prefeitura de São Paulo. Parte da pesquisa foi realizada neste teatro, situado na área central da cidade de São Paulo, porém periférica. Seu entorno é denominado pelos paulistanos como a “boca do lixo”, a este termo se associam a presença de moradores de rua, prostituição, usuários de drogas etc. Como o terreno do teatro é uma ocupação irregular, preferimos manter o nome do teatro e o nome dos agentes no anonimato, assim que demos outras denominações.

Na primeira parte do trabalho iremos trazer o discurso do fundador deste teatro, a partir de sua fala vamos compreendendo mais sobre o projeto que se tornou um Centro Cultural, e o seu peculiar contexto. Também trazemos os elementos que compõem o cenário, ou seja, apesar de ser um ambiente artístico que em geral se pressupõe ter pessoas

Agreste (MENEZES, 2016), tal estudo também foi ampliado na tese: Quando o território desconstrói o mapa: um encontro entre arte, ciências sociais e comunicação (MENEZES, 2018).

⁵ *Agreste* é uma peça da Companhia Razões Inversas que narra uma espécie de *Romeu e Julieta*, porém o falecimento de Romeu revela um corpo e um gênero que não agrada as convenções sociais, logo passam de um casal bem quisto para o crivo da rejeição e violência, mudando o tom romântico para um fim trágico aonde a viúva é queimada com seu falecido e suposto “marida”. Na parte três deste capítulo é possível conferir mais detalhes.

e práticas menos engessadas pelas convenções sociais, por outro lado se verifica que esse tom libertário faz parte de um *habitus*, uma segunda natureza, que, mesmo inconscientemente, o sujeito incorporou, porque ele (o tom libertário e o discurso da inclusão social) compõe seu capital simbólico e o faz ser pertencido e legitimado, e de certa forma, privilegiado neste campo. Para contrapor essa pretensão discursiva e performática, vamos trazendo as observações e dados socioeconômicos para verificar se o discurso tido como “justo e libertário”, alcança e muda a realidade social.

A parte dois do trabalho se debruça no teor das denúncias registradas e aprofundadas no contexto em que os dados foram recolhidos. No campo de pesquisa, nosso tema de estudo gerou uma pequena roda de conversa em que foram expostos alguns problemas de gênero naquele espaço, e no cenário artístico de um modo geral. Esses elementos foram fundamentais para contrapor a fala do fundador do espaço em questão, pois conforme fomos observando e recolhendo dados se evidenciou que seu discurso não era coerente com o que estava ocorrendo, sobretudo no que se referia à inclusão da diferença.

Trouxemos o teor de algumas denúncias, uma vez que elas nos auxiliam a compreender que, embora o campo das artes possa ser pressuposto como um ambiente menos engessado pelas convenções sociais, esses casos nos farão refletir sobre a apropriação do discurso libertário, da diferença e suas contradições neste ambiente artístico, o que nos levou a refletir que tais discursos funcionam como meio de acúmulos de capitais simbólicos e culturais, e essa característica é uma forma de mascarar a falsa inclusão das diferenças sociais.

Com isso queremos dizer que se somente fossemos considerar o discurso dessas instituições e agentes, possível-

mente afirmaríamos que estão ocorrendo mudanças sociais, porém quando olhamos para as práticas, verificamos que a diferença está presente nos discursos, mas ausente nas práticas, esses elementos podem iludir nossa percepção sobre a realidade se considerarmos somente as falas. Logo, essas denúncias corroboram a incoerência discursiva, por isso são trazidas.

Na parte três deste capítulo se verifica a discussão da roda de conversa sobre as peças que estão abordando as questões da diferença, sobretudo no que se refere ao gênero e à sexualidade. No contexto da pesquisa fomos convidados a assistir alguns espetáculos que tratavam deste tema, e trouxemos as sinopses e as atuações com a observação de que as produções artísticas avançaram no sentido de representação, pois o teor de seriedade e respeito emergiu massivamente para contrapor a forma de usar estereótipos, arquétipos, preconceitos e discriminações para gerar comédias de entretenimento, sendo que, com essa abordagem se aumenta a discriminação e violência.

Além da qualidade da representação ter se elevado, o número de peças que representam a questão aumentaram massivamente por conta do maior número de editais de fomento e incentivo para as companhias teatrais que tinham produções que abordassem tais questões. Embora o tema da diferença tenha ganhado espaço nos palcos, as pessoas diferentes nem sempre estão sendo empregadas por essas companhias. O que gera uma inserção abstrata que limita a concretude das transformações sociais das pessoas que fazem parte das minorias sociais.

Nas considerações finais tratamos de enfatizar a importância de verificar o que ocorre entre o dito e o feito, uma vez que a palavra nem sempre corresponde à realidade. Porém

como somos fortemente influenciados pela concepção iluminista de que o conhecimento salvaria o mundo, nos apresamos em finalizar a pesquisa tendo como base o que foi dito, no entanto, nosso campo de pesquisa é composto por agentes politizados, nos quais seus esforços se envolvem em manter a eloquência, erudição, discursos (como da diferença) sempre na ponta da língua, porém isso não reflete práticas de mudanças sociais, mas investimentos individuais que legitimam seu capital cultural e simbólico legitimando seu grau de importância e influencia no campo artístico, e neste sentido, a diferença, por vezes tem sido manipulada como fins individuais, empresariais, marketeiros e econômicos.

1. Quando o discurso da diferença funciona

Para entender a proposta do espaço citaremos a fala de um dos fundadores do projeto Teatro Box para desenhar o cenário quando estes agentes resolvem manter a ocupação fixa do teatro, o representante do local me explica:

quando acabou o período, a gente falou. 'Oh! A gente não vai mais sair porque tem um teatro pronto lá e a gente vai desenvolver o projeto'. Ai nós tivemos, entre aspas, sorte, porque como nós fizemos o dia-a-dia aqui, plantando grama, fazendo cimento, tudo o mais, fazendo o teatro. A comunidade ficou muito nossa parceira. Então todos os moradores ficaram parceiros nossos. E ai a imprensa gostou muito do nosso projeto, que era uma área totalmente abandonada. E os artistas também gostaram porque a gente estava num momento muito difícil, né? Mas de lá pra cá, não parou, de outubro, mas a inauguração oficial foi em março deste ano (2017). Então, nós ocupamos, todo mundo gostou. Foi incrível! E a gente começou a desenvolver, trazer

peças nossas e peças outras, trazer festival, trazer cinema, trazer tudo. Então, o projeto não objetiva lucro, tudo na parte de fora é gratuito, tudo na parte de dentro é no máximo trinta reais. Meia quinze, morador do entorno paga cinco, morador em situação de rua, ou usuário de droga entra gratuitamente (ipsis verbis).

Mas será que os moradores de rua aparecerão nas nossas estatísticas como público do teatro? O espaço que foi desenvolvido para ser um teatro tomou proporções maiores que agora é visto como um centro cultural, ou seja, todos os dias o local é aberto, fechando após a saída dos espectadores da última peça e/ou evento. Neste local também adotaram medidas para um banheiro unissex, que não se separa por gênero ou sexo, conforme Paco explica:

a gente tem um banheiro, e numa escala micro, desenvolve uma política que a gente acha ideal de mundo e a gente desenvolve numa escala micro. Então é um banheiro sem divisão de sexo, nem de gênero, da qual a gente se preparou para mediar conflito, recebemos muitas pessoas em quatro meses e não mediamos um conflito (ipsis verbis).

Se por um lado se tem o discurso que:

a gente fez um espaço para mediar conflito. Pra que o pobre fique com o rico, o rico com o pobre. Aqui a gente não seleciona. E a gente faz de tudo para que nossas ações não transforme aqui em um espaço elitizado. Numa nova Vila Madalena. Aqui é chão e é chão mesmo. Então, a gente quer que o rico venha, que fique com o pobre. Que fica com o usuário de droga, e que fica com gay, que fica com mulher, e... enfim. É um espaço de convivência múltipla (ipsis verbis).

Por outro, alcançamos uma estatística em que a classe de baixo ou nenhum poder aquisitivo não aparece, nem o morador de rua, nem os agêneros, bigêneros, transgêneros, travestis, transexuais. Para sintetizar, os colaboradores da pesquisa e frequentadores do Teatro Box, têm em sua maioria, cerca de 30 a 39 anos, são solteiros, universitários, e pós-graduados, empregados em tempo integral, com uma renda/classe de R\$ 5.201,00 a R\$ 7.800,00, predominantemente da raça branca e heterossexual.

Portanto, os moradores de rua não frequentam o local, contrariando o discurso do representante que nos ofereceu uma fala que consideramos institucionalizada, uma vez que na nossa análise, esse discurso não alcançou a realidade. Além disso, muito embora se tenha um banheiro unissex, no período em que realizamos a pesquisa, nenhum interlocutor se identificou como bigênero, agênero, transgênero, travesti, ou transexual, neste cenário o agente não teve motivos para mediar os conflitos que, geralmente, envolvem essa questão.

A construção de um banheiro unissex é uma escolha eficaz, uma vez que se economiza nos custos da construção, ademais, se otimiza o tamanho do espaço, e se aproveita para fazer marketing social, contudo, a pesquisa aponta que o público que demanda esse banheiro unissex não está ali inserido, talvez isso explique o motivo de não ter registrado nenhum conflito, conforme o representante do Teatro Box informou.

Embora o entorno do teatro seja considerado como periférico, a pesquisa identificou que os frequentadores do teatro não têm dados socioeconômicos que refletem a realidade do entorno, logo, este espaço cultural é uma bolha elitizada inserida dentro da margem, compondo uma imagem de disparidade social, ou seja, um gueto artístico e cultural

dentro da periferia, e a qual não se relaciona com a realidade local, com raras exceções que, muito embora, o discurso institucionalizante possa tentar nos convencer de que se insere a localidade, essa inserção é problemática, pois imprime aqueles que estão a margem uma moralidade própria para poder serem incorporados.

Esse mecanismo gera divisões, fronteiras, diferenças, discriminação e até violência, ao invés de inclusão, aprofundam o fosso das diferenças. Ademais, considerando o discurso de inclusão social, que na realidade promovem exclusão, poderíamos dizer que esta inserção pode ser denominada como uma inclusão que é no mínimo perversa, logo este discurso de inclusão funciona para quê e quem?

É importante salientar que o ambiente do teatro é um local que aparentemente aspira liberdade, criatividade, conhecimento, expansão, porém, antes é preciso compreender e verificar os valores negociados e legitimados neste âmbito. Qualquer um é livre para ir aonde bem entender, mas para ser visto, reconhecido e legitimado, algumas características que vão da roupa, ao estilo do cabelo, discursos, formações acadêmicas, atuações profissionais, redes que esses sujeitos circulam, entre outras coisas que nossa imaginação talvez não alcance, são moedas que determinam o seu lugar de importância neste cenário.

O que se quer dizer é que o espaço do teatro é uma forma ou moldura que imprime um *habitus*, ou seja, o sujeito se apropria de uma segunda natureza, incorporando tendências, modos, gostos, estilos, gestos, discursos, valores apreendidos socialmente de acordo com o meio em que se vive (BOURDIEU, 2007). Esse ambiente e sociabilidade imprimem os valores próprios e necessários para ali serem perseguidos, esses elementos atravessam nossos colaboradores da pesquisa.

Neste sentido, a erudição e o discurso libertário são moedas desse meio social, deste modo, o sujeito que necessite ser pertencido e legitimado neste espaço não poupa esforços para investir na construção dessa segunda natureza que permeia aspectos desde a roupa que se usa até os gestos, palavras entre outras peculiaridades são investidas para legitimar o pertencimento deste indivíduo neste cenário artístico. Essa moldura imprime a aparência de erudito, livre, expansivo e libertário que nem sempre são coerentes com as atitudes dos agentes. As denúncias descritas no próximo tópico nos levam a essa contrariedade.

Considerando que o espaço do teatro é um local carregado por capitais culturais, simbólicos, culturais, econômicos, sociais. Sendo que, o capital simbólico refere-se à honra e a constituição de prestígios percebidos, reconhecidos e legitimados dos diversos capitais, como por exemplo, o capital cultural que estabelece a cultura, os gostos, o acúmulo de informações, (da cultura de elite e até o discurso da diferença), a aprendizagem, a formação intelectual, expressões orais, diplomas, livros, em suma, o berço cultural do qual o agente é oriundo (BOURDIEU, 2007).

Já o capital social se refere ao poder de pertencer a determinado grupo e ter certos contatos, ou seja, pertencer a uma rede que por si só atribui ao sujeito legitimidade, poder e *status*, por sua vez, o capital econômico se refere aos bens materiais, como dinheiro, propriedades, terras, entre outros. Todo esse conjunto torna-se moeda numa sociedade dividida por classes, e que tais capitais acentuam as diferenças sociais (BOURDIEU, 2007).

Neste sentido, os agentes que pleiteiam prestígio e importância neste ambiente necessitam mostrar uma aparência que incorpora esses valores, e o discurso libertário, a erudi-

ção e até o discurso da diferença foram apropriados pelos agentes como moedas, porém, como diz Maffesoli (1988), se queremos saber o que emerge dessa sociabilidade é preciso não somente ouvir os discursos, mas sentir os odores sociais, o que têm por baixo das aparências, uma vez que vivemos numa contemporaneidade em que os agentes incorporam papéis e performances.

Neste contexto é preciso olhar para além dos discursos e performances, mas verificar os comportamentos, observar o ambiente e captar dados, não somente os socioeconômicos, mas também se atentar, por exemplo, para as denúncias e o conteúdo delas, contrapondo os discursos com as práticas para compreender como a diferença tem sido manipulada.

2. As denúncias de abuso e mau uso do discurso libertário

No momento em que distribuímos a ficha para recolher os dados socioeconômicos dos frequentadores, uma moça que posteriormente nos revelou ser atriz, veio até nós para saber mais sobre o que era a pesquisa. Após ela ser informada que uma das questões que iríamos analisar era as relações de gênero, essa moça estendeu a conversa e nos revelou que estava percebendo certo machismo no cenário artista e nos disse que o espaço, Teatro Box, estava sendo ocupado por peças predominantemente de homens em detrimento a peças que eram compostas mais por mulheres.

Naquela ocasião essa fala correspondia com o que estava acontecendo, uma vez que a peça em cartaz, embora tenha como tema as relações de gênero e sexualidade, ainda assim ela era composta por três homens, na qual, um integrante estava afastado, e a equipe técnica e o autor também

eram compostos só por homens. Nesse cenário se compõe claramente uma relação de gênero. Isso nos revela que embora o tema da peça seja a diferença, ela é usada como uma abstração que não se efetiva na parte empregatícia da formação da equipe, ou seja, falamos sobre um tema importante, mas não temos práticas de inclusão, o que nos induz que a diferença se inclui somente de forma discursiva e, neste sentido, as transformações rumo a igualdade de gênero são limitantes e esse argumento se estende para outros marcadores sociais da diferença.

Para além do gênero, verificou-se que na companhia que estava com a peça em cartaz e também na equipe que fundou o Teatro Box, todos os integrantes são identificados da cor branca, ou seja, demonstram também uma relação desigual no que se refere à raça. Como falamos anteriormente, também não houve a presença de bigênero, agênero, travestis ou transgêneros, entre outras minorias ausentes na composição empregatícia das companhias e também como frequentadores.

Registramos a denúncia de que o espaço cênico era ocupado por companhias e elencos em que predominantemente era composto por homens. Contudo, a roda de conversa se estendeu e alguns colaboradores também observaram que não era uma questão daquele local, mas que se estava observando certo machismo nas artes, que, de acordo com eles, esta mais visível atualmente por conta das pautas do feminismo e das relações de gênero.

O efeito dessas denúncias nos levou a esfera virtual que é um canal em que se encontra espaço para publicar, desabafar, divulgar casos de machismo no campo das artes, e como se vê na publicação, sob o título “Machismo nas artes”, de Luiza Romão, poeta e atriz, no site da Fundação Perseu Abramo, esta diz:

Ao longo dos últimos anos, temos acompanhado diversos debates e ações sobre a opressão de gênero nos espaços público e privado. Não nos cabe aqui fazer uma retrospectiva histórica da militância feminista nas últimas décadas, mas sim, optar por um recorte específico, até agora pouco considerado. Tentaremos apontar como o assédio opera no campo artístico, em específico, no meio teatral, levando em consideração recentes denúncias de abuso (ROMÃO, 2017).

A emergência dessas denúncias que se expandiram na internet fez com que os movimentos sociais e artistas se encorajassem a registrar as denúncias dos abusos vividos no ambiente de formação artística e também de trabalho. Um caso emblemático foi o relato de Heloisa Cardoso, uma artista-educadora e diretora. Na ocasião da denúncia, a vítima estava com vinte e cinco anos e acusou um dramaturgo paulista de ter sido abusivo com ela.

Cardoso não divulgou o nome do acusado, porém a mídia apontou que essa pessoa se chamava Cássio Pires. De acordo com Cardoso, eles viveram um relacionamento abusivo por seis anos. Este caso foi registrado numa página do Facebook chamado Contra o Machismo nas Artes via um vídeo gravado na plataforma do Youtube. Neste, ela revela os detalhes que configuram os abusos psicológicos praticados por este dramaturgo que também é professor, autor e diretor de obras significativas no campo das artes. Este vídeo produziu uma onda de encorajamento por parte das vítimas que começaram a registrar seus abusos, nos quais este mesmo acusado aparece também como abusador de outras mulheres.

Vale a pena nos debruçarmos ao menos a um relato, neste caso resumiremos alguns pontos da gravação de He-

loisa Cardoso. Quando esta tinha apenas dezessete anos, seu professor, Pires, flertava com ela, passados dois anos, eles haviam oficializado a relação afetiva-sexual. Nesta ocasião, Pires também a revela que era casado, no entanto, ele dizia que era um casamento aberto. A partir dessa revelação as coisas ficaram mais complicadas. O acusado alimentava a esperança de que ia se separar da mulher e Heloisa acreditava que um dia ele viria a assumi-la, no entanto isso nunca ocorreu. Com baixa autoestima, negligenciada e tomando antidepressivos, no final de 2012, Heloisa resolve por um fim na relação, o acusado reage com palavras grosseiras e a responsabiliza pelo término. Além disso, Pires simulou uma doença grave e uma despedida suicida, no entanto, ele estava de férias com a esposa e seus filhos. Embora não se tenha relatado violências físicas, Heloisa abriu um processo contra o dramaturgo por contas das violências psicológicas, como a vítima aponta:

durante seis anos ele abusou de poder, fez mal uso do discurso libertário sobre o amor, destruiu minha autoestima, me culpabilizou, tirou vantagem da minha dependência emocional, fez terror psicológico, foi irresponsável, mentiu, manipulou e tentou destruir minha sanidade mental. Isso também é abuso (CARDOSO, 2017).

Este vídeo pode ser conferido na íntegra na página do Facebook Contra o Machismo nas Artes, neste espaço também se verificam diversas denúncias, o espaço também disponibiliza informações para as vítimas saberem identificar os relacionamentos abusivos, além de outras formas de violência referentes às questões de gênero, sobretudo no campo artístico, o canal também informa que este mesmo acusado foi denunciado por outras três mulheres.

Outro caso relatado pela roda de conversa em campo de pesquisa foi o assédio sexual causado pelo ator José Mayer em abril de 2017, cuja vítima foi uma figurinista da Rede Globo. Este caso foi amplamente comentando depois que a vítima desabafou o caso em um blog do Jornal Folha de São Paulo.

A vítima revela que o ator começou a elogiá-la constantemente e posteriormente esses adjetivos tornaram termos impróprios e de caráter sexual o que a fez se sentir envergonhada por meses. Até que em fevereiro, o ator chegou a tocar suas partes íntimas se o consentimento da figurinista. Neste contexto, a figurinista começou a evitar o ator, que se sentiu rejeitado e por este motivo a insultou, a partir disso a figurinista resolveu informar o acontecimento ao Departamento de Recursos Humanos da emissora, que se responsabilizou em tomar as resoluções necessárias, diante da gravidade do caso.

Um grupo de colaboradores, funcionários e executivos da Rede Globo reagiram elaborando um protesto contra o assédio sexual. Muitas atrizes adotaram as camisetas com frases “mexeu com uma, mexeu com todas”, contando ainda com a “hashtag#chegadeassedio”, muitas fotos foram registradas e amplamente divulgadas nas redes sociais com as atrizes Drica Moraes, Luisa Arraes, Tainá Müller, Cissa Guimarães, Astrid Fontenelle e Alice Wegmann que pousaram com a camiseta no ato de protesto.

Diante disso a emissora se viu na obrigação de agir, assim que decidiu suspender Mayer das futuras produções da Globo, por tempo indeterminado, lamentou o ocorrido e pediu desculpas a funcionária Susllen Tonani. O ator, por sua vez, reconheceu que estava errado e fez a publicação de uma carta admitindo o fato:

Eu errei. Errei no que fiz, no que falei, e no que pensava. A atitude correta é pedir desculpas. Mas isso só não basta. É preciso um reconhecimento público que faço agora. Mesmo não tendo tido a intenção de ofender, agredir ou desrespeitar, admito que minhas brincadeiras de cunho machista ultrapassaram os limites do respeito com que devo tratar minhas colegas. Sou responsável pelo que faço. Tenho amigas, tenho mulher e filha, e asseguro que de forma alguma tenho a intenção de tratar qualquer mulher com desrespeito; não me sinto superior a ninguém, não sou. Tristemente, sou sim fruto de uma geração que aprendeu, erradamente, que atitudes machistas, invasivas e abusivas podem ser disfarçadas de brincadeiras ou piadas. Não podem. Não são. Aprendi nos últimos dias o que levei 60 anos sem aprender. O mundo mudou. E isso é bom. Eu preciso e quero mudar junto com ele. Este é o meu exercício. Este é o meu compromisso. Isso é o que eu aprendi. A única coisa que posso pedir a Susllen, às minhas colegas e a toda a sociedade é o entendimento deste meu movimento de mudança. Espero que este meu reconhecimento público sirva para alertar a tantas pessoas da mesma geração que eu, aos que pensavam da mesma forma que eu, aos que agiam da mesma forma que eu, que os leve a refletir e os incentive também a mudar. Eu estou vivendo a dolorosa necessidade desta mudança. Dolorosa, mas necessária. O que posso assegurar é que o José Mayer, homem, ator, pai, filho, marido, colega que surge hoje é, sem dúvida, muito melhor (MAYER, 2017).

Consideramos esta transcrição direta importante, uma vez que nela se observa a expressão: “eu estou vivendo a dolorosa necessidade desta mudança. Dolorosa, mas necessária”. Esta frase foi trazida para a análise das denúncias, pois

ficou a pergunta: Será que dói tanto deixar de ser machista? Quanto será que dói ser constrangida por elogios e depois por palavras de cunho sexual, e ainda ter seu corpo tocado sem seu próprio consentimento, e ainda insultada?

Ao analisarmos a reportagem, o ator acusado é diversas vezes elogiado por seu trabalho, no entanto não ocorre o mesmo quando se refere aos serviços da figurinista, a própria redação reflete uma relação de gênero. A matéria também antecipa que o ator irá se retratar, isso nos faz pensar que a emissora lhe prestou uma “ajudinha” com uma espécie de assessoria de marketing e espaço para seu direito de resposta com seu “doloroso” pedido de desculpas, e neste caso vale a pena trazer de forma transcrita:

O ator José Mayer, de enorme talento e com grandes serviços prestados à Globo e às artes brasileiras, certamente terá oportunidade de expressar seus sentimentos em relação ao triste episódio e esclarecer que atitudes pretende tomar. A Globo lamenta que Susllen Tonani tenha vivido essa situação inaceitável num ambiente que a emissora se esforça cotidianamente para que seja de absoluto respeito e profissionalismo. E, por essa razão, pede a ela sinceras desculpas (G1, 2017).

Com um simples exercício de imaginação podemos supor como seria se o papel fosse invertido, será que a emissora prestaria uma “ajudinha”, campanha de marketing e direito de resposta a figurinista? Em pleno século XXI, o ator clama por suplência lamentando o assédio e a “dolorosa” mudança, num contexto de intensa divulgação e conscientização sobre as relações de gênero. Esses elementos já nos indicam uma relação desigual entre homens e mulheres no campo dos famosos, da arte e do entretenimento.

Um país sério não trataria um crime com pedidos de desculpas, não resolveria uma questão jurídica com uma ação de retratação patrocinada pela mídia, se as leis fossem respeitadas, esse caso se resolveria na justiça e não pela assessoria de marketing que a Rede Globo gentilmente prestou a Mayer.

Considerando os casos de abuso aqui relatados e outros que com frequência nos deparamos, assistimos pela TV, ou lemos nas redes sociais e que abaixo traremos mais alguns nas palavras de Romão, e da qual concordamos quando esta diz que apesar de diversas denúncias de abusos, esses atores ainda são premiados, elogiados, glorificados, um processo do qual se faz questionar o que é essa suposta busca por tal profissionalismo, como tão bem ela expõe:

Essencialmente, o teatro é uma arte que tem o corpo (compreendido em sua dimensão físico e afetiva) e a subjetividade como suporte. Rompendo com as normatizações do movimento e as couraças psicofísicas individuais, as artes cênicas propõem uma relação mais íntima entre o indivíduo e sua matéria (ossos, fluidos, órgãos, músculos, princípios, ativos, sensações), redimensionando-a para além dos comportamentos socialmente “adequados”. Porém, tal proposição libertadora, às vezes, esbarra em posturas e episódios de forte viés sexista. Tanto em esfera local quanto internacional, acompanhamos diversos casos de abusos socialmente autorizados e relevados. Quem não se lembra do ator Casey Affleck, que mesmo com inúmeras denúncias de agressão sexual, ganhou o Oscar desse ano (Melhor Ator)? Ou ainda do estupro real e sem punição de Maria Schneider em o Último Tango em Paris? Aqui, as defesas se alternam entre a busca por um suposto “profissionalismo” (separando ilusoriamente o cidadão do artista) e a supremacia da “estética”,

da obra de arte que tudo consome e arrasta (como se a qualidade do resultado justificasse a barbaridade do processo). Se pensarmos na dimensão local, a situação não apresenta tantas mudanças. É fato que, em geral, os depoimentos não implicam em agressões extremas ou posturas explicitamente machistas. Essa realidade, porém, não minimiza a perversidade dos casos, uma vez que a Lei Maria da Penha abarca tanto as violências físicas quanto psicológicas. Essa última, sem dúvida, mais difícil de ser reconhecida e relatada pela vítima (além de, muitas vezes, ser posta em xeque pelos envolvidos). Sendo assim, torna-se urgente compreender e combater o machismo enquanto estrutura sistêmica presente, inclusive, nos espaços críticos e sensíveis, e não menosprezar suas formas de atuação: silenciamento feminino, relações sexuais abusivas, jogos de poder desmedidos. Se a conjuntura e a luta contra o desmonte da cultura pedem coesão imediata da classe artística, a revisão interna das pautas e comportamentos faz-se mais urgente do que nunca; uma vez que nenhum avanço é real, se a violência contra a mulher ainda for presente. *Esse texto baseia-se na denúncia feita nessa quinta-feira, dia 12 de maio de 2017, pela dramaturga Heloísa Cardoso (ROMÃO, 2017).

A expansão, dimensão e alcance das discussões de gênero e pautas feministas estimulam e encorajam as mulheres para denunciar os casos de assédios que antes eram omitidos, e que agora se evidenciam por conta desse apoio, discussão e estímulo.

O quadro que vemos de diversos abusos não existem somente agora, mas antes eram velados, a vítima era silenciada por conta do machismo que, em geral, culpabilizava as mulheres de serem o alvo de abusos.

A união das mulheres e movimentos sociais e feministas são fundamentais para contrapor esse cenário desafiador em que os abusos sexuais, físicos, psicológicos e morais foram e por vezes são vistos como naturais e legitimados por parte da sociedade que ainda não se conscientizou do teor e gravidade de tais abusos. Esses recortes nos mostram como a igualdade de gênero no campo das artes é mascarado por um discurso dito “libertário”, mas que oculta sua apropriação para legitimar assédios e abusos.

3. Gênero e Sexualidade como tema das produções artísticas

Temos um avanço significativo em relação à produção artística e cultural no que se refere às discussões das diferenças, sobretudo que discutem relações de gênero e sexualidade. O próprio objeto da pesquisa aqui referendada foi uma peça que aborda este tema, cujo nome é *Agreste*, muito embora em sua sinopse isso não tenha sido informado, a trama trata de um casal de lavradores simples que vivem no sertão do Nordeste e que para viver esse amor precisam fugir.

Dois atores vão compondo a peça que passam de narradores para personagens e vice-versa. Podemos resumir como uma espécie de *Romeu e Julieta*, porém o falecimento de *Romeu* revela um corpo e um gênero que não agrada as convenções sociais, logo passam de um casal bem quisto para o crivo da rejeição e violência, mudando o tom romântico para um fim trágico aonde a viúva é queimada com seu falecido e suposto “marida”.

Como o público não sabe que vai ver uma peça que trata da sexualidade e gênero não convencionais, a utilizamos para, a partir de seus efeitos poder discutir as questões da

diferença, a pesquisa pode ser conferida no livro *Rompendo Cercas: afetações etnográficas e a desconstrução do gênero a partir do espetáculo Agreste* (MENEZES, 2016), tal estudo também foi ampliado na tese: *Quando o território desconstrói o mapa: um encontro entre arte, ciências sociais e comunicação* (MENEZES, 2018). A Companhia Razões Inversas, na direção de Marcio Aurélio estreia a trama, atuando desde 2004, cujo autor é chamado Newton Moreno.

Em campo de pesquisa, recebemos convites para ver outras peças que abordavam a questão, uma delas discutia sexualidade, mas mais especificadamente a questão da pedofilia, contudo, a equipe ainda estava montando o espetáculo. Este tema também compõe outra peça da Companhia Razões Inversas, chamada *Anatomia Frozen*, cuja sinopse giram em torno de personagens que estão congelados em seus respectivos estados emocionais, esses estados são dissecados para abordar a violência e a psicopatia social.

Das Dores – Suíte Strindberg foi outro convite feito a nós, que neste caso, a trama era encenada por mulheres, três atrizes interpretam vários personagens femininos e masculinos, abordando dramas amorosos, existenciais e sociais das mulheres, num exercício antagônico com o próprio autor, o sueco August Strindberg, este, por sua vez, tinha um forte ressentimento pelas mulheres, esse rancor se reflete nas suas obras.

Neste espetáculo, a mulher é posta em cena por meio de exercícios sensíveis e performáticos. Recortes das obras “*Senhora Julia*”, “*A mais forte*”, “*O pai*”, “*O Sonho*”, “*O Peli-cano*” entre outras, são encenados pelas atrizes. Nesta peça somente se escuta a voz da mulher, compondo um texto provocativo e híbrido em que o universo feminino e as situações desse cotidiano são problematizadas e redimensionadas evidenciando as forças, dores e empoderamento das mulheres

acerca dos desafios e adversidades diante das convenções sociais em torno de questões familiares, amor, identidade, trabalho, entre outros temas que emergem em cena.

Outra peça mencionada foi Luis Antônio – Gabriela que conta a história de um travesti que sai do Brasil como Luis Antônio e na Espanha se torna famosa como Gabriela. É uma história recontada por meio de recortes biográficos, como diários, fotos, objetos pessoais, entrevistas realizadas com amigos e familiares. A história se passa também num contexto de uma ditadura militar e expõe as violências domésticas sob vários ângulos. O protagonista principal se descobre homossexual aos oito anos de idade e desde então procura entender sua própria identidade ao viver sua própria vida. A trama envolve abandono, rejeições, abusos sexuais, estranhamentos e admirações em torno da biografia do irmão/ã do Diretor da peça, Nelson Baskerville. No entanto, nenhum travesti, transexual ou transgênero foi convidado para fazer o papel. Assim que a diferença, neste caso, esteve presente no tema, mas não alcançou práticas reais que incorporassem essas pessoas na equipe.

Além dessa há muitas outras, o que mostra um avanço no que se refere às artes cênicas, no sentido da representação das diferenças. Esse pequeno recorte nos evidencia a proporção com que as relações de gênero e sexualidade têm tomado o palco no campo artístico. Se antes as representações eram mais estereotipadas e cômicas, hoje podemos verificar abordagens mais sérias e respeitadas que tratam a gravidade do preconceito e seus efeitos. O aumento de produções artísticas que trabalham com o tema das diferenças vem aumentando por conta da expansão dessas pautas na mídia, nas redes sociais, em diversas esferas sociais, mas também porque no governo do Partido dos Trabalhadores houve uma enorme oferta de editais de fomentos voltados

para a diversidade, estimulando as companhias a abordarem as diferenças sociais como tema de suas produções artísticas e culturais.

A problemática que nos evidencia é que, embora a diferença seja um tema que ganhou espaço e seriedade nas representações artísticas, ainda assim, as pessoas que fazem parte, que compõem essas minorias sociais não estão sendo incorporadas de forma empregatícia pelas equipes de teatro, neste sentido, a inclusão é abstrata e limitante, pois suas práticas concretas não incluem a diferença. E mesmo no caso do espaço em que estávamos analisando não apareceu o público que compõe parte das minorias sociais, como por exemplo, transexuais, travestis, transgêneros. Os não-brancos também aparecem em uma porção muito pequena.

Considerações finais

Para finalizar, cabe salientar, portanto, que esse campo de pesquisa é um local que oferece, favorece e alimenta o capital cultural e simbólico (BOURDIEU, 2007) desses sujeitos, isso porque a ida ao teatro já imprime um status cultural que funciona como moeda. Neste contexto, o agente é composto por um conjunto de símbolos e discursos que referendam o mundo erudito, uma vez que é assim que se legitimam sua posição social e cultural nesta sociedade dita culta e erudita, na qual o saber funciona como moeda, ou seja, saber (discurso da diferença), poder e status são elementos constitutivos deste cenário e sujeito, e isso não quer dizer que ocorre igualdade de gênero e que as discriminações estão diminuindo.

O espaço teatral e artístico é composto por certo *habitus* e aparências, neste sentido, nossos colaboradores são altamente políticos, logo, são propensos a nos oferecer dis-

cursos demasiados institucionalizados e dignos de maior aprofundamento caso queiram saber de fato o que ocorre neste cenário. É por este motivo que necessitamos oferecer outras vozes e observações que evidenciam a contrariedade desse discurso pronto, harmonioso, representacional, fictício, mascarado pelo ar “libertário e justo” que compõem o contexto artístico e as produções de *habitus* ali inculdas.

Neste sentido, concordo com a observação que fez Malinowski (1948) quando nos diz que devemos nos atentar com o excesso de informações prontas e institucionalizadas, oriundas de especialistas que os sujeitos tomam de empréstimo. Tais informações são provenientes de abstrações e representações e não têm alcance na dimensão social de fato. Esses dados são limitados, suas funções são incutir ou reproduzir certo *habitus* preponderante em determinado contexto, essas falas prontas conservam uma ideia já legitimada pela ciência e/ou mídia e são reproduzidas nas searas institucionais.

Para abrir uma rica compreensão das questões sociais é preciso verificar o que há entre o dito e o feito, desta forma é possível ver ou sentir os odores ocultados pelas performances e discursos “libertários e justos”. No entanto, reconhecemos a importância do projeto Teatro Box levar arte, cultura e cidadania para uma área carente de lazer e opções culturais. Contudo, a integração da diferença requer maiores cuidados, pois o que poderia funcionar para unir os diferentes acaba alargando o fosso e aumentando a discriminação e violência.

É considerável a proposta apresentada no discurso do representante do espaço, uma vez que o espaço, além de suprir a carência de lazer, poderia se transformar em um ambiente de intercâmbio entre as multiplicidades dos que estão morando nas ruas, daqueles que moram no entorno, de diversas classes sociais, raciais e de gênero, etc, Apesar de

reconhecer que as intenções sociais do projeto são válidas, no entanto elas são o que deveria ser e não o que ocorre na realidade.

A integração entre mundos diferentes é urgente e tão importante quanto necessária, e não se restringe ao campo das artes cênicas, senão em todas as esferas sociais, contudo, não temos interesse em dizer o que deve ser, mas o que vimos em campo, e neste sentido, tal integração não se consolida na prática, somente no discurso, isso também ocorre, pois esses representantes não têm preparo para mediar as diferenças sociais, culturais, raciais, econômicas, entre outras, pois não se dão conta do universo dessas margens.

Isso pode ser notado no recado do representante para as crianças que soa como uma espécie de colonização, “você podem ficar aqui, mas devem ser obedientes, educadas e respeitarem as regras” (isso foi repetido diversas vezes, e na última vez o tom da voz já era mais alto, indicando irritação), ou seja, nesse universo, a criança de rua precisa se enquadrar num mundo que não é dela caso queira aproveitar o que o espaço oferece, nesse contexto é difícil fazer com que essas crianças se sintam pertencidas ao espaço de lazer do teatro, pois foi o local em que, em raros momentos, as vi ocupando.

O saber e os discursos institucionalizados são vangloriados, negociados como capitais culturais e simbólicos no campo em que atuamos e nem sempre eles nos auxiliam na compreensão social de determinado contexto. A razão iluminista pressupunha que o conhecimento salvaria o mundo, porém, na pós-modernidade, o conhecimento se tornou acessório político, performático e compõe os belos discursos que não nos garante mudanças sociais.

Finalizamos com esse argumento, pois essa abstração da diferença mascarada de erudição e justiça social, tanto

nas observações das falas do representante Teatro Box, também está presente no teor das denúncias registradas, como também nas representações do tema da diferença nas artes cênicas, logo, esse discurso da diferença tem sido apropriado para efetivar uma inclusão perversa, é um discurso que funciona porque aprimora o capital cultural e simbólico, tem fins econômicos, ademais pode ser usado como estratégia de marketing social, e que recebe amplo apoio midiático, contudo, para além das abstrações discursivas, as práticas não modificam de forma satisfatória as discriminações e desigualdades.

Referências

AGRESTE. MORENO, Newton; AURÉLIO, Marcio. Apresentação de obra artística teatral, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum**: compendio de sociologia compreensiva. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MALINOWSKI, B. **Magia, ciência e religião**. Lisboa: Edições 70, 1948.

MENEZES, S. P. **Rompendo Cercas**: afetações etnográficas e a desconstrução do gênero a partir do espetáculo Agreste. Campina Grande: EDU-FCG, 2016.

_____. **Quando o território desconstrói o mapa**: um encontro entre ciências sociais, arte e comunicação, 2018. 284f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Humanidades. Orientação: Profª. Drª. Mércia Rejane Rangel Batista, 2018.

Sites

CARDOSO, H. #01 DENÚNCIA: Violência Psicológica – Contra o Machismo nas Artes. Disponível em: <<https://www.facebook.com/contraomachismonasartes/?fref=ts>> Acesso em 02 de outubro de 2017.

G1, J. Globo suspende José Mayer; atrizes fazem protesto contra assédio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/globo-suspende-jose-mayer-atrizes-fazem-protesto-contra-assedio.ghtml>> Acesso em 5 de outubro de 2017.

MAYER, J. Globo suspende José Mayer; atrizes fazem protesto contra assédio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/globo-suspende-jose-mayer-atrizes-fazem-protesto-contra-assedio.ghtml>> Acesso em 5 de outubro de 2017.

ROMÃO, Luiza. Machismo nas Artes. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2017/05/12/machismo-nas-artes/#luiza-romao>> Acesso em 15 de setembro de 2017.

Corpo, gênero e sexualidade: apontamentos a partir da produção do conhecimento no campo da Educação Física

Cássia Hack¹

Demilto Yamaguchi da Pureza²

Andreza Estevam Noronha³

Resumo: O texto é uma elaboração acerca de como a temática *Corpo, Gênero e Sexualidade* se apresenta ou é representada no campo da Educação Física. Fizemos um levantamento da produção a partir de quatro (04) periódicos nacionais indexados e consolidados na área da Educação Física. A busca foi desenvolvida através dos descritores “Corpo e Educação Física”, “Gênero e Educação Física”, “Sexualidade e Educação Física”, “Corpo, Gênero, Sexualidade e Educação Física”. A produção do conhecimento no campo da Educação Física acerca de gênero, corpo e sexualidade apresentou vinte e seis (26) artigos originais, analisados em três categorias: esportiva, pedagógica e formação/docência. Verificou-se uma baixa produção da temática no campo da Educação Física em uma perspectiva mais crítica da problematização no âmbito do referencial teórico abordado. Aponta-se para a necessidade de estabelecer uma discussão e compreensão da temática para além do pensamento hegemônico.

Palavras-chave: Gênero; Corpo; Sexualidade; Educação Física; Produção do Conhecimento.

¹ Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Email: cassia.hack@gmail.com

² Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Email: demilto-top@gmail.com

³ Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Bolsista PROSUC/CAPES modalidade I. Email: andrezaenoronha@gmail.com,

Introdução

Este texto insere-se na perspectiva da produção do conhecimento no campo da Educação Física para apontar elementos acerca da compreensão de Corpo, Gênero e Sexualidade nesta área do conhecimento. Neste sentido, após o levantamento da produção que tematiza o corpo, gênero e sexualidade em periódicos nacionais escolhidos da Educação Física, seleção e leitura dos textos, categorizou-se esta produção em três categorias: esportiva, pedagógica e formação/docência, procedeu-se a análise e fez-se os apontamentos constatados neste recorte da produção.

Sobre a temática em sua constituição é necessário expressar algumas considerações para iniciar o diálogo. O corpo não é apenas constituído dos seus aspectos biológicos e fisiológicos, garantidos pela natureza, e, sim de vários elementos outros que são operantes nele, consequência de suas relações sócio históricas, inscrevendo sentidos de vivência e experiência. Entende-se assim o corpo para além de sua base biofísica: um conjunto de músculos, tendões, ossos, vísceras, fluídos, órgãos e sistemas, reflexos e sensações, sem limites de possibilidades, não sendo, portanto, estas possibilidades biológicas que o definem, mas sim os significados culturais e sociais a ele atribuído (GOELLNER, 2012) e por ele produzido cultural, histórica e socialmente.

Outro espectro da temática aqui considerado, o gênero, compreende-se, a partir de inscrições corporais que, através de suas tramas de saberes e poderes, marcam nos corpos formas de ser homem e ser mulher em uma determinada cultura.

Tal como a sexualidade, também inscreve-se em aspectos culturais. Conforme Foucault (1988), a sexualidade vem sendo construída e constituída a partir de discursos, normas

regramentos que fazem com que determinados comportamentos sejam mais aceitos do que outros. A performatividade de gênero inscreve-se necessariamente em comportamentos relacionados à sexualidade dos indivíduos.

Identifica-se nesta composição temática, a partir do sistema capitalista uma estrutura tradicional familiar, religiosa, econômica, política e social massificada pela mídia, o qual legítima e reproduz preconceitos de toda ordem: misóginos, sexistas, homoesbotransfóbicos e xenófobos, expressos também através da educação (LANDA, VILASECA, 2015). Assim, busca-se compreender o corpo, gênero e sexualidade, no e a partir do campo da Educação Física, problematizando tais temáticas.

1. Produção do conhecimento acerca de Corpo, Gênero e Sexualidade em periódicos no campo da Educação Física

O levantamento da produção foi realizado em setembro de 2018 a partir de quatro (04) periódicos indexados e consolidados no campo da Educação Física: a *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (RBCE) editada pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)⁴ desde 1979; a *Revista Motrivivência*⁵ que é um periódico científico do campo do conhecimento que engloba a Educação Física, Esporte e Lazer, publicada sob a responsabilidade editorial do LaboMídia – Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva (UFSC) com o apoio do Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física do Centro de Desportos da Universidade Federal de

⁴ Endereço virtual da RBCE: <http://www.rbceonline.org.br/pt>

⁵ Endereço virtual da Revista Motrivivência: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia>

Santa Catarina (NEPEF/CDS/UFSC) e do Portal de Periódicos da Biblioteca Universitária da UFSC, criada em 1988 na Universidade Federal do Sergipe e transferida para a UFSC em 1994; a Revista *Movimento*⁶ publicação científica da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID/UFRGS) fundada em 1994; a Revista *Pensar a Prática*⁷ que publica artigos relacionados ao campo acadêmico-profissional da Educação Física, editada sob a responsabilidade institucional da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás (FEFD/UFG) desde 1998.

A busca foi desenvolvida através dos descritores “Corpo e Educação Física”, “Gênero e Educação Física”, “Sexualidade e Educação Física”, além deles, buscou-se, a partir, do conjunto destes descritores “Corpo, Gênero, Sexualidade e Educação Física”. O resultado quantitativo está organizado na Tabela 01, apontando os descritores individualmente e no conjunto para cada periódico escolhido. Foram selecionados os artigos desde a criação destes periódicos, em língua portuguesa, originais e com o texto disponível para posterior análise.

Na RBCE encontramos cento e quatro (104) textos com o descritor “Corpo e Educação Física”, enquanto que na Motrivivência foram cinquenta e dois (52), na Movimento noventa (90) e na Pensar a Prática cento e quarenta e oito (148), totalizando trezentos e noventa e quatro (394) textos. Os quantitativos para o descritor “Gênero e Educação Física”, na mesma ordem dos periódicos foram quarenta (40), vinte e seis (26), quatorze (14), cinquenta e sete (57), totalizando cento e trinta

⁶ Endereço virtual da Revista Movimento: <http://www.seer.ufrgs.br/Movimento>

⁷ Endereço virtual da Revista Pensar a Prática: <https://www.revistas.ufg.br/fef/index>

Tabela 01: Textos publicados nas revistas quantificados por descritor

DESCRIPTORES → PERIÓDICOS (QUALIS CAPES)	CORPO E EDUCAÇÃO FÍSICA	GÊNERO E EDUCAÇÃO FÍSICA	SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA	CORPO, GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA
RBCE (B1)	104	040	08	04
Motrivivência (B2)	052	026	04	04
Movimento (A2)	090	014	14	06
Pensar a Prática (B2)	148	057	24	12
TOTAL	394	137	50	26

Fonte: Sistematização autoral a partir do *corpus* da busca (2018)

e sete (137). Para o descritor “Sexualidade e Educação Física” foram, nesta sequência, encontrados oito (08), quatro (04), quatorze (14), vinte e quatro (24), totalizando cinquenta (50). Quanto ao descritor de conjunto “Corpo, Gênero, Sexualidade e Educação Física” foram quatro (04), quatro (04), seis (06), doze (12), totalizando vinte e seis (26) textos.

Após a busca, identificou-se que as produções tratam de questões referentes ao campo da Educação Física, que epistemologicamente não tratam das questões que fundamentam este trabalho. Como descritor unitário, o resultado da busca abrangia sentidos variados em diferentes campos do conhecimento. Um exemplo para o descritor “corpo”, grande parte dos textos estavam circunscritos aos aspectos biofísicos do corpo, sem exprimir a compreensão dos elementos sócio-históricos, tratando do corpo como a “máquina” que nos possibilita estar no mundo, ou seja, o invólucro de nós, o equilíbrio entre “corpo” e mente, respostas psicofisiológicas

de “corpo” e mente, ou ainda no sentido de “corpo docente” ou “corpo de conhecimento”. No caso do descritor “Gênero”, uma soma de textos apenas o utilizava para designar o sexo masculino ou feminino, sem discutir a elaboração destes papéis, ou ainda, gênero enquanto classificação textual.

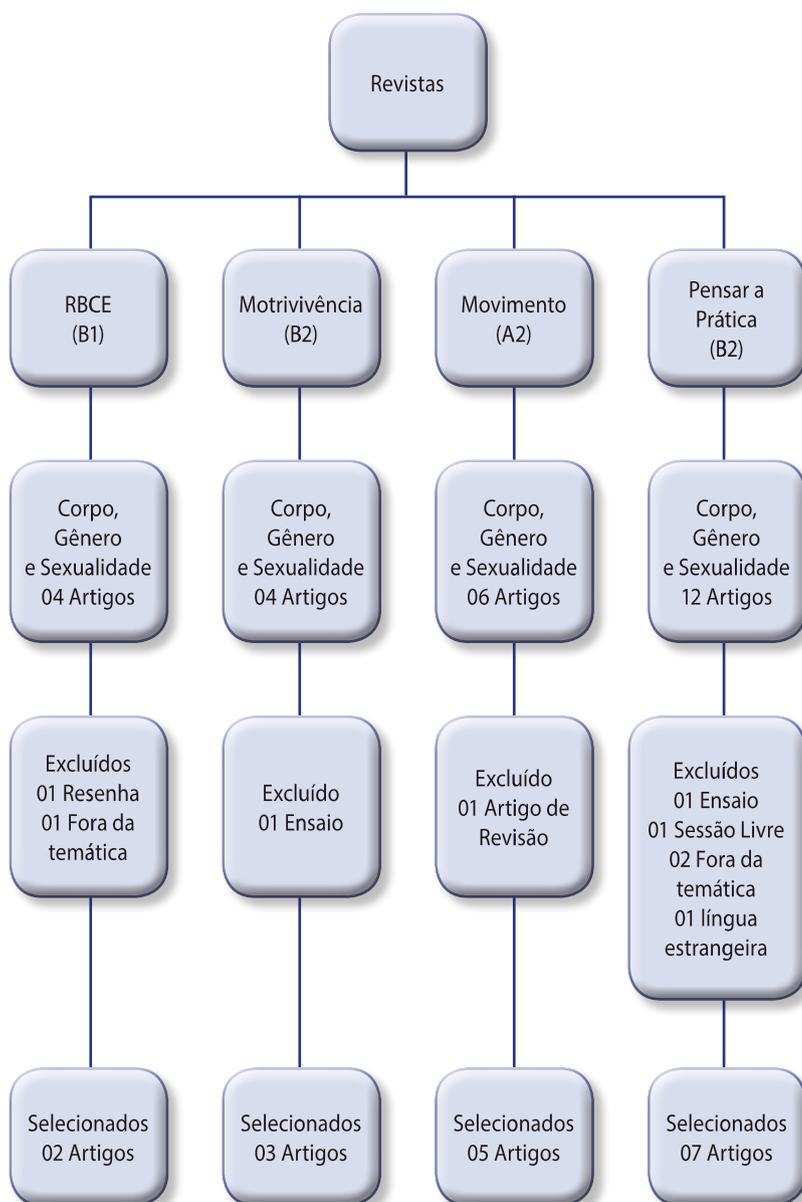
A decisão em adotar a busca a partir do conjunto dos descritores tornando-o um, deu-se na leitura dos textos encontrados após a primeira pesquisa com os descritores individualizados em que o resultado se limitava aquém do objetivo proposto para a argumentação deste texto. Após a primeira síntese de artigos, com essas palavras-chaves, fez-se um levantamento do conteúdo desses artigos. Neste procedimento, foram analisados dezessete (17) artigos a partir do conteúdo apresentado.

O Fluxograma 01 é uma representação gráfica do procedimento adotado para expressar os quantitativos encontrados nos periódicos da busca empreendida com os indexadores acordados relativos ao tipo dos textos (artigo original, artigo de revisão, ensaio, sessão livre, resenha, artigo em língua estrangeira, artigo fora da temática), os artigos excluídos com base nos critérios adotados e os artigos selecionados para a análise de conteúdo. Apresenta também na indicação do periódico o *Qualis* CAPES vigente.

2. Reflexões sobre corpo, gênero e sexualidade no campo da Educação Física

Adotamos neste texto, a perspectiva de corpo, gênero e sexualidade mais aproximada da teoria *queer*. Neste sentido, autoras como Butler (2017) e Louro (1997, 1997a) estão em maior destaque neste trabalho, ainda que a discussão não seja feita apenas por essas autoras. Corpo, gênero e sexuali-

Fluxograma 01: Quantitativo de textos por tipologia



Fonte: Elaboração autoral a partir do corpus da busca (2018)

dade têm suas elaborações dentro da teoria *queer*, através da cultura, ou seja, não se trata de perspectivá-las numa ótica essencializadora, ou tida como natural, mas sim, em processos de produção e construção.

Butler (2017) afirma que o corpo é construído e que a ideia de corpo também o é. Assim podemos afirmar que a ideia de corpo para a Educação Física é igualmente construída e por ser uma área que produza muito conhecimento acerca daquilo que é considerado o padrão normatizante, é que se encontra em processo de problematização. A autora afirma também que é difícil dissociar as vivências corporais do gênero no qual você está. Por essa razão, quando falamos de corpo, falamos muitas vezes também de gênero, e falar de gênero sem problematizar sexualidades, que também são construídas, inclusive a partir do gênero, também passa a ser tarefa de tal discussão.

Sistematizamos os estudos que investigaram corpo, gênero e sexualidade na Educação Física no recorte metodológico deste trabalho e os apresentamos na Tabela 02 apontando o título e ano da publicação, destacando seus objetivos e os resultados apontados nestes estudos no intuito de contribuir com a problematização da temática.

Para efeito de análise, optou-se por organizar os estudos a partir de categorias que despontaram pelas características centrais dos textos na perspectiva do esporte (esportiva), do trato com o conhecimento no campo da Educação Física (pedagógica) e do ponto de vista da formação ou da docência (formação/docência).

No âmbito esportivo as produções acerca do corpo, gênero e sexualidade denotam a discussão da modalidade esportiva, estereotipada, preconceituosa, masculinizada/feminilizada a partir de um parâmetro heteronormativo.

Tabela 02: Estudos que investigaram corpo/gênero/sexualidade na educação física

TÍTULO (ANO)	OBJETIVOS	RESULTADOS
RBCE		
Educação física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula (2016)	Entender como se dão as relações de gênero nos diferentes conteúdos da educação física escolar e como a diversificação destes interfere nas relações de gênero durante as aulas.	As análises feitas indicam que meninos e meninas lidavam de maneiras distintas com aprendizagem de novos movimentos e conteúdos, sendo que eles arriscavam-se mais nas aprendizagens e demonstravam mais confiança nas próprias capacidades e habilidades corporais.
Corpos dissidentes: gênero e feminilidades no levantamento de peso (2017)	Compreender as experiências de gênero e as construções de feminilidades vivenciadas por um grupo de mulheres atletas de levantamento de peso.	Seus corpos trazem marcas da experiência esportiva, refletidas no volume muscular e na força diferenciada. Tais transformações tornam seus corpos dissidentes e abjetos e suas sexualidades são colocadas em suspeição. À medida que tencionam e subvertem as expectativas de uma feminilidade normalizada, essas mulheres nos convidam a refletir sobre as construções de feminilidades plurais no esporte.
MOTRIVÊNCIA		
Identidade de gênero e suas implicações sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física (2016)	Estabelecer reflexões acerca da presença de homossexuais nas aulas de educação física de ensino médio, tentando perceber como	Os resultados apontam para um silenciamento, uma negação dos estudantes homossexuais por parte dos professores da referida disciplina. Como consequência, há uma potencialização da estrutura de poder heteronormativo,

Continua

Tabela 02: Estudos que investigaram corpo/gênero/sexualidade na educação física (*continuação*)

TÍTULO (ANO)	OBJETIVOS	RESULTADOS
(<i>continuação</i>)	os professores de educação física desenvolvem suas ações pedagógicas para lidar com a diversidade sexual, realidade cada vez mais aparente no ambiente escolar.	contribuindo para a manutenção de valores discriminatórios e preconceituosos, fazendo com que a escola enfraqueça seu poder transformador.
Marcas de gênero na Educação Física Escolar: a separação de meninos e meninas em foco (2011)	Problematizar como o conceito de gênero atravessa os discursos que constituem a separação de meninos e meninas como um recurso necessário e importante nas aulas de Educação Física na escola.	A análise foucaultiana de discurso e o gênero como categoria analítica conformaram teoricamente a análise empreendida sobre este material.
Olhares sobre os corpos e a construção de "Homens" e "Mulheres" na escola (2011)	Levantar algumas problematizações referentes à construção de homens e mulheres no âmbito escolar e o modo como o corpo se torna local de inserção e produção dos discursos, marcas e linguagens.	Os dados evidenciaram que os educadores propõem pouca reflexão acerca da construção histórica, social e política dos corpos o que leva a reprodução das atuais diferenças de gênero por meio da educação dos corpos e das formas de viver a sexualidade.

Continua

Tabela 02: Estudos que investigaram corpo/gênero/sexualidade na educação física (continuação)

TÍTULO (ANO)	OBJETIVOS	RESULTADOS
A visão de corpo na perspectiva de graduandos em Educação Física: fragmentada ou integrada? (2009)	conhecer e comparar a visão de corpo dos graduandos em Educação Física de primeiro e últimos períodos; investigar de que forma relacionam o corpo à Educação Física e à prática profissional.	Os resultados revelaram a predominância de uma visão técnico-biológica e fragmentada de corpo no primeiro período e, nos últimos, uma compreensão mais integrada de corpo. A forma de atuação profissional estaria ligada à orientação, nas perspectivas de saúde, estética e técnica.
MOVIMENTO		
A educação da mãe carinhosa e o discurso das práticas corporais e esportiva nas páginas da Pais & Filhos (2009)	discutir a emergência de uma lógica segundo a qual a educação dos corpos, de modo geral, e o das mulheres, de forma específica, se intensifica, a partir do século XVIII.	Do resultado das análises, focalizo um movimento que permite visualizar a emergência de uma lógica, segundo a qual a educação dos corpos grávidos se intensifica, por meio das práticas corporais, construindo diferentes posições de sujeito: a de mãe esportiva (que cuida e se cuida); a que abriga e protege; a carinhosa e protetora, responsável pelo filho perfeito.
Performatividades de gênero e a abjeção dos corpos de Mulheres no levantamento de peso (2018)	Analisar as experiências de gênero, a abjeção dos corpos e as agências de mulheres atletas do levantamento de peso.	As narrativas das atletas expõem visões de mundo referenciadas em binarismos de gênero, e seus corpos trazem marcas das experiências esportivas, refletidas em volume, força e potência muscular elevada. Tais inscrições corporais fazem emergir a

Continua

Tabela 02: Estudos que investigaram corpo/gênero/sexualidade na educação física (*continuação*)

TÍTULO (ANO)	OBJETIVOS	RESULTADOS
<i>(continuação)</i>		instabilidade e descontinuidade do sistema normativo sexo-gênero-desejo e constroem feminilidades superlativas, “forçadas” e consequentemente estigmatizadas e abjetas. Essas transformações lançam “suspeição” sobre suas sexualidades, e a heteronormatividade assume centralidade no processo de abjeção em suas relações de sociabilidade. Na medida em que “subvertem” as expectativas corporais normalizadas, essas mulheres performatizam resistências e a pluralização das feminilidades no esporte.
PENSAR A PRÁTICA		
Análise da percepção de jogadores de futebol amador sobre mulheres que praticam o futebol (2015)	Analisar qual a percepção de jogadores de futebol amador da cidade de Aragarças – GO a respeito de mulheres que praticam o futebol.	Ainda existe um grande preconceito da sociedade contra mulheres que jogam futebol, como também a ausência de incentivos por parte da mídia, e das entidades governamentais, fato que não acontece no futebol masculino.
A opinião dos professores de educação física do ensino médio sobre a homossexualidade	Investigar a opinião dos professores de Educação Física do Ensino Médio sobre a	a) eles identificam os/as alunos/as homossexuais pela aparência e estereótipos; b) os professores disseram respeitar a homossexualidade, mas dois deles acham que é doença ou

Continua

Tabela 02: Estudos que investigaram corpo/gênero/sexualidade na educação física (*continuação*)

TÍTULO (ANO)	OBJETIVOS	RESULTADOS
(<i>continuação</i>) e a homofobia na escola (2014)	homossexualidade e a homofobia na escola, através de um estudo exploratório.	algo desviante do “normal”; c) para eles, a escola trata os alunos homossexuais sem preconceito; d) já ocorreu preconceito nas aulas de Educação Física e os professores buscar intervir; d) eles não conhecem metodologias para abordar a questão da diversidade sexual.
Corpo e movimento: produzindo diferenças de gênero na educação infantil (2012)	Analisar as relações entre gênero e movimento na Educação Infantil a partir de duas pesquisas realizadas em instituições desse nível de educação em cidades distintas do estado de São Paulo.	Identificou-se diferentes formas de intervenção de professores e professoras produziam relações e significados de gênero distintos durante suas aulas. Concluímos que diferentes formas de intervenção podem estimular ou não a segregação de meninos e meninas nesse espaço.
“Sedentárias” e coquettes à margem: corpos feminilidades desviantes na obra de Renato Kehl (2008)	Tratar sobre mulheres marginalizadas por dizeres normativos e disciplinares proferidos por Renato Kehl, um dos mais importantes eugenistas brasileiros. (...) Investigamos como gesta,	Foco nos corpos que se exercitam, entendendo-os como constructos sociais e históricos. Observamos suas anatomias e trejeitos, o que foi tornado visível e o que tentou esconder. Percorreremos sua vasta obra [Renato Kehl], identificamos um compilado de ideias cuja recorrência possibilitou a emergência de rede discursiva que conferiu forma e legitimidade a determinados

Continua

Tabela 02: Estudos que investigaram corpo/gênero/sexualidade na educação física (continuação)

TÍTULO (ANO)	OBJETIVOS	RESULTADOS
(continuação)	juntamente com a educação física, a imagem de corpos e feminilidades desviantes.	corpos femininos. Essa maneira de dizer sobre o corpo das mulheres nos possibilita pensar que nas obras de Renato Kehl, o gênero é uma mera extensão da diferença sexual biologicamente atribuída.
A construção de identidades e papéis de gênero na infância articulando temas para pensar o trabalho pedagógico da Educação Física na Educação Infantil (2002)	perceber como as crianças vão construindo as identidades e os papéis de gênero nas relações que estabelecem com seus coetâneos e os adultos mais próximos nos espaços educacionais.	evidenciou que mesmo entre as crianças de pouca idade os papéis de gênero estão muito próximos daqueles vividos pelos adultos que convivem no mesmo contexto cultural, e as identidades de gênero são experimentadas em diversos momentos de interação entre as crianças.

Fonte: Elaboração autoral a partir do *corpus* da busca (2018)

Goellner (2013) aponta a necessidade e a relevância da problematização dos aspectos generificados e generificadores das práticas corporais esportivas e das pluralidades de feminilidades e masculinidades construídas nesses contextos.

A transformação corporal, a partir das modalidades esportivas, elaboram um construto de gênero que ao longo do tempo tem indiciado, classificado, ordenado, hierarquizado e definido pela aparência de seus corpos, a partir de padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura (LOURO, 1997).

Este processo perspectiva e edifica o conceito biológico imutável do sexo. Butler (2017) indica que a construção

do conceito de gênero esteve fortemente interligada ao sexo biológico. As características atribuídas no que diz respeito a seus comportamentos, vestimentas, cuidados, papéis, se incorporam ao corpo biológico e partem dele. Nascer com determinada genitália coloca o social e a própria pessoa num lugar e numa expectativa de comportamentos e atitudes construídas socialmente, ao passo que cada desvio é cuidado, corrigido e, por vezes, condenado moralmente.

Esses aspectos apontam para uma compreensão da mulher como sujeito maternal, frágil, sensível e submissa, reforçando no âmbito esportivo o preconceito, a estigmatização pelas práticas esportivas em decorrência do reforço do pensamento da ausência de incentivo por parte da indústria midiática, das políticas e entidades governamentais. O esporte, em determinados momentos históricos, foi visto a partir de um discurso como algo maléfico às mulheres por este caráter fragilizado sob a alegação de que as mulheres não teriam condições físicas e fisiológicas para a prática esportiva, ou a possibilidade de torná-las masculinizadas, ou ainda, posteriormente, tratado como corpo objeto, portanto, mercadoria e em outros momentos, visto por uma perspectiva erotizada e erotizante do corpo feminino.

Pedagogicamente, as produções trazem a discussão do gênero no âmbito dos conteúdos da Educação Física Escolar, a partir, da separação de meninos e meninas nas aulas e a compressão dos motivos que levam a essa questão. Historicamente no âmbito escolar, esta disciplina reforça, em certa forma e medida, os estereótipos sociais dos papéis do homem e da mulher, de suas forças/fragilidades ampliando as diferenças construídas ao gênero. Além disso, há uma predominância de uma perspectiva técnico-biológica na compreensão do corpo. Conforme Felipe (2012), corpos constituídos como femininos e masculinos não são percebidos

nem valorizados de forma igual. Essas diferenças aparecem culturalmente quando hierarquizamos esses corpos. Marcas visíveis ou não passam a ser categorizadas e valorizadas de diferentes formas e medidas, sendo inscritas nos corpos femininos e masculinos.

Bourdieu (2010) explica as diferenças biológicas entre os sexos, ou seja, entre os corpos masculino e feminino, especificando a diferença anatômica entre os órgãos sexuais que podem contribuir com a justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho e do esporte. Assim, valorizando esses corpos de maneiras distintas, credita-se a eles tarefas e modalidades que são consideradas “masculinas” ou “femininas”. Corroborando a este pensamento, o construto socio-cultural e linguístico, produto e efeito de relações de poder (DORNELLES, 2011), implicando nas distinções de corpos de homens e mulheres.

Soma-se ao fato à construção de gêneros nas aulas de Educação Física, pois pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade. Um desafio porque rompe de certa forma, com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Uma necessidade porque ao desnaturalizá-lo revela, sobretudo, que o corpo é histórico (GOELLNER, 2003).

Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornecem um meio de decodificar os significados e compreender as complexas formas de interação humana, neste sentido

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a naciona-

lidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generalizados” — produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 2011, p. 25).

A formação/docência é outro aspecto que traz em sua constituição as representações de corpo e de gênero. Em estudo com graduandos em Educação Física, percebeu-se uma predominância da fragmentada de corpo, nos anos iniciais, e nos anos finais uma compreensão mais integral de corpo, conseqüentemente interferindo na prática pedagógica, da mesma forma, no âmbito dos professores universitários de Educação Física. Lüdorf (2009) identificou sinais de compreensão do corpo em seu aspecto predominante técnico e biofísico convivendo com indícios de corpo de cunho cultural.

Essas questões fortalecem as práticas docentes, a partir de rótulos, da prática esportiva e das aulas de Educação Física, de como os professores/professoras se expressam e da falta de uma metodologia para lidar com estas questões no âmbito formativo e da forma de lidar, tratando-as a partir de um modelo heteronormativo.

Considerações finais

A partir da produção do conhecimento acerca de corpo, gênero e sexualidade, identificou-se pequeno quantitativo de textos no campo da Educação Física, em periódicos nacionais consolidados da área selecionados neste recorte. Observa-se ainda que a discussão dessas temáticas é centrada em um corpo biofísico, sexista e heteronormativo, o que perpetua a ideia de uma educação pautada em elementos do cotidiano que fortalecem o pensamento de estigmas de corpos, modalidades e acessórios.

Ressalta-se ainda, que neste *corpus* de análise foram poucas as possibilidades em pensar corpo, gênero e sexualidade, neste sentido, observadas apenas em três (3) categorias (esportiva, pedagógica e de formação/docência), o que sugere pouca discussão em outros segmentos no campo da Educação Física.

Identifica-se, por fim, a necessidade de discussão e compreensão da temática para além do pensamento hegemônico, em que trate corpo, gênero e sexualidade a partir das suas relações sócio históricas.

Referências

ALTMANN, Helena; MARIANO, Marina; UCHOGA, Liane Aparecida Roveran. Corpo e Movimento: produzindo diferenças de gênero na Educação Infantil. *In: Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 272-550, abr./jun. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DORNELLES, Priscila Gomes. Marcas de Gênero na Educação Física Escolar: a separação de meninos e meninas em foco. *In.*: **Motrivivência**, Ano XXIII, Nº 37, P. 12-29 Dez./2011.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. *In.*: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vildore, (orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico profissional da educação física. *In.*: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Orgs.). **Educação Física e Gênero: desafios educacionais**. Ijuí: Unijuí; 2013. p. 23-43.

GOELLNER, Silvana Vildore. A produção cultural do corpo. *In.*: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vildore, (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2003.

GUIRRA, Frederico Jorge Saad; ALMEIDA, Jacqueline Vieira. Análise da percepção de jogadores de futebol amador sobre mulheres que praticam o futebol. *In.*: **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 3, jul./set. 2015.

LANDA, Verónica; VILASECA, Àngels. Movimento *Queer* e a luta de classes. *In.*: Esquerda Diário Movimento Revolucionário de Trabalhadores, 2015. Disponível em <http://www.esquerdadiario.com.br/Movimento-Queer-e-a-luta-de-classes-Parte-1> Acesso em 30/10/2018.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pósestruturalista**. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. Gênero e magistério: identidade, história e representação. *In.*: CATTANI, Denise *et al.* (Org.). **Docência, memória e gênero**. Estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997a.

LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. Corpo e formação de professores de educação física. **Interface** (Botucatu) [online], v. 13, n. 28, p. 99-110, jan/mar. 2009.

MACHADO, Aline Gomes; PIRES, Roberto Gondim. Identidade de gênero e suas implicações sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física. *In.*: **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 360-375, setembro/2016.

MEYER, Dagmar E. E. Gênero e educação: teoria e política. *In.*: GOELLNER, Silvana V.; NECKEL, Jane; LOURO, Guacira L. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003, p.9-27.

OLIVEIRA, Xênia Ferreira de; GODOI, Marcos Roberto; SANTOS, Luciene Neves. A opinião dos professores de Educação Física do Ensino Médio sobre a homossexualidade e a homofobia na escola. *In.*: **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, out./dez. 2014.

RESENDE, Moisés Sipriano de. Olhares sobre os corpos e a construção de “homens” e “mulheres” na escola. *In.*: **Motrivivência**, Ano XXIII, Nº 37, P. 69-82 Dez./2011.

SAYÃO, Deborah Thomé. A construção de identidades e papéis de gênero na infância: articulando temas articulando temas para pensar o trabalho pedagógico da Educação Física na Educação Infantil. *In.*: **Pensar a Prática**, 5: 1-14, Jul./Jun. 2001-2002.

SILVA, Alan Camargo; LÜDORF, Sílvia Maria Agatti; SILVA, Fernanda Azevedo Gomes da; OLIVEIRA, Alexandre Palma de. A visão de corpo na perspectiva de graduandos em Educação Física: fragmentada ou integrada? *In.*: **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 109-126, julho/setembro de 2009.

SILVA, André Luiz dos S.; GOELLNER, Silvana Vilodre. “Sedentárias” e Coquettes à margem: corpos e feminilidades desviantes na obra de Renato Kehl. *In.*: **Pensar a Prática**, 251-259, set./dez. 2008.

SOARES, João Paulo Fernandes; MOURÃO, Ludmila; MONTEIRO, Igor Chagas. Corpos dissidentes: gênero e feminilidades no levantamento de peso. *In.*: **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, 2017; 39(3):254-260.

SOARES, João Paulo Fernandes; MOURÃO, Ludmila; LOVISI, Ayra; NOVAIS, Mariana. Performatividades de Gênero e a abjeção dos corpos de mulheres no levantamento de peso. *In.: Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 1., p. 107-118, jan./mar. de 2018.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. A educação da mãe carinhosa e o discurso das práticas corporais e esportiva nas páginas da Pais & Filhos. *In.: Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 209-232, julho/setembro de 2009.

UCHOGAA, Liane Aparecida Roveran; ALTMANN, Helena. Educação Física Escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. *In.: Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, 2016; 38(2):163-170.

A memória escolar de travestis e transexuais: relatos e apontamentos de pesquisa

*Rômulo Cambraia Ribeiro*¹

*Antonio Carlos Sardinha*²

Resumo: Este estudo se constitui com base em uma monografia desenvolvida para a conclusão de um curso³ promovido pela Universidade Federal do Amapá. A proposta do trabalho é apresentar os resultados da pesquisa realizada conforme a coleta e análise dos dados que se basearam na preocupação em abrir espaço para as narrativas de segregação que permeiam o discurso das pessoas travestis e transexuais. Após a análise das entrevistas, das narrativas e memórias das protagonistas deste estudo, que vivem na/da prostituição em Macapá, ficou evidente que o processo de evasão escolar e a vida noturna nas esquinas, além de estarem intimamente relacionados, são fatos que se corroboram e se justificam pela discriminação, preconceito e violência escolar, principalmente.

Palavras-chave: Narrativas; Memórias; Travestis; Transexuais; Educação.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP). Integra o Ciclo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Diversidade e Decolonialidade (CEPGDD/UNIFAP). Professor da Rede Estadual de Ensino. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal do Amapá (PPGGDE/UNIFAP). Especialista em Metodologia do Ensino de Artes (FACINTER/UNINTER) e Graduado em Licenciatura Plena em Artes Visuais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

² Professor do Curso de Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas. Integra o Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas (CNPq/UNIFAP).

³ Curso de Especialização em Pós-Graduação em Gênero e Diversidade na Escola ofertado pela Universidade Federal do Amapá, no ano de 2015, com a durabilidade de dois anos (PPGGDE/UNIFAP).

Introdução

A Educação (política pública básica e essencial para o desenvolvimento da sociedade) tem função social marcante na vida do cidadão como eixo norteador de inclusão social e de desenvolvimento pessoal e coletivo de uma nação. É contraditório pensar que a escola, espaço que deveria ser inclusivo, espaço de liberdades democráticas, é espaço de preconceitos, discriminações e muita intolerância – consequentemente, para muitos, um ambiente excludente.

Neste contexto é que percebemos o lugar que se destina para mulheres travestis e transexuais na educação formal, ou seja, fora dela, endossando as estatísticas de vidas cotidianamente marcadas pela violência, pela morte e pela humilhação que é o submundo das pessoas que se mantêm na/da prostituição. Em Macapá, esta realidade é nitidamente percebida nas esquinas ao cair da noite, haja vista que algumas dessas travestis e transexuais são pessoas próximas, isto é, nossas conhecidas, colegas e amigas.

Desse modo, construir estudos que elucidem a escola como produtora e mantenedora de um ensino excludente, além de servir como denúncia, é uma forma de tentar reintegrar os direitos básicos que todo e qualquer ser humano possui, independente de suas diferenças. Assim, o foco deste artigo é trazer os dados de uma pesquisa qualitativa realizada com jovens mulheres travestis e transexuais, todas profissionais do sexo. Tomamos o cuidado para que as entrevistas semiestruturadas pudessem ocorrer no espaço das funções que elas desempenham, até mesmo como forma de perceber e experienciar, ainda que minimante, suas vivências.

Através das análises fornecidas pela pesquisa, destacamos a memória sobre as experiências escolares de travestis e transexuais para observar o contexto de exclusão social a

que estão submetidas. Faz-se necessário este estudo para que, a partir dele, possamos contribuir com o entendimento e ações de uma escola que, para além de respeitar a diversidade, garanta direitos humanos a todas as pessoas. Logo, a presença de travestis e transexuais na prostituição, como representação da falta de opção e escolhas oriundas da ausência de escolarização, é preocupante e traz a necessidade de estudos aprofundados.

1. Metodologia

Utilizamos questionários como instrumentais de coleta das narrativas cotidianas e históricas das jovens colaboradoras deste estudo que deixaram a escola (ou que por ela foram deixadas). Por meio de entrevistas com duas travestis e uma transexual⁴ de Macapá, procuramos resgatar a memória escolar, face às suas narrativas, e analisamos os discursos em um contexto escolar marcadamente heteronormativo e regulador.

2. Considerações e apontamentos conceituais

O debate sobre sexualidade, gênero e instituições escolares presume uma relação marcada por tensões que envolvem a concepção e a regulação dos corpos pelos discursos de poder nos espaços de educação formal. Para tanto, travar estes debates requer leituras em fontes críticas, as quais nos propiciem reflexões e autorreflexões para possíveis práticas igualmente críticas e contra-hegemônicas.

⁴ O número de colaboradoras é reduzido dada a dificuldade de acesso às pessoas disponíveis em participar da construção da pesquisa.

Destarte, Butler (1998) nos fala sobre a relação de sexo e gênero ser construída no seio da história (que penetra as sociedades e finca significados pela cultura) nos inculcando padrões binários imutáveis – macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino. Ao abordar essas dicotomias, a autora desvela, e nos alerta, formas de pensar, agir e ser, impostas por uma relação binária (homens e mulheres) que se dá por matrizes epistemológicas as quais dizem que, naturalmente, o gênero está diretamente ligado ao sexo e vice-versa, ou seja, que esta relação e significação ocorrem pela/na natureza e não pela cultura.

Em linha com estas compreensões, Foucault (1984 e 1988) apresenta a história da sexualidade a partir das civilizações greco-romanas, na tentativa de entender os processos que edificaram as concepções que estão assentadas nas sexualidades que nos moldam e nos “encaixotam”. Por este prisma, apresenta algumas práticas que eram básicas e peculiares das antigas civilizações, como os cuidados com o corpo, as relações homossexuais, as formas como essas relações eram mantidas (ou não) entre os homens, entre outras práticas, que estabelecem as relações humanas na atualidade em um contexto de vigilância através do discurso sobre o sexo. Logo, vigiar, disciplinar, docilizar e punir os corpos que não se deixam normatizar, sob o interesse do capital, são perspectivas analíticas importantes para pensar a sexualidade como dispositivo de poder nas sociedades contemporâneas.

A escola, portanto, é compreendida nestas elucubrações como instituição reprodutora dessas lógicas, apresentadas e problematizadas nas linhas anteriores, sendo que Junqueira (2012) destaca os processos de efetivação nos matizes da escolarização. O mesmo discorre sobre o conceito e a origem do termo “homofobia”, sob o recorte da edu-

cação escolar, nos explicando que a heteronormatividade⁵ é a chave para camuflar e gerar segregações, preconceitos, humilhações, violências e evasões de alunos LGBTI⁶. O mesmo ocorre em Louro (2012), porém, esta autora discorre não só sobre a sexualidade, mas também sobre as relações de gênero no universo da escola. Para ela, a justiça, a Igreja, as práticas educativas, a política, entre outros, são atravessadas pelos gêneros: são espaços “generificados” – produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações e, sim, também, das relações de classe, étnicas, entre outros) (LOURO, 2012).

3. Os resultados da pesquisa

Ao realizarmos um trabalho em que as narrativas funcionam como lugares de dizer, nos quais diferentes discursos encontram-se materializados, conforme Connelly e Clandinin (1995), nota-se que esses discursos não são “criados” nas/pe-las narrativas, mas é inegável que, por meio delas, diferentes enunciados circulam, reconfiguram-se e legitimam-se. Nesse sentido, podemos afirmar que, por meio de formulações verbais e não verbais, as narrativas materializam experiências de vida das três pessoas travestis e transexuais colaboradoras da pesquisa.

Identificamos que as narrativas são pouco diferenciadas. Entre as três colaboradoras, duas não concluíram o Ensino Médio (portanto, a educação básica) por motivos de exclusão escolar. Embora soubessem que sua permanência

⁵ Normas, condutas, padrões de existência e relações sociais que se expressam pela/na heterossexualidade compulsória (JUNQUEIRA, 2012).

⁶ Sigla para a representação das lutas sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais.

na escola as qualificaria para vida com perspectiva de dignidade e cidadania, muitas vezes foram privadas de seu direito à educação antes mesmo de sair de casa, especialmente dentro da escola, pelas mais variadas violências. São mulheres relativamente jovens, moram com suas famílias e possuem uma relação amistosa com as mesmas. Optamos por dar-lhes nomes fictícios para que se preservasse sua integridade física, social, psicológica e moral. Mylla, 26, se identifica como transexual, pois já fez intervenções cirúrgicas em seu corpo e faz tratamento hormonal desde os 16. Pâmela, 22, e Laura, 20, se identificam como travestis e entendem tal identidade como a não realização de intervenções cirúrgicas em seus corpos para se perceberem mulher, pois apenas as roupas que usam já as identificam com o feminino. Porém, não descartam a utilização, algumas vezes, de hormônios.

Além da prostituição, elas seguem uma vida social comum a qualquer outra pessoa: momentos afetivos e festivos – tanto entre amigos como com os próprios familiares –, resolvem questões do dia a dia (como compras e pagamento de contas), entre outros. Por exemplo, Mylla esteve em São Paulo recentemente a caráter profissional, mas também a passeio; já Pâmela e Laura participaram de um evento de dança há dois meses.

Quando levadas a revisitarem suas lembranças do período escolar, por meio da entrevista semiestruturada, vários foram os relatos. Percebe-se, no entanto, um “lugar comum” em todos eles: elementos da heteronormatividade e do binarismo de gênero os quais se expressam, das formas mais sutis até as mais visíveis, em ações de rejeição e expurgo do diferente.

Mylla, por razões de preconceito e discriminação explícitos, que culminou em briga na escola, entre outras situações, desistiu dos estudos. Isto fica claro em uma de suas falas:

As meninas sempre foram as mais abusadas. Teve uma vez que uma resolveu fazer piadinhas e gracinhas com a minha cara, e com o tempo aquilo foi me dando raiva a ponto de eu não aguentar mais, e olha que sou uma pessoa super tranquila. Me afastava dela, ia por outro lado, tudo pra evitar confusão. Mas, certo dia, estávamos na fila da merenda e ela disse que só tinham duas filas: a de menino e a de menina. Que eu fizesse uma fila só pra mim, já que eu era os dois, então, peguei meu mingau (super quente) e joguei nela. Fomos chamadas pela diretora, eu expliquei toda a situação, inclusive a mãe da menina tava presente e ela acreditou no que eu disse, mas a diretora não aceitou (acho que pelo fato dela ser mulher também, sei lá) ela disse que tinha sido um abuso da minha parte, que não deveria ter feito aquilo, que eu era a errada. Então, isso contribuiu bastante pra que eu perdesse o interesse nos estudos e decidi parar (com os estudos), tudo o que acontecia só me desmotivava (MYLLA, 2016).

Essa narrativa nos permite perceber claramente as atitudes e comportamentos que visam normatizar os corpos no espaço escolar conforme aquilo que se entende como heterossexualidade compulsória, ou seja, a heteronormatividade como padrão de organização, gestão e expressão de afetos, desejos e expressão de gênero. Tal ideia se materializa, conforme a narrativa acima, na fila da merenda (dividida em fila de meninas e fila de meninos), pela atitude da aluna que fazia questão de lembrar Mylla das inutilidades das filas para ela (além de outras provocações), uma vez que a mesma não se enquadrava em nenhuma das duas.

A heteronormatividade está presente também no papel da diretora que, na memória resgatada pela sujeita da pesquisa, mesmo sabendo da real situação, responsabilizou

a aluna por sua transexualidade como se isto fosse errado e despertasse a raiva nos colegas. Do ponto de vista da gestora escolar, Mylla era a maior culpada pela reação (preconceituosa) das pessoas ao seu redor. Subjetivamente, inversões de valores se afirmam e, equivocadamente, a vítima é culpabilizada. E quando uma situação de violência física não acontece, é o medo que estas pessoas sentem, devido a todas as situações hostis envolvendo suas alteridades, que as oprime, sendo que pensam, justamente, nas inúmeras hipóteses de agressão que podem vir a sofrer no interior da escola.

Delimitam-se espaços, ambientes e lugares. Ainda que as colaboradoras soubessem que nada aconteceria com elas (saindo da sala ou permanecendo dentro da mesma), existem manifestações latentes, calcadas tanto no binarismo de gênero quanto nos paradigmas heteronormativos, que dizem quando, onde e como elas poderiam transitar. Neste aspecto, a escola se mostra como espaço de circulação “negociada” e, ao mesmo tempo, ameaçadora para as travestis e transexuais. Sem perceber, as sujeitas correspondiam às regras ao se confinarem e/ou procurarem restringir seu “trânsito” pela escola, devido aos riscos iminentes de violência de toda ordem. Tempos mais tarde, em um contexto fora do colégio, reproduzem exatamente as mesmas experiências vivenciadas (e aprendidas): circunscrevem-se em espaços alhures onde podem manifestar suas identidades sem restrições, como é o caso das esquinas noturnas (pista)⁷, como se estes espaços fossem os únicos em que elas pudessem transitar e afirmarem-se livremente, mesmo com ressalvas de ódio e preconceito.

⁷ Gíria utilizada por travestis e transexuais para identificar as esquinas onde trabalham.

Salientamos que as colaboradoras não percebem a escola como um espaço abandonado por elas, pelo contrário, percebem como espaços de onde foram obrigadas a se retirar, já que não correspondiam aos padrões estabelecidos nas instituições de ensino. Assim, viram na prostituição⁸ uma forma não só de conseguir seus próprios recursos financeiros, mas também como espaço com relativa autonomia para afirmarem suas identidades de gênero e legitimarem sua ação como sujeitas sociais em um contexto de segregação. Desta forma, fica claro, nas narrativas apresentadas, que a escola é um ambiente normatizador e propagador das questões de gênero e que retrata fortemente o comportamento social e cultural.

A não conclusão do ensino médio por elas não é algo definitivo, pois ainda desejam continuar os estudos. Das narrativas das sujeitas desta pesquisa, é possível analisar que as pessoas que não se submetem aos padrões de feminilidades, masculinidades e orientações sexuais encarados como normais a partir da ótica dos padrões sociais dominantes, são reiteradamente expostas, no ambiente escolar, a violações de direitos, agressões físicas e verbais e discriminações de todo tipo. Ou seja, suas diferenças convertem-se em reais desigualdades.

[...] Eu chamei meus professores pra dizer pra eles que eu gostaria de ser chamada de Marcinha na hora da frequência, mas nenhum deles me atendeu, eram todos resistentes, diziam que tinha sido matriculada com nome de homem e iriam me cha-

⁸ Não há registros, fontes ou dados oficiais sobre a prostituição de travestis e transexuais do Estado do Amapá. Percebemos que é inexistente uma organização deste recorte social, sendo que o que existe é uma articulação de travestis e transexuais no interior da Federação que reúne organizações LGBTI.

mar pelo nome que constava na lista deles, isso era terrível! [...] Me lembro de uma vez que eu e uma amiga, também transexual, fomos vestidas com a calça da 'Gang'. Nossa! [...]. Quando chegamos lá nós fomos barradas na porta e ficamos indignadas! A diretora [...] nos chamou na sala dela, nós entramos e conversamos. Ela nos pediu pra que não fôssemos mais com aquele tipo de roupas e nós questionamos, pois, todas as outras meninas iam e só a gente não podia ir, não achamos justo [...]. Então essas coisas não foram nada legais, e assim, não só eu, mas a minha amiga também fomos desistindo de ir pro colégio [...] (MYLLA, 2016).

É um constrangimento que a gente passa com as pessoas todas te olhando, ainda mais que a gente vai maquiada, porque eu não ia com a cara limpa, já que era uma coisa que eu gostava (maquiagem, cabelo, roupa feminina) então as pessoas ficam te 'zoando', fazendo graça, e isso não é fácil [...] (PÂMELA, 2016).

Tem um preconceito muito grande ainda em Macapá, e aí o povo pensa que a gente ainda é palhaçada, que a gente tá na escola pra servir de palhaço. Eles nos veem com um olhar muito diferente devido ao preconceito, mas mesmo assim eu não deixava essas coisas me atingirem, ia pra escola pra estudar e prestava atenção somente nos estudos. Fazia de conta que não estavam mexendo comigo, pois, o que me importava era que eu tava indo pra escola e marcando presença (LAURA, 2016).

Os gestos corporais e faciais, as roupas, as maquiagens e todas as outras práticas as quais se convencionaram socialmente atribuir ao universo feminino, para as travestis e transexuais, eram condutas que deveriam ser sempre limitadas e controladas na realidade escolar. Isto porque se configura-

vam em uma ruptura tanto das regras escolares quanto ao que se entende como “normal” dentro do binarismo de gênero, e que elas subvertiam.

Percebe-se, nas falas, resistências até mesmo por parte daqueles que deveriam promover o senso de justiça e o bom senso para a superação de preconceitos, como é o caso de professores, técnicos e gestores educacionais. No que se refere à cessão de algumas vontades para que se evitasse o constrangimento das alunas travestis e transexuais, podemos ver exemplos no relato Mylla, ao pedir aos professores que lhe chamassem pelo nome feminino, e também na situação em que foi chamada por sua diretora devido às roupas que usava, e que eram comuns às alunas da escola em que estudava. Justificava-se sempre com aquilo que Foucault (1984) chamou de “contra-natureza”, isto é, desejos que não poderiam, sob hipótese alguma, ser autorizados às transexuais e travestis, já que haviam nascido biologicamente machos.

Outro aspecto evidenciado pelas colaboradoras é a concepção que as pessoas têm quanto à presença de alunas travestis e transexuais nas escolas: presenças anedóticas e “humorísticas”, as quais só podem ser visibilizadas em trabalhos extraclasse, datas comemorativas e afins.

De início, no ensino fundamental, era tranquilo porque eu sempre me identificava com os professores, sempre tava à frente dos projetos da escola, folclore, principalmente nesses negócios de dança que eles (professores) precisavam dessas coisas, aí o povo já não me via assim como um monstro, até porque eu acho que fui a primeira travesti do colégio, a mais ‘rasgada’ e tinha uma aproximação com a diretora, então o pessoal já tinha um certo medo de ficar me xingando, fazendo graça, olhando torto,

aqueles deboches que sempre acontecem, né? Mas claro que sempre tem aqueles ‘enxiridinhos’, então sempre vai ter aqueles momentos ruins por isso, mas tô aí né? (PÂMELA, 2016).

[...] Quando tinham aquelas festas e datas comemorativas como do folclore, por exemplo, era muito bom! Eu não me sentia diferente, apresentava aquelas danças e gostava muito, era muito legal porque eu me sentia no meio de todo mundo. Mas no dia a dia as coisas mudavam muito, nem sempre eram boas [...] (MYLLA, 2016).

Reiteram-se aí os aspectos da escola enquanto espaço de circulação “negociada” e a reduzida visão sobre a diversidade de gênero em detrimento ao que se entende por gêneros “oficiais” e “legítimos”. Ainda prevalece o pensamento de que tais identidades só se tornam aceitáveis quando inseridas no contexto que foge da realidade e que se estabeleça no plano da fantasia, da piada e das representações de realidades fantásticas, o que reforça velhos preconceitos e paradigmas. É nesta conjuntura, e neste ambiente, que as pessoas entrevistadas viveram parte de suas vidas e, ao se “libertarem”, encontraram na rua uma alternativa cruel para viverem suas identidades. Vivemos em uma sociedade historicamente excludente que, a partir de padrões culturais construídos sob marcadores sociais de diferença marcada pela exclusão social, se reflete, particularmente pelos/nos processos de escolarização, em grupos específicos diferenciados pela classe social, bem como diferenciados pelas questões de gênero e orientação sexual (JUNQUEIRA, 2012).

Cada relato carrega um protagonismo de vivência precoce que poderia ser firmemente acompanhada em sua plenitude pela construção do conhecimento e emancipação social através da escola. Neste sentido, considerando o que

as narrativas coletadas revelam, entendemos que os principais desafios a serem enfrentados por transexuais e travestis no espaço escolar se dão na superação dos julgamentos alheios – os quais corroboram a falta de compreensão e conhecimento, principalmente por parte dos profissionais da educação – referentes às suas identidades e a forma como elas são vivenciadas. A reprodução das práticas fundamentadas no binarismo de gênero e na heteronormatividade, neste aspecto, se mostram como os mais rígidos elementos de rejeição do diferente e que devem ser suplantados. Fica nítida esta necessidade quando Mylla lembra do período em que resolveu assumir sua identidade “trans”:

[...] Foi em 2006, na época eu fazia a quinta série, cheguei na escola e as pessoas me julgavam dizendo que aquilo não existia, que era coisa de outro mundo, que era errado e tudo mais. Foi muito difícil, a ponto da diretora me chamar na sala dela pra me dizer que eu não podia fazer aquilo, me vestir de mulher, agir como mulher, que era errado e que ela não ia permitir aquilo, pois eu havia sido matriculada como homem e não como menina. Nossa, fiquei aterrorizada quando ela me disse aquilo, me senti excluída e eu a questioneei perguntando por que era errado se era como eu me sentia bem. Ela era contra só porque eu era diferente? Então essas coisas foram me deixando chateada, com raiva, me dando a vontade, um tempo, de abandonar a escola (MYLLA, 2016).

Fato que também se evidencia na memória de Pâmela:

Pra te falar a verdade, só no meu ensino médio que eu ficava meio assim de sair pra lanchar no intervalo, por exemplo, porque é uma adolescência a mais, sabe? São alunos de dezoito, dezenove, vinte anos, então eu ficava com medo de sair no corredor e os

outros me olharem “torto” ou até mesmo fazerem algum mal. Eu estudei o médio à noite, embora na escola fosse tranquilo, eu tinha medo que algo me acontecesse se eu saísse da sala no intervalo, era uma visão que eu tinha, entende? Era algo que eu nunca tinha passado, mas que pensava que poderia acontecer e não dava minha cara à tapa pra ver. [...] o medo é constante porque era o que eu pensava (PÂMELA, 2016).

Ainda que Pâmela tenha sido a única a concluir o ensino básico, nas memórias das colaboradoras os relatos são evidentes sobre o que escola representou em suas vidas: um espaço no qual os padrões heteronormativos e de gênero refletem a forma como a sociedade concebe as diferentes sexualidades, tolhe e pode representar perigo ao experimento e realização de ser quem realmente se é, levando, finalmente, o indivíduo à evasão escolar. Tais padrões, de tão articulados e naturalizados que estão, sobretudo, nos discursos dos atores institucionais, produzem pensamentos de adequação às normas como forma de aceitar as travestis e transexuais dentro das escolas, porém, que elas não “exagerem” em suas vontades de realizar suas experiências no que se refere aos gêneros com os quais se identificam.

As próprias identidades de gênero das entrevistadas foram entendidas e reduzidas a meros instrumentos de subordinação às regras de suas escolas que, por sua vez, não lhes garantiam o direito total de se expressarem do modo como se viam e gostariam de ser, e que ainda limitavam a circulação dessas pessoas dentro destes lugares. Expressar suas diferenças não agradava aos olhares vigilantes e precisos – que tinham a obrigação de docilizar e moldar os corpos – pelo contrário, poderia colocar em risco toda a normalidade já incutida em cada espaço da escola (e fora dela também) (JUNQUEIRA, 2012).

Os discursos diversas vezes proferidos pelos sujeitos que lidavam diretamente com as travestis e transexuais no interior das escolas (por mais que fossem colégios diferentes) são, indiscutivelmente, os mesmos e sempre corroboram a exposição, a humilhação, a violência, o preconceito e a exclusão. Logo, ao invés de se envidar esforços para que se possa garantir dignamente a presença de alunos com gêneros diferenciados na educação, o que se pratica é justamente o contrário. Assim, tem-se como consequência o afastamento e a evasão destes indivíduos, os quais, sem muitas alternativas, enveredam por caminhos difíceis e estigmatizados pela sociedade; no caso desta pesquisa, a prostituição. Sobre este fato, analisam Marco Prado e Rogério Junqueira:

[...] Com suas bases emocionais fragilizadas, travestis e transexuais na escola têm que encontrar forças para lidar com o estigma e a discriminação sistemática e ostensiva. Expostas a sistemáticas experiências de chacota e humilhação, e a contínuos processos de exclusão, segregação e guetização, são arrastadas por uma 'rede de exclusão' que vai se fortalecendo, na ausência de ações de enfrentamento ao estigma e ao preconceito, assim como de políticas públicas que contemplem suas necessidades básicas, como o direito de acesso aos estudos, à profissionalização e a bens e serviços de qualidade em saúde, habitação e segurança (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p. 61).

Considerações finais

Ouvir as vozes de travestis e transexuais, ao relembrem de suas diversas experiências escolares, é uma prática crucial e que deve ser mais explorada para a ampliação e enriquecimento de debates que priorizem a inserção destes

sujeitos na vida em sociedade, que começa na garantia do acesso às escolas e na permanência na educação.

Ao fazermos as análises das narrativas, dos relatos, enfim, das memórias destas pessoas, ficou claro quão impregnada está a sociedade de comportamentos que visam o controle ou a docilização dos corpos em todos os espaços (FOUCAULT, 1987), sobretudo na educação por meio de padrões heteronormativos e de gêneros entendidos como legítimos. A pesquisa revela ainda que o fim do espaço negociado, livre de consensos para o pleno ir e vir de pessoas travestis e transexuais em linha com o pensamento de rompimento da prática preconceituosa em perceber estes sujeitos como imagens puramente cômicas, no âmbito educacional, são lutas para além do que se brada como “justiça social” e revelam-se como verdadeiras chaves para aceitação, não somente das colaboradoras desta pesquisa, mas de todas as pessoas com suas capacidades plurais e que ultrapassam os muros da escola.

Referências

BUTLER, Judith. Sexo y género en el segundo sexo, de Simone de Beauvoir. **Mora**, Universidad de Buenos Aires, v. 4, p. 10-21, out/1998.

CONNELLY, F. Michael; CLANDININ, D. Jean. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, Jorge (et.all.). **Déjame que te Cuente** – Ensayos sobre Narrativas y Educación. Barcelona: Ed. Laertes, 1995, p. 11-60.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Educação On-Line (PUCRJ)**, v. 10, p. 64-83, 2012.

LOURO, Guaciara Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 51-72, 2011.

As relações familiares de adolescentes homossexuais: uma abordagem compreensiva

Nely Dayse Santos da Mata¹

Maria Cristina Pinto de Jesus²

Miriam Aparecida Barbosa Merighi³

Resumo: A discussão sobre homossexualidade na adolescência abre oportunidades e caminhos para a compreensão da diversidade da sexualidade humana, considerando sua interface com as questões que envolvem a saúde física, mental e a socialização dos jovens. Neste contexto, faz-se necessário incluir os familiares porque a família constitui a base para a formação do ser humano na sociedade. Objetivou-se discutir a perspectiva de adolescentes homossexuais sobre suas relações com familiares. Trata-se de estudo qualitativo ancorado na sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, realizado com 12 adolescentes homossexuais de ambos os sexos, residentes na cidade de Macapá/Amapá/Brasil. Os depoimentos foram coletados em setembro e outubro de 2015, por meio de entrevistas com as seguintes perguntas orientadoras: considerando sua orientação homossexual, conte-me sobre sua vivência com seus familiares. O que você espera do convívio com seus familiares? A análise dos dados foi realizada em conformidade com os passos utilizados pelos pesquisadores do referencial teórico-metodológico adotado. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amapá, sob o Parecer nº 1.197.641/2015. A análise dos depoimentos permitiu a elaboração de categorias que representam a experiência vivida por adolescentes homossexuais no contexto familiar: “Relação familiar conflituosa” e “Expectativa de ter independência financeira e ser respeitado pela família. A vivência de adolescentes

¹ Professora da Universidade Federal do Amapá. Email: nelymata@uol.com.br

² Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: mariacristina.jesus@ufjf.edu.br

³ Professora da Universidade de São Paulo. Email: meirighi@usp.br

homossexuais frente às relações com seus familiares explicitada nesta investigação pode desdobrar-se em reflexões que promovam intervenções no campo da assistência social e de saúde, educação e pesquisa, visando à inclusão desses adolescentes nos diversos cenários sociais, considerando o respeito à diversidade afetivo-sexual.

Palavras-chave: Adolescência; Homossexualidade; Relação Familiar; Pesquisa Qualitativa.

Introdução

Ao longo dos séculos, a homossexualidade foi considerada como doença e pecado, sendo alvo de discriminação social, pois o exercício da sexualidade tradicionalmente aceito, em geral, é o heterossexual. No entanto a homossexualidade, nos últimos anos, passou a ser considerada como uma expressão natural da sexualidade humana, sendo muito mais do que uma orientação sexual por pessoas do mesmo sexo, pois envolve afetividade e relacionamentos (BENTO; MATÃO, 2012).

Considerando que, na adolescência, ocorre o despertar para a vida afetivo-sexual e é quando ocorrem as primeiras experiências sexuais, a vivência da sexualidade que foge à heteronormatividade pode ser uma questão problemática tanto para os adolescentes como para sua família. Não obstante tal expressão da sexualidade apresentar maior abertura para discussão do tema na sociedade atual, ainda se configura como desencadeadora de graves conflitos no âmbito das relações familiares (VALADÃO; GOMES, 2011).

A ideia hegemônica, presente no meio social, ao reforçar que a orientação da sexualidade deve ser a heterossexual, marginaliza as demais manifestações da sexualidade humana. Essa marginalização pode ser problemática na adolescência, fase da vida humana caracterizada por mudanças, incertezas e indefinições identitárias (SOLIVA; SILVA JUNIOR, 2014).

Estudos mostram que os adolescentes vivenciam inúmeros conflitos com a descoberta da homossexualidade, principalmente no âmbito familiar (BENTO; MATÃO, 2012; TOLEDO; TEIXEIRA-FILHO, 2013; GONZAGA et al., 2014; GRAFSKY, 2014). Ao assumir sua orientação sexual, o jovem depara-se com o medo da descoberta de sua homossexualidade por seus familiares e pela sociedade. Assim, adota a “negação” como modo de se autoprotger (SIMPSON et al., 2007). Por outro lado, mesmo com o reconhecimento da homossexualidade pelos familiares, o jovem experimenta formas concretas de violência, sofrimento psíquico, incertezas e medo (SOLIVA; SILVA JUNIOR, 2014).

A percepção da homossexualidade de um adolescente por parte da família ocasiona desequilíbrio e a conseqüente busca de manutenção da estabilidade da mesma, que tenta a todo custo inseri-lo nos modelos e valores socialmente estabelecidos.

Estudo brasileiro realizado sobre a relação entre pais e filhos diante da descoberta da homossexualidade mostrou que o espaço em que são estabelecidas as relações mais íntimas entre os jovens e seus familiares (a casa) apresenta-se como um cenário privilegiado para a realização de conflitos, considerando o esforço coercitivo dos familiares para adaptá-los à norma sexual hegemônica. Quando os pais se veem diante de uma situação que foge à norma, empregam estratégias para contornarem o “problema”. As violências físicas e psicológicas aparecem como modalidades constantemente adotadas para este fim. Por sua vez, os jovens passam por sofrimentos que se situam entre a publicização e o ocultamento de sua orientação sexual (SOLIVA; SILVA JUNIOR, 2014).

Há que se considerar também que as relações domésticas se constituem de pesadas estruturas de poder que se

configuram em um esforço de heterossexualização compulsória. Esse esforço faz com que comportamentos considerados não conformados às expectativas familiares sobre a sexualidade e do gênero sejam controlados pelos familiares, visando à reintegração desses jovens à norma sexual dominante – a heterossexualidade. A atitude repressiva dos pais ocorre sob o pretexto de garantir uma melhor qualidade de vida aos jovens, preocupando-se com o estigma social que esses possam sofrer (SOLIVA; SILVA JUNIOR, 2014).

Nessa perspectiva, destaca-se a importância da relação dos adolescentes homossexuais com seus familiares, considerando que relações harmônicas contribuem para a saúde mental e socialização de todos. Além disso, a família é a base de apoio para a construção da identidade de seus membros (BALTOR et al., 2014).

Considerando que a estigmatização dos homossexuais cria marcas profundamente negativas (GOMES et al., 2013), sobretudo quando não encontram o apoio de suas famílias, é importante discutir as diferentes formas de vivência afetivo-sexual de pessoas do mesmo sexo.

A seguinte questão norteou a presente pesquisa: quais as experiências e expectativas de adolescentes homossexuais frente ao convívio com seus familiares? Objetivou-se discutir a perspectiva de adolescentes homossexuais sobre suas relações com familiares.

1. O adolescente homossexual e as relações familiares

Considerada o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social, a família vem sendo reconhecida por diferentes configurações,

sendo hoje em dia formada não só por pessoas de laços de consanguinidade, mas também por fortes laços de afetividade (SCHAURICH, 2009).

A família é um universo de possibilidades para o desenvolvimento do indivíduo, assumindo a função de instituição cuidadora à medida que se destina a contribuir no processo de construção e manutenção dos princípios éticos e morais de seus membros. Ela tem grande influência no desenvolvimento do adolescente e este por sua vez absorve as atitudes e valores próprios de seu círculo familiar (SCHOEN-FERREIRA et al., 2010). Nesse sentido, é fundamental que o adolescente perceba e vivencie o apoio da família como suporte para superar as dificuldades típicas dessa fase, uma vez que a situação de não acolhimento poderá fazer com que o adolescente busque em outros grupos o suprimento de suas necessidades afetivas na tentativa de compensar o vazio deixado (SILVA et al., 2011).

A família é parte importante do processo de construção da autonomia dos jovens, sobretudo quando valoriza suas singularidades. Também estabelece e mantém códigos que norteiam as interações afetivas e sexuais, como as demais formas de interação social de seus filhos, conforme as expectativas sociais de desempenho segundo o sexo e o gênero (SOLIVA; SILVA JUNIOR, 2014).

O aprendizado em torno da sexualidade está intimamente relacionado ao modo como estão organizadas as relações de gênero nos contextos socioculturais em que os indivíduos se encontram inseridos, incluindo a família (HEILBORN, 2012). Contudo, o desejo dos pais no que concerne à sexualidade dos filhos nem sempre corresponde ao que foi esperado, visto que a sexualidade humana apresenta muitas facetas além da heterossexualidade. Desse modo, as reações

dos pais frente à revelação dos filhos a respeito de sua orientação homossexual são diversas, dependendo dos tipos de vínculos entre eles e os filhos, dos sentimentos que afetam os membros da família entre si, da relação entre os irmãos, do comprometimento com os fundamentalismos religiosos, com o moralismo social, com a tradição, com a ética e os valores de respeito aos direitos humanos, à autonomia e às decisões individuais, entre outros aspectos (TOLEDO; TEIXEIRA-FILHO, 2013).

Quando ocorre a manifestação da homossexualidade pelos filhos, não raro, há uma quebra da dinâmica familiar. A “descoberta” da homossexualidade pelos pais, geralmente, vem acompanhada de dramáticas tensões capazes de romper os laços de solidariedade que a família tende a amarrar. A rejeição marca a interação entre o jovem e o grupo doméstico em princípio (SOLIVA; SILVA JUNIOR, 2014).

Para cumprir com as premissas da heteronormatividade, as famílias investem pesadamente para que seus filhos se tornem heterossexuais e façam as correspondências das performances de gênero referentes a seu sexo biológico. Lançam mão de diversas estratégias a fim de enaltecer e valorizar experiências e modos de existência que julgam levar à heterossexualidade e banir o que julgam levar à dissidência sexual e/ou de gênero (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2013).

A reiteração da heteronormatividade no discurso familiar pode se manifestar em distintas formas e em graus variados de violência, indo desde o total silenciamento de qualquer coisa que se refira à diversidade sexual e de gênero, passando à produção de estigmas diversos que operam sobre as pessoas que não se enquadram em tal norma. Em alguns casos, chega a ocorrer a segregação do membro da família de forma simbólica ou real ou mesmo através de diversas for-

mas de violência física e, em casos extremos, até assassinatos. O processo de revelação/descoberta do homoerotismo para e pelos pais é bastante turbulento, sendo perpassado por controle, vigilância, perseguição, invasão de privacidade, proibições, ameaças, chantagens e até agressões (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2013).

As interdições de ordem econômica são componentes indispensáveis com os quais os pais mantêm o controle social sobre a identidade sexual de seus filhos homossexuais, após seu conhecimento, em especial, pelo fato de esses jovens não exercerem nenhum tipo de atividade remunerada. A suspensão do suporte financeiro oferecido para as despesas pessoais, ou mesmo para outros gastos decorrentes da manutenção dos estudos, sugere formas de fazer valer a autoridade familiar em face da informação da homossexualidade do filho (SOLIVA; SILVA JUNIOR, 2014).

Neste contexto, quando ocorre a revelação da orientação sexual considerada desviante, dentro do seio familiar, percebe-se que a família não atua como protetora e promotora de saúde e dignidade de tais indivíduos, mas como um dispositivo de reiteração da heteronormatividade por meio de formas de violência pautadas na inferiorização das experiências consideradas desviantes (PERUCCHI et al., 2014).

As dificuldades de aceitação da dissidência da heteronormatividade vivenciada pelos filhos precisam ser resignificadas com base no luto pela heterossexualidade. Geralmente as mães e pais de homossexuais experimentam sentimento de culpa, considerando o fato como um “castigo”, responsabilizando-se, como se tivessem “falhado” na educação dos filhos, ou culpando alguém por “transformar” seu(sua) filho(a) em homossexual. Também são comuns os sentimentos de decepção e sofrimento pela expectativa rompida sobre a he-

terossexualidade representada por rituais como noivado, casamento, chegada de netos nos moldes tradicionais. Assim, precisam elaborar o luto por não ter o filho heterossexual (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2013).

Se, por um lado, os pais apresentam sofrimento e desapontamento em relação ao comportamento não heterossexual dos filhos e necessitam de apoio para lidarem com essa questão, por outro, os filhos que não recebem apoio da família apresentam piores desfechos de saúde quando comparados com filhos heterossexuais (HUMMEL et al., 2012). Mesmo que a transição da adolescência para a idade adulta seja caracterizada por uma maior independência em relação aos pais, o apoio deles continua a ser um importante fator para a promoção da saúde durante esta fase da vida. Níveis mais baixos de apoio dos pais durante a juventude podem explicar o porquê de as minorias sexuais apresentarem desfechos de saúde piores quando comparadas com a maioria heterossexual (NEEDHAM; AUSTIN, 2010).

As intervenções destinadas a reforçar as relações entre adultos jovens gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBTT) e seus pais poderiam levar a uma redução das disparidades de saúde relacionadas à orientação sexual (NEEDHAM; AUSTIN, 2010). Ressalta-se, neste contexto, a importância dos profissionais de saúde em traçar estratégias para incentivar o apoio dos pais aos filhos GLBTT, ao revelarem sua orientação sexual (ROTHMAN et al., 2012).

O preconceito sobre a homossexualidade no contexto familiar constitui-se em um dispositivo de legitimação da violência e, conseqüentemente, ocasiona a ruptura do vínculo, o afastamento temporário ou permanente entre esses jovens e seus familiares, levando, muitas vezes, à saída ou à expulsão da casa dos pais em circunstâncias complexas e, frequentemente, dolorosas (PERUCCHI et al., 2014).

Por outro lado, se os adolescentes convivem em um ambiente familiar que proporcione segurança e meios para lidarem com adversidades, eles terão mais condições para vivenciar a homossexualidade. Em seu cotidiano, o adolescente procura tomar decisões isoladas, mas, frente a qualquer adversidade, ele sabe que contará com apoio familiar, sobretudo se o vínculo estabelecido entre os membros for de qualidade e respeito, em uma atmosfera capaz de garantir a segurança e o desenvolvimento da autoestima (TEIXEIRA-FILHO, 2012).

Diante do exposto, destaca-se a necessidade de discutir a experiência de adolescentes homossexuais frente às relações com seus familiares. Embora a literatura apresente elementos importantes sobre a temática ainda há lacunas a serem desveladas, sobretudo no que diz respeito às discussões fundamentadas sob o ponto de vista do próprio adolescentes, na perspectiva da sociologia fenomenológica de Alfred Schütz.

2. A perspectiva de adolescentes homossexuais sobre as relações familiares

2.1. Fundamentação teórico-metodológica

Para compreender o contexto vivido pelo adolescente homossexual e seus familiares, utilizou-se a pesquisa qualitativa. Esta abordagem permite ao pesquisador ter acesso ao universo das emoções, perspectivas, crenças, valores, ações, comportamentos e significados que as pessoas constroem sobre suas experiências (MORSE, 2012), possibilitando investigar o porquê e o como das situações e não apenas o que, onde e quando os fenômenos acontecem (FALSARELLA, 2015).

Dentre as diversas abordagens qualitativas, optou-se pela fenomenologia por possibilitar a compreensão do mundo tal como ele se apresenta à consciência humana (GUIMARÃES, 2013). Como método de pesquisa, a fenomenologia permitiu à pesquisadora ir ao encontro da consciência dos adolescentes homossexuais para compreender os meandros vividos por eles no contexto das relações familiares.

Dada a dimensão social do fenômeno – adolescente homossexual e sua relação com familiares –, elegeu-se a sociologia fenomenológica de Alfred Schütz para ancorar este estudo por permitir compreender o mundo com os outros em seu significado intersubjetivo (SCHÜTZ, 2009). Esse significado nunca é individual, pois, embora seja vivenciado num contexto objetivo de significação, está contextualizado na intersubjetividade, configurando um sentido social.

Utilizaram-se os seguintes conceitos da sociologia fenomenológica de Alfred Schütz: mundo da vida, intersubjetividade, situação biográfica, acervo de conhecimentos, ação social e tipificação.

Mundo da vida, também denominado de mundo social é permeado por interações em que os seres humanos compartilham o tempo e o espaço e vivenciam processos conscientes que são considerados elementos significativos das relações sociais. A compreensão mútua no mundo social, é denominada de intersubjetividade (SCHÜTZ, 2012).

O acúmulo de experiências vividas, gravado na consciência, é passível de acesso e consulta para ações futuras, o que é denominado de acervo de conhecimentos. O conjunto de influências condiciona a pessoa a uma dada posição no mundo, a qual é denominada de situação biográfica (SCHÜTZ, 2012).

A ação social é definida como a conduta humana projetada pelo sujeito de maneira autoconsciente e intencional, com um propósito. É interpretada pelo sujeito com base em seus motivos existenciais, derivados da subjetividade e que se constituem em fios condutores da experiência no mundo social. A tipificação da experiência vivida é entendida como a organização teórica das características da ação humana que revela a construção significativa da vida social (SCHÜTZ, 2012).

Neste estudo, o fenômeno investigado foi o contexto vivido pelo adolescente homossexual com os seus familiares. Ao conviver no mesmo tempo e espaço, estes vivenciam interações sociais no ambiente familiar e em outros espaços sociais, como escola, instituições religiosas e comunidades. Esta convivência mostra a cristalização de valores aceitos socialmente, em que a homossexualidade não é vista com naturalidade. Tal situação vivida influencia as experiências de adolescentes. Em geral, a família espera que seus filhos sejam heterossexuais e que cumpram a norma social do casamento e constituição da prole – comportamento típico esperado pela sociedade. Contudo, tal projeto nem sempre se concretiza, o que pode gerar conflitos no ambiente familiar.

2.2. Procedimentos metodológicos

O cenário da pesquisa foi a cidade de Macapá, Amapá, Estado localizado no extremo Norte do Brasil. Os participantes foram 12 adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 18 e 19 anos e que se denominaram homossexual. Todos eram estudantes universitários, com renda familiar média de seis salários mínimos e conviviam com seus familiares.

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista individual com as perguntas orientadoras: considerando sua

orientação homossexual, conte-me sobre sua vivência com seus familiares. O que você espera do convívio com seus familiares?

A organização e a análise dos resultados foram realizadas tendo como fundamentação estudos conduzidos por pesquisadores da sociologia fenomenológica de Alfred Schütz (JESUS et al., 2013): gravação em áudio das entrevistas; leitura pormenorizada dos depoimentos para apreender a experiência dos adolescentes homossexuais frente ao convívio familiar; organização dos significados em categorias que expressam essas experiências. O conjunto de categorias fez emergir a tipificação (experiência vivida de adolescentes homossexuais no contexto familiar) – estrutura invariável do fenômeno estudado.

O projeto foi aprovado sob Parecer nº 1.197.641, de 24 de agosto de 2015. CAAE: 45984815.7.0000.0003, sendo a pesquisa realizada segundo os princípios da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

A análise dos depoimentos permitiu a elaboração de categorias que representam a experiência vivida por adolescentes homossexuais no contexto familiar: “Relação familiar conflituosa” e “Expectativa de ser respeitado pela família e ter independência financeira.

2.3. Relação familiar conflituosa

Os depoimentos dos adolescentes homossexuais revelam que o ambiente familiar é permeado por ameaça, chantagem, ofensa, agressão física e verbal, coerção da liberdade, além de julgamentos morais e religiosos por parte dos pais e familiares:

[...] minha mãe me disse que me preferia ver grávida a me ver com meninas. Ela disse que não queria aquilo para mim. Ela jamais imaginava, mas eu não conseguia me afastar da menina com quem eu estava. Ela contou para meu pai e chegou a me bater [...]. Adolescente 3.

“Minha mãe é homofóbica. Nossa relação é péssima. A convivência com meus familiares não é como eu esperava. Eu sabia que seria difícil, por conta da minha mãe, mas não tão difícil assim. Ela não aceita de forma alguma, nem dos filhos dos outros, ainda mais a filha dela”. Adolescente 4.

[...] minha mãe é muito religiosa. É católica e só aceita família tradicional. Um dia, ela pegou o celular, descobriu e perguntou: ‘que história é essa que tu estas namorando uma menina?’ Neguei. Ela disse: ‘se eu sonhar que eu tenho uma filha sapatão, vou me jogar na frente de um caminhão’. Eu continuei negando. Adolescente7

“Não consigo conversar com minha mãe hoje sobre o assunto. Atualmente nosso relacionamento é uma mentira. Com as minhas irmãs também nunca mais conversei. A minha irmã do meio é evangélica. [...] dizia que tínhamos que orar muito, que Deus abomina isso [...]”. Adolescente11

As experiências do adolescente homossexual no que diz respeito ao convívio com os familiares e demais pessoas do seu meio social, como a escola, a igreja, perpassam uma relação de intersubjetividade que nem sempre é positiva e geradora de relações harmoniosas. Na maioria das vezes, essas relações deixam vir à tona as crenças, valores, idealizações heterossexistas que fazem parte da bagagem de conhecimentos dos atores sociais envolvidos. Nesse sentido, aquilo que o adolescente aprendeu com a família, amigos, institui-

ções escolares e religiosas constitui elemento que compõe também sua bagagem de conhecimentos sobre a homossexualidade. Esta bagagem determina sua ação no mundo social, fornecendo elementos que possibilitam ou não assumir perante a família e sociedade em geral sua orientação sexual. Ela pode também ser geradora de conflitos com ele mesmo e com o outro, ou, dependendo da situação, faz com que o adolescente viva de modo positivo sua sexualidade.

A construção do significado da homossexualidade na família de origem geralmente se dá por meio de uma concepção preconceituosa e estereotipada, comumente reforçada pelas crenças religiosas, papéis de gênero e conceitos de saúde e doença. Isso gera nos adolescentes homossexuais um sentimento de medo, ao expressarem sua orientação sexual diante da própria família e sociedade, o que caracteriza um relacionamento familiar e social discriminatório (SILVA et al., 2015).

A expectativa por parte dos pais sobre a heterossexualidade dos filhos começa ainda nos primeiros meses de vida da criança. Vivendo numa sociedade machista, em que predomina o heterossexismo, é comum o uso das expressões “meu filho vai ser/é macho”, “meu filho é um garanhão”, etc. À medida que a criança vai crescendo, aumentam também as cobranças, seja com brincadeiras com os meninos adolescentes sobre as namoradas, seja a cobrança de casamento aos jovens acima dos 18 anos. Alguns pais ainda levam seus filhos (homens) adolescentes em casas de prostituição para que os mesmos tenham sua vida sexual iniciada por uma mulher, de forma a reprimir a menor possibilidade de homossexualidade (SOUZA, 2016).

Os pais (homens) se sentem ameaçados quando seus filhos, embora crianças, não dão sinais da “firmeza mascu-

lina". Em geral, quando os meninos apresentam a voz fina, têm interesse por brincadeiras de meninas ou têm postura corporal afeminada, despertam uma maior preocupação nos pais, que veem neste comportamento a homossexualidade de forma latente. Muitas vezes, chegam a proibir os meninos de sentarem dessa ou daquela forma. Os pais acabam tornando-se verdadeiros vigilantes no comportamento dos filhos, seja no andar, no falar ou gesticular. Quando percebem algum sinal indicativo de homossexualidade, encaminham seus filhos para psiquiatras ou psicólogos na esperança de uma "possível" cura (SOUZA, 2016).

No espaço familiar, as tensões existentes entre o adolescente homossexual e a figura dos pais que desejam heterossexualizar o seu comportamento, deixam este ambiente nem sempre como um lugar tranquilo para as relações familiares (MURASAKI; GALHEIGO, 2016).

A família, ao deixar emergir preconceitos de cunho cultural originados da heteronormatividade socialmente imposta, enfrenta conflitos no seu relacionamento com o adolescente. A família educa o filho para a heterossexualidade, acreditando que esta expressão da sexualidade seja algo natural, universal, imutável e divino. Pais e filhos acabam sendo vítimas de uma educação conservadora orientada para a institucionalização do heterossexismo (SOUZA, 2016; LONGARAY; RIBEIRO, 2015).

A família configura-se, portanto, como um dos instrumentos utilizados para o governo da vida dos sujeitos em sociedade. Ela, a partir de suas diferentes estratégias ou práticas normativas, busca conduzir a vida dos seus membros, regulando seus modos de ser. A família está envolvida no disciplinamento dos corpos e dos indivíduos, normalizando-os e trazendo-os para a norma heterossexual (LONGARAY; RIBEIRO, 2015).

Desse modo, as crenças de cada família em torno dos papéis sexuais e sociais pesam negativamente na aceitação da homossexualidade (SILVA et al., 2015). Estudo realizado na região centro-oeste do Paraná, Brasil, mostrou que, devido à organização heteronormativa da sociedade, a possibilidade de ter um filho ou uma filha homossexual sequer é pensada. Quando se deparam com essa situação, os pais iniciam um trajeto de diversos embates entre as suas concepções e o amor dos filhos. A delimitação dos papéis de gênero, a ideia do que é ser homem ou mulher, a forma “correta” de expressão da sexualidade, os planos futuros feitos em torno de uma provável relação heterossexual do adolescente, tudo isso é revisto, repensado, desconstruído e reconstruído (HAUER; GUIMARÃES, 2015).

Temendo a reação dos familiares em virtude do que a sociedade determina como orientação sexual correta, alguns adolescentes optaram por não verbalizar sua homossexualidade tendo em vista não se sentirem preparados. Contudo, reconhecem que é preciso conversar sobre o assunto com seus familiares:

“[...] em casa, a gente evita conversar sobre esse assunto (orientação sexual). Eu converso com meus amigos e nunca com meus familiares. Sempre tirei todas as minhas dúvidas com meus amigos”.
Adolescente6

“Não converso com meus pais sobre isso. Eles são homofóbicos. Ainda mais quando a minha mãe comentou que iria se jogar na frente do caminhão. Ela me assustou muito com isso e até hoje não comento com ela. [...] ela fala que eu não me arrumo muito, não passo batom e que as pessoas vão pensar que eu sou sapatão. Mas eu não estou nem aí com o que as pessoas vão pensar [...] eu não dependo deles”.
Adolescente7

[...] eu não admiti para minha família que sou homossexual[...]. As minhas irmãs e minha mãe, às vezes jogam verde, quando durmo fora de casa. Recebo indiretas para eu falar. Eles querem que eu fale. Eu percebo isso. [...] minha mãe [...] fica dizendo que tem uma amiga que tem um filho homossexual assumido e que ela está muito triste e pede ajuda a minha mãe. [...] mas não me sinto à vontade para falar". Adolescente⁸

Conversei com a minha mãe sobre esses casos (homossexualidade), porque ela trabalha na área da saúde. Ela comenta que os homossexuais são motivos de chacotas, humilhação e ela sente mal porque são pessoas 'normais'. Mas eu acho que, se um dia, eu falar para ela, pelas atitudes dela, ela não vai aceitar [...] nem meu pai. Acho que eles não vão aceitar porque eles não vão querer que o filho deles seja motivo de chacota [...]". Adolescente⁹

O modo como a família lida com a homossexualidade do adolescente pode contribuir para aumentar a confiança e reforçar positivamente a sua identidade sexual. Além disso, a família, ao fornecer-lhe apoio social frente à sua homossexualidade, pode proporcionar força para que se sinta bem consigo mesmo, ainda que passe por situações vulneráveis. Estudo apontou que, quando os jovens sentiram que os pais forneciam apoio e assistência voltados à resolução de problemas relacionados com a sua orientação sexual, eles ficavam mais propensos a reagir positivamente em relação à sua própria identidade homossexual (BREGMAN et al., 2013).

Pesquisa realizada no Estado de Goiás, Brasil, evidenciou o suporte familiar para vivência da sexualidade como fator fundamental para o bem-estar de pessoas diante da orientação homossexual. Ressaltou ainda que as famílias podem contribuir no combate e na superação do preconceito

estabelecido pela sociedade, funcionando como uma instituição de proteção contra as hostilidades externas voltadas aos homossexuais. Quando o homossexual percebe o apoio da família, passa a estabelecer uma relação de extrema gratidão por este suporte (VIEIRA; PERES, 2015).

As estratégias de revelação ou encobrimento são formas de resposta às situações de discriminação. Elas podem gerar mais isolamento ou abrir oportunidades de participação social. A dissimulação pode ser uma estratégia para ocultar a homossexualidade, enquanto que se assumir é de tentar deixar explícito de alguma forma a sua homossexualidade, por exemplo, utilizando-se dos estereótipos e símbolos homossexuais (MURASAKI; GALHEIGO, 2016).

No presente estudo, observou-se que parte dos adolescentes preferiu não revelar sua orientação sexual por temer a reação homofóbica e rejeição de seus familiares. O fato de o adolescente ter que esconder a expressão da sexualidade reforça o preconceito arraigado nas concepções dessa orientação sexual como doença, pecado e crime, o que gera o medo e a dificuldade de comunicação (SILVA et al., 2015).

Pesquisa qualitativa realizada na cidade de Nova Iorque, com 203 homens bissexuais, com 18 anos ou mais, mostrou como motivos para a não verbalização da sua orientação sexual as reações negativas de familiares que poderiam culminar em decepção, choque, repúdio por parte da família, além de poder impactar negativamente as relações de amizade. Desse modo, evitavam desvelar a bissexualidade para fugir dos confrontos emocionais. Percebiam que as pessoas próximas tinham atitudes estigmatizantes em relação à homossexualidade, por isso preferiam não revelar sua orientação sexual. Os homens acreditavam que esta revelação também traria à tona estereótipos relacionados ao mundo gay, como, por exemplo, ser HIV-positivo (SCHRIMSHAW et al., 2016).

Pesquisa realizada com 30 americanos afrodescendentes, com idade entre 16 e 24 anos, em Milwaukee, Wisconsin, EUA, mostrou que a homonegatividade vinda da família, comunidade e instituições religiosas impactou as relações familiares e com amigos, levando a maioria a esconder a orientação sexual. A homonegatividade percebida inibia sua capacidade de revelar sua orientação sexual, pois isso poderia potencialmente significar a perda de uma conexão com seus bairros e amigos e, posteriormente, a perda de uma parte importante de suas identidades sociais. Vários participantes camuflavam sua orientação sexual e adotavam comportamentos que eles acreditavam demonstrar a heterossexualidade, mantendo a imagem pública de masculinidade, como modo de evitar o isolamento social. A luta para decidir se verbalizava ou não sua orientação sexual para os pais estava relacionada à ideia de que haveria prejuízos na relação com a família, especialmente com as mães por experimentarem no cotidiano familiar interações e mensagens homonegativas (QUINN e DICKSON-GOMEZ, 2016).

A projeção de expectativas e papéis das famílias em relação aos filhos também se constitui em um impeditivo da revelação da identidade sexual, considerando a importância dada ao sucesso desses nos estudos e na vida profissional, com ênfase no que provavelmente acreditam ser uma imagem social positiva e o papel do homem. Mesmo quando os pais têm conhecimento da homossexualidade dos filhos, manifestam a vontade de que estes se comportem discretamente, não expondo sua orientação sexual e que alcancem boas posições na carreira profissional (SILVA et al., 2015).

Nesse sentido, na vivência da identidade homossexual, existem fortes obstáculos e algumas condições de apoio. O jovem com esta orientação sexual precisa criar estratégias para construir sua identidade de forma a evitar adoecimen-

tos físicos e psicológicos. Se, por um lado, suporte social contribui para a vivência positiva da homossexualidade, por outro, os obstáculos a esta vivência colocam esses jovens em posição de extrema fragilidade, que pode gerar angústia e isolamento (VIEIRA; PERES, 2015).

As equipes de atenção primária à saúde desempenham um papel fundamental na abordagem da dinâmica familiar. Ferramentas de abordagem de famílias, como genograma ou heredograma familiar, o Ciclo de vida das famílias, o modelo de Orientações Fundamentais nas Relações interpessoais (FIRO) e o modelo que envolve problem, roles, affect, communication, time in life, illness, coping with stress, environment/ecology (PRACTICE), poderiam ser usadas para a elaboração de estratégias de resolução de conflitos nessas famílias (DITTERICH et al., 2009).

O FIRO é um modelo baseado em orientações primordiais nas relações interpessoais, do original em inglês fundamental *interpersonal relations orientations* (FIRO). Trata-se de uma ferramenta útil quando se depara com situações de doenças agudas, hospitalizações, acompanhamento das doenças crônicas, podendo também ser usada para entender como a família está lidando com alterações no ciclo de vida, ou na avaliação de disfunções conjugais ou familiares (DITTERICH et al., 2009).

O PRACTICE facilita o desenvolvimento da “avaliação familiar”, fornecendo as informações sobre que intervenções podem ser utilizadas para manejar um caso específico. Ele pode ser usado para itens da ordem médica, comportamental e de relacionamentos. Este modelo foi desenvolvido para o manejo das situações familiares mais difíceis, sendo focado na resolução de problemas, o que permite uma aproximação com várias interfaces que criam problemas para as famílias acompanhadas (DITTERICH et al., 2009).

Diante da situação biográfica marcada pela homofobia, na qual o adolescente está inserido, e de sua bagagem de conhecimentos advinda das influências de pessoas significativas como os familiares, somadas à sua própria vivência com a homossexualidade, o adolescente participante da presente investigação busca agir em direção à transposição da homofobia e estigma social para alcançar a liberdade de vivenciar sua sexualidade.

2.4. Expectativa de ser respeitado pela família e ter independência financeira

Apesar das dificuldades relacionadas à aceitação de sua orientação sexual, os adolescentes reconhecem a importância das relações familiares, desejam alcançar a independência financeira e ser respeitados:

[...] quero ter independência financeira e me formar porque, querendo ou não, dependo do meu pai. Adolescente1

Quero trabalhar e ter minha independência financeira. Penso em morar só. Adolescente2

[...] espero viver bem e que eles me aceitem do jeito que sou [...] eu pretendo terminar minha faculdade e sair de casa [...]. Eles vão ter que me aceitar, conviver comigo, me respeitar e me ver com outra pessoa. Adolescente3

Para meu futuro, pretendo ser bem-sucedida, formada e estar com a minha namorada. Adolescente4

[...] quero crescer profissionalmente. Gosto do meu curso [...] de ser Consultor de Modas. Adolescente5

[...] queria que a cabeça deles fosse mais aberta, mas infelizmente não é. Independente da minha sexualidade, eu espero respeito [...]. Adolescente9

[...] eu espero maior aceitação por parte das minhas tias e dos meus pais a mesma coisa e um pouco mais de respeito. Adolescente10

[...] em relação ao meu cunhado, que é preconceituoso, conservador, machista [...] espero que, no decorrer do tempo, possamos conversar, bater no ombro um do outro e cumprimentar. Em relação ao meu pai, eu imagino que tudo pode melhorar porque pior não pode ficar. Adolescente. Adolescente12

A família deveria ser uma espécie de rede de solidariedade em que o jovem acharia apoio e receberia estímulos para fortalecimento e meio de acesso ao pleno campo de possibilidades na vida, dada a importância investida nos laços sociais. Porém, a família e suas normas preestabelecidas podem se revelar como mecanismos de coerção do indivíduo a se adequar à norma social e/ou familiar (HAMMES, 2013).

Também Vieira e Peres (2015) destacaram o papel da família como principal auxílio e fonte de sofrimento simultaneamente. Os adolescentes convivem com o medo de decepcionar os pais e de deixar de pertencer ao grupo familiar. Porém, quando a família promove o acolhimento, este suporte é visto como primordial para a segurança e bem-estar do jovem homossexual.

Apesar dos conflitos exteriorizados pelos adolescentes na relação familiar, eles desejam manter os laços afetivos com sua família nuclear. O ser humano necessita de reconhecimento e, por isso, a família, com todas suas transformações e justamente por conta delas, permanece sendo uma instituição de grande peso para os jovens homossexuais (TOLEDO; TEIXEIRA-FILHO, 2013).

Estudo que analisou a trajetória de jovens homossexuais mostrou que há chances de a pessoa homossexual con-

seguir passar pela fase crítica da convivência e conseguir se manter no seio da família, independentemente da aceitação ou não da homossexualidade dela pelos familiares. O jovem espera esta convivência, nem que para isso ele tenha que agir, dissimulando, performando, ou até mesmo camuflando sua sexualidade de modo a não chamar atenção para si e não ser notado (HAMMES, 2013).

No presente estudo, os adolescentes vislumbram o desejo de ter liberdade para expressar sua orientação sexual, o que traria o sentimento de mais pertencimento ao ambiente familiar. Estudo realizado no Sul do Brasil apontou várias condições problemáticas para a vivência da homossexualidade. Entre elas destacou a rigidez familiar como um dos maiores obstáculos. Até porque, na maioria dos casos há uma incoerência entre o discurso e a ação na aceitação da homossexualidade por parte da família, que afirma ter aceitado, contudo proíbe quaisquer manifestações homoafetivas no meio familiar. Isso caracteriza um preconceito camuflado na própria família que se apresenta a favor das diferenças e na prática acaba reproduzindo inúmeros comportamentos preconceituosos (VIEIRA; PERES, 2015).

Ao refletirem sobre sua relação com a família, os adolescentes homossexuais percebem que a dependência financeira em relação aos pais constitui-se em impeditivo para a vivência plena da sua identidade sexual. Desse modo, eles vislumbram prosseguir os estudos e buscar o trabalho como possibilidade de alcançar essa independência e firmar sua orientação sexual frente à família e à sociedade.

Estudo conduzido em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, Brasil, com lésbicas, corrobora esta afirmativa quando mostra que, devido ao fato de ainda não terem conquistado a independência financeira, elas se viam subju-

gadas ao poder dos pais sobre a autonomia de seus desejos pertinentes à vivência do homoerotismo. A dependência do filho faz, na maioria dos casos, com que ele seja obrigado a fazer o que os pais querem, subordinando seus sentimentos à vontade deles. Essa estratégia de controle pode sobrepujar os laços afetivos entre pais e os filhos homossexuais, em favor da norma heteronormativa (TOLEDO; TEIXEIRA-FILHO, 2013).

Frequentemente, muitos homossexuais se afastam de seus familiares ao conquistarem sua independência financeira, mas também muitos permanecem ligados à sua família por uma ilusão de vínculos de amor, mas que, na realidade, são vínculos financeiros e de dominação sobrepostos por uma homofobia familiar consentida, que exige que o membro homossexual se anule. Desse modo, não é apenas a homofobia familiar que faz o membro homossexual ocultar sua orientação sexual, mas também a tentativa de proteção dos laços e idealizações familiares (TOLEDO; TEIXEIRA-FILHO, 2013).

Um estudo encontrou semelhanças com a presente investigação no que diz respeito ao desejo do jovem homossexual de lutar por uma vida profissional bem-sucedida. Esta expectativa pode estar relacionada à ideia de que a orientação sexual não interfere na conquista de objetivos profissionais e na capacidade da pessoa para o trabalho (VIEIRA; PERES, 2015).

O trabalho é visto como fonte de dignidade, de reconhecimento, de realização pessoal e de liberdade financeira. Pesquisa realizada com homens homossexuais, oriundos dos estados do Rio de Janeiro, Maranhão e Pará, Brasil, ressaltou que o trabalho era visto como fonte de reconhecimento, de ocupação e de realização pessoal. Segundo esses homens, a falta do trabalho traria, como consequência, prejuízo nas

relações interpessoais e faria com que eles sentissem falta da sua rotina, do ambiente profissional e do sentimento de utilidade (SILVA et al., 2013).

Estudo realizado com homossexuais do sexo masculino, em uma cidade de Minas Gerais, Brasil, evidenciou que os mesmos almejavam alcançar o sucesso profissional como um modo de superar o preconceito pelo qual passavam. Ressalta-se que o sucesso profissional, a autonomia financeira e a postura ativa são elementos bastante valorizados tanto por homens heterossexuais quanto por homens homoafetivos (RABELO; NASCIMENTO, 2013).

Conclusão

A tipificação da experiência vivida por adolescentes homossexuais frente à relação com familiares mostrou que esta é marcada por conflitos relacionados à vivência de sua sexualidade. Diante do contexto familiar conflituoso, o adolescente vislumbra a aceitação da orientação sexual pelos familiares, especialmente os pais, além da conquista da independência financeira e da manutenção dos laços familiares.

A norma heterossexista fomenta preconceitos e estigmas sociais que dificultaram a convivência dos adolescentes pesquisados com a família ao revelarem sua orientação sexual e impediram alguns de revelarem verbalmente sua identidade sexual aos familiares. A não revelação da orientação sexual teve como fundamento a tentativa de evitar frustrar a expectativa de heterossexualidade idealizada pela família.

O ambiente familiar conflituoso e o desejo de obter liberdade para vivenciar a homossexualidade remetem os adolescentes a projetar expectativas referentes a ter independência financeira, ser respeitado na orientação homosse-

xual. Para isso idealizam investir nos estudos e conseguir um trabalho. Apesar dos conflitos emergidos na família, com a revelação ou não da orientação sexual, os adolescentes esperam manter os laços afetivos com os familiares.

Salienta-se que a abordagem da sociologia fenomenológica de Alfred Schütz permitiu aprofundar as relações sociais estabelecidas entre os adolescentes homossexuais e seus familiares, fazendo emergir significados que apontam a vivência desses adolescentes a partir de conflitos intrafamiliares, assim como o desejo de que estes sejam superados com vistas à harmonização das relações familiares.

A vivência de adolescentes homossexuais frente às relações com seus familiares explicitada nesta investigação pode desdobrar-se em reflexões que promovam intervenções no campo da assistência social, saúde, educação e pesquisa, visando à inclusão desses adolescentes nos diversos cenários sociais, considerando o respeito à diversidade afetivo-sexual.

Referências

BALTOR, M. R. R. et al. The text in its context: what is family for you? **J Res Fundam Care on line** 2014;6(1):293-304.

BENTO, L. M.; MATÃO, M. E. L. Homossexualidade: Processo de revelação da sexualidade uma experiência homossexual. **Estudos**. 2012;39(4):507-21.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretriz e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. Brasília, 2013.

BREGMAN, H. R. et al. Identity profiles in lesbian, gay, and bisexual youth: the role of family influences. **J Youth Adolesc.** 2013;42(3):417-30.

DITTERICH, R. G.; GABARDO, M. C. L.; MOYSÉS, S. J. As ferramentas de trabalho com famílias utilizadas pelas equipes de saúde da família de Curitiba, PR. **Saúde Soc.** 2009;18(3):515-24.

FALSARELLA, A. M. O lugar da pesquisa qualitativa na avaliação de políticas e programas sociais. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP. 2015;20(3):703-15.

GOMES, A. M.; REIS, A. F.; KURASHIGE, K. D. A violência e o preconceito: as formas da agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul. **Cad Espaço Feminino**. 2013;26(2):30-43.

GONZAGA, L. L.; PRAÇA, A. V. S.; LANNES, D. R. C. As Representações sociais acerca do gay entre estudantes da periferia do Rio de Janeiro. **Interthesis**. 2014;11(2):162-82.

GRAFSKY, E. L. Becoming the Parent of a GLB Son or Daughter. **J GLBT Fam Stud**. 2014;10(1-2):36-57.

GUIMARÃES, A. C. Uma aproximação aos conceitos básicos da Fenomenologia. **Fenomenologia & Psicol**. 2013;1(1):1-11.

HAMMES, B. S. "Prefiro um filho morto do que um filho viado": algumas implicações de quando a homofobia é familiar. **Rev PerCursos**. 2013;14(27):178-99.

HAUER, M.; GUIMARÃES, R.S. Mães, filh@s e homossexualidade: narrativas de aceitação. **Temas psicol**. 2015;23(3):649-62.

HEILBORN, M. L. Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. **Psic Clin**. 2012;24(1):57-68.

HUMMEL, A. et al. A systematic review of the relationships between family functioning, pubertal timing and adolescent substance use. **Addiction Review**. 2012;108(3):487-96.

JESUS, M. C. P. et al. The social phenomenology of Alfred Schutz and its contribution for the nursing. **Rev Esc Enferm USP**. 2013;47(3):736-41.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Rev Bras Educação**. 2015;20(62):723-47.

MORSE, J. M. **Qualitative health research: creating a new discipline**. Left Coast Press. Walnut Creek, California. 2012.

MURASAKI, A. K.; GALHEIGO, S. M. Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. **Cad Ter Ocup UFSCar**. 2016;24(1):53-68.

- NEEDHAM, B. L.; AUSTIN, A. L. Sexual orientation, parental support, and health during the transition to young adulthood. **J Youth Adolesc.** 2010; 39:1189–98.
- PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia.** 2014;19(1):67-76.
- QUINN, K.; DICKSON-GOMEZ, J. Homonegativity, religiosity, and the intersecting identities of young black men who have sex with men. **AIDS Behav.** 2016;20(1):51-64.
- RABELO, A. A.; NASCIMENTO, A. R. A. Vivência do preconceito e construção da identidade para homens homoafetivos. **Psicologia e Saber social.** 2013;2(1):131-41.
- ROTHMAN, E. F. et al. Parents' supportive reactions to sexual orientation disclosure associated with better health: results from a population-based survey of LGB adults in Massachusetts. **J Homosex.** 2012;59(2):186–200.
- SCHAURICH, D. Compreensões de acadêmicos de enfermagem sobre famílias: algumas reflexões. **Esc Anna Nery Rev Enferm.** 2009;13(2):415-20.
- SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos Séculos. **Psic Teor Pesq.** 2010;26(2):227-34.
- SCHRIMSHAW, E. W.; DOWNING, M. J. Jr.; COHN, D. J. Reasons for Non-Disclosure of Sexual Orientation Among Behaviorally Bisexual Men: Non-Disclosure as Stigma Management. **Arch Sex Behav.** 2018 Jan;47(1):219-233.
- SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. **Las estructuras del mundo de la vida. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.**
- SCHÜTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais.** WAGNER, H. T. R. Organizador. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SILVA, A. et al. Sentido do trabalho e diversidade: um estudo com homossexuais masculinos. **Rev ADM.MADE.** 2013;17(2):85-105.
- SILVA, I. R. et al. Significados e valores de família para adolescentes escolares. **Rev Rene.** 2011;12(4):783-9.
- SILVA, M. M. L. et al. Família e orientação sexual: dificuldades na aceitação da homossexualidade masculina. **Temas Psicol.** 2015;23(3):677-92.

SIMPSON, C. A. Trajetória de vida de um Homossexual: entre o silêncio e a opressão. **Cienc Cuid Saude**. 2007; 6(4): 424-32.

SOLIVA, T. B.; SILVA JUNIOR, J. B. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sex Salud Soc**. 2014;6487(17):124-148.

SOUSA, K. J. A. As diversas manifestações homofóbicas e suas consequências no cotidiano das minorias LGBT. **Rev Clóvis Moura de Humanidades**. 2016;2(1):27-44.

TEIXEIRA-FILHO, F. S. Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. **Psicol Cienc Prof**. 2012;32(1):16-33.

TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA-FILHO, F.S. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. **Arq Bras Psicol**. 2013;65(3):376-91.

VALADÃO, R. C.; GOMES, R. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. **Physis**. 2011;21(4):1451-67.

VIEIRA, E. D.; PERES, L. A. Percursos da construção da identidade de jovens adultos homossexuais. **Rev Psicologia em Foco**. 2015;7(9):33-52

Gênero e Diversidade Sexual: concepções de profissionais da educação de uma instituição de ensino superior privada de Macapá-AP

Alan Jones Nogueira da Costa¹

Maria das Graças Teles Martins²

Resumo: Este estudo é o resultado de uma pesquisa que infere que assim como a escola é vista como um lugar propício a novas construções e desconstruções dos processos educativos, o ensino superior possui um papel fundamental para a formação de sujeitos e futuros profissionais. Para que sejam agentes sociais comprometidos com o conhecimento, entende-se que os profissionais da educação superior podem debater questões relevantes para o convívio social, possibilitando ampliar a problematização sobre gênero e diversidade sexual nas instituições. Logo, este estudo teve como objetivo analisar as concepções de profissionais da educação de uma instituição de ensino superior privada de Macapá-AP sobre gênero e diversidade sexual. Através de estudo de campo, de cunho quantitativo e exploratório, foram entrevistados 20 profissionais da educação superior de uma instituição de ensino privada de Macapá-AP. A partir da análise dos questionários semiestruturados, observa-se dados significativos demonstrando que, a maioria dos entrevistados apresentam dificuldades em discutir com clareza as questões acerca da temática de uma forma integrada, que corresponda às concepções biopsicossociais a partir de cada sujeito. Portanto, foi possível problematizar nos espaços da educação superior acerca da temática e colaborar para a construção de conhecimento, haja vista que este é um estudo inédito a ser realizado na sociedade amapaense. Assim como,

¹ Acadêmico da Faculdade Estácio de Macapá. Email: alanjonesnc@outlook.com

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Estácio de Macapá. Email: mgmatins@gmail.com

salientar a importância para a redução das bases de preconceito, discriminação e estigmas que violam a dignidade do ser humano.

Palavras-chave: Gênero e Diversidade Sexual; Ensino Superior; Profissionais da Educação.

Introdução

Gênero e sexualidade são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada ser humano. Surgem, são afetados e se transformam diante dos valores vividos em cada época. São resultados de construções e concepções históricas, que organizam a vida pessoal e coletiva das pessoas, demonstrando que é a cultura e como a sociedade e o sujeito se enxergam, que constrói as questões de gênero e compreende a diversidade.

Assim como na escola, as instituições de ensino superior formam seres a partir do conhecimento, da discussão, da desconstrução e construção, possibilitando uma nova perspectiva do particular para o todo em sociedade, refletindo sobre os preconceitos diante das diferenças individuais e buscando capacitar pessoas ao atendimento humanizado nas diversas áreas profissionais, aqui dando ênfase sobre a coerência entre o discurso e a prática no que diz respeito a gênero e diversidade sexual na educação superior.

De acordo com Vianna e seus colaboradores (2011), pelo menos desde os 1970 e após a Constituição de 1988, as temáticas de gênero e sexualidade ganharam forças significativas sobre os direitos sociais e na produção acadêmica, mas tinham uma intenção focal, que era a redução da discriminação contra a mulher. Ainda segundo os autores, falar sobre gênero, sexualidade e educação ainda é um desafio, pois os estigmas criados pela sociedade ainda parecem pre-

dominar na concepção de muitas pessoas, inclusive de profissionais da educação formal. Logo, há grande importância em discutir paradigmas que contribuam para a construção de concepções humanizadas diante da diversidade dos seres humanos.

Segundo Kotlinski (2012) gênero não é um conceito biológico, é mais subjetivo e está associado às identificações do sujeito e à sua construção sociocultural. O que torna fundamental o conhecimento para uma sociedade que provavelmente aprendeu que se nasce “fêmea”, deve ser ensinada a cumprir o papel de “mulher” e a ter uma orientação “heterossexual” e assim também o que nasce “homem”, como se houvesse uma regra para “ser”. A autora afirma que diversidade sexual são as distintas possibilidades de expressão e vivência social e sexual das pessoas dadas por aspectos de orientação sexual, sexo e faixa etária, porém, a maior parte da sociedade ainda considera apenas o parâmetro biológico da etiologia da palavra e do significado do fenômeno.

O conceito de gênero surge com a necessidade de desconstrução da oposição entre os sexos feminino e masculino, com a possibilidade de se compreender e incluir diferentes formas de masculinidades e feminilidades presentes na humanidade, que por muitos ainda é recebida como um “desvio” do padrão estabelecido pela construção da sociedade (RIBEIRO, 2012).

Louro (2008) diz que se posiciona em favor dos conceitos de gênero no plural. Em seus estudos faz uma leitura histórica da educação sob a perspectiva de gênero, explicando que gênero trata-se de uma construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos, através de inúmeras aprendizagens e práticas, mobilizadas por diversas instâncias sociais e culturais, por isso se torna importante observar os

modos que se constroem e se reconstroem as posições que são consideradas normais e diferentes junto aos significados que lhe são atribuídos.

De acordo com o Programa Gênero e Diversidade na Escola (2009), durante o século XXI, as lutas pela igualdade de gênero e respeito à diversidade têm sido constantes. Todavia, a violência e várias outras formas de expressões discriminatórias em todas as sociedades e em parte delas, é uma realidade naturalizada e são reproduzidas nos espaços de vida social brasileira.

É importante mencionar que a Constituição de 1988, tem o objetivo de promover o bem de todos que residem na República Federativa do Brasil. Sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação. Nota-se que, conforme seu artigo 5º todos devem ser iguais perante a lei, sem distinções, devendo garantir a todos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança; o artigo 205º, promulga que a educação é um direito de todos; e, o 206º determina princípios para o ensino, que destaca a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

De acordo com Andrade e Santos (2013), na cultura brasileira, as diversas categorias sociais e culturais que não sejam “macho-adulto-branco-heterossexual-cristão” sofrem alguma forma de discriminação e exclusão, sendo este um processo decorrente da história construída pela sociedade ao longo de sua existência. Provavelmente com o sentido que a sociedade carrega do que é considerado “normal” e “correto”, o que vem a ser diferente se torna inaceitável. Segundo a Organização das Nações Unidas no Brasil (2016), o Brasil possui dados alarmantes em relação as pessoas diversas, consistindo no país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Neste sen-

tido, as categorias de análise a partir de gênero e diversidade sexual devem ser levadas aos diversos espaços públicos, acompanhando as transformações culturais atuais, aspectos socioculturais e a vivência das pessoas (FRANÇA, 2005).

O problema da pesquisa nasceu das motivações pessoais que conduziram a escolha pela temática que foram relacionadas a diálogos presenciados em vários contextos, entre eles o da saúde e da educação. Em ocasiões diferentes do cotidiano o pesquisador se deparou com expressões usadas por profissionais de diversas áreas de atuação, tais como: *"A homossexualidade é um desvio de caráter"* e *"A homossexualidade é coisa do satanás"*. Diante das hipóteses desse estudo, inquietou-se por conhecer quais as reais concepções que os diversos profissionais dos espaços públicos e privados que atuam diretamente com o convívio humano diverso elaboram sobre gênero e diversidade sexual, neste estudo focalizando no ambiente de uma instituição de ensino superior. Com esse sentido, o interesse pela pesquisa foi amadurecendo.

Portanto, o presente estudo teve como objetivo analisar as concepções de profissionais da educação de uma instituição de ensino superior privada de Macapá-AP sobre gênero e diversidade sexual. Além de descrever, por meio de referenciais teóricos, sobre as temáticas como importante discussão social para o ensino superior; identificar as concepções elaboradas pelos profissionais da Educação Superior sobre Gênero e Diversidade sexual no contexto acadêmico; investigar as possíveis consequências psicossociais em relação à naturalização do silêncio dessas questões; e, apresentar a importância da discussão sobre a temática entre os profissionais da educação superior. A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2017 como trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Psicologia.

1. Metodologia

O método utilizado foi o estudo de campo, de cunho quantiquantitativo e exploratório, seguindo os critérios descritos por Gil (2012). A amostra foi intencional e aleatória, do tipo não-probabilística, constituída por 20 (vinte) profissionais da educação superior de uma instituição de ensino privada de Macapá-AP, que representam 18,4% do total de profissionais em atividade na instituição. Sendo eles, 08 (oito) coordenadores dos cursos de graduação e 01 (uma) coordenadora acadêmica, os mesmos são responsáveis pela discussão da organização pedagógica na instituição de ensino. Os coordenadores de cursos são das respectivas áreas: biomedicina, direito, fisioterapia, enfermagem, comunicação social, nutrição, psicologia, e sistemas de informação. A coordenadora acadêmica tem a função de administrar o diálogo entre os docentes e mais 11 (onze) professores dos diferentes cursos, convidados para fornecer mais dados à pesquisa, escolhidos de forma aleatória. Os profissionais entrevistados são de ambos os gêneros, residentes da cidade de Macapá-AP, com formação desde a especialização até o doutorado.

Como instrumento para coleta dos dados foi utilizado um questionário semiestruturado contendo, inicialmente, informações sócias demográficas com a finalidade de caracterizar e descrever os sujeitos em estudo. Posteriormente, oito perguntas abertas sobre as questões de gênero e diversidade sexual na educação superior, tendo como objetivo conhecer as concepções dos profissionais da educação superior da instituição no contexto acadêmico, a partir das temáticas da pesquisa.

A pesquisa obedeceu às seguintes etapas: Leitura do assunto para definição do tema; Escolha do tema; Levantamento Bibliográfico; Leitura do material; Fichamento; Ela-

boração do Projeto; Entrega e defesa do Projeto; Revisão do Projeto; Revisão bibliográfica; Contato com os participantes da pesquisa para a explicação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Aplicação do Instrumento; Elaboração do artigo científico; Defesa do artigo científico; e, Submissão à revista.

Os dados sócios demográficos foram analisados através do cálculo de frequências no Programa Excel 2013. Já as perguntas do questionário foram analisadas minuciosamente com uma abordagem interpretativa e compreensiva com o método do discurso do sujeito coletivo que, criado por Lefevre e Lefevre (2014), que oferece a valorização do fenômeno estudado, entendendo de forma detalhada a essência do objeto de estudo em seu contexto histórico. Neste sentido, os discursos individuais são agrupados por semelhança, extraíndo-se de cada um destes depoimentos as ideias centrais.

Este estudo foi analisado e aprovado pela Plataforma Brasil, a qual é responsável pelo sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do sistema CEP/CONEP, conforme o parecer de nº 77597317.1.0000.5021. Portanto, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que os entrevistados manifestassem a sua anuência à participação na pesquisa, segundo o que versa a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

2. Resultados

A Tabela 01 expressa os dados referentes às características sócio demográficas da amostra, no qual é possível observar que, a maioria é do gênero feminino (70%), casado

Tabela 01: Perfil sócio demográfico da amostra.

VARIÁVEIS	NÍVEIS	N	%
Gênero	Masculino	06	30
	Feminino	14	70
Estado Civil	Solteiro	08	40
	Casado	10	50
	Desquitado	01	5
	Outros	01	5
Idade	Até 25 anos	0	0
	De 25 a 35 anos	10	52
	De 35 a 45 anos	08	42
	Mais de 45 anos	02	6
Religião	Católica	11	55
	Evangélica	06	30
	Outras	03	15
Orientação sexual	Heterossexual	15	71
	Homossexual	05	24
	Bissexual	01	5
	Transexual	0	0
Nacionalidade	Brasileira	20	100
	Estrangeira	0	0
	Outras	0	0
Área de atuação/cargo	Professor	11	55
	Coordenador	09	45
Tempo de Docência	1 ano ou menos	01	5
	Mais de 1 ano a 3	08	40
	Mais de 3 anos	03	15
	Mais de 5 anos	08	40

Fonte: Instrumento de coleta, 2017.

(50%), tem faixa etária entre 25 a 35 anos (52%), declararam ser adeptos a religião católica (55%), definem-se heterossexuais (71%) e todos têm nacionalidade brasileira. Quanto à área de atuação, 55% ocupam o cargo de professor da instituição e 45% são professores e coordenadores de curso de graduação, sendo o tempo de docência mais prevalente de 1 a 3 anos e superior a 5 anos, ambos com 40%.

No que concerne as questões de gênero e diversidade sexual na educação superior, os entrevistados responderam, inicialmente, sobre o conceito de gênero e diversidade sexual, conforme o Quadro 01. As respostas foram transcritas e os profissionais identificados com P1, P2, P3, e assim sucessivamente.

Para uma melhor compreensão, as ideias centrais sobre gênero foram agrupadas e classificadas em quatro parâmetros: "Biológico", o que seria definido como masculino e feminino; "Psicológico", o que identifica o fator subjetivo do sujeito; "Sociocultural", o que a sociedade constrói e, conseqüentemente, as representações sociais; e, "Biopsicossocial", compreendendo o ser humano integrado. Observa-se a maior prevalência do parâmetro "Biológico" (70%) e, menor do parâmetro "Sociocultural" (5%). Define-se como sendo "Insuficiente" a resposta que não apresentou clareza.

Quanto a diversidade sexual, as respostas foram classificadas como "Assertivo" ou "Insuficiente". Entende-se por "Assertivo" as respostas que correspondem e/ou se aproximam do conceito do termo; e, "Insuficiente" as respostas que não apresentaram clareza. Nota-se que, a maioria (65%) dos profissionais não tem conhecimento sobre o assunto e/ou não sabem se expressar sobre a temática.

Em seguida, os entrevistados deveriam indicar 10 palavras que estivessem voltadas as questões de gênero e

Quadro 01: Gênero e diversidade sexual na perspectiva da amostra.

VARIÁVEL	PARÂMETROS	FREQUÊNCIA (%)	DISCURSO
Gênero	Biológico	14 (70%)	P1: <i>"Gênero cabe a definição do padrão de uma espécie, por exemplo, macho e fêmea".</i>
			P2: <i>"Gênero diz respeito ao masculino e feminino, obrigatoriamente".</i>
	Psicológico	4 (20%)	P3: <i>"Gênero se refere como a pessoa se percebe e identifica".</i>
	Sociocultural	1 (5%)	P4: <i>"Gênero é um conceito construído socialmente, isto é, o que a sociedade e cultura esperam de alguém, em forma de capacidades, padrões de comportamento femininos e masculinos".</i>
	Biopsi-cossocial	0 (0%)	-
	Insuficiente	1 (5%)	P5: <i>"Múltiplas formas de escolhas sexuais".</i>
Diversidade sexual	Assertivo	7 (35%)	P6: <i>"Diversidade sexual diz respeito as possibilidades de vivenciar a sexualidade".</i>
			P7: <i>"Diversidade sexual é a maneira como nos apresentamos espontaneamente, sem levar em consideração a biologia".</i>
	Insuficiente	13 (65%)	P8: <i>"Diversidade sexual é a inclusão de todas as diversidades do sexo"</i>
P9: <i>"Diversidade sexual é o homem ou a mulher que não encontra-se a vontade nessa classificação".</i>			

Fonte: Instrumento de coleta, 2017.

diversidade sexual. Estas foram agrupadas seguindo três parâmetros, são eles: “Conceito”, que correspondem a termos que associam aos significados das palavras gênero e diversidade sexual; “Valores relacionados à temática”, palavras voltadas a expressões que se associam às características dos sujeitos diversos; e, “Termos inadequados”, compreendendo termos desconsideráveis diante da compreensão da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Palavras voltadas aos parâmetros “Conceito” e “Valores relacionados à temática” estiveram presentes em 100% das respostas, no entanto, observa-se ainda a utilização de termos inutilizáveis em 10% das respostas.

Durante a experiência como docente, a maioria (55%) dos profissionais afirmou ter participado de alguma discussão ou debate sobre a temática. Dentre os relatos, observa-se que o diálogo esteve presente, onde reflexões acerca do respeito pelo próximo foram enfatizadas, como é possível observar no discurso do P10: *“Na graduação que coordeno tenho realidades diversas no que diz respeito a diversidade sexual. Na situação enfatizei o respeito que devemos ter com as pessoas independente de opção sexual”*.

Observa-se ainda, discursos que expressam preocupação, como do P11 *“Na verdade presenciei um aluno com precon-*

Quadro 02: Palavras voltadas a Gênero e diversidade sexual na perspectiva da amostra.

VARIÁVEL	PARÂMETROS	DISCURSO
Palavras	Conceito	“Direito, liberdade, diversidade, representação, orientação sexual, subjetividade, desconstrução”.
	Valores relacionados à temática	“Respeito, alegria, amizade, aceitação, amor, afeto”.
	Termos inadequados	“Opção sexual, homossexualismo”.

Fonte: Instrumento de coleta, 2017.

ceito em relação a ser soropositivo, rotulando os homossexuais e intervi explicando que como profissionais de saúde, não deveriam ter este olhar”.

Ao serem questionados sobre como agiriam diante da possibilidade de experiências no ambiente acadêmico em relação a situações que envolvam algum tipo de discriminação ou preconceito, expressão de violência a gênero ou diversidade sexual, os discursos mais frequentes foram, por exemplo: P3 *“Promoveria um debate sobre o assunto, tendo o apoio de especialistas que pudessem esclarecer qualquer dúvida sobre a temática”*; P5 *“Conscientizar as pessoas quanto ao respeito”*; e, P12 *“Encaminharia ao Núcleo de apoio psicopedagógico da instituição”.*

Quando solicitados a diferenciar identidade de gênero e orientação sexual, 35% responderam negativamente. No entanto, 35% responderam de maneira insuficiente, tais como: P12 *“Identidade de gênero: como se “enxerga”, homem ou mulher”. Orientação sexual: Por quem se sente atração, exemplo: mulher-mulher: lésbica, homem-homem: gay”* e P13 *“Identidade de gênero é a identificação do indivíduo como homem e mulher, além do sexo a que pertence. Orientação sexual refere-se as escolhas sexuais”.*

Somente 10% souberam diferenciar corretamente os termos solicitados, como: P14 *“Identidade de gênero é como o indivíduo se enxerga como pessoa, homem ou mulher, ou até mesmo como não binário (nenhum dos dois). Orientação sexual é em relação se é heterossexual, homossexual, bissexual”*; e, P15 *“Identidade de gênero é o gênero que a pessoa acredita pertencer, independente do gênero de nascença. Orientação sexual é relacionada a atração sexual que sente por alguém”.*

Ao classificar o grau de importância da discussão sobre gênero e diversidade sexual na sua área de atuação no

ensino superior, somente 5% afirmou ter pouca relevância. Dentre os discursos apresentados que consideram a discussão socioeducativa muito relevante é possível destacar: P4 *“É importante para que o aluno reflita criticamente sobre as mudanças de paradigmas que a sociedade vivencia, reflita ainda, sobre representações sociais em sua desconstrução”*, P12 *“As universidades e instituições de Ensino Superior ao estudar sobre gênero e diversidade sexual promoverão avanços teóricos e científicos para a sociedade. Pessoas que sofrem qualquer discriminação ou até depressão saem da invisibilidade e se fortalecem para lutar, ganhando força os movimentos sociais”* e P13 *“Essa discussão é de suma importância para a enfermagem, pois lido diariamente com vasta diversidade”*.

Por fim, o Quadro 03 mostra que, 90% dos profissionais acreditam ser necessário discutir no plano pedagógico da Instituição as questões de gênero e diversidade sexual. Assim como 90% afirmam que participariam em debates e discussões no ambiente acadêmico. Nota-se que, 10% expressaram que não consideram ser relevante a discussão e não participariam das mesmas se fossem realizadas no ambiente acadêmico.

3. Discussões

Este estudo apresentou dados significativos demonstrando que, a maioria dos entrevistados sente dificuldades em discutir com clareza as questões de gênero e diversidade sexual de uma forma integrada, que corresponda às concepções biopsicossociais a partir de cada sujeito.

Não foram encontrados outros estudos que apresentem a proposta de uma discussão multidisciplinar sobre a temática a partir da concepção de profissionais da educação.

Quadro 03: Importância da discussão sobre gênero e diversidade sexual no plano pedagógico institucional sob uma ótica multidisciplinar e participação dos profissionais através de debates e discussões.

VARIÁVEL	PARÂMETROS	FREQUÊNCIA (%)	DISCURSO
Discussão no plano pedagógico	Sim	18 (90%)	P4: <i>“Hoje o MEC não tem políticas de ações afirmativas ou de inclusão específicas, porém acho importante trabalhar as questões sociais e como isso pode implicar em riscos à saúde”.</i>
			P10: <i>“Sim, precisamos de conhecimento da temática”.</i>
	Não	2 (10%)	P8: <i>“Não, porque o plano pedagógico institucional considera todas as pessoas iguais e sem qualquer discriminação, se o assim fizesse poderia existir classe de pessoas com direitos e privilégios a mais que os outros”.</i>
			P9: <i>“Não necessariamente no plano pedagógico, mas pode ser discutido em disciplinas específicas do curso”.</i>
Participação em debates e discussões	Sim	18 (90%)	P9: <i>“Sim, acredito que a análise seria desde a proposta de inserção do assunto na atenção básica de saúde da família”.</i>
			P5: <i>“Sim, mediando debates, fazendo palestras, promovendo ações”.</i>
	Não	2 (10%)	P6: <i>“Não participaria”.</i>
			P7: <i>“Não, me envolveria apenas em casos pontuais”.</i>

Fonte: Instrumento de coleta, 2017.

A exemplo, uma pesquisa encontrada fala das concepções e discursos voltados para uma profissão em específico, como o estudo de Souza e Dinis (2010) que discutiu as concepções sobre gênero e sexualidade na formação em ciências biológicas da Universidade Federal do Paraná, onde constatou-se pouco preconceito pela maioria dos estudantes, mas ainda identificou opiniões inadequadas sobre a homossexualidade como algo *contagioso* e a *indiferença* para uma melhor aceitação à diversidade sexual.

Observou-se que as pesquisas são mais voltadas as formações de professores do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas do país. Neste sentido, é possível exemplificar o Programa Gênero e Diversidade na Escola (2009) que trabalha com a capacitação de professores sobre as temáticas; e, o estudo de Ribeiro (2012) que problematiza como as questões de gênero e diversidade sexual estão sendo trabalhadas no Ensino Médio pelos profissionais da educação, buscando suscitar a relevância dos temas no currículo do Ensino Médio, valorizar a diversidade no cenário escolar e, conseqüentemente, produzir conteúdo não discriminatórios e não estereotipados, favorecendo um melhor convívio nesses ambientes de fruição cultural.

Quanto aos resultados elucidados pelo Quadro 01, no qual 70% dos entrevistados tem uma concepção biológica sobre gênero, conceituando gênero apenas como a *oposição binária dos sexos (homem e mulher)*, e 65% não conseguiram expressar o que é diversidade sexual, entendendo que se trata de *múltiplas formas de opções sexuais*, é possível esclarecer que, as questões de gênero e sexualidade não são pessoais, mas também sociais e políticas. Pois, segundo Louro (2010), nascem de um aprendizado pelo qual passam todos os sujeitos e que se transformam de diversas maneiras ao longo da vida. As identidades de gênero e sexuais são resultados

das relações sociais e moldadas pela rede de convivência da sociedade, cheia de possibilidades, símbolos, representações e construções. Assim, de forma simples é possível conceituar gênero como a característica construída pelo sujeito, como o mesmo se enxerga e a diversidade sexual como as possibilidades deste de vivenciar a sua sexualidade.

Ao apresentarem palavras que, em suas concepções referam-se a gênero e diversidade sexual (Quadro 02), alguns dos profissionais entrevistados usaram termos inadequados, desconstruídos há duas décadas, tais como: “homossexualismo” e “opções sexuais”. Segundo Lionço e Diniz (2010), desde os anos de 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) tirou a homossexualidade da lista de doenças, enfatizando que o novo entendimento também eliminaria o sufixo ‘ismo’, que refere-se à patologia e também pode-se afirmar que a sexualidade não é uma questão de opção, mas sim de orientação. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) também deixou de considerar a homossexualidade como desvio sexual um pouco antes, em 1999, um momento de quebra de paradigmas socioculturais e de proteção aos direitos humanos.

Nota-se a dificuldade dos investigados ao ter que diferenciar identidade de gênero e orientação sexual. De acordo com Simões e Facchini (2009), a identidade de gênero pode ser explicada pela convicção de ser masculino ou feminino, diante das suas atribuições, comportamentos e papéis sociais tradicionais estabelecidos a machos e fêmeas. Identidades referem-se à experiência da sexualidade das pessoas, são respostas políticas. Ainda para os autores, a noção de orientação sexual refere-se ao sexo ou ao gênero que constitui o objeto de desejo de uma pessoa, não sendo resultados de escolhas racionais, logo, não se fala de opção sexual.

Quanto à experiência de terem participado de discussões ou debates sobre a temática no ensino superior, observa-se a preocupação em conhecerem mais sobre o assunto e, assim, saberem lidar com as situações que possam ocorrer no dia a dia. No discurso dos entrevistados, são pontuadas formas de conscientização para serem trabalhadas no contexto acadêmico diante da possibilidade de presenciar uma cena de preconceito, discriminação ou violência. Para isso, faz-se necessário dar importância a discussão sobre as questões no ensino superior que, quando questionados, apenas 5% afirmou ter baixa relevância.

A maioria dos profissionais afirma acreditar na importância, assim como participariam de eventos voltados como debates e discussões multiprofissionais sobre a temática. Utilizar a oportunidade da formação para orientar sobre as questões de gênero e diversidade sexual e desmistificar suas representações sociais rotuladas e estigmatizadas pode ser um dos papéis do ensino superior, e que estão presentes no que postula a LDB – Leis e diretrizes Básicas da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, em relação a temas de socialização humana nos espaços de ensino.

Diante da respectiva lei, a educação abrange todos os processos formativos que desenvolvam a vida familiar, a convivência humana, o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil e as manifestações culturais. Em seu Artigo 43, a educação superior tem por finalidade: I- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; VI- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

A discussão da questão não deve ser apenas entendida por uma dimensão biológica e padronizada socialmente, a função do ser humano vai muito além de apenas cumprir um papel social imposto ao que é ser mulher e ser homem, é conhecido e vivido pela própria pessoa. Simpson (2015) destaca que, no Brasil e em boa parte do mundo, acostumou-se a lidar somente com o homem e a mulher. Sendo assim, qualquer coisa que fuja do binarismo é olhada com preconceito e discriminação. É possível perceber isso nas exclusões veladas das populações LGBT nos serviços de atendimento público e privado e no mercado de trabalho.

É compreensível a concepção carregada pelo grupo de professores pesquisados neste estudo, como Rodrigues (2005) cita Butler (2003) onde o conceito de gênero é culturalmente construído, distinto do sexo, como naturalmente adquirido, formaram o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas desnaturalizadas rãs sob as quais se dava, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos e isto é reproduzido na convivência social. O principal embate de Butler foi com a premissa na qual se origina a distinção sexo/gênero: sexo é natural e gênero é construído. Nesse caso não a biologia, mas a cultura se torna o destino. Percebe-se que a realidade de gênero e diversidade sexual não se reduz apenas ao fundamentalismo biológico, mas a uma esfera sociocultural, possibilitando a educação o recurso da reconstrução de conceitos.

Percebe-se que estudar gênero e diversidade sexual até o ensino médio, como visto neste estudo não tem sido o suficiente para desnaturalizar questões estigmatizadas, principalmente no que diz respeito a atuação de profissionais às pessoas nos variados ambientes públicos e privados. A necessidade de se discutir as questões de uma forma multidis-

ciplinar é imprescindível para a capacitação e formação de agentes compromissados com a ética, respeito e humanização para com a diversidade. Para Dinis e Luz (2007), o tema da sexualidade tornou-se fundamental nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil, devendo ser abordado de forma transversal. Dessa forma, não é um assunto apenas biológico, mas sim de conhecimento cultural, sob uma concepção que se discuta seus aspectos, identidades sexuais e de gênero.

Souza e Dinis (2010) afirmam que, em algumas décadas, ainda que de forma desigual em vários países, os movimentos sociais cobram das Universidades que discutam questões relativas a gênero e diversidade sexual. Com isso, as ciências humanas têm se dedicado a incluir as temáticas em suas pesquisas. Entendem que debater a oposição entre o conhecimento biológico e a construção cultural são fundamentais para os estudos da educação. Os autores questionam ainda um ponto importante na formação de professores dos cursos de licenciatura, mas não somente estes a refletir sobre o que a universidade vem fazendo no sentido de uma formação que integre conteúdos e práticas referentes às diversidades sexuais e de gênero, o que é um desafio para a educação frente ao discurso histórico.

Ainda é possível perceber a naturalidade com que se trata o silêncio da discussão dessas questões, pois a humanidade vem construindo tais interdições em seu discurso há muito tempo. Como esclarece Foucault (2004) quando diz que a ordem do discurso se dá pela exclusividade de onde se encontra o poder, provocando o silêncio daquilo que supostamente não deve ser dito, o que impede de se tornar um saber social ou coletivo, que é interdito, excluído e transformado em tabu do objeto. Para ele, essa interdição é voltada mais enfaticamente para as questões da sexualidade e da política. Há a necessidade de se manifestar por meio dos

recursos do conhecimento para desinterditar a naturalização do silêncio sobre as questões da sexualidade.

Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm a função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (FOUCAULT, 1988, p.14).

É salutar refletir acerca da saúde mental do indivíduo que vive a naturalização do silêncio, pois segundo Teixeira-Filho e Rondini (2012), tal realidade contribui para o surgimento de comportamentos depressivos, ansiedades e medos excessivos, ideias e tentativas de suicídio, quadros que indicam sofrimentos psíquicos, cuja origem está nos episódios de violência vivenciados. Isso revela um dos efeitos perversos da homofobia que é o processo de internalização da violência. Experiências dessa natureza afetam as ações e a maneira de pensar de quem a sofre, além de interferirem na adoção de hábitos de vida saudáveis e no autocuidado, como por exemplo, alimentação, atividade física e padrão de sono, inadequados, causando sinais e sintomas somáticos como dores na cabeça, no estômago e no corpo, vômito e desmaios, dentre outros relatados pelos adolescentes. Quando o adolescente começa a apresentar comportamentos considerados inadequados pela sociedade heteronormativa, o indivíduo começa a ser exposto a discursos homofóbicos, dentre outras formas de violência, como a simbólica, cujo intuito é “coagir” o sujeito a assumir seu papel de gênero.

De acordo com o Ministério da Saúde (2013), o indivíduo ao se perceber “diferente” de seus pares, passa a acumular pensamentos negativos a respeito de si mesmo, internalizando a homofobia, que pode levá-lo a adotar comportamentos de risco, que são comuns entre a maioria dos adolescentes, mas que representam um peso maior ao se tratar de homossexuais. Pode-se dizer que a condição LGBT incorre em hábitos corporais ou mesmo práticas sexuais que podem guardar alguma relação com o grau de vulnerabilidade dessas pessoas. No entanto, o maior e mais profundo sofrimento é aquele decorrente da discriminação e preconceito.

Há a necessidade de romper com as barreiras construídas pela sociedade seja pela influência biológica, cultural ou social, que censuram o sexo e a sexualidade, como também várias formas de compreendê-los e intensificar a importância do estado psicológico das pessoas, buscando promover saúde e reduzir os riscos à violência. O portal do Conselho Federal de Psicologia (2014) suscita a importância de se discutir tais questões no âmbito da educação, pela grande incidência de crimes homofóbicos e violência de gênero no Brasil, que ocorrem no contexto de uma história machista, sexista e homofóbica que vitima, antes de tudo, no âmbito simbólico de cada pessoa. As mulheres, lésbicas, transexuais, travestis, gays e outras pessoas diversas são marginalizadas e tem suas imagens desvalorizadas, o que contribui para o cenário violento. Tratar sobre gênero e diversidade sexual como matéria de educação significa dar um passo fundamental para a redução das desigualdades e a violência que marcam o país.

Como destaca Silva (2016), em seu artigo para o Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), os discursos normativos precisam ser enfrentados quando reproduzem a exclusão das pessoas por conta de gênero e sexualidade. É importante entender que a discriminação é possível de ser

superada se meios forem promovidos para que os sujeitos tenham autonomia sobre a própria sexualidade, apesar da cultura heteronormativa produzir a discriminação. Apesar de todo o discurso normativo, é preciso esclarecer e reconhecer que a discriminação a gênero e sexualidade é uma questão de saúde, de responsabilidade e de direito humano, para que não sejam reproduzidos comportamentos que excluem as pessoas diversas dos ambientes públicos e privados de atendimento, do mercado de trabalho e de outras oportunidades de cidadania que a maioria destes sujeitos não vivem, por sofrerem com as consequências sociais, culturais e biológicas da compreensão social.

Considerações finais

O objetivo primário deste estudo consistiu em analisar as concepções de profissionais da educação de uma instituição de ensino superior privada de Macapá-AP sobre gênero e diversidade sexual. A partir dos resultados apresentados, foi possível observar a necessidade de se discutir os paradigmas sobre as questões de gênero e diversidade sexual com uma ótica biopsicossocial dos sujeitos, haja vista que os entrevistados demonstram não ter domínio a respeito da temática e, conseqüentemente, muitas vezes não saber lidar com as situações.

Ressalta-se que os objetivos secundários foram alcançados, por meio das reflexões conceituais a respeito da temática; identificando as concepções dos investigados no contexto acadêmico; apresentando possíveis consequências psicossociais internalizadas em decorrência à naturalização do silêncio dessas questões; e, discutindo sobre a importância da respectiva entre os profissionais da educação superior.

Este estudo aproximou-se da hipótese acerca da concepção construída pela sociedade parecer não ser diferente no ambiente acadêmico, onde apesar de não haver uma nítida manifestação discriminatória e preconceituosa, as influências socioculturais identificadas no discurso dos investigados rotulam e estigmatizam as questões de gênero e diversidade sexual no campo estudado.

Pensar em discussões e fomentar políticas educacionais que estudem as relações de gênero e diversidade Sexual no Ensino Superior é problematizar a questão e movimentar-se, uma vez que a violência psicológica, sexual e física no Brasil contra mulheres, homossexuais, transexuais e travestis é uma das maiores do mundo. Diante do exposto, as instituições de Ensino superior se apresentam como um campo de fruição cultural que podem mediar o conhecimento de uma forma ampla e fortalecida.

Portanto, foi de extrema relevância conhecer as concepções dos profissionais da educação de uma instituição de ensino superior de Macapá, partindo da necessidade de levar aos espaços de fruição cultural as discussões a partir de gênero e diversidade sexual, buscando a possibilidade de se reduzir as bases do preconceito, discriminação e principalmente da violência, não apenas dentro destes espaços, como também em todo o convívio social, inclusive na atuação dos profissionais das diversas áreas, formando sujeitos disponíveis a respeitar e considerar a subjetividade de cada pessoa.

Referências

ANDRADE, D. S. V.; SANTOS, H. M. **Gênero na psicologia: articulações e discussões**. Salvador: CRP-03, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. 1a ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2013.

_____. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei número 9394**, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

DINIS, N.; LUZ, A. A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar**, n.30, p.77-87, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 10ed. São Paulo, 2004.

_____. **História da sexualidade.** 13ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANÇA, K. B. Corpo, gênero e sexualidade: discussões. Rev. Estud. Fem., v.13, n.1, p.191, jan./abr., 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KOTLINSKI, K. Diversidade sexual: uma breve introdução. Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, 2012. Disponível em:< <http://www.coturnodevenus.org.br/leisejuris/diversidadesexual.htm>>. Acesso em: 8 mai 2016.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto Contexto Enferm.**, v.23, n.2, p.502-507, Abr./Jun., 2014.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: LIONÇO, T. **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio** / Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras). Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009. 196 p.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v.19, n.2, maio/ago., 2008.

_____. **O corpo educado.** 3d. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ONU BR. Organização das Nações Unidas do Brasil. Violência contra pessoas trans é 'extremamente alta' nas Américas, apontam ONU e parceiros. Portal Nações Unidas no Brasil, 2016.

RIBEIRO, M. D. Gênero e diversidade na escola: Sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio, 2012.

RODRIGUES, C. Butler e a desconstrução do gênero. Rev. Estud. Fem., v.13, n.1, p. 222, Jan. /Abr. 2005.

SILVA, C. G. **Orientação sexual, identidades sexuais e identidade de gênero**. Universidade Federal de São Paulo, Parte do material do curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola COMFOR – Comitê Gestor Institucional de Formato Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica. 2016. Disponível em:< http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/GDE/mod3/Semana3_Mod3_GDE.pdf>. Acesso em: 15 mai 2016.

SIMÕES, J.; FACHINNI, R. Paradoxos da identidade, In: **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMPSON, K. Transexualidade e travestilidade na saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e travestilidade na saúde**/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 1ed., 1. Reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hétero e homoeróticas. **Saúde Soc.**, v.21, n.3, p.651-667, jul./set., 2012.

SOUZA, L. C.; DINIS, N. F. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. **Pro-Posições**, v. 21, n. 3, p. 119-134, set./dez., 2010.

VIANNA, C. P.; CARVALHO, M. P.; SCHILLING, F. I.; MOREIRA, M. F. S. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.32, n.115, p.525-545, jun. 2011.

Relato de experiência

Falando sobre HIV, PrEP, PEP, Cisgeneridade e Prevenção Combinada

Cássio Péres Fernandes¹

Resumo: Neste trabalho, busco realizar um relato de minha trajetória acadêmica e pessoal em meio à temática HIV/AIDS, numa espécie de autoetnografia como método. Primeiramente falei acerca da minha presença na Oficina de Prevenção combinada realizada em Manaus, o que contribuiu para a expansão de relações e práticas discursivas subseqüentes voltadas para o tópico em questão. Posteriormente, discorrerei sobre minha experiência no Seminário de HIV e Juventude do Amazonas, com membros da comunidade LGBT, onde falamos sobre o HIV, assuntos relacionados às nossas vivências e questionamentos acerca da cisgeneridade. Em seguida, relatarei minha experiência no uso da PrEP (profilaxia pré-exposição ao HIV), onde mostro os passos que percorri até a utilização do medicamento e, por fim, apresentarei a ideia que meu grupo na Especialização em sexualidade, gênero e direitos humanos desenvolveu para realizar uma intervenção em um bloco de carnaval de rua na cidade de Manaus. Como conclusão, trago uma reflexão sobre nossas potencialidades e possibilidades de ser quando compartilhamos conhecimento e nos libertamos de amarras estruturais e sociais.

Palavras-chave: HIV; PrEP; Prevenção Combinada; Cisgeneridade.

Introdução e Metodologia

Neste relato, tenho a intenção de narrar, por meio de uma autoetnografia, minha experiência com a temática de

¹ Aluno do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e aluno da Especialização em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Email: cassioperesf@gmail.com

HIV/Aids que tive ao longo de 2017, até a presente data, abril de 2018. Primeiramente, abordarei a minha vivência na I Oficina de Prevenção Combinada, que ocorreu na cidade de Manaus, com participantes, ativistas, profissionais e pessoas que vivem e convivem com HIV. Todas as pessoas eram da região Norte, o que permitiu a construção de uma rede de amizades e contatos muito interessante. Hoje tenho amigas e colegas na região inteira.

Por meio da participação na oficina, fui convidado um tempo depois para fazer uma fala no Seminário de HIV e Juventude no Amazonas, com a temática de Sexualidade, Gênero e HIV, onde participei de uma mesa com uma lésbica, uma bissexual, uma mulher trans e uma travesti.

O evento foi um marco para mim por diversas razões. Primeiramente por ter sido a minha primeira participação em um seminário, tendo a oportunidade de expressar um discurso. Em segundo lugar por eu ter tido o privilégio de ouvir e compartilhar conhecimentos sobre a temática do HIV/Aids.

O seminário foi tão marcante que me fez tomar a decisão de utilizar a Profilaxia de Pré-Exposição ao HIV (PrEP), assunto que também discorrerei. Relatarei desde o momento em que decidi tomar até o momento em que voltei pela segunda vez à Fundação de Medicina Tropical para buscar o medicamento para mais três meses, depois de já ter feito uso por trinta dias.

Por fim, falarei um pouco sobre a atividade que meu grupo da pós-graduação em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos desenvolveu. Uma intervenção em um bloco de carnaval frequentado, em sua maioria, por homens gays. Este bloco foi escolhido por ter um público indicado para tomar a PrEP na fase em que o programa se encontra. Na ação, mi-

nhas colegas falaram sobre a profilaxia pós-exposição ao HIV (PEP) e Profilaxia de pré-exposição ao HIV (PrEP) e distribuíram preservativos. Fui um dos alunos que participou apenas no processo de confecção do material.

As referências utilizadas foram os documentos da UNAIDS e do Ministério da Saúde e artigos científicos que se aproximem da temática. O tema é pertinente por ainda estar envolvido de estigmas, falta de informação e por possuir uma carga por vezes cruel, e falar sobre ajuda a questionar um assunto tabu e marginalizado em sociedade.

Faz-se necessário nesta introdução discorrer acerca da PEP e da PrEP. A PEP é direcionada àqueles ou aquelas que sofreram violência sexual, que tiveram relação sexual desprotegida ou tiveram contato com objetos perfurantes contaminados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). O medicamento é antirretroviral, agindo na defesa do organismo no que tange ao impedimento da proliferação e multiplicação do HIV no organismo. Como dito anteriormente, o medicamento deve ser ingerido, de preferência, nas duas primeiras horas após o possível contato de risco e exposição vírus e, no máximo, após 72 horas do momento da exposição (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). É necessário que a pessoa tome o medicamento durante os 28 dias, no mesmo horário; também é essencial que seja acompanhada por uma equipe de saúde pelo período de 90 dias (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Como possíveis efeitos colaterais da PEP ressaltam-se dores de cabeça, enjoos e diarreia. Uma informação relevante é a de que, ainda que se sinta esses efeitos, é importante que a ingestão do medicamento não seja interrompida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). Para mais informações sobre estes efeitos, a pessoa deve buscar a equipe de saúde que o atendeu para que seja orientada ou se dirigir até serviços de

saúde. Segundo o infectologista Ricardo Vasconcelos (2017), uma notícia que torna o uso da PEP mais tranquilo em relação aos efeitos colaterais é a substituição no esquema da medicação. Anteriormente era usado Atazanavir/ritonavir e agora, se utiliza o Dolutegravir, medicamento de última geração que reduz consideravelmente seus efeitos colaterais, diminuindo possibilidades de abandono.

Em relação à PrEP (profilaxia pré-exposição), destaca-se que é um método novo, de prevenção ao HIV, diferentemente da PEP, que é emergencial. A PrEP deve ser tomada todos os dias a fim de que se evite o contágio pelo vírus, antes mesmo que tenha havido a exposição a este (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). O medicamento serve de bloqueio de algumas vias pelas quais o HIV possa infectar o organismo. É necessário que se tome o medicamento todos os dias, caso contrário, a concentração da substância do medicamento pode ser insuficiente para uma ação efetiva (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

É primordial que se tenha conhecimento de que a PrEP só inicia seu efeito depois de 7 dias de uso para relação sexual anal e 20 dias para relação sexual vaginal; portanto, a medicação não age imediatamente. O Ministério da Saúde também adverte que a medicação não protege contra outras infecções sexualmente transmissíveis, como gonorreia ou sífilis, recomendando-se o uso de camisinha para uma prevenção mais eficaz (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Diante disso, o objetivo geral do trabalho é de propagar informações e vivências em relação à temática do HIV/Aids, como a utilização da PrEP como ferramenta de prevenção ao HIV, bem como popularizar o debate acerca da temática e ressaltar a importância de relatos de experiência no universo acadêmico.

1. Análise e Discussão

1.1 Oficina de prevenção combinada

Por intermédio da Tirza Almeida, uma colega do mestrado, fui convidado para participar de uma Oficina de Prevenção Combinada, realizada pelo Ministério da Saúde, em Manaus. Até a minha presença no evento, nunca havia ouvido falar neste conceito e forma de prevenção.

Até então, eu sabia do uso de preservativos e do uso da PEP (Profilaxia pós-exposição ao HIV). A PEP é um medicamento que deve ser usado em até 72 horas após a exposição ao vírus do HIV (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). Utilizado por vinte e oito dias, com a ingestão de um comprimido por dia, o medicamento vem como uma maneira emergencial de se evitar a evitar a contaminação pelo vírus.

Ao longo dos dias de oficina, vimos que a prevenção combinada seria uma estratégia para que pessoas não deixassem de utilizar formas de prevenção em detrimento de outras. Como no caso da PEP e da camisinha. A explicação estaria no fato de se utilizar mais recursos para que a prevenção seja mais efetiva e segura. A propagação desta forma de atenção à saúde viria justamente para que diversos âmbitos da vida de uma pessoa fossem fatores de proteção (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). No começo eu achava que a prevenção combinada só envolvia medicamentos e estratégias diretas, mas descobri que englobava muitas instâncias.

A prevenção combinada envolve aspectos estruturais, individuais e sociais. O aspecto que considero de maior relevância nessa conjuntura é a redução de danos. Conceito utilizado pelo Ministério da Saúde (2017) para mostrar que a abstinência sexual não é um percurso efetivo e prático para que haja prevenção. Esta negação da sexualidade viria para

anular o cotidiano das pessoas não considerando seus ambientes e perspectivas. Diante disso, inúmeras estratégias são traçadas para compreender cada contexto.

Um fator relevante para se abordar em relação à oficina de prevenção combinada foi a interação entre os integrantes, como em momentos de diálogo e diversão. Esses encontros no cotidiano da oficina nos fizeram criar laços e vínculos de comunicação e afeto, o que proporciona a formação de redes maiores. Como exemplo disso, cito a minha participação no III Encontro da juventude LGBT do Norte, em Macapá, que foi incentivada por amigos que fiz na Oficina de prevenção combinada.

Outros amigos ainda deram depoimentos sobre a experiência de participar da oficina, como minha amiga Mayara Ferreira, que pesquisa identidade indígena em Manaus e obteve novas perspectivas de atuação voltadas para essa população. A oficina ainda nos fez pensar em mais estratégias de execução do que foi vislumbrado nesses dias de encontro.

1.2 Falando sobre HIV e temas afins

Após a realização da oficina, iniciei e estreitei contatos com colegas que participam de organizações e movimentos sociais. Em virtude desta ligação, fui convidado para falar sobre minha visão como homem gay diante da temática HIV/AIDS, no Seminário de HIV e Juventude no Amazonas, promovido pela Rede Nacional de Adolescentes e Jovens vivendo e convivendo com HIV-AM. Como seria minha primeira participação em uma mesa de evento, pensei no que poderia contribuir para o seminário.

Decidi trazer aspectos da minha vivência diante do HIV de maneira pessoal e acadêmica. Trouxe aspectos do estigma que vivenciei desde o início da minha sexualidade e afe-

tos direcionados a outras pessoas. O medo do HIV, o tabu em se conversar sobre, o movimento de se evitar a todo custo pessoas que pudéssemos imaginar que poderiam ter o vírus; um comportamento preconceituoso e equivocado.

Depois de apresentar estes aspectos da minha história, estabeleci uma conexão entre a epidemia do HIV e como foi evidenciada pela mídia e estruturas de poder, como apresentado por Foucault (1988). Nesta correlação apresentei como o HIV foi, é e pode ser utilizado como ferramenta de poder para que a segregação e a marginalização continuem ocorrendo.

Trouxe ainda a falta de interesse de figuras e identidades hegemônicas em realmente evitar o debate e proferirem discursos que causem pânico moral e mantenham populações consideradas não normativas num lugar separado (FOUCAULT, 2014). Alertei sobre a repressão de nossas sexualidades e que por diversas vezes poderíamos reproduzir esses discursos preconceituosos, servindo como agentes de uma estrutura normativa (FOUCAULT, 1988).

Por fim, citei esse lugar hegemônico; lugar que quase nunca é contestado enquanto estrutura: a cisgeneridade. Muito se tem falado sobre transgeneridades de maneira separatista, como se fossem alvo de estudos verticais, mas pouco se critica o sistema que as coloca num lugar patologizado e anormal (LEAL, 2017). É preciso expor as falhas, falar sobre todos os malefícios que uma sociedade cisgênera pode causar em todas e todos aquelas e aqueles que compõem este “cistema” (sistema cisgênero) desigual (LEAL, 2017).

Em meio a este leque de identidades que se abre quando o termo gênero passa a ser constantemente utilizado, passa-se a olhar para outras que parecem não se enquadrar ao binarismo homem/mulher, como as transgeneridades. As

transgeneridades, de forma resumida, seriam aquelas que transicionariam seu gênero, não se identificando com aquele que lhes foi atribuído socialmente (LEAL e MOSTAZO, 2017).

Porém, apesar de falar das transgeneridades em meu projeto de mestrado, em especial com transgeneridades femininas em situação de rua, os estudos sobre o papel da mulher/ hegemonia do homem na sociedade me levaram a falar (bem) mais sobre cisgeneridade. Arrisco fazer uma comparação entre o momento em que se começou a falar gênero e não somente mulher, para um momento recente em que podemos passar a discorrer cada vez mais, não somente sobre transgeneridade, mas sobre a cisgeneridade como categoria hegemônica que nunca é discutida ou exposta como um modelo falho e limitante.

Dentro deste marcador, percebe-se a presença não de um binarismo, mas de um “unarismo”, onde o homem cisgênero ocupa um lugar hierárquico e totalitário (LEAL, 2017). Por vivenciarmos a utilização das transgeneridades como objeto de estudo, mantemos a cisgeneridade em um lugar intocável, onde quase nunca se ressalta lugar de fala, já que por inúmeras vezes são pessoas cisgêneras que realizam pesquisas com transgêneras.

Isso não significa que pesquisas com pessoas transgêneras não devam continuar sendo feitas, contudo, partir de um lugar de reflexão quanto ao meu lugar de fala enquanto homem cisgênero, que não compreende uma vivência ou realidade distinta da minha, me coloca num lugar diferente, e isto é só o início.

As leituras sobre feminismo/lugar da mulher me fazem querer expor as limitações que a cisgeneridade causa na sociedade e em mim mesmo. O texto de Silva e Ribeiro (2014) se assemelha ao questionamento que tenho feito com muito

mais frequência. Quais os efeitos que estar numa sociedade onde o patriarcado e a cisgeneridade são estipulados como norma exercem sobre mim?

A não percepção de diversas mulheres cientistas frente a uma sociedade que as colocavam em lugar de preconceito e chacota (SILVA e RIBEIRO, 2014) me fez lembrar o momento em que comecei a questionar quantas vezes fui engessada enquanto pessoa e não pude vivenciar o feminino em mim, pois este era visto como negativo. Por que me referir a mim mesma no feminino causa tanto desconforto em mim e nas outras pessoas? Quantas potencialidades de ser não me foram tolhidas por se aproximarem do feminino/lugar de mulher por eu ter sido designado enquanto homem?

Essas foram algumas das reflexões que pude levar na minha fala, de modo a compartilhar esse lugar de inquietação frente a tantas barreiras e repressões. Compartilhar o questionamento da cisgeneridade e o quanto uma estrutura de poder como essa é capaz de segregar é fundamental para que possamos perceber e acordar para diversas formas de ser que se encontram adormecidas.

Senti-me acolhido e satisfeito por ter podido expressar minha experiência e pesquisa que tenho feito no mestrado e em congressos que participei, disseminando práticas discursivas que compartilhei e compactuei ao longo dessa trajetória. Naquele mesmo evento ainda refletiria sobre o uso da PrEP (profilaxia pré-exposição) como estratégia de prevenção ao HIV.

1.3 PrEP

Na PrEP, é necessário que se tome um comprimido por dia, continuamente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). Decidi aderir à estratégia de prevenção como forma de combinar

com o uso do preservativo nas relações sexuais. Um tempo depois, procurei a Fundação de Medicina Tropical, instituição responsável pela PrEP no Amazonas, para entrevista de triagem. Lá pude conhecer a população-chave para o uso do medicamento e confirmei que me enquadrava por ser alguém que possui um relacionamento aberto e por já ter tomado a PEP mais de uma vez.

De acordo com o Ministério da Saúde, este perfil, prostitutas, pessoas transgêneras, homens que fazem sexo com outros homens e pessoas que possuam uma relação com uma pessoa que viva com HIV fazem parte do grupo chave para tomar a PrEP nesta fase de sua implementação. Aqui vale ressaltar a desconstrução do termo grupo de risco, uma vez que todos podem contrair infecções, mas alguns grupos estão mais vulneráveis; por questões estruturais, sociais ou individuais. Arrisco dizer que muito se deve à negligência do governo e às falhas de uma “cisciedade” cisnormativa.

Passei por uma equipe com psicóloga, enfermeira, farmacêutica e médico até adquirir o medicamento. Em nenhum momento fui alvo de discurso moralista e conservador sobre minhas práticas sexuais e a maneira como lido com minha sexualidade, o que constatei como ponto positivo. Talvez o fato de eu ser branco e profissional que trabalha com questões de saúde tenha colaborado com isso.

Como ponto negativo, ressalto a demora no atendimento ao usuário da PrEP que deve chegar às 6 da manhã e só sair às 15 horas. Por fim, ressalto uma situação que mostra que o conceito de redução de danos talvez ainda não tenha sido bem absorvido por membros da equipe quando me foi recomendado que parasse de ingerir álcool devido à medicação. Este momento quase me fez desistir da adesão e imaginei que isso deva ocorrer com muitos usuários do sistema de saúde quando são colocados diante de uma posição rígida.

No uso frequente da medicação, tive alguns efeitos colaterais nas primeiras semanas, como gases, diarreia e dores de barriga. Após este período me sinto melhor e mais seguro por estar utilizando de duas formas de prevenção para que eu não seja infectado pelo HIV.

1.4 PEP e PrEP no bloco

Diante desse ano movimentado, pude contribuir com a idealização de uma estratégia de intervenção com os colegas da Especialização em sexualidade, gênero e direitos humanos, da Universidade Estadual do Amazonas, onde desenvolvemos panfletos com informações sobre a PEP e a PrEP.

Os folders foram distribuídos em um bloco de rua no Carnaval, com grande público de gays. Não pude estar presente no dia do bloco, mas me senti feliz em fazer parte da elaboração e da equipe que se propôs a levar este conhecimento, que ainda se encontra concentrado com poucos, para mais pessoas que podem se beneficiar de um saber compartilhado.

Conclusão

Falar mais sobre sexualidade e sobre tabus nestes últimos anos me fez crescer e abrir os olhos sobre mecanismos que reproduzi por muito tempo ao longo da minha vida. A experiência que tive em 2017 e 2018 sobre a temática HIV/AIDS foi capaz de romper diversas barreiras até que eu pudesse derrubar o estigma diante de uma infecção que serviu como ferramenta estimuladora de pânico moral.

A população LGBT, assim como prostitutas e pessoas em situação de vulnerabilidade vivem em um lugar de pobreza e/ou de anormalidade que são naturalizadas por um siste-

ma de hegemonias masculinas cisgêneras e heterossexuais. Romper com esse lugar de conformidade diante do que é a verdade pode nos colocar diante de novas possibilidades e aumentar as chances de união entre aqueles e aquelas que transgridem a norma e não se sentem representados por ela.

Desta forma, imergir em debates, estabelecer vínculos e pensar estratégias mostra a potencialidade de transformação através do conhecimento e de novos saberes. Por meio da participação em oficinas, seminários, intervenções e experiências pessoais, como decidir tomar a PrEP, nossas potências aumentam e nossas possibilidades de liberdade diante das amarras também.

Sobre a PEP, vale enfatizar que esta é oferecida de graça pelo SUS, mas é imprescindível que cada pessoa busque quais serviços de seus municípios/estados oferecem o medicamento. Em Manaus, o Instituto de Medicina Tropical oferece a medicação/tratamento e acompanhamento. Já em Macapá, por exemplo, percebi muitas dificuldades de informação quando questionei as pessoas acerca de possíveis serviços que fornecessem a PEP, estas relataram a ausência de um local específico e seguro para que o usuário do sistema de saúde possa se dirigir após a exposição ao vírus; isso pode servir de alerta para os habitantes de determinada localidade na luta pela garantia da implementação e execução efetiva da profilaxia pós exposição.

A compreensão sobre meu objeto de estudo diz, hoje, a respeito de mim mesmo. Porém, até sair do lugar de debater o externo, as identidades de outras, como se fossem questões distantes de mim, foi um percurso longo e, certamente, mais confortável do que quando passei a olhar pra dentro.

Os estudos das transgeneridades e, conseqüentemente, das cisgeneridades e seus desdobramentos foram

fundamentais para que eu pudesse ter uma permissão para me sentir diferente do que sempre fui e borrar fronteiras de identidades, onde eu mesmo, progressivamente, vou me concedendo autorização para avançar.

Referências

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Paz&Terra. 28ª ed. 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Prevenção combinada**. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/previna-se>>. 2017. Acesso em: 08 mar. 2018.

LEAL, Dodi. **Gênero e educação: processos cis e trans de autodesignação identitária e de leitura expressiva**. In: Revista Agreste – Agrupamento de Estudos Excêntricos. 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/35354241/Ge_nero_e_educac_a_o_processos_cis_e_trans_de_autodesignac_a_o_identita_ria_e_de_leitura_expressiva>. Acesso em: 08 mar. 2018.

LEAL, Dodi; MOSTAZO, João. **A Desnaturalização da cisgeneridade: impasses e performatividades**. SSEXBBBOX, 2017. Disponível em: <http://www.ssexbbox.com/2017/04/a-desnaturalizacao-da-cisgeneridade-impasses-e-performatividades/>. Acesso em: 27 dez. 2017.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **ESTUDOS Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SILVA, Fabiane Ferreira da & RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, n.2, p. 449-446, 2014.

VASCONCELOS, Ricardo. **PEP com Delutegravir**. Universo AA, 2017. Disponível em: <http://www.universoaa.com.br/bem-estar/prevencao-contra-o-hiv-com-pep-a-pilula-do-dia-seguinte-esta-mais-eficaz-vem/>. Acesso em: 14 set. 2018.

Relato de experiência **Interseccionalidade e** **protagonismo acadêmico:** **histórico da atuação do Coletivo** **Colorir na Universidade** **do Estado Amapá**

*Bruno José Bezerra Ribeiro*¹

*Davi Oliveira da Silva*²

*Ediane Marinho Ferreira*³

Resumo: O presente artigo visa apresentar a atuação do Coletivo Universitário Colorir e refletir as estratégias adotadas por este para consolidação de um espaço de formação política. Criado por um grupo de discentes da Universidade do Estado do Amapá, o coletivo assume hoje um papel protagonista na discursão das pautas identitárias na universidade, promovendo reflexões que se aliam às lutas sociais, através de discussões interseccionais como as lutas do movimento feminista e do movimento negro. A atuação do coletivo tem por objetivo a criação de espaços de resistência promovendo um ambiente democrático e plural de discussões, defendendo o ingresso e a permanência dos acadêmicos(as) LGBT's na universidade e tensionado as demandas de diversos segmentos em favor da equidade e inclusão.

Palavras-chave: Coletivo Universitário; Interseccionalidade; Protagonismo Juvenil; UEAP.

¹ Licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: brunojbr10@hotmail.com.

² Acadêmico de Licenciatura em Filosofia da Universidade do Estado do Amapá (UEAP) E-mail: davi.olly3@gmail.com

³ Licenciada em Filosofia pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: edianemrnh@gmail.com

Introdução

As universidades são espaços de disputas simbólicas onde se produz e reproduz não apenas conhecimento, mas também preconceitos e padrões. Nesse campo onde convivem diversos atores sociais, notamos uma estrutura excludente, pouco sensível à diferença e que se fecha à medida que se limita em seu campo científico.

O ambiente universitário, ainda que plural, exerce forte resistência e descrédito ao protagonismo juvenil dentro de uma abordagem pluralista. Diante disso, podemos identificar que diversas formas de expressão são enraizadas em preceitos difundidos pelo racismo e pela homofobia que podem ser observadas de forma explícita ou não nas diversas relações sociais, em especial, nas universidades.

No contexto brevemente apresentado da realidade do cenário das universidades brasileiras, inúmeras experiências de efervescência política vêm sendo protagonizadas, se desvelam os nichos de experiências políticas em coletivos e organizações universitárias que promovem discussões sobre estes temas abissais. Como proposta geradora, o Coletivo Universitário Colorir⁴ assumiu o compromisso de promover a

⁴ O Coletivo Universitário Colorir surgiu orientado pela necessidade de inserir dentro do ambiente acadêmico, um espaço para que fosse possível inserir pautas de discussões associadas ao público LGBT, entre elas: entrada e permanência dos LGBT's na universidade; políticas afirmativas; protagonismo estudantil LGBT na universidade e combate à homofobia. Criado e efetivado desde 2016, o coletivo traçou a partir daí suas primeiras atividades. Estas foram realizadas com um direcionamento dentro de um viés científico, que incluía a elaboração de debates em torno das pautas LGBT's uma vez por mês. Devido a maior aderência acadêmica ao coletivo, abriu-se uma roupagem mais ampla do movimento, tornando-o interseccional, transdisciplinar e de âmbito cultural. Assim, nos dias atuais o coletivo trabalha em conjunto com diversos cursos de graduação dentro da Universidade, e também promovendo

criação de espaços democráticos para dar voz às demandas sociais, assim como realizar a formação política de seus agentes. No Coletivo Colorir, a demanda LGBT vem ao encontro da realidade de estigmas que se intensificam no ambiente universitário.

Neste trabalho, trataremos de apresentar a ação do Coletivo Universitário Colorir na Universidade do Estado do Amapá, apontando-a como uma iniciativa em processo de formação, com a finalidade de incentivar o pensamento crítico e a criação de espaços de discussão acerca das demandas do movimento LGBT, como também avaliar o protagonismo que este coletivo exerce nas pautas do movimento negro e de mulheres. Realizando assim, reflexões estratégicas que permitem alcançar os objetivos propostos pelo coletivo.

Diante disso, nosso estudo consiste em três momentos de reflexão: o primeiro discutindo o protagonismo e a atuação interseccional do coletivo na universidade; o segundo, apontando um breve histórico de lutas e campos de atuação, e no terceiro momento, a realização de uma reflexão a cerca das atividades e estratégias adotadas pelo coletivo.

1. Interseccionalidade e protagonismo juvenil na universidade

No decorrer da história, os movimentos sociais sempre estiveram protagonizando lutas em favor da equidade, seja ela em questões econômicas, sociais, de raça, gênero ou de

atividades de cunho cultural. Em suma, o coletivo atualmente debate e orienta atividades culturais que desempenham questões em torno de Gênero, Raça e Diversidade, apontando para a importância do protagonismo e representatividade estudantil dentro do espaço universitário e ressaltando a importância de ocupar e resistir dentro dos mais diversos ambientes, em especial no campo científico e educacional.

diversidade. No entanto, esses movimentos vêm paulatinamente assumindo recortes que buscam maiores especificidades de pautas. Com a ascensão dos movimentos estudantis, essas pautas tornam-se cada vez mais específicas. Segundo Mesquita (2003):

Analisar o movimento estudantil é antes de tudo, analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. Poderíamos afirmar que este não se limita a suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes. (MESQUITA, 2003, p. 120).

O entrelaçamento de interesses comuns e a solidariedade entre discursos minoritários vêm promovendo articulações interseccionais que colaboram para a consolidação de pautas que são alavancadas pelo protagonismo jovem dentro da universidade.

As demandas identitárias vêm ganhando evidência e gerando certos antagonismos. Dentro dessas proposições, empenhamo-nos em apontar para discussões que são comuns nas pautas estudantis, como a luta contra o racismo e a resistência feminista. Dessa forma, o processo de surgimento e segmento das lutas de cunho social, demonstra uma crítica do real estado em que determinados grupos são vistos diante da sociedade há muito tempo. Para Axel Honneth:

[...] se tentamos apreender o processo de surgimento de lutas sociais dessa maneira, elas têm a ver com a experiência do reconhecimento não só no aspecto mencionado: a resistência coletiva, procedente

da interpretação socialmente crítica dos sentimentos de desrespeito partilhados em comum, não é apenas um meio prático de reclamar para o futuro padrões ampliados de reconhecimento. Como mostram as reflexões filosóficas, a par das fontes literárias e da história social, o engajamento nas ações políticas possui para os envolvidos também a função direta de arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, urna auto-relação nova e positiva (HONNETH, 2003, p. 259).

A partir desta posição apresentada por Axel Honneth, as pautas de lutas, assim como a busca por representação, acabam por ressaltar a necessidade da união desses grupos em torno de um espaço autônomo de debate. Esta dinâmica é salutar no contexto altamente fragmentado de interesses e posições políticas, que é incorporado por um cenário social originário de um sistema altamente patriarcal, racista, excludente, e de preconceitos amalgamado às relações sociais. Segundo Salvadori (2009), citado por Honneth (2003):

As mudanças sociais podem ser explicadas por meio do desrespeito, gerador de conflitos sociais. Os conflitos surgem do desrespeito a qualquer uma das formas de reconhecimento, ou seja, de experiências morais decorrentes da violação de expectativas normativas. A identidade moral é formada por essas expectativas. Uma mobilização política somente ocorre quando o desrespeito expressa a visão de uma comunidade. Portanto, a lógica dos movimentos coletivos é a seguinte: desrespeito, luta por reconhecimento, e mudança social (SALVADORI, 2009, p. 192 *apud* HONNETH, 2003).

Diante desse seguimento da luta por reconhecimento que estão engendradas em preceitos morais, como apon-

tado acima, chegamos ao ponto de propor dentro do ambiente universitário a criação desse espaço de discussões, promovendo, assim, um ambiente que propicie diferentes manifestações identitárias que possam efetivar políticas de representatividade estudantil dentro do ambiente universitário. É a busca por reconhecimento e emancipação de um grupo pautado na pluralidade e respeito, que age no sentido de garantir que o lugar de fala de cada um desses indivíduos seja preservado. Segundo Nancy Fraser: “Demandas por ‘reconhecimento da diferença’ dão combustíveis às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, ‘raça’, gênero e sexualidade.” (FRASER, 2006, p. 231).

Essas demandas mostram o ponto de partida do debate vigente nos movimentos sociais-estudantis ramificando a pautas identitárias. Há uma contribuição oriunda dessas bandeiras de lutas. É nessa perspectiva que apontamos para o papel do Coletivo Universitário Colorir: um polo de formação política cuja abordagem se dá num panorama multilateral de temáticas. O que pretendemos dentro desse ambiente é identificar como o protagonismo juvenil interseccional ganha força com projetos realizados dentro dos campi universitários, mais especificamente, na Universidade do Estado do Amapá (UEAP).

A abordagem trazida pelo movimento LGBT na UEAP é orientada a partir de um grupo que comunga de tecnologias sociais e políticas que possui um conjunto de elementos semelhantes aos utilizados pelos movimentos estudantis, orbitando em pautas comuns, objetivando a criação de espaços de representatividade que ainda são inexistentes dentro desse ambiente educacional.

Segundo aponta Fraser, “‘Gênero’ e ‘Raça’ são paradigmas de coletividades bivalentes. Embora cada qual te-

nha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas abarcam dimensões econômicas e dimensões cultural-valorativas". (FRASER, 2006, p. 233). Desse modo, o potencial no qual estamos alicerçados é de transformação, resistência e ressignificação do papel das minorias dentro da universidade e, conseqüentemente, na sociedade. Essas relações particulares das pautas LGBT's, feministas e raciais, assemelham-se a pontos comuns como a resistência, apresentando assim, a convergência que há entre elas.

Na plataforma interseccional revela-se a importância do protagonismo juvenil na luta por representatividade em diferentes espaços e grupos. Esses diálogos propiciam algo além da troca de ideias e/ou experiências, pois acaba por configurar um espaço amplificado de protagonismo e transformação social.

O que podemos considerar por meio dos resultados obtidos pela efetivação das atividades do Coletivo Colorir na universidade, é observado através da unificação desses debates em diversas áreas de conhecimento, o que a torna interdisciplinar e, conseqüentemente, lhe dá maior visibilidade.

Dialogar com essas diferentes facetas em busca de emancipação, protagonismo e empoderamento jovem das minorias que participam de forma direta ou indireta dessas discussões, acaba impulsionando uma ampliação de experiências de cunho científico, cultural e social. A importância dentro desse diálogo, apresenta-se por meio da atribuição de "poder" ao indivíduo, pois:

A forma como os sujeitos fazem suas escolhas tem estreita relação com a capacidade de participação, mas também com a distribuição do poder nesses espaços. Assim, é preciso recriar formas de lidar com o objeto institucional se quisermos transformar relações de poder autoritárias em relações mais hori-

zontais que levem ao empoderamento dos atores. Isso demandaria mover relações que estão fixadas (e são assim aceitas), tornando-as flexíveis (KLEBA e WENDAUSEN, 2009, p. 137).

A abordagem que temos dentro da iniciativa do Coletivo Colorir, está associada à efetivação da participação dessas minorias dentro dos processos representativos da universidade, não apenas para integração de determinado indivíduo que já encontra-se presente nesse ambiente, mas para atribuir representação e protagonismo à realidade multifacetada da universidade, para que então seja possível tornar a universidade um espaço real para todos e todas. E que, independentemente das relações desiguais que existem dentro da sociedade, mais pessoas tenham acesso ao direito universal do conhecimento propiciado pelo espaço acadêmico da universidade.

Os resultados obtidos através da participação efetiva do público nas atividades realizadas pelo Coletivo Colorir denotam não só a aceitação de um instrumento representativo do público alvo do coletivo (os sujeitos LGBT's da comunidade acadêmica), mas demonstra como essa iniciativa incita novos possíveis alicerces que engendram um debate plural e em busca de um espaço cada vez mais inclusivo.

Um movimento que surge da necessidade de discutir pautas específicas — como as do LGBT's — trouxe resultados notoriamente positivos sobre outros movimentos que começam a ganhar força dentro do mesmo ambiente. Pode-se então identificar que dentro dos processos de protagonismo, existe uma forma motriz que propõe uma constante ampliação e readequação de pautas dentro dos movimentos de representatividade, apontando para importância da criação e efetivação de movimentos tais como o Coletivo Colorir dentro das Universidades.

2. Histórico e atuação do coletivo colorir

O Coletivo Colorir surge dentro da Universidade do Estado do Amapá como movimento de luta e reconhecimento das pautas vinculadas às questões de gênero e políticas públicas afirmativas para a população LGBT.

Criado pela própria movimentação dos acadêmicos, o Coletivo agrupa o mais variado número de pessoas e cursos, dentre eles podemos citar o curso de licenciatura em Filosofia, Pedagogia, Ciências Naturais, Engenharia de Pesca e Designer.

É importante frisar que o Coletivo é uma organização de iniciativa dos próprios discentes, sem fins lucrativos e sem vínculos com a estrutura administrativa da UEAP. O Coletivo é resultante de interesses comuns de seus membros em pautar as demandas do movimento LGBT, mas também se alia as lutas dos historicamente excluídos. Nessa linha de atuação, o coletivo engloba não somente demandas do segmento LGBT, como também outras demandas sociais.

Criado em 2016, o Coletivo Colorir vem atuando no espaço da Universidade do Estado do Amapá e tem conseguido alcançar um público cada vez mais diverso. Nota-se durante estes dois anos de atuação, a concretização de um ambiente de discussões importantes para a conquista e a consolidação do espaço à comunidade LGBT; tendo contribuído para que os membros dessa comunidade saiam da margem invisível e possam se posicionar social e politicamente.

Nesse sentido, enfatizamos os desafios do período atual onde enfrentamos o desrespeito e reprodução de discursos de ódio ecoados sobre as minorias que se encontram diante de uma sociedade enraizada em símbolos de opressão a essas populações. É de suma importância que este protagonismo se faça presente em todos os espaços possíveis, pois:

Em uma sociedade que está quase que inteiramente construída por nossos investimentos culturais simbólicos, tempo é uma das categorias básicas através da qual nós construímos nossa experiência. Hoje, o tempo se torna uma questão-chave nos conflitos sociais e na mudança social. A juventude que se situa, biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo, representa um ator crucial, interpretando e traduzindo para o resto da sociedade um dos seus dilemas conflituais básicos (MELUCCI, 1996, p. 6-7).

É situado nesse contexto que a sociedade brasileira está emersa atualmente. Há um conflito moral gigantesco em relação à força que os movimentos estudantis, em especial os de cunho interseccional de gênero, raça e sexualidade, buscam diante desse cenário. Outro fator que precisamos levar em consideração, está assentado no momento político que o Brasil se encontra.

O Coletivo Colorir nasce em um contexto muito importante para luta LGBT no Brasil, pois o coletivo inicia sua atuação dentro da Universidade do Estado do Amapá em meio ao que considerou golpe de 2016, seguido pelas alas progressistas de esquerda. Após o ocorrido, é notório que quem mais sofre diante dos cortes e retrocessos do atual governo, está localizado dentro de um público que é historicamente mais afetado com as relações de desigualdades, a população de baixa renda, negros, mulheres e LGBT's.

Deste modo, umas das ações do coletivo, foi assumir uma posição política contra os retrocessos e a ruptura democrática efetivada pelo governo Temer, prevendo os cenários que a pessoa LGBT enfrentaria a partir daquele momento. De lá para cá, foi desenvolvido um forte posicionamento frente às reformas efetuadas pelo governo, em consonância

às várias demandas reivindicadas pelo movimento de luta LGBT nacionalmente.

Sendo o primeiro coletivo formado dentro da instituição, o Coletivo Colorir tenta abarcar um vasto campo de discussão, aliando-se principalmente com lutas de raça, gênero e empoderamento feminino, pois,

[...] O empoderamento tem raízes nas lutas pelos direitos civis, principalmente no movimento feminista, assumindo significações que se referem ao desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e percepção, buscando uma participação real e simbólica que possibilite a democracia (BAQUEIRO, *apud* KLEBA e WENDAUSEN, 2009, p. 735).

A luta diária do Coletivo é relativa a criação de um espaço democrático real, sob o qual a universidade seja a principal disseminadora de um ambiente de construção social, e de afirmação, em busca de empoderamento de todos os segmentos minoritários que participam do movimento.

A proposta do Coletivo é trazer visibilidade para temáticas que muitas vezes são deixadas de lado: “a ideia de uma inexistência, ou talvez, de uma pouca visibilidade do protagonismo estudantil, causado por diversos fatores externos ao movimento e comuns a um cenário de desmobilização da maioria dos atores e organizações da sociedade civil.” (MELUCCI, 1996, p. 125). Por isso, para o Coletivo Colorir, o mais importante é traçar a união de pessoas de diferentes opções sexuais, de diversos gêneros e grupos sociais e culturais, em favor dessas discussões.

Deste modo, podemos dizer que o Coletivo Colorir surge de duas necessidades: uma trazida pelos acadêmicos LGBT's em discutir políticas públicas afirmativas dentro da

universidade, bem como discutir mazelas como homofobia, suicídio e IST's. E outra relativa a protagonizar uma luta unificada que promove um amplo cabedal de discussões e reflexões, com fim de tencionar o debate com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre opressões e estigmas que recaem sobre esta parcela da população.

Quanto aos ganhos, afirmamos que estes têm sido positivos, pois o trabalho realizado dentro da universidade, não só ganha corpo pela adesão que o coletivo possui em seus eventos, mas também no que tange a luta por representatividade, pela criação de espaços de fala e representatividade.

As decisões dos temas dos encontros são geralmente definidas em grupo, considerando o contexto e demandas pontuais, visto que os debates gerados são no intuito de dar visibilidade, conscientizar politicamente, bem como cobrar da administração da universidade a efetivação de políticas afirmativas. Os eventos organizados pelo coletivo colorir acontecem dentro do espaço da universidade, como nos auditórios ou no próprio hall do campus.

A estratégia de atuação do coletivo se resume na divisão em dois tipos de atividade: um evento de discussão temática e outro momento de realização de atividade cultural. Nos encontros de grupo, são definidos a temática e a metodologia, se este se desenvolverá por meio de debate, discussão, roda de conversas ou palestra e uma comissão que organiza a logística para cada evento. O foco nestas reuniões é sempre refletir as estratégias de mobilização dos universitários, promovendo consciência para a diversidade, como também capacitar os LGBT's para enfrentamento de lutas sociais por reconhecimento e visibilidade.

No segundo momento do encontro, há um direcionamento para ações de cunho cultural, como apresentações de

grupo de dança, performance, sarau literário e apresentações musicais. Os próprios participantes do Coletivo têm a possibilidade de construir o evento, como também fazer partes das apresentações culturais.

A *Drag Party* é umas das atividades que o coletivo costuma propor. A *Drag Party* é festa possibilita que os acadêmicos da universidade montem-se como *drag queen*, e se apresentem, caso queiram realizar performances. É uma festa colorida e divertida em que a diversidade e o respeito ao diferente é celebrado. Mesmo nos momentos culturais, não há o abandono de ações políticas, pelo contrário, é justamente unificado à atividade científica para utilizá-lo como ferramenta de empoderamento deste público, através da cultura LGBT.

Um ponto interessante é pensar que alguns dos participantes do Coletivo não tinham qualquer contato com reflexões políticas que os levassem a luta por direitos, e que diante da atuação do Coletivo, gerou-se um ambiente público de discussão, onde os acadêmicos adquirem no decorrer da atuação, uma carga teórica para se compreender como agente na luta por direitos.

Este percurso de empoderamento faz parte do processo de formação baseado na pluralidade. As estratégias de atuação do Coletivo em fomentar o debate, possibilita o encontro, bem como proporcionam uma visibilidade para temas que estão ligados a políticas afirmativas. A partir dessas discussões dentro da universidade, as pautas de luta LGBT são visibilizadas para além de um público específico, dialogando com a sociedade, mesmo que causando estranheza e oposição.

Uma demanda que preocupa e que incide sobre os alunos da universidade, diz respeito à entrada e permanência dos LGBT's na universidade. Mesmo considerando uma di-

menção de 16 cursos e cerca de 2.500 alunos, a Universidade do Estado do Amapá não possui nenhum transexual matriculado. Este problema gerou a necessidade de discussão acerca de políticas afirmativas que visassem promover a inclusão deste segmento dentro da universidade.

Este debate repercutiu não só dentro da universidade, como fora dela. A roda de conversa proposta teve como tema “políticas afirmativas para a população LGBT”. Se discutiu assédio, LGBTfobia, uso de nome social e o acesso de pessoas transexuais à universidade. Um tema que gerou bastante discussão e certo desconforto à administração do Instituto de Ensino Superior (IES), foi o tema de acesso a pessoas transexuais por meio de cotas sociais. Esse momento foi importante para o coletivo perceber como o debate em torno dessas questões discutidas nas rodas de conversa é ouvido não só pela universidade, mas pela sociedade em geral.

3. Reflexão sobre as estratégias do Coletivo Colorir

A nova dinâmica de interações sociais traz também novos desafios à articulação de forças políticas da universidade. Se por um lado somos tomados pela coletividade em uma base genérica e instrumental, como meio de dar visibilidade e articular pautas, por outro somos construídos e desconstruídos enquanto indivíduos que participam de um movimento plural.

Esta dinâmica individual e coletiva é alvo de nossa reflexão, uma vez que os desafios sociais nos relegam um espaço muito pequeno para manifestação de nossas diferenças, sobre o constante perigo de desarticulação pela fragmentação de interesses e demandas. Enquanto indivíduos integrantes de uma organização coletiva, somos impelidos a

pensar estratégias para criação de ambientes que respeitem a pluralidade de pensamentos, no qual podemos interagir dialogicamente com aquele que pensa diferente de nós.

O desafio de construir espaços plurais e que permitam a exposição de demandas de diferentes anseios e afeições desponta como os limites dialógicos do Outro concreto. Com isso queremos dizer que os espaços de discussões ainda permanecem restritos a segmentos, não sendo capazes de abranger todos os cursos e nem todos os públicos da universidade. A promoção de uma comunicação democrática depende de uma disposição política que infelizmente é mitigada pelo ambiente fragmentado da especialização de saberes.

Na prática observamos que é muito mais difícil mobilizar alunos de engenharia nos espaços de discussão que um aluno de filosofia, por exemplo; isso porque os movimentos políticos, reflexões de gênero, raça e diversidade não encontram eco dentro de todas as graduações, no mais se limitando a um conteúdo transversal ou interposto em uma disciplina no currículo. Soma-se ainda o contexto de descrédito às organizações políticas de toda ordem, que parece fazer diminuir importância da organização dos movimentos sociais na universidade.

A provocação por meio da polarização permanece sendo uma estratégia para chamar atenção e mobilizar a comunidade acadêmica e a sociedade. É através de temas polêmicos que se revelam os antagonismos e o conservadorismo dos atores sociais, fato que se reproduz implicitamente nas relações sociais.

É interessante notar que quando um jovem LGBT começa a se manifestar conforme sua orientação, delimitando suas diferenças de modo negativo (nos estigmas que sofre) ou de

modo positivo (como se reconhece) o instinto reacionário lança seus golpes. Esse movimento é salutar quando ajuda a promover a ampliação dos horizontes do debate, permitindo que o posicionamento diverso seja ouvido sem distorções e debatido. Porém, vemos que raramente esta reação se qualifica numa discussão pública mais ampla. Quando se põe, desde já se encontra assentado por um clima polarizado e inflexível. Nessa esfera de debates nenhum consenso é possível, chega-se nesse caso à dissolução da substancialidade do Outro e suas demandas concretas.

Como nota Seyla Benhabib, o ambiente público de discussão fundamentado racionalmente no Outro genérico, universalista, possui limites em seu campo ideológico. Uma intermediação crítica perpassa pela relação com este Outro concreto (1987). “O discurso sobre necessidades e motivos transcorre nesse espaço criado pela comunalidade e peculiaridade, socialização em geral compartilhada e a contingência das histórias individuais.” (BENHABIB, 1987, p. 105).

Esta manifestação da esfera pública como forças antagônicas e lutas estratégicas, são movimentos que se dão nas múltiplas esferas das relações humanas, mas quando se propõe politicamente, se condensa em um discurso muitas vezes profascista contrários à criação de espaços de debate qualificados. Porém, é ainda nessa seara de enfrentamento que somos impelidos a dialogar, sem nenhuma certeza de estarmos sendo ouvidos.

O desafio do Coletivo Universitário Colorir é promover debates e discussões em um espaço de diálogo ampliado onde os agentes fiquem à vontade para manifestar suas posições, suas dúvidas e anseios. Temos em vista que o método de discussão por debates ou palestras é na maioria das vezes um espaço de valores academicistas ainda muito distante dos reais interesses sociais.

Muitas vezes este espaço que deveria ser lugar privilegiado de discussões se transforma em um lugar de discursões, isto é, uma plataforma de reflexão que expõem uma autoridade sobre determinado assunto, com possibilidade de perguntas acuadas e melindradas num momento posterior. Num nível linguístico este método permanece focado na figura do enunciador e um receptor, que processam códigos mais ou menos compartilhados e que podem ou não estar ligados a tendências e anseios. Este espaço tem seu lugar legítimo e sua importância fundamental na formação e reflexão política dos movimentos, porém não é o único.

Uma alternativa às discussões é a dinâmica promovida pelas rodas de conversas que viabiliza um ambiente de diálogos mais espontâneos. Nessas rodas os participantes estão em relação horizontal, aptos a se manifestarem sem inibição para discutir um tema gerador. Efetivamente esta participação pessoal intransferível de cada sujeito tem sido um dos principais desafios na consolidação de espaços de discussão na universidade.

Com a adoção de novas estratégias de debate de temas, espera-se efetivar a participação dos indivíduos para que possam manifestar-se discursivamente em seus saberes e experiências. Esta garantia de um espaço de comunicação mais direto e aberto à intervenção permite a exteriorização de ideias, pautas e perspectivas que geram os verdadeiros debates.

Além do mais, que a iniciativa de consolidação de um espaço diferencial de comunicação perpassa pelas tecnologias das redes sociais como mecanismo que além de articular, efetivam uma zona de discursos abertos, verdadeiramente públicos, sujeitos ao debate. Investir mais nesses ambientes é mais uma maneira de alinhar-se a um novo campo de atuação.

Considerações finais

O Coletivo Colorir assume um papel importante na construção de espaços democráticos e democratizantes, tendo em vista que o Coletivo atua em favor de espaços de resistência, enfrentando os vários tipos de violência institucionais e sociais sofridos pela população LGBT. Ao protagonizar um papel de atuação e representação o Coletivo também alia-se a pautas com outros movimentos, provocando um debate interseccional onde recortes de gênero e raça possam ser tratados e visibilizados no espaço universitário.

Compreendemos que hoje, apesar de vivermos em uma época de transformações, nos cabe questionar as velhas formas de política, enfrentando a crise de articulação dos indivíduos, repensando estratégias de atuação com a finalidade de suscitar um diálogo amplo com os atores sociais do segmento LGBT, assim como da comunidade acadêmica em geral. Sendo um espaço privilegiado de reflexão, a academia deve instigada a pensar seu papel na inclusão e respeito às diversidades.

Por fim, consideramos que é sempre repactuando, realinhando e rearticulando interesses e pautas que o Coletivo Colorir pode atuar de maneira efetiva na promoção dos Direitos Humanos e na transformação social, com foco na ampliação dos espaços de discussão no ambiente acadêmico.

Referências

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Trad. Nathanael da Costa. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1987.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós-socialista. In: **Cadernos de Campo**. Trad. Júlio Assis Simões. São Paulo, nº14/15, 2006, pp. 231-239.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MELUCCI, Aberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Trad. Angelina Teixeira Peralva. Publicado em: **Revista Young**. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14.

MESQUITA, M.R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 66, pp. 117-149, 2003.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

Este livro reúne os trabalhos apresentados
na I MOSTRA CIENTÍFICA DE ESTUDOS
EM GÊNERO E SEXUALIDADE
que aconteceu em Macapá/AP,
entre os dias 18 a 21 de abril de 2018.

A obra também apresenta artigos de
pesquisadores convidados que propõem
leituras e contribuições sistematizadas
de investigações, a partir da periferia
como lugar específico para pensar a produção
de estudos em gênero e sexualidade.

O olhar sobre as dimensões socioculturais
e políticas que perpassam a construção
de identidades, demanda por direitos
e políticas públicas fortalecem a proposta
de dar visibilidade e criar canais de trocas
entre redes e grupos de pesquisa
que observam pelas bordas os
fenômenos sociais perpassados pelas
questões de gênero e sexualidade.

